



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS

“MELHORES MESTRES...”: SABERES INDÍGENAS E CIÊNCIA COLONIAL
NO VALE AMAZÔNICO (SÉCULO XVIII)

BELÉM

2023

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS

**“MELHORES MESTRES...”: SABERES INDÍGENAS E CIÊNCIA COLONIAL
NO VALE AMAZÔNICO (SÉCULO XVIII)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Mauro Cezar Coelho (PPHIST/UFPA)

BELÉM

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237m Santos, Rafael Rogério Nascimento dos.
"Melhores mestres" : Saberes indígenas e ciência colonial no
Vale Amazônico (Século XVIII) / Rafael Rogério Nascimento dos
Santos. — 2023.
269 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Mauro Cezar Coelho
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2023.

1. História Indígena. 2. História das Ciências. 3.
Circulação de Conhecimento. 4. Saberes indígenas. 5. Vale
Amazônico. I. Título.

CDD 980.411

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS

**“MELHORES MESTRES...”: SABERES INDÍGENAS E CIÊNCIA COLONIAL
NO VALE AMAZÔNICO (SÉCULO XVIII)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Mauro Cezar Coelho (PPHIST/UFPA)

Data: 05 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

Mauro Cezar Coelho
(Orientador – PPHIST/UFPA)

Ângela Maria Vieira Domingues
(Avaliadora - Universidade Nova de Lisboa)

Márcio Couto Henrique
(Avaliador - PPHIST/UFPA)

Nelson Rodrigues Sanjad
(Avaliador - Museu Emílio Goeldi/PPHIST-UFPA)

Patrícia Maria Alves de Melo
(Avaliadora – UFAM)

À minha sobrinha, Victória. Essa é a primeira grande vitória sem você... Irei sempre lembrar de ti em todas.

À minha mãe, Rai; minha esposa, Bruna; e minha filhota, Liana Arya. Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Nossa, finalmente terminei! Foram anos difíceis. Anos de luto, pandemia... tudo isso tornou, para mim, um pouco mais difícil escrever essa parte da tese. Essa jornada não foi fácil e, se não fosse pelo contato diário ou ainda pelo encontro fortuito com algumas pessoas, eu não a teria concluído. Vou tentar agradecer aqui, da melhor forma possível que encontrei, à essas pessoas.

No primeiro ano do doutorado eu perdi alguém muito especial, minha sobrinha, Victória Monteiro dos Santos. É um assunto complicado de se tratar, influenciou muito no meu trabalho, na pesquisa, na minha vida de maneira geral e, desde então, o mês do setembro amarelo, mês que trata da prevenção ao suicídio, tomou outra dimensão. Ela é minha maior saudade. Hoje, apesar de tudo, sigo acreditando que a deixo orgulhosa.

É principalmente por isso que, nesse espaço, eu preciso agradecer algumas pessoas que me ajudaram na vida, não diretamente na escrita da tese, não porque me auxiliaram diretamente na pesquisa, mas porque durante tudo isso, foram essenciais para mim.

Dito isso, eu sou extremamente grato às minhas tias: Sebastiana; Marta; Helena; Maria do Carmo (que infelizmente também nos deixou em 2019), e ao meu tio Nemias. Aos meus primos: Adriano, Cleyton, Tatiana, Suzana, Tassiane e Miguel; minha mãe, Maria Raimunda; minha esposa, Bruna Reis. Nesses anos difíceis, nossa família foi um suporte infindável de amor, carinho e apoio. Muito obrigado! Vocês têm uma importância imensa na minha vida.

Devo agradecimentos especiais a Alexandre André, Carlos Adriano e Paulo Roberto. Quando minha filha nasceu, eu achando que podia, convidei os três para serem padrinhos dela. O motivo disso era porque essas três pessoas, por motivos distintos, são muito importantes na minha vida e eu gostaria muito que fizessem parte da vida dela também. Paulo Roberto, uma amizade que tenho orgulho de dizer que já ultrapassa mais de 30 anos, tornou-se um irmão para mim, uma amizade da vida toda; Carlos Adriano, meu primo sanguíneo, meu irmão por afeto, sempre disposto quando precisei, sou muito grato por tudo; Ao meu irmão de sangue, Alexandre Santos, o que mais temos em comum é o amor por alguém que já nos deixou e que alimentamos com boas memórias. Desconheço um coração tão grande, ainda mais quando se trata do maior time da região norte, o Paysandu.

Sou grato a Aldinéia Reis, Zioberto Araújo, Wanderson Reis e Danielma Reis, por todos os momentos que precisei e sempre se fizeram presentes.

Agradeço ao grupo de amigos que a UFPA me deu, Admarino Júnior, Frederik Matos, Alex Raiol, Erick Rosa e Bruno Souza. Companheiros de conversas que fazem rir, inspirar e motivar. Admarino nos chamou de os “cinco felizes”, com ele são seis. Uma expressão sabiamente utilizada para designar esse grupo de amigos historiadores, pois apesar dos pesares, quando estamos reunidos a trilha sonora é um samba repleto de alegria.

Devo palavras extras a Admarino Júnior. Tive a felicidade de conhecer o “AJ”, logo na graduação, em 2007, e, desde então, a amizade só cresceu e se fortaleceu. Pedagogo, historiador, teólogo, e uma série de outras qualificações que só não são maiores que sua humildade. É um intelectual que tem o dom da fala, dono de uma didática invejável, é uma grande honra ter essa amizade. Também agradeço um pouco mais a Frederik Matos. É um pesquisador incrível, refiro-me a ele como um dos novos expoentes da historiografia da Amazônia colonial, minha admiração é imensa, construir minha trajetória com uma amizade assim é gratificante.

Aos meus amigos do doutorado: minha amiga de preocupações e incentivos para terminar a escrita da tese, a arquiteta, professora, doutora em História, Dinah Tutya. À minha amiga, Taissa Bichara, pelas conversas nos intervalos das aulas ou tomando um cafezinho regado a temas sobre animes, Ensino de História, e outros. É uma historiadora talentosa e que nutro uma grande admiração pelo seu trabalho. Também a agradeço por toda ajuda prestada nos momentos finais desse processo de defesa da tese. Ao meu amigo André Ferreira, um historiador a qual tenho muito orgulho de poder acompanhar parte dessa trajetória. Ao Thiago Barros, vulgo “cowboy”, pelas sempre divertidíssimas conversas. E ao André Pompeu, outro pesquisador admirável com quem pude compartilhar a sala de aula. Todos são pesquisadores e pesquisadoras incríveis.

Aos amigos, Leandro Fonseca, Thiago Delê e Elionai Vaz, pelas jornadas nos campos de Verdansk. Isso ajudou muito a lidar com a pressão que o isolamento na pandemia nos imputava. Leandro, em especial, é um amigo desde a graduação. Quando eu estava não estava bem, em 2017, me fez uma ligação por telefone apenas para dizer que não sabia o que dizer. Aquilo fez um diferencial enorme. É daqueles amigos que mesmo sem palavras te faz ficar melhor. Obrigado, Leo!

Sempre vou lembrar dos meus “amigos da vizinhança”, que cresceram junto comigo. Mesmo sem o contato diário, prevalece um forte sentimento de amizade: Aleson

Maia, Edivaldo Moura e Rogério Silva, são amigos para uma vida toda. Incluo aqui também meus vizinhos e amigos: Alexandre, Ethienne e Kauã.

Ao professor Rafael Chambouleyron devo meus sinceros agradecimentos. Tive o privilégio de ter sido seu aluno desde a graduação e, desde então, nutro uma admiração imensa. Além disso, também me forneceu uma infinidade de documentos do Arquivo Público do Estado do Pará, onde encontrei parte das fontes que usei na tese.

Agradeço ao professor Márcio Couto Henrique. Lembro que, quando eu estava de luto e com o doutorado trancado, ele entrou em contato comigo, solidarizando-se e escrevendo palavras que me deram uma força inestimável. Apresentou uma sensibilidade que muito me ajudou a retornar ao trabalho, à pesquisa. Agradeço também pela participação na banca de qualificação dessa tese e pelos comentários que me ajudaram a concluí-la.

Ao professor Nelson Sanjad. A importância que ele tem na construção desse trabalho é imensurável. Auxiliou-me bastante durante o desenvolvimento da tese, recomendando textos, nos debates realizados nas disciplinas que ministrou no PPHIST e na qualificação da tese. Muito obrigado!

Agradeço muito à professora Patrícia Melo. A admiração que tenho pela professora Patrícia é imensa, seus trabalhos, suas palestras são inspiradores para todo(a) pesquisador(a). Além de tudo isso, após a minha qualificação, ajudou-me bastante no envio de textos que incorporei no trabalho final.

Meus sinceros agradecimentos à professora Ângela Domingues por ter aceitado o convite de participar da defesa desse trabalho e, também, pela disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em História, na UFPA, em 2017. Sou grato também por ela ter compreendido minha ausência nas semanas finais da disciplina.

Eu já não sei como agradecer devidamente ao meu orientador, professor Mauro Cezar Coelho. Desde a graduação tem sido uma grande inspiração, tenho um grande orgulho de ter construído minha jornada sendo orientado por ele. Tem uma história engraçada, que aqui e acolá eu conto para os meus alunos, que trata do início dessa orientação. O professor Mauro estava formalizando a apresentação da pesquisa, vinculada à uma bolsa de iniciação científica, e explicando como ela se daria etc. Durante a fala dele, eu mentalmente elaborava um discurso de agradecimento que em resumo era algo assim: “Professor, muito obrigado pela confiança, fico muito feliz em trabalhar com o senhor, eu vou corresponder às expectativas.”. Assim que ele terminou de falar, e, portanto, era a minha deixa, eu disse: “Professor, eu vou.” e fiquei ali, parado e calado

por alguns segundos até ele perceber que eu não conseguiria dizer mais nada e retomou a conversa acertando os detalhes de um trabalho que se tornou um dos artigos, escrito em coautoria, que eu mais estimo. Naquele dia o nervosismo de iniciar um trabalho com alguém que muito admiramos não me deixou elaborar uma frase completa. Hoje, sem estar nervoso, não tenho palavras que sirvam para mostrar o quão sou grato. Aprendi e aprendo muito! Em diversos momentos, sejam nos bons ou ruins, foi de uma inestimável grandeza e gentileza. As conversas e orientações que tive ao longo desses anos, além de contribuírem imensamente com o trabalho, possuíram uma outra importância fundamental: eu sempre saía delas com uma sensação de que tudo daria certo, de que eu poderia fazer o melhor trabalho possível. Professor, muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em História – PPHIST e seus professores, tenho muito orgulho de ter sido aluno desse programa! Minha trajetória é devedora da qualidade desse grupo de professores. Um agradecimento especial aos professores Antônio Otaviano, Karl Arenz, Franciane Lacerda, Francivaldo Nunes, José Alves, e aos professores com quem cursei as disciplinas do doutorado.

Aos amigos que fiz na Unifesspa, os professores Eduardo Salgueiro, um dos historiadores mais competentes que conheço, embora a admiração que tenho derive mesmo por ele ser um fã inveterado de animes; Laécio Sena, historiador e músico talentoso, um grande companheiro na labuta diária de trabalho, é também minha maior referência de História Indígena no Sul e Sudeste do Pará, agradeço também pela revisão que ele fez no texto introdutório da tese; Heraldo Galvão, o paulista mais paraense que conheço. Essa amizade surgiu logo no início do concurso que disputamos, acirradamente, para professor da Unifesspa e no qual ele me deixou em segundo lugar (risos). Fico feliz por essa amizade ter permanecido. Também devo acrescentar aqui Daniel Justi e Victor Oliveira, pelas boas prosas proporcionadas quando retornei ao trabalho na universidade e, Roberg Santos, principalmente por uma fala precisa em um momento necessário.

Ao Túlio Chaves, um dos encontros fortuitos que mais estimo. Túlio me ajudou em diversos momentos da vida e sou muito grato por isso. E ao João Lima, um amigo e excelente anfitrião nos dias que passei em Lisboa.

Aos meus alunos do curso de Licenciatura em História da Unifesspa, em Xinguara, e, também, pelo Forma Pará, em Floresta do Araguaia. Aprendo muito com vocês. Obrigado.

Ao Grupo de Pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia - HINDIA, pelos debates, seminários e por todo aprendizado. Em especial, Jéssica Maria,

Lívia Maia, Leonardo Raiol, Pablo Silva, Roberta Sauaia, Raimundo Neto, Vanice Melo, Wania Alexandrino. A admiração por vocês é imensa.

Agradeço aos funcionários dos arquivos em que pude pesquisar. Sem exceção, fui muito bem recepcionado e auxiliado.

Ao meu pai, Antonio Evaldo. É um funcionário público e, ao longo de boa parte desses anos, assumiu a direção de escolas municipais na cidade de Castanhal. O trabalho que ele realiza é excepcional, tenho muito orgulho disso. A educação pública municipal tem nele um servidor exemplar. Estendo aqui meus agradecimentos a minha família paterna, tenho somente boas lembranças.

À minha mãe, Maria Raimunda. Professora aposentada, aqui e acolá, quando estamos em algum mercado fazendo compras, coisa que ela adora fazer, aparece algum ex-aluno e lembra da “professora Raimundinha”, cumprimentando-a, acho isso bastante gratificante. Toda a jornada que trilhei até aqui só ocorreu porque ela nunca mediu esforços para me proporcionar o caminho em que sempre acreditou: a Educação. Obrigado por tudo que fez por mim, você é a melhor mãe que eu poderia ter, devo-te o mundo e seriam necessárias mil vidas para pagar essa dívida.

À minha esposa, Bruna Antunes dos Reis. Nenhuma tese inteira daria conta de ser o suficiente para agradecer a sua importância na minha vida. Superamos juntos muitos pesares, e em alguns momentos, parecia que era mais do que poderíamos suportar. A força dada um ao outro, permitiu que, ainda assim, trilhássemos um caminho de felicidades e hoje nos tornássemos o lar um do outro. Muito obrigado por existir na minha vida, amo você.

Por último, à minha filha, motivo do meu sorriso, Liana Arya Nascimento dos Reis. Primeira de seu nome, nascida da tormenta, a portadora de felicidades, quebradora de televisão e alguns brinquedos. Um dia ela vai ler isso aqui e entenderá a origem do seu nome e, muito mais importante, compreenderá que foi por causa dela que os dias cinzas nos quais eu estava vivendo voltaram a ser coloridos. Filha, você reformulou todo meu mundo e acabou se tornando ele. Eu te amo demais!

“A ciência sempre existiu. Assim como sempre houve a noite e o dia, sempre houve também o conhecimento, a busca desse conhecimento pelos seres e uma imensa escuridão que precisamos ser capazes de atravessar (...) na virada do tempo, esse conhecimento passou a ser tratado quase como exclusividade dos cientistas. Um corpo de saberes e de pessoas selecionados tomou para si a voz da ciência e fez o trabalho de nos trazer a esse lugar que nós chamamos de modernidade” (Ailton Krenak, Tempos Presentes, 2021.)

RESUMO

Essa tese analisa os papéis que os povos indígenas do Vale Amazônico exerceram na circulação/construção do conhecimento, durante a segunda metade do século XVIII, encarando-os como sujeitos que estiveram envolvidos ativamente nesse processo, considerando-os protagonistas históricos. A partir do campo da História Indígena e da História das Ciências, e por meio da documentação, demonstro que seus conhecimentos fizeram parte da constituição das ciências naturais em construção naquele período, e, como, em grande parte, seus saberes foram apropriados pela ciência moderna então em construção. A tese afirma que a construção do conhecimento, assim como sua circulação, contou essencialmente com fontes e práticas locais, e, como procuro evidenciar e analisar, com práticas, técnicas e conhecimentos indígenas. Apresento e analiso fontes que permitem inserir os povos indígenas do Vale Amazônico na história do conhecimento científico ocidental.

Palavras-chave: História Indígena, História das Ciências, Circulação do conhecimento, Saberes Indígenas, Vale Amazônico.

ABSTRACT

This thesis analyzes the roles that the indigenous peoples of the Amazon Valley played in the circulation/construction of knowledge during the second half of 18th century, considering them as subjects who were actively involved in this process, as historical protagonists. From the perspective of Indigenous History and the History of Science, and through documentation, I demonstrate that their knowledge was part of the constitution of the natural sciences under construction in that period, and how, to a considerable extent, their knowledge was appropriated by the modern science under construction at the time. The thesis states that the construction of knowledge, as well as its circulation, relied essentially on local sources and practices, and, as I try to show and analyze, on indigenous practices, techniques and knowledge. I present and analyze sources that make it possible to insert the indigenous peoples of the Amazon Valley into the history of Western scientific knowledge

Keywords: Indigenous History, History of Science, Circulation of knowledge, Indigenous knowledge, Amazon Valley.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - José Correa Rangel. Mappa botanico para uzo do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Vasconcellos e Souza, s.l., s.d.. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.... 44

Imagem 2 - João Vasco Manuel de Braun. Carta topografica: da principal entrada do Rio Amazônas, pello cannal chamado do norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá. 1790. 90,5 x 38,5cm em f. 51 x 92,5. 120

Imagem 3 - José Simões de Carvalho; Pedro Alexandrino Pinto de Sousa; Inácio Antônio Silva. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari.... [17--?]. 48 x 43cm.. 128

Imagem 4 - José Simões de Carvalho; Pedro Alexandrino Pinto de Sousa; Luiz Pedro Lecor. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito rio, à costa de Macapá a foz do rio Araguari até o R. Calçuêni compreendendo o mesmo R. Calçuêni, Maiacaré e Carapapori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, e Maicaré [sic] e Carapapori continuam interiormente até sair no R. Araguari segundo os exames que fiz no anno de 1798. 1869. 40,5cm x 58cm em f. 48 x 64,5 cm..... 132

Imagem 5 - José Joaquim Freire. [Eupatorium Ayapana, Vent.]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col; imagem 31,5 x 18,0cm em f.34,5 x 23,5cm..... 156

Imagem 6 - Étienne-Pierre Ventenat. Jardin de la Malmaison. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803.. 181

Imagem 7 – Eupatorium Aya-pana. Du Petit-Thouars, L.M.A., Mélanges de Botanique [Genera Nova Madagascariensis, Esquisse de la flore de l’Isle de Tristan d’Acugna].1811, p. 81.	187
Imagem 8 - Die Aya-Pana. Allgemeines teutsches Garten-Magazin [Gartenmagazin]. (1804-1811) Allg. Teutsch. Gart.-Mag. vol. 3, t.5, f.1, 1806.	187
Imagem 9 - Eupatoire Aya-Pana - Descourtilz, M.E., Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829) Fl. Méd. Antilles, 1827.	189
Imagem 10 - Kirtikar, K.R., Basu, B.D., Indian medicinal plants, Plates (1918), vol.3, t.518, 1918.	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Coleta do cravo realizada pelos índios do lugar de Azevedo.....	87
Quadro 2 - Mapa de todas as plantas assim de arvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena.	140
Quadro 3 - Mapa das plantas que existiam no Jardim Botânico em 1800.....	144
Quadro 4 - Alterações na quantidade das plantas do Horto Botânico (1798 e 1800)...	145
Quadro 5 - Parte do percurso da Ayapana na capitania do Pará até Lisboa	172

Sumário

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 – SABERES INDÍGENAS E CIÊNCIA COLONIAL	15
1.1 - Saberes indígenas e a ciência colonial: História Indígena e História das Ciências	16
1.2 - O Iluminismo e ideia de ciência em Portugal no século XVIII	27
1.3 - Iluminismo, ciência e os povos indígenas do Vale Amazônico	34
1.4 - Ciência indígena? Sim, ciência indígena.....	47
CAPÍTULO 2 – “MELHORES MESTRES PARA NOS ENSINAREM OS NOMES DAS PLANTAS E OS SEUS USOS”	54
2.1 - “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e os seus usos”:. 55 indígenas e as drogas do sertão no Vale Amazônico no século XVIII (1750-1800).. 55	
2.2 - Além de mão de obra: conhecimento indígena em uso.....	58
2.3 - Conhecimentos indígenas, drogas do sertão e a exploração do mundo natural na segunda metade século XVIII.....	64
2.4 - Saberes nativos: o caso do pau-cravo - <i>Dicypellium caryophyllaceum</i> (Mart.) Nees, Urucum (Bixa orellana L.) e anil (<i>Indigofera</i> L.).....	73
2.5 - Além de mão de obra: saberes indígenas na exploração do mundo natural.....	95
CAPÍTULO 3 – ITINERÁRIOS INDÍGENAS	100
3.1 - Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará.....	101
3.2 - Historiografia sobre o jardim botânico de São José e sua fundação	106
3.3 - Os jardins coloniais em áreas de fronteiras	111
3.4 - Geografia móvel, fronteiras fluídas e conhecimentos indígenas.....	116
3.5 - Ser índio na fronteira.....	124
3.6 - Itinerários indígenas: Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza.....	129
3.7 - Lugares indígenas na história das ciências.....	147

CAPÍTULO 4 – SABERES EM MOVIMENTO	150
4.1 - Saberes em movimento: A ayapana, erva indígena de circulação global.	151
4.2 - A ayapana no Grão-Pará.	153
4.3 - Plantas e pessoas: conhecimento em trânsito	157
4.4 - Trânsitos internacionais da planta nativa da Amazônia portuguesa	173
4.5 - Os “invisíveis” da ciência – povos indígenas, circulação e globalização da erva aiapana	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
Pérolas para formar um colar.....	200
FONTES	207
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	224

ABREVIATURAS

Academia de Ciências de Lisboa – ACL

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT

Arquivo Nacional– AN

Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

Biblioteca Digital Luso-Brasileira – BNDIGITAL

Biblioteca Nacional de Portugal – BNP

Biodiversity Heritage Libray – BHL

Bibliothèque Nationale de France – BNF

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM

Conselho Ultramarino – CU

Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB

Fundação Biblioteca Nacional – FBN

HathiTrust Digital Library – HTDL

História Indígena e do Indigenismo na Amazônia - HINDIA

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB

Programa de Pós-Graduação em História - PPHIST

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB

Sociedade Brasileira de História da Ciência – SBHC

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

INTRODUÇÃO

Qual o lugar, ou melhor, quais os lugares dos povos indígenas na construção e circulação do conhecimento?

Pensar acerca dessa questão, especialmente no que tange ao período colonial é, inicialmente, uma tarefa que deve reconhecer um problema relacionado ao próprio fazer historiográfico. A História, majoritariamente escrita por não indígenas, os tratou como coadjuvantes irrisórios. As representações sobre eles, de maneira geral, os retratavam como submissos, inferiores, sem historicidade, sequer teriam um propósito próprio, e agiriam apenas por uma força externa, reagindo a um estímulo exógeno¹.

Entretanto, a partir de 1990, a “Nova”² História Indígena” propôs uma inflexão nessa forma de pensar os povos indígenas. Partindo de uma associação, principalmente, entre a Antropologia e a História, eles passaram a ser percebidos e tratados como atores principais nas narrativas dos historiadores, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias³.

O conjunto desses trabalhos, análises que demonstraram bem as relações de poder nas quais povos indígenas estavam incluídos, e como agiram na tentativa de fazer valer seus próprios interesses frente a sociedade envolvente, auxiliou na construção do reconhecimento de que eles não foram sujeitos apáticos, coadjuvantes, passivos. Para

¹ SANTOS, Rafael Rogério N. dos. “*Diz o índio*”: Políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

² Vale destacar a ressalva feita por Manuela Carneiro da Cunha acerca do “nova”: “A percepção de uma política e de uma construção histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira.”. CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios dos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 18.

³ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios dos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992; MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasileiros – índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. 380f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012; COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: Poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017; HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018; SENA, Lácio Rocha de. *País selvagem: os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX*. 340f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2021; MOREIRA, Vania Maria L; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva; OLIVEIRA, Tatiana (orgs.). *Povos Indígenas, Independência e muitas outras histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022.

além das transformações ocorridas na academia, com surgimento de novos temas, objetos e abordagens, essa percepção é também fruto das ações dos próprios povos indígenas na contemporaneidade, pois, reivindicaram políticas públicas que valorizassem suas memórias, suas práticas culturais, suas histórias, seus conhecimentos. Também acessaram e acessam cada vez mais cursos de graduação e pós-graduação, tornaram-se políticos e estão ocupando cada vez mais espaços de poder⁴.

Ao ocuparem esses espaços, os povos indígenas têm assumido cada vez mais o centro das narrativas históricas, inclusive como escritoras delas⁵. Maria Regina Celestino de Almeida, ao tratar da História dos povos indígenas no Brasil, afirma que:

Os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, grosso modo, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil (...) Sob essa perspectiva, ao invés de heróis portugueses derrotando índios selvagens com o apoio de índios fiéis e submissos que teriam se convertido completamente aos valores socioculturais portugueses, deparamos com grupos étnicos e sociais distintos que lutavam e negociavam, cada qual procurando fazer valer seus interesses. Os índios, por sua vez, deixam de ser vistos como tolos e manipulados, pois suas ações passam a ser entendidas como fruto de escolhas próprias condizentes com as lógicas de suas sociedades e com as possibilidades disponíveis⁶.

⁴ MUNDURUKU, Daniel. *História de Índios*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996; BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade 2006; KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. *A queda do céu*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; MACHADO, Almiros Martins. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe 'y: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (s) de mal*. 209f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015; DOMINGUES, William César Lopes. *Cachaça, Concreto e Sangue! Saúde, Alcoolismo e Violência*. Povos Indígenas no Contexto da Hidrelétrica de Belo Monte. 107f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015; KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Sonia Guajajara. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/composicao/ministerio/sonia-guajajara>. Acesso em: 15 de fevereiro 2023.

⁵ BANIWA, Gersem. Direitos humanos e direitos Indígenas na Perspectiva da Lei n. 11.645/2008. In: *EDUCAÇÃO EM REDE: culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. v. 7. p. 82-105; KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Perrone-Moisés, 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; MUNDURUKU, Daniel. *As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos*. São Paulo: Peirópolis, 2001; KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. Novaes, Aauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente*. Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.

⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol.37, n.75, pp. 17-38, 2017, p. 18-19, 23.

Sem negar a história de coações, perdas, etnocídios, escravização, deslocamentos forçados e outras violências, sujeitos considerados subalternos fizeram parte de redes de relações sociopolíticas, tanto na colônia como na metrópole, e buscaram, quando puderam, possibilidades de negociação e construção de espaços de autonomia. Segundo Almeida: “Desafios, pressões e acordos exercidos pelos subalternos influenciavam decisões dos agentes de diferentes instâncias de poder (...) e as próprias leis que se construíram, se adaptavam ou se anulavam”⁷. Este trabalho parte dessa perspectiva, da fundamental participação indígena na História do Brasil.

Embora tenham ocorrido grandes mudanças na forma de retratar os povos indígenas na historiografia, uma das conclusões da autora, nesse texto, é que há muito o que se fazer, conectar mais histórias e incorporar outros temas, já que são poucos os historiadores que, voltados para outros assuntos, agregam as contribuições da História Indígena e da História da Escravidão⁸. É nesse ponto que, nesta tese, chamo atenção para a História das Ciências.

A historiografia da História das Ciências, a partir de 1970, também tem reformulado algumas de suas principais questões. A principal delas, para essa tese, é a participação das comunidades não-europeias na produção do conhecimento científico. Principalmente por meio da História Social das Ciências, passou-se a considerar que contextos políticos, econômicos, sociais e culturais influenciam na construção do conhecimento. No lugar de enfatizar os aspectos “puramente científicos”, começava-se a perguntar sobre os papéis exercidos por diferentes grupos sociais na produção do saber. Passou-se a considerar a ciência como uma atividade humana que é influenciada por fatores sociais e históricos⁹.

A pergunta que inicia essa introdução é fruto dos questionamentos que fiz durante o desenvolvimento da tese a respeito da participação indígena na história das ciências. A partir das mudanças teórico-metodológicas ocorridas nos dois campos, História Indígena e História das Ciências, como os povos indígenas do norte da América portuguesa

⁷ Idem, p. 33.

⁸ Idem, p. 34

⁹ SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life*. Princeton University Press, 2011; D' AMBRÓSIO, Ubiratan. Tendências historiográficas na história da ciência. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: Educ/FAPESP/Ed. Livraria da Física, 2004.

participaram da construção do conhecimento na segunda metade do século XVIII? Quais os lugares e os papéis atribuídos?

Dois aspectos nortearam o objeto de pesquisa. A primeira se relaciona com o recorte espacial desse trabalho, isto é, com a área mais ao norte da América portuguesa, também chamada de “Vale Amazônico”¹⁰ ou ainda de “Amazônia Portuguesa”¹¹ e, a segunda, corresponde a uma mudança ocorrida em Portugal, relacionada à renovação cultural e científica financiada pelo Estado. De maneira geral, essas duas transformações conformam o contexto maior da tese e começo a tratar aqui delas.

No XVIII, em especial na sua segunda metade, o Vale Amazônico se torna objeto de maior atenção para a coroa lusitana. Mauro Coelho aponta que a definição do tratado de Madri, em 1750, e do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, redesenhou as fronteiras coloniais entre Espanha e Portugal, e como resultado disso, uma sequência de mudanças significativas ocorreu naquele ambiente e na vida cotidiana de inúmeros indígenas¹².

Uma das principais mudanças decorre da implementação do Diretório dos Índios (1757-1798). Inicialmente aplicado no Vale Amazônico, em 1757, e estendido ao restante da América portuguesa, em 1758, o Diretório estabeleceu um grande projeto de civilização que tinha como diretrizes o ensino da língua portuguesa, a intensificação da exploração dos produtos naturais da região, a transformação das antigas aldeias missionárias em vilas e lugares de índios, o incentivo à agricultura, à miscigenação entre brancos e indígenas, inseriu as lideranças indígenas na estrutura burocrática da administração portuguesa, entre outros fatores¹³.

O processo de integração dos povos indígenas, no âmbito do Diretório dos Índios, foi marcado por uma intrincada teia de relações sociais, revelando as tensões presentes no cotidiano das comunidades formadas por esse instrumento legal. As ações e interações dos sujeitos envolvidos trouxeram uma nova dimensão ao que o Diretório originalmente previa. Práticas desviantes, denúncias, solicitações e outras iniciativas ilustram como os

¹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

¹¹ SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

¹² COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

¹³ Idem.

indivíduos do Vale Amazônico se apropriaram desse processo, adaptando-o às suas necessidades e realidades¹⁴.

É importante ressaltar que o Diretório dos Índios passou a ser compreendido como um processo histórico que já não era mais um reflexo límpido de sua letra, de seu projeto, e, quando aplicado na América portuguesa, teve influência da dinâmica que envolvia sujeitos locais e das próprias políticas indígenas, compreendidas aqui enquanto ações dos indígenas frente o avanço colonial¹⁵.

A escolha do recorte da tese deriva da compreensão de que ainda existem aspectos a serem analisados que relacionam o Diretório dos Índios, e o processo de integração dos povos indígenas do Vale Amazônico, ao movimento de exploração do mundo natural sistematizado na segunda metade do século XVIII e, portanto, à inventariação dos reinos da natureza ocorrida neste período.

Assim como nos demais trabalhos que relacionam essa política indigenista à política indígena, é possível demonstrar, por meio das fontes, que a participação indígena foi imprescindível para a exploração da fauna e flora amazônica no Setecentos. Esse foi um fator importante para a segunda metade do século XVIII, porque a exploração do mundo natural, o envio de plantas, animais, minerais, estando atrelada ao processo engendrado pelo Diretório dos Índios e pela estrutura organizada por ele, também envolveu governadores, diretores, juízes ordinários, vereadores, procurador dos índios, lideranças indígenas, tesoureiros gerais do comércio dos índios, cabos de canoa e outros.

De acordo com Ângela Domingues, esses sujeitos foram englobados em uma rede de informação que serviria para conhecer profundamente os limites do território, assim como as potencialidades naturais que poderiam se tornar econômicas¹⁶. Embora a

¹⁴ ROCHA, Rafael Ale. *Oficiais índios na Amazônia pombalina: Sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Curitiba: Editora CRV, 2022; MELO, Vinícius Zúñiga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016; SILVA, Marcel Rolim da. *A colonização do Morubixaba: a construção do Principalato Indígena na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII)*. 234f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2019.

¹⁵ GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Arquivo Nacional, Casa Civil, Presidência da República, 2009; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Op.cit.*, 2012; COELHO, Mauro Cezar. *Op.cit.*, 2016; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Op.cit.*, 2017; CANCELA, Francisco. *Os índios e a Colonização na Antiga Capitania de Porto Seguro: Políticas Indigenistas e Políticas indígenas no Tempo do Diretório Pombalino*. Jundiaí: Paco editora, 2018; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *SAECULUM—Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 281-289, 2021.

¹⁶ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. VIII, p. 823-38, 2001.

utilização dos indígenas para a prospecção do mundo natural não seja uma novidade implementada pelo Diretório, há a partir dele, uma sistematização no uso desses conhecimentos nativos.

As investigações sobre História Natural nas colônias portuguesas dependeram do conhecimento de informantes locais para identificação, coleta, preparação, transporte, descrição e no preparo de espécies da região¹⁷. Considero que as mudanças realizadas pelo Diretório dos Índios, assim como toda a estrutura administrativa gerada pela legislação, auxiliaram nessa exploração da flora e fauna amazônica e possuiu, nos povos indígenas, um papel fundamental: são estes indígenas que fazem circular as espécies requeridas por Portugal.

O Diretório dos Índios impulsiona essa participação na medida em que procura estabelecer administrativa, jurídica e politicamente, as relações entre povos indígenas e a sociedade colonial e tenta regularizar o acesso à essa mão de obra. A exploração do trabalho indígena, vinculado ao processo de civilização, tal como o Diretório dos Índios previa, deu forma ao modo como se deu a exploração da fauna e flora amazônica. Os povos indígenas e seus conhecimentos foram essenciais para a administração portuguesa na segunda metade do século XVIII, para o acesso aos produtos naturais da região, sejam os mais conhecidos e de maior potencial econômico, como o cravo amazônico, até aqueles em que tentaram experimentar seus préstimos e estimular o cultivo, como uma erva chamada aiapana.

Dimensionada a questão do Diretório dos Índios, outro fator contextual importante a ser considerado é que no intuito de administrar as potencialidades econômicas das colônias no ultramar, foram criadas/ampliadas redes de conhecimento que permitiam Portugal aprofundar o domínio de seu império. De um lado do Atlântico, por exemplo, temos a produção e preparação das viagens filosóficas orientadas principalmente pelas instruções de Domenico Vandelli, responsável por dirigir as obras do Real Jardim Botânico e do projeto acerca da *História Natural das Colônias*. Vandelli tinha como intuito a produção de um inventário dos produtos naturais de todo o império ultramarino português, coletando itens dos três reinos da natureza (vegetal, animal e mineral) que pudessem servir para o desenvolvimento econômico de Portugal. Conforme lembra Ermelinda Pataca, os naturalistas eram orientados a:

¹⁷ PATACA, Ermelinda. Coleta, transporte e aclimação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol.5, n.9, 88–108, 2017.

fazer a análise das terras, associando a constituição química dos terrenos ao cultivo de vegetais, como uma prática para o desenvolvimento da agricultura. A descrição de plantas e animais com a especificação de seus usos e aplicações econômicas, poderiam ser utilizados para o desenvolvimento da agricultura e da medicina. O estudo dos minerais com a enumeração de terras, pedras, sais, enxofres, fósseis, semi-metals e metais serviria para a elaboração de cartas mineralógicas, utilizadas posteriormente no planejamento da extração mineral. A análise de águas medicinais do reino teriam como aplicação a “*medicina hidrológica*”, prática bastante aplicada na época, principalmente por Pombal. Por fim, os naturalistas deveriam averiguar o estado dos bosques para o planejamento da extração de lenhas que já estavam se tornando escassas próximo à Lisboa¹⁸.

As colônias portuguesas constituíram-se em espaços onde as diretrizes elaboradas por Vandelli e executadas pelos naturalistas ou viajantes encontraram outros sujeitos, como os povos indígenas. Esse saber científico europeu – que pretendia elaborar sistematicamente um inventário do mundo natural – ao ser posto em práticas nas colônias, teve que coabitar com outros tipos de saberes, com configurações locais e, não raro, os naturalistas, viajantes e agentes administrativos no geral dependiam das informações dos detentores desses saberes, dos sujeitos locais e seus conhecimentos, de suas práticas.

Nesse contexto, embora o papel desempenhado por naturalistas e outros sujeitos envolvidos na exploração do mundo natural no século XVIII tenha sido bastante estudado, com uma farta bibliografia disponível, quando se trata do papel, ou melhor, dos papéis exercidos pelos povos indígenas, a produção a respeito dessa temática ainda carece de contribuições.

A tese partiu da percepção de que quando se trata dos povos indígenas na segunda metade do século XVIII e da “Amazônia Portuguesa”, de maneira geral, pouco se tratou da participação desses sujeitos enquanto agentes históricos na construção/circulação do conhecimento e o significado histórico assumido por essa participação¹⁹. Minha

¹⁸ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 698f. Tese (doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, Campinas, 2006, p.30-31.

¹⁹ Em língua portuguesa, alguns recentes trabalhos têm desenvolvido bem essa perspectiva. É o caso de: DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p.157-178, 2021; CONCEIÇÃO, Gisele. “Um manual que todos possam usar”: O conhecimento indígena sobre plantas medicinais do Brasil setecentista e as observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *História*, São Paulo, v. 40, 1-28, 2021; ALMEIDA, Gabriela Berthou. *Rios de Conhecimento: os povos da conquista e expedições científicas na Amazônia e na África oriental portuguesa (1780-1798)*. 278f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

contribuição, nesse sentido, é analisar as distintas formas que os povos indígenas participaram da construção do conhecimento no século XVIII, inclusive, assumindo a condição de sujeitos históricos.

As fontes utilizadas na tese são de natureza diversa. Os documentos manuscritos avulsos da capitania do Pará, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, foram extremamente úteis. Essa documentação é parte do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, uma documentação que utilizei no mestrado, mas que tive que realizar um deslocamento do olhar para pensar novas questões envolvendo os povos indígenas e a exploração do mundo natural. Por meio do Projeto Resgate, tive acesso a uma rica documentação sobre história natural da capitania do Pará e do Rio Negro. Uma centena de documentos dão conta de mostrar o trânsito de diversas espécies da fauna e flora amazônica indo para Lisboa.

As fontes presentes no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro - AN, foram extremamente úteis. O conjunto documental “Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte”, especialmente, o códice 99, e os seus 24 volumes, foi de grande valia, assim como o conjunto documental “Correspondência da Corte com o vice-reinado” e o “Secretaria do Estado do Ministério do Reino”. Além de darem conta de um contexto maior de exploração das potencialidades econômicas que poderiam surgir dos recursos naturais do Vale Amazônico, em alguns desses documentos surgiam indícios de como os indígenas estavam inseridos nesse processo.

Em Portugal, pude pesquisar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT, e encontrei documentos como cartas, ofícios, que enriqueceram bastante os capítulos da tese. Por exemplo, foi lá que encontrei um manuscrito que continha a análise feita pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre uma cola de peixe extraída por mulheres indígenas da Ilha de Joannes e, pude perceber, que o trabalho exercido por elas impactava diretamente na qualidade daquele grude, entre outros. Também encontrei, nesse arquivo, algumas receitas de medicamentos que me auxiliaram a pensar na relação entre alguns agentes administrativos que viviam no Grão-Pará com a prospecção do mundo natural amazônico.

A Academia de Ciências de Lisboa – ACL, possui alguns estudos sobre povos indígenas que demonstram um determinado interesse na colaboração deles na exploração do mundo natural. Alguns documentos como o “Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar”, autoria de Domingos Vandelli, ou ainda as “Breves instruções

aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes à história da natureza, para formar um museu nacional” me permitiu avaliar o contexto maior de exploração do mundo natural que ocorreu no século XVIII.

O querido Arquivo Público do Estado do Pará - APEP, desde a graduação, é um local que me agracia cada vez mais, além disso, parece sempre ter o que um pesquisador está procurando. Os ofícios e correspondências trocadas entre os governadores do Pará com Lisboa, ou mesmo entre as vilas e lugares da capitania, geralmente tratando do envio, manuseio e descobertas de plantas envolvendo os indígenas foi essencial.

A Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro - BN, e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, também foram primordiais na construção dessa tese, isto também porque disponibilizam digitalmente parte dos seus arquivos, o que em tempos de pandemia foi de uma ajuda extrema. As fontes da BN, em especial, o “Mapa botânico para uso do ilmo. e exmo. sr. Luís de Vasconcellos e Souza, Vice-rei do Estado do Brasil” me permitiu ver indícios da participação indígena no processo de inventariação do mundo natural. Já do IHGB, o “Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800”, quando relacionado com as fontes de outros arquivos, tornou possível analisar a participação fundamental do indígena Valentim Mendes na formação do jardim botânico de São José, em Belém.

A consulta das fontes em tempos de pandemia, momento em que os arquivos estavam fechados para visitas presenciais, foi parcialmente suprida pela disponibilidade digital que alguns nos oferecem de seus acervos. Neste caso, a Biodiversity Heritage Libray - BHL, A Bibliothèque Nationale de France – BNF, com sua Biblioteca Digital Gallica, o HathiTrust Digital Library - HTDL, A Biblioteca Digital Luso-Brasileira - BNDIGITAL, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindim – BBM, todas estas instituições com inúmeros arquivos digitais disponibilizados aos pesquisadores, me forneceu uma variada documentação (manuscritos, periódicos com informações sobre plantas amazônicas percorrendo a Europa, imagens de plantas) que utilizei na tese. São imagens, periódicos, relatos de viagens que mostravam a circulação global de plantas, a exploração e classificação do mundo natural e afins. Quando analisados com as demais fontes, mostravam indícios da participação de indígenas na exploração do mundo natural, exercendo numerosas funções.

De posse dessa documentação, e considerando que o ambiente da segunda metade do século XVIII é marcado pelas expedições científicas de reconhecimento do mundo

natural, e a história natural como ciência classificatória e comparativa implicou na construção de novas práticas culturais e científicas, o que procurei compreender foi como os povos indígenas do Vale Amazônico participaram desse universo. Quais foram os seus papéis na ciência em construção? Como seus conhecimentos foram utilizados?

A tese que defendo é a de que os povos indígenas do Vale Amazônico, durante a segunda metade do século XVIII, exerceram um importante papel na circulação/construção do conhecimento. Nesse processo, eles foram sujeitos que estiveram envolvidos ativamente, não apenas como auxiliares ou ajudantes, mas como agentes históricos, com ações precisas. Desse modo, pode-se afirmar que seus saberes e técnicas fizeram parte da constituição das ciências naturais em construção naquele período e que, em grande parte, seus conhecimentos foram apropriados pela ciência então em construção.

Antes de descrever a estrutura da tese, é relevante explicar que os capítulos não seguem uma narrativa sequenciada. Em outras palavras, cada um dos quatro capítulos construídos aborda questões e sujeitos sociais distintos, no entanto, eles estão relacionados a partir da percepção de um problema maior: a questão indígena na história do conhecimento. Essa problemática serve como fio condutor que costura toda a narrativa desta tese.

No primeiro capítulo, intitulado: “Saberes indígenas e ciência colonial” optei, inicialmente, por realizar um debate mais teórico sobre o campo da História das Ciências, relacionando-o ao campo da História Indígena, considerando, de maneira geral, como as duas áreas juntas podem contribuir com o conhecimento histórico sobre a participação indígena na história do conhecimento. Neste capítulo reflito sobre como a concepção de “Ciências” sofreu uma inflexão historiográfica nas últimas décadas, na qual deixou de ser compreendida como resultado de mentes intelectuais europeias e passou a englobar povos nativos ao redor do mundo, considerando suas contribuições para o conhecimento. Apresento e analiso uma documentação que nos permite inserir os povos indígenas do Vale Amazônico na história do conhecimento científico ocidental, e isso a partir da própria ideia de ciência debatida no Setecentos.

O segundo capítulo “Melhores mestres para nos ensinar o nome das plantas e seus usos” parte da consideração a qual os povos indígenas do Vale Amazônico possuíam um conhecimento estruturado que não era apenas um “saber-fazer”, possuía um sistema de compreensão e lugar central na circulação e produção do conhecimento que foi apropriado pelos portugueses. O principal objetivo do capítulo foi analisar como se deu

a participação indígena na exploração dos gêneros do sertão, na economia das drogas do sertão, pensando-os não apenas como força de trabalho, e, portanto, redimensionando tal participação a partir dos conhecimentos ameríndios, pois a coleta destes desses produtos esteve mediada por tais saberes, que, não raro, indicavam a existência de regiões que possuíam determinados gêneros em abundância.

O terceiro capítulo amplia a história do primeiro jardim botânico existente na capitania do Grão-Pará, o Jardim de São José, a partir da inclusão da história de um grupo de indígenas responsável por obter uma das primeiras coleções de vegetais transplantadas para o horto botânico, tornando-o jardim modelo na América portuguesa. Em “Itinerários indígenas” aponto que a historiografia sobre o Jardim Botânico, até então, não destacou o papel exercido por esses indígenas, dando destaque somente aos exilados franceses que se encontravam na capitania do Grão-Pará.

No último capítulo, “Saberes em movimento”, analiso o trânsito de saberes que envolveu uma planta indígena, a erva aiapana, natural da Amazônia e incorporada no repertório farmacológico da sociedade colonial na década de 1780, sendo depois globalizada por meio de distintos circuitos internacionais de apropriação de espécimes e conhecimentos. Estudada até hoje, a aiapana nos fornece a percepção do trânsito de conhecimentos relacionados às plantas amazônicas, e no caso dela, mostra tanto a apropriação e circulação de saberes indígenas, quanto a transformação desses saberes que vão se tornando mais globais e sincréticos.

Embora esse processo de apropriação dos conhecimentos indígenas tenha sido algo comum, a aiapana, e todos os saberes vinculados a ela, deixou rastros que nos permitem analisar o processo de circulação realizado. As fontes, que variam desde as correspondências trocadas pelos agentes administrativos no Grão-Pará até as revistas internacionais que publicavam matérias sobre a planta permitem descortinar como se deu esse movimento de omissão dos saberes indígenas.

CAPÍTULO 1 – SABERES INDÍGENAS E CIÊNCIA COLONIAL

1.1 - Saberes indígenas e a ciência colonial: História Indígena e História das Ciências

Considereei necessário começar o primeiro capítulo da tese com uma passagem sobre a historiografia da História das Ciências, devido à amplitude do campo e, também, para deixar mais evidente, como, atualmente, esta área tem incluído em suas análises sujeitos considerados marginalizados nas narrativas históricas. A partir disso, procuro contribuir com meu trabalho trazendo à tona histórias que englobam os povos indígenas na formação do conhecimento ocidental.

O campo de análise da História das Ciências é amplo e agrega uma diversidade de trabalhos e distintos aportes teóricos. São estudos que abordam desde a fundação de instituições científicas, museus, viagens, biografias, circulação de saberes, institucionalização da ciência, história da medicina e práticas de saúde etc. No decorrer dos capítulos da tese, trato da relação profícua que o campo da História das Ciências pode ter com a História Indígena. Contudo, ainda assim, neste capítulo, considereei importante aprofundar esse debate a fim de responder questões que me permitam fundamentar a tese.

Algumas perguntas que considereei importante tratar, foram: como, atualmente, a História das Ciências tem definido o conceito de *ciência*? O que era ciência no século XVIII? Como os indígenas e seus conhecimentos foram tratados neste contexto? No Setecentos, diante da posição que o Iluminismo assume com relação ao gênero humano, como os indígenas foram percebidos? Pode-se dizer que eles faziam *ciência*?

Até a década de 1970, no Brasil, a historiografia da História das Ciências costumava concordar que a produção de “ciência” no país só começa de fato a partir do século XX, com a fundação de instituições voltadas para a produção de conhecimento científico¹. A obra que fundamenta este pensamento é “As Ciências no Brasil”, organizada por Fernando Azevedo e publicada em 1955².

Embora Azevedo já tivesse tratado do tema da cultura científica no Brasil em “A cultura brasileira”³, publicada alguns anos antes, é “As Ciências no Brasil” (uma obra composta por textos de treze pesquisadores que tratam de distintas disciplinas, como

¹ DANTES, Maria Amélia M. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, M. A. M., ed. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. Mundialização das ciências e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII a transição no século XX). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v. L, fasc.2, p.107-123, 1998.

² AZEVEDO, Fernando. (org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1994.

³ AZEVEDO, Fernando. *Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

Matemática, Física, Astronomia, Meteorologia, Geologia, Mineralogia, Geografia, Química, Botânica Biologia, Psicologia, Economia, encerrando com a Antropologia e Sociologia) que é considerada o marco inicial da historiografia da História das Ciências no país. Mesmo sendo uma das obras responsáveis por inaugurar este debate, os textos presentes possuem o ponto em comum a ideia da não produção de conhecimento científico no Brasil colonial. Esta ideia é bem evidenciada por Azevedo:

O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram no Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinha, em tão longo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas e experimentais e, de modo geral, nas ciências e, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de ceticismo em fase de perspectivas de progressos nesse vasto setor do universo cultural⁴.

O fato de o Brasil ter sido uma colônia de Portugal, tornava-o, conforme o autor, herdeiro de uma cultura ibérica atrasada no campo científico, onde o espírito crítico estaria ausente e muito aquém de países como a Inglaterra (que, no século XVI, fundou a *Royal Society*), ou a França (com a criação da *Académie des Sciences* em 1666). Esse atraso seria culpa dos jesuítas, de um ensino predominantemente clerical, escolástico, de maneira geral, de uma herança ibérica, fator que passaria a ser rompido somente a partir das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal. O autor também levava em consideração que esse caráter ibérico estaria vinculado a um forte teor religioso e “avesso ao pensamento médico e à reflexão”⁵.

De acordo com Moema Vergara, ao analisar alguns historiadores no Brasil, esse caráter antilusitano e a negação do passado colonial acabaram por se tornar “vigente na interpretação dos historiadores da ciência no Brasil até meados do século XX, que também viam no advento das universidades o meio para se eliminar o atraso herdado da tradição ibérica”⁶.

Por sua vez, Marília Amélia M. Dantes elabora uma importante sentença sobre o livro, pois, considera-o como primeiro estudo abrangente com o objetivo de compreender o desenvolvimento das ciências no Brasil, contudo: “se situava na tradição de uma história

⁴ AZEVEDO, F. idem, 1994, p.18.

⁵ VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: A constituição de duas vertentes historiográficas da Ciência no século XX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2004.

⁶ Idem, p.26.

da ciência voltada para a formulação de grandes teorias... pensava as regiões periféricas como receptáculos passivos da ciência produzida nos grandes centros...”⁷.

Da obra de Azevedo até hoje ocorreu uma grande inflexão e essa historiografia tem tomado outros rumos. Flávio Edler analisa muito bem essa mudança:

Esses livros sobre História das Ciências, escritos há mais de 30 anos, confrontavam leitores muito diferentes daqueles que hoje se aproximam desse tipo de literatura. Aquilo que parecia uma ousada interpretação sobre nossas desventuras intelectuais e civilizacionais e, ao mesmo tempo, soava como uma perturbadora interpelação aos grupos sociais dominantes e às elites políticas tornou-se, para um público crescente, uma ortodoxia que não estimula nem convence. E tal mudança de perspectiva se deve às profundas transformações que vêm ocorrendo, desde então, no seio de nossa disciplina fazendo emergir novas sensibilidades⁸.

Essas profundas mudanças correspondem a transformações paulatinas que ocorreram desde 1970, no Brasil e fora dele, e se subdividem em diversos trabalhos que passaram a questionar a validade de um conhecimento científico universal, dando espaço para estudos e abordagens mais locais com ênfase nas práticas culturais e sistemas de crenças. Tais estudos passaram a tomar o conhecimento como um construto social que assume várias formas, associadas a “habilidades, práticas, instrumentos, procedimentos e métodos distintos, apropriados e negociados em circunstâncias contingentes, por atores situados em contextos sociais, políticos e culturais diversos”⁹.

Dominique Pestre realiza uma interessante análise sobre essas mudanças. O autor faz uma equivalência curiosa e, da minha perspectiva, bastante acertada, ao comparar a mudança de paradigmas que ocorreu no campo da História (com o movimento dos *Annales*, a partir de 1930), com as inflexões ocorridas na História das Ciências, a partir de 1970. A comparação tem como base a redefinição de como o ofício do historiador se

⁷ DANTES, Maria Amélia M. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, M. A. M., ed. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 17.

⁸ EDLER, Flávio. A História das Ciências e seus públicos. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.13, dezembro, 2015, p. 23-33. As obras as quais F. Edler se refere, além dos escritos de Azevedo, são as da historiadora Nancy Stepan, “Gênese e evolução da ciência brasileira” e do sociólogo Simon Schwartzman, “Formação da comunidade científica no Brasil”, estudos que possuem uma importância inquestionável para quem procura entender, entre outros assuntos, como a historiografia da História das Ciências tem se desenvolvido no Brasil, mas ao mesmo tempo, possuem pontos críticos e que se tornaram questionáveis dentro do próprio campo, como, por exemplo, ao tomar a Revolução Científica como ponto de partida das ciências, e encaram as ciências como “sistema formal de proposições validadas pelo método científico”. EDLER, F. idem, p. 31; Cf: STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976; SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro, FINEP, 1979.

⁹ Idem, p. 31.

reformulou, passando a utilizar fontes e métodos até então inovadores na área, ampliando os espaços nos quais o historiador poderia atuar, “aboliam a supremacia de um gênero único e dominante (o ‘grande gênero’, como se diz em pintura), e tornavam legítimas abordagens até então marginais ou menores”¹⁰.

O que fundamenta essa questão é que a ciência passa a ser considerada não como um composto de regras universais aplicadas e válidas em qualquer contexto. As regras ou normas científicas são aceitas localmente por um grupo de sujeitos específicos, sendo, portanto, legitimadas socialmente e culturalmente. Conforme o autor, um grupo de historiadores da ciência passou a oferecer, não sem controvérsias e longos debates, uma noção de ciência ou de práticas científicas mais ampla, proporcionando uma nova história das ciências.

Um exemplo da mudança apontada acima, é que se passa a considerar a ciência como um conhecimento que é construído a partir do social e que seu conceito acaba por variar ao longo do tempo. Essa dimensão social do conhecimento, que também leva em consideração aspectos culturais e políticos, compreende o conhecimento científico não somente como um conjunto de fatos, mas que envolve negociações e atores distintos¹¹.

Com esta alteração ocorrida nas últimas décadas, a historiografia brasileira passou a compreender que as práticas científicas não se deram somente no início do século XX, e tem valorizado a existência de atividades científicas desde o Brasil colonial. Parte da historiografia parecia assumir que a condição colonial se mostrava avessa às práticas científicas e que estas noções acabaram por se tornar, durante certo tempo, uma das principais dificuldades aos estudos de Histórias das Ciências na época colonial¹². Como apontou Carlos Camenietzki:

Durante muito tempo, como sabemos, a História da Ciência privilegiou suas ligações com os estudos filosóficos, com a epistemologia, ou a interpretação dos vínculos entre as ciências e o desenvolvimento econômico e social. Em ambos os casos, a condição colonial se mostrava avessa às práticas científicas. Na melhor das hipóteses, como até bem recentemente foi afirmado, o Novo Mundo e as colônias aqui instaladas representavam um grande depósito de

¹⁰ PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996, p. 5.

¹¹ SHAPIN, Steven. *Nunca pura: Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013; SHAPIN, Steven. *La revolución científica: una interpretación alternativa*. Barcelona: Paidós, 2000.

¹² CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Problemas de história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro (org.). *Ciência em perspectiva: estudos, ensaios e debates*. Rio de Janeiro: MAST, SBHC, 2003.

novidades inesperadas, de "maravilhas" que precisavam ser incorporadas ao arsenal de conhecimentos da Europa em pleno processo de conquista. Este mundo colonial, depósito natural de objetos de estudo, se apresentava ao homem de ciência como algo a ser visitado eventualmente, como um museu ou um jardim botânico distante. Ele possibilitava a coleta de espécies para análise posterior, em outro terreno¹³.

Essas questões também são percebidas em outras partes do continente americano. No caso da América espanhola, o interessante trabalho de Jorge-Canizares também nos fornece um outro exemplo dessa mudança na perspectiva do que é ciência e como inserir os povos nativos na história do conhecimento. O historiador considera que o Antigo Regime foi capaz de produzir conhecimento e ciência, não devido a um grupo de eruditos independentes, mas, encorajando vassallos a inovar e peticionar mercês, privilégios, a partir de suas invenções¹⁴.

De acordo com Canizares:

O manuscrito de Gamarra-Inga foi uma das centenas que chegaram à Coroa nos séculos XVI e XVII, como parte das petições de graças. É nestas petições que a história da ciência e da tecnologia na América colonial espanhola deve ser encontrada. As narrativas dominantes da primitiva ciência moderna, contudo, não tiveram qualquer utilidade para os Gamarras e Ingas de Potosi. **As redes andinas de conhecimento e suas descobertas tecnológicas tornaram possível a modernidade global do início da Era Moderna, mas permanecem historiograficamente invisíveis**¹⁵.

O raciocínio implementado por Canizares é fundamental, pois ele subverte a lógica de expansão da ciência. Se, antes, o centro produtor da ciência era o continente europeu e, a partir de lá, esses conhecimentos se estenderam ao resto do mundo¹⁶, agora, há um claro redimensionamento na importância dos conhecimentos e sujeitos locais, e como eles acabaram por fazer parte de uma ciência colonial.

Um dos pontos derivados dessa abordagem, e que considero importante para o meu trabalho, é a ideia de que a ciência colonial foi feita em terra firme, isto é, a

¹³ Idem, p.97.

¹⁴ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Bartolomé Inga's mining technologies: Indians, science, cyphered secrecy, and modernity in the new world. *History and Technology*, v. 34, n. 1, p. 61-70, 2018.

¹⁵ No original: The Gamarra-Inga manuscript was one of hundreds that reached the crown in the sixteenth and seventeenth centuries as part of gracia petitions. It is in these petitions where the history of science and technology in colonial Spanish America ought to be found. Dominant narratives of early modern science, however, have had no use for the Gamarras and Ingas of Potosi. The Andean networks of knowledge and technological breakthroughs made early-modern global modernity possible, yet they remain historiographically invisible. Ver: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. idem, p. 65, grifo meu.

¹⁶ BASALA, George. The Spread of Western Science. *Science*, vol. 156, p. 611-622, 1967.

construção do conhecimento, assim como sua circulação, contou essencialmente com fontes e práticas locais, e, como procuro evidenciar e analisar nesta tese, com práticas, técnicas e conhecimentos indígenas. Ao se ampliar a concepção de ciência, e, de como ela é produzida, passou-se a incluir também as populações nativas e a considerá-las como importantes componentes de redes locais e globais que colocaram em circulação saberes, técnicas e materiais que deram forma à história do conhecimento científico¹⁷.

As transformações ocorridas no âmbito destas duas disciplinas, História Indígena e História das Ciências, têm permitido que, por exemplo, dois indígenas do Grão-Pará, Cipriano dos Santos e José da Silva, sejam incluídos dentro de análises historiográficas acerca da produção de conhecimento. Após anos de escritos a respeito da famosa Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, realizada pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, eles aparecem nesses trabalhos como sujeitos fundamentais para a realização daquela empreitada.

Gabriela Almeida, em recente trabalho, aponta que os dois indígenas foram imprescindíveis na coleta de informações e espécimes de uma coleção que é reconhecida, atualmente, no campo científico pela sua relevância e amplitude. Conforme Almeida: essas pessoas “podem ser colocadas no centro de investigações historiográficas que queiram compreender as dinâmicas construtivas de conhecimentos para além da ação de sujeitos com formação letrada especializada”¹⁸.

Isso é a grande contribuição destes trabalhos. A virada de chave sobre a interpretação de como a ciência é produzida, permite-nos incluir na História do conhecimento, sujeitos marginalizados e analisar suas contribuições. Ângela Domingues e Patrícia Melo também realizaram esse exercício, o de considerar a participação de sujeitos subalternos na história do conhecimento científico, ao destacar a participação dos indígenas supracitados não apenas como facilitadores da expedição realizada por Ferreira, mas analisando suas participações como “detentores de saberes válidos e úteis para os expedicionários”¹⁹.

¹⁷ SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lisa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James (eds). *The brokered world. Gobetweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009; WENDT, Helge. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Edition Open Access, 2016.

¹⁸ ALMEIDA, Gabriela Berthou de. Vidas e saberes em trânsito: os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva e a Viagem Filosófica na Amazônia colonial portuguesa (1783-1798). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 15, n. 1, p. 16-31, 2022, p.23.

¹⁹ DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p.157-178, 2021, p.159.

Além de Cipriano de Sousa e José da Silva, Ferreira também contou com o conhecimento de outros indígenas e transcreveu estes saberes para seus escritos. É o caso do indígena Severino dos Santos Sakaka, sargento-mor da vila de Monforte. Domingues e Melo apontam que o fato de Alexandre Rodrigues ter percebido o indígena Sakaka como alguém que sabia ler e escrever, dono de bom discernimento, falante do português, foi fundamental para que o naturalista subscrevesse as informações passadas por Severino. Conforme as autoras:

Ferreira entendia que os informantes locais, fossem eles colonos ou indígenas, tinham conhecimentos válidos sobre assuntos específicos e detinham saberes que eram determinantes quando se tratava de avaliar a utilidade, o valor e a eficácia dos produtos naturais ou de técnicas. Sem nunca terem aberto um livro ou frequentado uma escola, eram conhecedores de ervas ocultas com propriedades curativas. De igual modo, notava que embora sendo desconhecedores de geometria, geografia, hidrologia, usavam eficazmente “algumas espertezas tanto mais dignas de admiração quanto menos geradas no ensino”²⁰.

Em outras áreas da América portuguesa isto também aconteceu. Utilizando como espaço de análise o Ceará colonial, Juciene Ricarte Apolinário mostra que as investigações sobre História Natural só foram possíveis devido às informações que eram compartilhadas pelos povos indígenas de inúmeras etnias²¹. Ela ainda impulsiona outras pesquisadoras e pesquisadores a realizarem estudos nessa temática, informando que existem, nos dois lados do Atlântico, arquivos cheios de fontes que mostram uma “apropriação utilitária que se fez das plantas, repassada pelos indígenas, por suas propriedades medicinais, madeira, como alimento, cordoaria, entrecascas de árvores, resinas, cipós, fibras, tintura, entre outros”²².

Quando se trata de usos e circulação de conhecimento no período colonial, é mais comum encontrarmos a presença indígena no que tange à relação com missionários e como estes aprenderam saberes do mundo natural com aqueles e vice-versa²³. Os jesuítas, em especial, “... adensaram suas fórmulas e práticas curativas, apropriando-se dos

²⁰ Idem, p. 172.

²¹ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil*. Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p.180-227.

²² Idem, p. 186

²³ CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, p. 61-75, abril, 2005.

conhecimentos dos nativos e de seus recursos naturais, tais como: ervas e raízes, seus insumos de curas”²⁴.

É importante ressaltar que os saberes de cura indígenas foram uma contribuição inestimável para a medicina europeia, ainda mais, como pondera Henrique Carneiro, a prática médica europeia expressava “a sobrevivência de uma tradição dogmática e de uma matéria médica barroca constituída de substâncias bizarras e de agressões debilitantes e infectantes ao organismo...”²⁵ e, a influência da medicina indígena, relacionada aos seus conhecimentos de usos milenares da flora para cura de doenças e males diversos, foram essenciais para uma “nova ciência experimental”²⁶.

Essas transformações, portanto, propiciaram estudos que tratam da existência das ciências, ou melhor, de práticas científicas nas colônias. A História das Ciências após dar ênfase às grandes teorias científicas, aos experimentos feitos em laboratórios por um grupo de sujeitos especializados, aos grandes nomes de cientistas, passou a encarar a produção de conhecimento científico a partir das relações estabelecidas com as comunidades locais, incluindo aí, os povos indígenas.

Isto me permite repensar a participação que, por exemplo, algumas indígenas de Soure, no final do século XVIII, tiveram em uma análise realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira acerca de dois tipos de cola ou grude, uma provinda da Ilha de Joannes (atual ilha do Marajó), oriunda da bexiga natatória do peixe gurijuba (*Arius Luniscutis*), e a outra originária da Rússia.

Antes de iniciarmos a análise das fontes que tratam deste episódio específico, é importante ressaltar que a gurijuba da ilha do Marajó é objeto de pesca, no mínimo, desde o século XVII. Por uma provisão de 12 de março de 1691, do Conselho Ultramarino, foi estabelecido um pesqueiro no igarapé Araruana que devia suprir a vila de Soure e região com tainha e gurijuba. De acordo com os registros de Antônio Baena, os indígenas Aruã eram responsáveis por essas pescarias, sendo “mestres na arte piscatória, e nela não menos capacitados de que exercendo na boca de seus uatapús atroadores os peixes atraídos pelo som destes búzios vinham logo emalhar-se nas redes por eles lançadas”²⁷.

²⁴ MERCÊS JÚNIOR, João Carlos M. das; MUNIZ, Érico S; PONTE, Vanderlúcia da S. Ameríndios e europeus no novo mundo: a dualidade natureza-cultura no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.75-91, jan./jun., 2020.

²⁵ CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 23, p.13-22, jan./jun., 2011, p.29.

²⁶ Idem.

²⁷ BAENA, Antônio. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 281

Em sua tese de doutorado, Joel dos Santos Dias aponta que a pesca de gurijuba possuía dupla importância:

A atividade pesqueira da gurijuba era importante não somente porque fornecia a carne para a alimentação das populações daquela localidade, mas também para abastecer a cidade do Pará e áreas próximas, onde encontrava grande consumo, inclusive o “grude” ou “cola” de “exportação considerável e vantajosa” para a economia local, sobretudo, nos meses de setembro e outubro²⁸.

O arquiteto Antonio Landi também conheceu as potencialidades da cola de gurijuba e atestou que “grudam ou colam qualquer madeira, e resultam muito melhor que a [cola] da Europa, porque as coisas coladas que aqui chegam se separam pela muita umidade, mas esta resiste”²⁹. De uso local bastante comum, além de ter sido utilizada para suprir as necessidades alimentares da região, há indícios de que se aproveitava a cola da gurijuba (*Arius spp.*) até na construção de edificações, servindo como um dos componentes da argamassa nas construções³⁰.

No final do século XVIII, já ciente das potencialidades da cola de gurijuba, o D. Rodrigo de Souza Coutinho, junto ao seu irmão, o governador Francisco de Souza Coutinho, procurou estimular e sistematizar o seu comércio. O governante, em 31 de agosto de 1799, dizia, ao comentar os ofícios que tinha recebido de Lisboa durante aquele ano, que lhe tinha sido recomendado a pescaria da Gurijuba para que se aproveitasse a bexiga natatória do peixe a fim de servir como cola:

sem demora o dei a execução expedindo iguais recomendações ao Administrador ao Pesqueiro Real de Joanes, e as Câmaras dos Distritos onde se fazem semelhantes Pescarias. O uso da bexiga deste peixe aqui é conhecido, e já se tem remetido para essa Corte, porém é peixe que só aparece em certa estação, e distritos (...) tornando a falar da cola de Gurijuba persuado-me que neste paquete irá uma porção que veio do

²⁸ DIAS, Joel Santos. “*Confuso e intricado labirinto*”. *Fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (séculos XVII e XVIII)*. 622f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016, p.354.

²⁹ Antonio Giuseppe Landi. O código: descrizione di varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Parà [ca. 1772]. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CAVALCANTE, Paulo. B.; HIGUCHI, Horácio. *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002, p.169.

³⁰ SOUZA, Manuella Araújo de. *Adição do grude da gurijuba nas argamassas de cal: investigação histórica e científica*. 126f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

Pesqueiro Real por amostra para que se possa ver se foi bem, ou mal preparada³¹.

Em 14 de novembro de 1799, Ferreira já realizava as primeiras experiências com a cola da gurijuba paraense. Em uma correspondência trocada com João Felipe da Fonseca, escrita do Jardim Botânico, há a informação de que em torno de uma semana a análise poderia estar pronta³². Em outro documento, presente no Arquivo Nacional da Torre Tombo, de 22 de novembro de 1799, podemos fazer uma leitura completa da experiência feita pelo naturalista:

Tenho a presente amostra de cola, ou grude de Peixe ultimamente vinda do Pará, a qual V.Exa houve por bem de remeter para este Real Museu, encarregando me de a experimentar, informar do merecimento dela em concurso com a que vem da Rússia: Ao que satisfaço dizendo que comparadas entre si as Argolas do Para P.P., e as Russianas R.R.; bem deixa ver que, as primeiras, sendo elas tão insípidas e inodoras, como as segundas, são de mais a mais (1º) mais esbranquiçadas, (2º) mais transparentes que estas.

(...)

Das dissoluções de ambas se recolheram duas porções nos dois vidros A e B; e se deixaram esfriar para se verem. Vê se com efeito que a do Vidro A que é de cola da Rússia, sim tem uma cor alambreada, porém fica tão transparente como a mais fina geleia; ao contrário da do Pará, que sim fica mais branca, que a Russiana, porém perde a transparência que tinha, quando seca.

Com tudo o efeito da porção de cola do Pará, que ficou bem dissolvida, sendo ele experimentado em Tafeté branco, que levou três Mãos da dita cola, é precisamente o mesmo que o de outras 3 mãos de cola russiana como se deixa ver nas amostras nº8 e 9. Concluo, pois, que em a cola do Pará sendo tão fácil de dissolver como as Russiana., e dissolvendo se ela tão completamente como esta; não haverá mais que desejar neste gênero, que aliás tem consumo, e eu agora o paguei a razão de 2\$400rs. o carretel.³³

O documento transcrito mostra uma etapa da produção de conhecimento sobre a cola de gurijuba. Da análise feita por Ferreira, ficamos sabendo que para se estabelecer uma cola de melhor qualidade alguns critérios deveriam ser seguidos, como saber se foi seca sob o sol, e que as amostras do Rio de Janeiro e do Pará, em sua maioria, “pela razão

³¹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 31 de agosto de 1799, códice 99, volume 20, 235-241. Além dessa amostra, outra porção de cola de gurijuba foi enviada em setembro para Lisboa, junto com amostras de Salitre. Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 07 de novembro de 1799, códice 99, volume 20, p.256.

³² Alexandre Rodrigues Ferreira. [Ofício para o oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca, em 14 de novembro de 1799] – Projeto Resgate, AHU, Pará (Avulsos), caixa 116, documento 8948.

³³ Alexandre Rodrigues Ferreira. [Ofício para o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 22 de novembro de 1799] – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Conde de Linhares, maço 28, documento 65.

de virem as bexigas aéreas tais e quais se tiram dos peixes, tão somente secas ao sol”³⁴, estão engorduradas e enodoados de sangue.

Se a análise das amostras de cola de gurijuba no Jardim Botânico, em Portugal, era uma parte das etapas para averiguar a qualidade da cola e aproveitar o seu uso comercial, principalmente no ramo das fábricas de seda, esse processo tinha seu início de produção nas mãos de mulheres indígenas da Ilha de Joanes e, a depender do manejo inicial que realizavam na extração da bexiga natatória do peixe, a qualidade da cola – como vimos no relato de Alexandre Rodrigues Ferreira – poderia ser alterada. É certo que diante das recomendações, já na virada daquele ano, 29 de dezembro de 1799, saía do Pará um pequeno caixote com cola de gurijuba que nas palavras do governador Francisco de Souza Coutinho, parecia ser “bem mais obrada”³⁵.

Embora não tenhamos um relato detalhado do momento da pescaria e preparação da bexiga natatória pelas indígenas, o conhecimento sobre a cola é indígena, além disso, as técnicas utilizadas nas pescarias artesanais envolviam instrumentos “extremamente inteligentes”³⁶. Como ressaltou Agenor Pacheco, foi perpetuado, ao longo dos séculos, o uso de “Arcos, flechas, anzóis, zagaias, iscas como minhocas, insetos, frutas, assim como paris, cacuris, tapagens de talas de bambus, ramas verdes e troncos, covos, rupichéis, redes e puças...”³⁷ que os indígenas sabiam escolher conforme a situação, além do já citado uso do *uatapu atroadores*, um instrumento sonoro que atraía os peixes³⁸.

Se não sabemos quais as técnicas exatas utilizadas para a pescaria da gurijuba e como foi feita a extração da bexiga natatória que Alexandre Rodrigues Ferreira analisou, certamente podemos atribuir a responsabilidade do trabalho inicial à 10 mulheres indígenas empregadas no Pesqueiro Real em Joannes, pois um documento mostra que entre julho e dezembro de 1799, elas recebiam cada uma 600 réis. Segundo essa mesma fonte, o rendimento da cola de gurijuba feita pelas indígenas, nesse período de seis meses, foi “23 paneiros que pesaram líquido 117 arrobas e sai a cada uma arroba a 1532, totalizando 72\$000”³⁹.

³⁴ Idem.

³⁵ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 29 de dezembro de 1799, códice 99, volume 20, p.482

³⁶ PACHECO, Agenor Sarraf. *En el corazón de la Amazonia: Identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras*. 353f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009.

³⁷ Idem.

³⁸ BAENA, idem, p. 65.

³⁹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 11 de julho de 1800, códice 99, volume 21, p. 254.

É possível incluirmos estas indígenas na história do conhecimento produzido a respeito da cola de gurijuba? As técnicas utilizadas na pescaria, a extração da bexiga natatória, seu preparo para atravessar o oceano Atlântico e ser analisada pelo naturalista em Portugal, podem entrar nesse trânsito de conhecimento? Ou este trabalho deve continuar sendo percebido somente como uma mão de obra aplicada? É possível excluir os conhecimentos indígenas deste processo?

Considero que se deixarmos de incluir estas anônimas índias no processo de construção do conhecimento sobre a cola de gurijuba, estaríamos descartando um saber fundamental que acabou se tornando parte de um construto maior. Tanto a pescaria quanto a extração da bexiga natatória, poderiam colocá-las na mesma condição dos dois indígenas preparadores da viagem filosófica realizada por Ferreira, Cipriano e José. Todos estes indígenas possuem um conhecimento acumulado, são detentores de saberes ancestrais sobre a fauna e flora amazônica, e, nesse contexto do século XVIII, foram considerados saberes úteis para naturalistas e outros envolvidos em processo de produção de conhecimento com diversos fins. Contudo, embora seja possível reconhecermos suas contribuições, como isto foi pensado no século XVIII?

1.2 - O Iluminismo e ideia de ciência em Portugal no século XVIII

Antes de definirmos o lugar dos povos indígenas na ciência em construção no Setecentos, é importante destacarmos como se compreendia o que era ciência no século XVIII. Não é uma tarefa simples, pois neste período ocorreu uma torrente de ideias político filosóficas que vai desembocar no que ficou conhecido como Iluminismo, hoje considerado pela historiografia um fenômeno multifacetado, bastante diverso. Contudo, talvez, um passo importante para iniciarmos essa compreensão do que era concebido como “ciência” pode ser pelo *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluetau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* composto por 2 volumes, publicado em 1789, define a “Ciência” como “conhecimento, notícia. Conhecimento certo, e evidente das coisas por suas causas... O

conhecimento daquilo em que somos bem instruídos”.⁴⁰ Por sua vez, seu oposto “Insciência”, é definido como “ignorância, imperícia”⁴¹.

O dicionário de Morais propôs uma condensação do dicionário do padre Raphael Bluteau que possuía 8 volumes e foi publicado entre 1712 e 1728. No original, a definição de ciência é mais extensa, parte dela diz que:

No rigor filosófico é um conhecimento certo, e evidente pelas suas causas (...) ela é a inventora das artes, mestra dos costumes, é a diretora de todas as empresas humanas, ela nos descobre as entranhas da terra, para vermos nelas como se gera o outro e como em cristal a água se congela, ela nos levanta ao céu para distinguirmos as quadras da lua e observamos como reparte o sol as estações do ano. Como ela chega o homem a imitar a imensidade divina, fazendo-se presente em todos os lugares, para examinar a natureza de todas as criaturas, como a ciência aprendem os médicos a curar doenças, os políticos a governar os estados, os juízes a discernir a inocência, os matemáticos a prever o futuro, e os sábios a cultivar as virtudes⁴².

A ciência, no século XVIII, se tomarmos a definição destes vocabulários, envolvia conhecer o funcionamento das coisas, objetos, suas causas, a perícia em algo, uma explicação para a natureza e seus fenômenos. Ela tem sido apontada como uma junção entre ideias desenvolvidas desde o Seiscentos e que vai tomando uma forma mais definida no século seguinte. Realizando uma leitura mais ampla, a noção de ciência vai ser relacionada à razão, observação e a experimentação como base para o conhecimento. Áreas como a biologia, química, física e a astronomia foram amplamente estudadas e desenvolvidas a fim de explicar os fenômenos naturais.

De maneira geral, e aqui utilizo da leitura realizada por Paul Hazard para fazer um apanhado amplo deste século, ele seria essencialmente racionalista, mas, também, empirista⁴³. Isto quer dizer que a razão é tomada como o princípio para se compreender o mundo, regida pela matemática e pela dedução lógica, e no caso do empirismo, é devido ter como base para as ciências da natureza a observação e experimentação. Para o historiador, estas duas correntes de pensamento, embora percebidas muitas vezes como

⁴⁰ António de Morais Silva. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Vol.2, p.380.

⁴¹ Idem, vol. 1, p. 723.

⁴² Rafael Bluteau. Vocabulario Portuguez e latino. Vol. 7. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor da sua magestade. 8 v., 2 suplementos, v. 7: [2 p. sem numeração], 824 p., 1720, p. 523-524. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

⁴³ HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Trad. Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

excludentes, são complementares para se compreender a ciência que vai tomar forma no Setecentos.

Na terceira parte da obra “A crise da consciência europeia (1680-1715)”, ao tratar do empirismo de J. Locke, Hazard considera que a construção de uma visão que possuía a experiência e razão como pilares de sua compreensão marcou o século XVIII, na medida em que experiência e observação passam a divergir de um pensamento escolástico, o que resultaria na conformação da ciência moderna⁴⁴.

Embora a análise de Hazard me sirva para compreender alguns princípios gerais que vão nortear o pensamento filosófico no século XVIII, é importante ressaltar que o conjunto de ideias que vai dar caracterizar o Setecentos não ocorreu da mesma forma e de maneira unívoca no continente europeu. O Iluminismo, cada vez mais, tem sido considerado um movimento que possuiu fatores socioculturais distintos, variando conforme seus pensadores e do país onde ocorreu.

Para o historiador T. Todorov, o século das luzes é um período de síntese, de um compêndio de determinadas ideias desenvolvidas ao longo dos séculos anteriores, uma síntese mais do que uma inovação extrema. Conforme o mesmo:

As grandes ideias das Luzes não têm origem no século XVIII; quando elas não vêm da antiguidade, trazem os traços da Idade Média, do Renascimento e da época clássica. As luzes absorvem e articulam opiniões que, no passado, estavam em conflito, é por isso que os historiadores quase sempre observam que é preciso dissipar algumas imagens convencionais. As luzes são ao mesmo tempo racionalistas e empiristas, herdeiras tanto de Descartes como de Locke⁴⁵.

Francisco Falcon considera que o Iluminismo pode significar: “doutrina dos que acreditam na ‘iluminação interior’ ou mística, a qual para outros constituía uma espécie de manifestação “irracionalista”, quanto, justo o oposto, Iluminismo é sinônimo... da ‘iluminação racional’⁴⁶.

Dorinda Outram aponta que, a partir de 1970, os historiadores passaram a perceber o impacto das luzes em outras regiões do globo, e como tais ideias foram sendo desenvolvidas nos países europeus, considerando-o um fenômeno multifacetado. Sendo resultado não somente das reflexões dos filósofos franceses, o Iluminismo, portanto, seria

⁴⁴ Idem, p. 187-258.

⁴⁵ TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. Tradução Mônica C. Corrêa. São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 13.

⁴⁶ FALCON, Francisco J. C. *Iluminismo*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2004, p. 17.

fruto de uma intensa atividade intelectual que tomou forma ao longo do século XVIII, abrangendo um conjunto de ideias e práticas, não raro “contraditórias” e, ainda, que conviveram com oposições de pensamentos considerados mais conservadores.

Na obra “O Iluminismo”, Outram aduz que podemos compreender esse movimento a partir de uma série de debates e tensões que embora seja difícil de abarcar uma realidade histórico complexa, compreende um grupo de discussões específicos que mostram aspectos, ideias e opiniões interagindo com a sociedade e a política daquele contexto⁴⁷.

Estas características nos permitem entender melhor o caso do Iluminismo português e como isso se relaciona com a ciência então em construção. Nas terras lusas, fé e ciência não se dissociavam totalmente, ali conviveram, não pacificamente, a tradição filosófica com a inovação experimental⁴⁸. As ideias ilustradas tiveram que lidar com um modelo de ensino de tradição jesuítica, escolástico e o movimento das luzes em Portugal, sendo multiforme, encontrou no ecletismo uma forma de mostrar a abrangência dos seus principais expoentes, “extensivo às diferentes disciplinas; a pedagogia materializou-se na reforma dos estudos menores e da Universidade de Coimbra; a política, no despotismo iluminado do marquês de Pombal”⁴⁹. É possível pensarmos também em distintas fases das luzes em Portugal, destacando o fato que tal movimento reformista ocorrido neste século, não seria oriundo apenas do período em que Sebastião José de Carvalho e Melo esteve no poder, destacando o papel exercido por outros sujeitos e obras na formação do iluminismo lusitano.

É o caso de Azevedo Fortes que procurou conciliar o catolicismo e o pensamento moderno, o próprio Luís Antonio Verney e sua obra “O verdadeiro Método de Estudar” onde critica a filosofia peripatética, enaltece o experimentalismo e “prefere a razão à autoridade(...) em plena comunhão com as ideias mestras do iluminismo e impressiona pela fidelidade com que faz eco das posições novas e polémicas que atravessavam a Europa”⁵⁰.

Pedro Calafate, ao tratar da tese do ecletismo português, considera a existência de duas vertentes fundamentais, uma mais moderada que procurou aliar a tradição filosófica

⁴⁷ Cf. OUTRAM, Dourinda. *The Enlightenment*. Fourth Edition. Cambridge University Press, 2019, p.249.

⁴⁸ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. O Marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

⁴⁹ ABREU, Adélio F. Iluminismo e cristianismo em Portugal. Uma abordagem histórica. *Humanística e Teologia*, n. 33:2, p.31-61, 2012, p. 38

⁵⁰ Idem, p. 42

da escolástica com as algumas mudanças advindas do pensamento moderno, e outra, onde há maior preponderância de “uma mais vincada consciência de inovação”⁵¹, mas ambas, aponta o autor, confluindo em ideias de progresso e transformação do saber.

É importante situar que na primeira metade do século XVIII, ocorreu um alto investimento nas Artes, na cartografia e engenharia. Júnia Furtado, ao analisar o reinado de D. João V (1706 e 1750), considerado patrono das ciências e das artes, aponta que já existiam sintomas de um ambiente cultural e científico em desenvolvimento em Portugal naqueles primeiros anos do Setecentos, pois já se podia observar uma “...a valorização do espírito, a criação de um mercado de letras; a aproximação entre os intelectuais, os grandes e o Estado... a proliferação das academias...”⁵².

A formação de um elite letrada, chamada por Furtado de “emboabas ilustrados”, indivíduos que eram ferrenhos defensores do pragmatismo e do empirismo, homens que transitavam em outros lugares do continente europeu, mostra que já nos anos finais do século XVII e durante o século XVIII, estes sujeitos lidavam com os conceitos escolásticos de um lado e, do outro, com as novas concepções de filosofia e de ciência experimental moderna, “caracterizavam-se por defender a construção de um novo conhecimento que, à luz da razão, destruiria antigas crenças, para ser colocado à serviço do Estado monárquico”⁵³.

Já o reinado de Dom José I (1750-1777), teve como marcas distintivas as políticas reformistas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, e, também, conhecido pelo título obtido em 1770, Marquês de Pombal. A historiografia sobre esse período é farta. Francisco Falcon fez um levantamento bastante útil sobre alguns trabalhos e a forma como compreenderam a “Época Pombalina”, apelido dado pela importância do ministro nesses anos, mas que, como alerta Falcon, não pode ser “transformado em agente histórico único”⁵⁴, assim como não se pode perder de vista a relação entre as práticas político mercantilistas com as políticas culturais ilustradas.

Não obstante a extensão dos temas sobre esse período, para este tópico é importante tratarmos de como as ciências passaram a fazer parte de um discurso político

⁵¹ CALAFATE, Pedro. Ecletismo e metodologia na ilustração portuguesa: o conflito entre a liberdade da pesquisa e a organização rígida dos saberes. *Convergência Lusitana*, 12 (14), pp.36-43, 1997.

⁵² FURTADO, Júnia F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e as novas práticas letradas. In: FRAGOSO, João L. R.; GOUVEA, Maria de F. (orgs.). *O Brasil colonial*, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821), 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 65.

⁵³ Idem, p. 89,

⁵⁴ FALCON, Francisco. J.C. Antigos e novos estudos sobre a “Época pombalina”. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.8.

que relacionava o que se considerava o atraso intelectual português com a ausência do desenvolvimento das luzes, da razão, do progresso. As reformas do ensino ocorridas nesse período, por exemplo, na Universidade de Coimbra e seus “Estatutos”, mostram medidas inspiradas nas luzes que tratavam da “falta de orientação *prática* aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da erudição...quanto da experimentação, e, portanto, do empiricismo das luzes”⁵⁵.

Junto a isso, a ideia de ciência como elemento útil ao Estado passa a se tornar mais evidente. É por meio dela que se procura explorar mais sistematicamente o mundo natural a fim de obter uma exploração racional de seus recursos. De acordo com Marcia Moisés Ribeiro:

a articulação entre a política estatal e as atividades de caráter especulativo e pragmático científico era uma das principais finalidades do corpo acadêmico que conduzia projetos de reestruturação da exploração dos domínios ultramarinos. Consequentemente, verifica-se a necessidade do delineamento de uma cultura científica útil ao Estado e à sociedade e que fosse capaz de trazer rápidos retornos à Coroa portuguesa⁵⁶.

Por fim, no reinado de D.Maria I, com as reformas em andamento, torna-se mais nítida a influência as características do iluminismo lusitano. As mudanças ocorridas na Universidade de Coimbra, a criação da Academia Real das Ciências, a importância dada aos jardins botânicos, por exemplo, mostravam medidas claras que demonstravam como o Estado português tomou a ciência como instrumento para “consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e o ultramar”⁵⁷, mas também, como ressalta Ronald Raminelli, havia também o interesse por uma ciência pura, “...no século XVIII registra-se uma vontade de conhecimento que ultrapassava aquelas preocupações. A demonstração de poder passava também pela conquista científica”⁵⁸.

A secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos, seja com Martinho de Melo e Castro, que continuou no cargo com a saída de Pombal, seja com D. Rodrigo de Souza Coutinho, formulou políticas direcionadas ao aproveitamento das riquezas coloniais,

⁵⁵ SILVA, Ana Rosa Clacet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 440.

⁵⁶ RIBEIRO, Márcia M. Ciência e Império: O intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.514-515.

⁵⁷ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p.94.

⁵⁸ PEREIRA, Mario C *apud* RAMINELLI, Ronald. Idem.

políticas tais que tinham princípios iluministas vinculadas aos saberes científicos, inclusive, como aponta Luís Miguel Carolino, havia, na Europa iluminista, uma estreita ligação entre “entre a centralização do poder político, a reflexão econômica e o desenvolvimento de políticas científicas que privilegiavam a componente utilitária da ciência”⁵⁹, e, no caso de D. Rodrigo, ele considerava que o conhecimento e controle da natureza, dos seus fenômenos, do uso racional dos recursos que ela poderia oferecer, seria algo que beneficiaria o governo dos homens e, também, era uma concepção compartilhada “pela larguíssima maioria dos filósofos e dos políticos iluministas”⁶⁰.

Para Ângela Domingues, o saber científico, após as renovações culturais ocorridas em Portugal no século XVIII, passou a ter um caráter prático, sendo, essa característica junto à questão da utilidade, princípio do Iluminismo, e dessa forma, não cabia apenas inventariar o mundo natural, a natureza deveria servir como recurso do progresso do reino:

destinavam-se não só à inventariação, catalogação e classificação das espécies ou ao reconhecimento das potencialidades naturais, como deviam contribuir para o desenvolvimento econômico do reino, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio ou contribuir para a cura de doenças.⁶¹

De maneira geral, a ideia de ciência em Portugal no Setecentos, esteve relacionada às ideias iluministas, vinculadas à uma articulação entre políticas científicas e desenvolvimento do reino, à uma produção de conhecimentos dentro de uma rede de distribuição de produtos científicos internacionais, que possuía a metrópole como centro receptor, à criação e organização de um quadro científico que promovia o ensino de conhecimento úteis e aplicáveis.

Ao considerarmos a natureza da ciência ilustrada em Portugal, é importante agora definir o lugar reservado aos povos indígenas neste contexto. Como os indígenas e seus conhecimentos foram tratados? Como o Iluminismo e a ciência setecentista percebeu os povos indígenas?

⁵⁹ CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloísa M; CAROLINO, Luís M; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX*. 1ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 193.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: Centro de História Além-Mar. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade dos Açores, 2012, p. 141.

1.3 - Iluminismo, ciência e os povos indígenas do Vale Amazônico

Ao considerarmos que o critério de cientificidade, no século XVIII, possuía como pilar uma abordagem empírica da natureza, o conhecimento científico poderia ser adquirido a partir da observação, razão e experimentação, essa abordagem empírica, por sua vez, poderia levar a descobertas e conhecimentos que deveriam ser úteis à sociedade, ao Estado.

De acordo com Henrique Carneiro, existiram três momentos que acabam por definir as ciências naturais: o primeiro ainda no século XV, com a leitura dos clássicos gregos e latinos, o segundo no século XVI com iniciativas de catalogação e ilustração da flora e fauna europeia, que buscavam realizar suas observações em campo, e, por fim, ainda no final do século XVI, herboristas como Garcia Orta, Cristovão Acosta e outros, descreveram plantas do Oriente e América, o que vai atingir seu ápice no século XVIII a partir das obras de Lineu, “A síntese da atividade herborística alcançou a sua completude corográfica na época do grande sábio sueco com as viagens do capitão Cook e o herbário de Joseph Banks sobre as plantas da Oceania”⁶².

Segundo Gisele Conceição, os filósofos iluministas – a partir de uma metodologia de caráter analítico, que levava em conta a observação, a descrição e a experimentação – buscavam nas ciências da natureza explicações universais, desta feita, a História natural (que englobava a Botânica, Zoologia e Geologia) vai ser eleita como disciplina responsável por classificar a natureza:

Para os iluministas, a História Natural, dado seu caráter eminentemente analítico e descritivo, fazia parte do contexto relacionado com a «memória», enquanto que a Física — relacionada com a Medicina (e suas auxiliares, a Zoologia, Botânica e Química) — deveria ser a disciplina que traduzia a «razão» das coisas. A primeira observava, descrevia e catalogava o Mundo Natural; a outra, explicava e definia conceitos. Como a História Natural não abrangia a explicação, podia englobar os três Reinos (Vegetal, Animal e Mineral) no mesmo sistema. Esta característica fundamental da História Natural só perdeu espaço no século XIX, quando a Biologia surgiu como disciplina e propôs uma ciência que tentasse compreender os seres vivos separadamente dos seres inanimados⁶³.

⁶² CARNEIRO, Henrique. Op.cit, p. 15.

⁶³ CONCEIÇÃO, Gisele. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019, p. 39.

Embora, para as metrópoles, a natureza colonial tenha sido objeto de estudo desde os séculos anteriores, no século XVIII ela passa a ser investigada sistematicamente e, relacionada aos paradigmas do Iluminismo, assim como à criação de academias de ciências, jardins botânicos e outros, ela e tudo interligado, inclusive os povos nativos que viviam nos territórios além-mar, foram integrados à um processo de inventário a tudo que poderia ser útil. A ordenação do mundo por meio das lentes da “história natural” deveria organizar os reinos da natureza enquadrando-os a partir dos padrões europeus⁶⁴.

A América portuguesa, em especial a sua parte norte, vai ter um lugar bastante específico nesse processo. Os povos indígenas do Vale Amazônico e seus conhecimentos da flora e fauna da região serão essenciais para a catalogação desse mundo a partir de critérios científicos/iluministas. Se uma das questões da Ilustração é a compreensão da racionalidade do mundo, os povos indígenas são particularmente importantes, tanto pela sua condição de informantes (e aqui nesta tese surgem como agentes históricos também), como pela sua proximidade com a natureza e sua condição no gênero humano.

Se a ciência, no século XVIII, tem com como função descobrir a utilidade das coisas e esse apontamento da utilidade é uma questão chave para o Iluminismo, o conhecimento indígena vai ser extremamente importante e válido, pois eram detentores de saberes acumulados e ancestrais acerca das regiões que viviam, tal saber serviria para os filósofos naturais como acesso a itens da fauna e flora que em grande parte eram desconhecidos dos europeus.

Além disso, a questão da utilidade é um ponto importante. O professor Cláudio Denipoti, ao analisar como os termos útil/utilidade eram usados no século XVIII, principalmente focando nos textos impressos, aponta que tais termos surgem como sinônimo de “necessidade”, “bem comum”, apontando “para uma benesse coletiva mediada pelo monarca e pelo império: ser útil a nação”⁶⁵. A partir disso, reforço que os conhecimentos indígenas são importantes porque eram parte da chave de explicação para um mundo então pouco conhecido aos europeus, que por sua vez, precisavam destrinchá-lo para explorá-lo e compreender seu funcionamento. Contudo, como isso foi percebido pelos pensadores do século XVIII?

⁶⁴ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. 247f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

⁶⁵ DENIPOTI, Cláudio. *Útil/Utilidade*. Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website/util-utilidade>, acesso em 12 de agosto de 2022. Agradeço a professora Patrícia Melo pela indicação da leitura.

A resposta pode ser diversa. Se por um lado, de maneira mais abrangente, nas grandes teorias a respeito dos indígenas americanos eles são classificados como selvagens, infantis, bárbaros, desprezíveis, por outro, como em memórias científicas do século XVIII, ou mesmo nas correspondências trocadas entre os agentes administrativos coloniais, o conhecimento indígena é alçado à condição *sine qua non* para a exploração do mundo natural.

De acordo com Rossana Verran:

o indígena, que ainda encontrava-se integrado à natureza, estaria em um estágio inferior ao do europeu civilizado, porém a igualdade entre eles estava garantida a partir do caráter universal que era dado à história da humanidade. Provavelmente, o europeu também já tinha passado pela mesma fase em que se encontrava o índio, esta foi a tese que subsidiou o pensamento europeu até o final do século XIX⁶⁶.

Para Verran, a tendência dos filósofos do século XVIII era procurar o “universal”, as leis que uniam todos os povos e os estágios que toda humanidade passaria, e neste sentido, o indígena estaria em uma fase de desenvolvimento inicial, ainda integrado à natureza, enquanto o homem europeu se percebia em um estágio de desenvolvimento mais avançado, já dominando (ou procurando dominar) a natureza e suas leis.

Não tenho a pretensão de analisar como estas teorias perceberam os povos indígenas americanos e as imagens criadas sobre eles. Trabalhos como o de Ronald Raminelli⁶⁷, Manuela Carneiro da Cunha⁶⁸, Michèle Duchet⁶⁹, ou ainda, teses de doutorado, como a já citada Rossana Verran já realizaram esse objetivo⁷⁰.

Luiz Francisco Albuquerque Miranda aponta que:

no século XVIII, o indígena foi concebido como “completamente humano”, ainda que se insistisse na sua inferioridade. ele era a representação do homem primitivo. Para as Luzes, a inferioridade do nativo americano derivava de um descompasso histórico passível de superação. Podia-se acompanhar Las Casas e anunciar que americanos e europeus tinham basicamente a mesma “natureza”

⁶⁶ VERRAN, Rossana S. *Inventário Científico do Brasil no século XVIII: A contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos Índios*. 258f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006, p. 198.

⁶⁷ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

⁶⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de índios do Brasil: o século XVI. Estudos avançados*, v.4, dez., p. 91-110, 1990.

⁶⁹ DUCHET, Michele. *Antropologia e Historia en el siglo de las luces*. México: Siglo XXI Editores, 1988.

⁷⁰ VERRAN, Rossana. *Op.cit.*, 2006.

e, ainda assim, sustentar a existência da desigualdade, pois em cada um deles a “natureza” estava em um estágio de desenvolvimento. Todos os homens eram iguais, mas a história os distinguia⁷¹.

De maneira geral, tal como aponta Antonello Gerbi, a discussão sobre a natureza dos indígenas americanos não era uma questão nova, e, no século XVIII, tal debate não vai ser consenso entre os filósofos do Iluminismo, sendo que se grande parte os considerava degenerados, outros, por sua vez, achavam que ameríndios representariam os povos na infância, um estágio inicial da humanidade⁷². De todo modo, numa representação ou noutra, seja incapaz, seja ingênuo, são sujeitos aquém dos colonizadores.

Se havia um pensamento predominante sobre uma suposta “inferioridade” dos indígenas, o que dizer de relatos que demonstravam surpresa, e até mesmo admiração, pelos seus conhecimentos? Guilherme Piso, médico e naturalista holandês, que escreveu a obra “História Natural do Brasil” em 1648, ficou surpreso com a eficácia da medicina indígena, chegando a dizer que todos os indígenas exerciam a medicina e conheciam das doenças, que “Embora se encontrem nesta barbárie...existem, contudo, não poucos utilíssimos, que rivalizam com os da antiguidade e podem impressionar os médicos eruditos”⁷³. Segundo Henrique Carneiro, a “própria prova dos fatos evidenciou que as drogas e técnicas ameríndias eram mais eficazes do que a medicina européia da época colonial”⁷⁴. O empirismo do saber indígena, afirma o autor, já no século XVI, superava o “racionalismo” da medicina europeia.

Para o século XVIII as fontes também apontam a importância do conhecimento indígena de diversas formas. Martinho de Melo Castro, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, em 15 de março de 1786, em uma correspondência trocada com o governador do Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, tratava sobre a necessidade da construção de uma corveta para o rio Amazonas. Ele é informado pelo governador, a respeito da dificuldade de se construir tal embarcação “posto não seja construída debaixo de todos os preceitos miúdos da Arte, ao menos possa servir com segurança ao destino a

⁷¹ MIRANDA, Luiz Francisco A. de. Os selvagens americanos e a filosofia das Luzes. *Tempos Gerais* – Revista de Ciências Sociais e História, n.5, 21-31, 2014, p. 24.

⁷² GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷³ PISO, Guilherme. História natural da Índia Ocidental. Tradução de Mário Lôbo Leal do *De India Utriusque re naturali et medica*. Escorço biobibliográfico de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957 [1658]. p. 8. Apud CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.13, n.23, p.13-32, jan./jun. 2011, p.22.

⁷⁴ CARNEIRO, Henrique. Op.cit, p.25.

que sua majestade a manda aplicar”⁷⁵, solicita que lhe sejam enviados um mestre, seis oficiais de carpinteiros, dois calafates, e uma série de outras ferramentas, finalizando com o pedido do envio de “alguns índios que não deixam de ser bem próprios para este ministério, principalmente os da vila de Chaves pelos *conhecimentos práticos*”⁷⁶.

Em outro documento, vemos que na manhã do dia 12 de abril de 1789, o mesmo Martinho de Souza Albuquerque alertava João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, então de saída para à capitania do Mato Grosso, a fim de assumir o governo daquela capitania, da importância de se escutar os indígenas. Era uma viagem que superava a duração de sete, oito meses, sendo um trabalho extenuante, cheio de cachoeiras, correntezas, então “para o melhor acerto dela, ouvirá em primeiro lugar os pilotos e jacumaúbas, como práticos que são daquela navegação, e o parecer destes junto com o seu deverá propor a S.Exa, para ele determinar o que se deve fazer e praticar”⁷⁷.

Este tipo de alerta sobre a importância dos saberes indígenas para a navegação nos rios amazônicos foi constante, não raro, a região é representada nas fontes como um labirinto de rios. O próprio João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, afirmou que “conduzir e encanar por vários canais, e duplicados giros, em que a habilidade, e experiência dos pilotos faz sempre o seu bom sucesso”⁷⁸.

Os indígenas foram chamados de *melhores mestres* por Domingos Vandelli, mas não apenas chamados, na prática também exerceram esse papel de ensinar seus conhecimentos, técnicas, como quando Manuel Bernardo de Melo e Castro, governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, entre os anos de 1759 e 1763, tratava sobre o requerimento dos administradores da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, solicitando:

se lhe concederem os **quatro índios que ensinassem os pretos** a cortarem e conduzirem as madeiras para o estaleiro, em que estão fazendo o seu Navio, os permiti aos ditos administradores declarando-lhe o vencimento que cada um deles deve ter por dia de cento e cinquenta réis... e a proporção do seu préstimo e se lhe devera acrescentar o dito jornal, fazendo se lhe os pagamentos com

⁷⁵ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 15 de março de 1786, código 99, volume 07, p.20.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de abril de 1789, código 99, volume 10, p.84v.

⁷⁸ João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 02 de maio de 1791, código 99, volume 13, p.148.

assistência do procurador dos mesmos índios na forma da sobredita ordem de sua majestade⁷⁹.

O que pode ser analisado além da questão da utilização de mão de obra, é como tais saberes eram extremamente necessários a ponto de que os administradores da Companhia Geral solicitassem indígenas para que *ensinassem* tanto a maneira correta de cortar a madeira com o intuito de fabricar as embarcações, assim como conduzi-las pelos infindáveis rios amazônicos.

Neste sentido, Elias Ferreira nos lembra que os indígenas possuíam a seu dispor uma infinidade de árvores, mas nem todas próprias para a construção de embarcações, e, neste caso, “o conhecimento dessa variedade de espécies e a sua devida utilização fazia dos indígenas indispensáveis para o corte das madeiras no mato, transporte até as feitorias e seu beneficiamento, seja em tábuas ou em embarcações”⁸⁰.

Saber escolher as madeiras corretas, realizar o corte preciso, conduzir o material coletado até os estaleiros, era uma tarefa que exigia conhecimentos e técnicas específicos. Eram, como afirmou Décio Guzmán, “peritos insubstituíveis da geografia fluvial, sem sua ajuda nenhuma pessoa se aventurava nas correntes e margens. Com sua ajuda nenhuma pessoa navegava às cegas...”⁸¹.

Fato semelhante acontece com o indígena Pedro, mestre na preparação do açúcar. Francisco Antonio Batista de Castro comprou o engenho Santo Antonio da Mouraria, no rio Moju, em 1777, e em ofício direcionado ao Senado da Câmara de Belém, faz algumas lamentações sobre as dificuldades que estava encontrando em reerguer o dito engenho sem a mão de obra necessária, apontando que tinha um “mestre que me faça o açúcar e não o acho alugado, só sim por empréstimo por algum tempo. E achando-se em casa de Inácio(?) Sanches de Brito um índio por nome Pedro...”⁸² solicitava àquele indígena

⁷⁹ Manuel Bernardo de Melo e Castro, [Ofício para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 03 de outubro de 1761] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 50, documento 4607.

⁸⁰ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016, p. 86.

⁸¹ No original: Los «prácticos» eran los peritos insustituibles de la geografía fluvial. Sin su ayuda ninguna persona se aventuraba en las corrientes y «maretas», ninguna persona navegaba a ciegas entre los flujos de marea y los bancos de arena o bajíos arenosos, muy frecuentes. GUZMAN, Décio. La primeira urbanización de los “abunás”. Mamelucos, índios y jesuítas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. *Boletín Americanista*, año LXVII, 2, n.75, Barcelona, 2017, p. 67.

⁸² Francisco Antonio Batista de Castro. [Ofício para os oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, em 19 de novembro de 1780] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 87, documento 7077.

durante o tempo da safra do açúcar, presença também que serviria para ensinar algum escravo naquele trabalho.

A ayapana, uma planta nativa da Amazônia que vai gerar toda uma rede global de produção de conhecimento (e bastante documentada), nossa protagonista do quarto capítulo, saiu do interior da floresta devido uma indígena ter apresentado as virtudes da planta para um cabo de canoa, virtudes estas que foram sendo apropriadas/confirmadas pela ciência europeia com o passar dos anos.

Vamos ver, principalmente no capítulo dois, que tanto Vandelli, quanto um de seus discípulos, Baltasar da Silva Lisboa, que esteve na Capitania de Ilhéus, vão ressaltar a importância do conhecimento indígena, o primeiro tratando-os como *inteligentes práticos, melhores mestres* que poderiam ensinar aos naturalistas o saber que possuíam da fauna e flora local, e, o segundo, destacando que é a partir dos povos indígenas que se pode fazer as maiores descobertas úteis ao Estado.

Os exemplos são inúmeros. Alexandre Rodrigues ficou surpreso pela precisa representação cartográfica da região do rio Branco, criada por um indígena macuxi a partir de cordas, onde mostrava os rios, as vilas, e uma série de outras informações sobre a região, perguntando-se: “O que faria um europeu criado como um destes tapuias, ignorantes da existência da geometria, geografia, hidrologia... se lhes fosse perguntado a respeito de um rio, sua direção, afluentes, números de aldeias situadas?”⁸³.

Este índio reparou, na palhoça que eu habitava, o que eu estava a riscar. Era um pequeno mapa de população que ele supôs ser o rio Branco. Sem me dizer alguma palavra, tomou o meu bastão que eu trazia no canto da palhoça e com a ponta pôs-se a riscar na areia do pavimento uma encadeação de grandes e pequenos rios. Na foz do Araru, segundo ele, o que para nós é o Tacutu, riscou a fortaleza de S. Joaquim e tantos quadrados eram as palhoças a ela anexadas. Aproveitando a ocasião, oferecendo-lhe papel, o convidei a fazer com a pena e tina o que até o momento tinha feito com bastão. Prontamente se pôs a riscar uma carta onde as cordilheiras eram marcadas por sucessivas séries de ângulos mais ou menos agudos e as malocas dos gentios por círculos maiores e menores. Sem adicionar coisa alguma além dos nomes que me dizia, a carta a S.Ex^a. o sr. João Pereira Caldas, ao governador da capitania, ao Dr. Astrônomo José Simões de Carvalho e a muitos outros⁸⁴.

⁸³ Alexandre Rodrigues Ferreira. Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos três rios das Amazonas, Negro e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas, e principalmente com a dos tapuios. In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias – Zoologia e Botânica. Conselho Federal de Cultura, 1972, p.93.

⁸⁴ Idem, p.93-94.

As representações construídas por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre os povos indígenas da Amazônia foram bem analisadas pela historiografia⁸⁵, a questão que me chama atenção é que Ferreira faz questão de não alterar nada do que foi feito pelo indígena, além dos nomes, e apresenta aquele mapa (indígena) para algumas autoridades coloniais, entre eles o astrônomo José Simões⁸⁶.

Outro exemplo, em junho de 1797, o governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, em correspondência trocada com seu irmão, Rodrigo de Souza Coutinho, lamenta que não havia na capitania um naturalista hábil ou mesmo inábil, a quem pudesse dar a ordem para se procurar a árvore da Quina. E então, informa que tomou:

o expediente de mandar tirar mais copias do desenho da dita árvore, para remetê-los àqueles comandantes e diretores existentes nos distritos mais imediatos aos montes que se conhecem nesta capitania, **ordenando-lhes os entregassem aqueles índios mais espertos, que conhecessem, mas depois de competentemente instruídos do que se pretende**, e, que, por evitar dúvidas, trouxesse os ramos floridos de todas as árvores que vissem, **notavelmente das que tivessem casca de gosto amargoso semelhante ao da quina**. Nesta capitania, as serras que se consideram altas, são as de Almeirim, que os índios chamam Parú, na margem setentrional do Amazonas, depois destas não tenho notícia, se não das cachoeiras de vários rios, que provavelmente são continuções de outras serras do interior, que se não conhecem, mas essas cachoeiras ficam assaz distantes das povoações e raras vezes são frequentadas, menos uma vez ou outra quando os índios, que vão ao Negócio do Sertão, não acham gêneros bastantes mais imediatos. Ao governador do Rio Negro expedi igual recomendação, e talvez que nas serras do Japurá nas do Alto Rio Negro e Branco, ou ainda nas serras contiguas às Cachoeiras do Madeira se possa descobrir, se é que esta arvore procura as mais altas, ainda que com efeito não sabemos se excedem estas em altura as do interior, que medeiam entre esta capitania, e a de Goiazes, Cuiabá, e mato-

⁸⁵ COELHO, Mauro Cezar, “Um conhecimento sobre o homem: os indígenas do Rio Negro nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira”, *Anais do Arquivo Público do Pará*. p. 215-237, Belém, 1998; RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, 3(6)? 157-182, 1998; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. 247f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000; COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento construído na viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010; FERREIRA, Breno F. L. A compreensão dos povos indígenas da América portuguesa por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a Viagem Filosófica (1783-1792): A apropriação de uma tradução francesa de *The History of America* (1777), de William Robertson. *Revista De Índias*, vol.80, n. 280, 719–750, 2020; CARDOSO, Alanna S. *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará*. 415f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018.

⁸⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira. Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos três rios das Amazonas, Negro e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas, e principalmente com a dos tapuios. In: *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias – Zoologia e Botânica. Conselho Federal de Cultura, 1972.

grosso. Finalmente para que a não resultar o feliz êxito que espero das diligências, que tenho determinado, não deixe de continuar-se nelas com igual eficácia, dispus que todos os cabos de canoa, que anualmente sobem ao negócio do sertão, levem as mais positivas recomendações para então as repetirem até que se possa conseguir⁸⁷.

Dois anos mais tarde, em outra documentação, ficamos sabendo que os Mundurucú tinham encontrado e entregue uma porção de casca que seria a Quina⁸⁸. Na tentativa de encontrá-la ou uma de suas variedades em suas colônias, o Império português também tratou de operar sistematicamente seu aparato administrativo, que envolvia os povos indígenas. Além dos estudos e documentos publicados sobre o vegetal, como a “Quinografia Portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil”⁸⁹, elaborado pelo botânico José Mariano da Conceição Veloso, ordens como a presente no documento supracitado foram comuns.

Para Diego Estevam:

Os maiores avanços na produção de conhecimento científico sobre árvore ocorreram sobretudo durante o período ilustrado, decorrente das reformas pombalinas e que se intensificaram no reinado de D. Maria I, caracterizado sobremaneira por buscar conciliar ciência e pragmatismo. Ou seja, encontrar nos elementos da natureza meios utilitários de desenvolver a economia. Foi, por exemplo, nesse ínterim, que foram expedidas diversas ordens da metrópole autorizando a busca pela planta em todo o território da América portuguesa⁹⁰.

Outras possíveis descobertas envolvendo os povos indígenas ocorreram, como a atribuída aos indígenas Karajá que causou grande impressão na capitania:

foi a de uma árvore muito vulgar nestes matos, e, cuja casca, madeira e folhas, preparadas por diversos modos produziram melhoras prontas a pessoas

⁸⁷ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de junho de 1797, códice 99, volume 17, p.208-209. Grifo meu.

⁸⁸ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 19 de abril de 1799, códice 99, volume 20, p. 147-148.

⁸⁹ José Mariano da Conceição Veloso. Quinografia portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil. Lisboa: Na officina de João Procopio Correa da Silva, 1799. Biblioteca Nacional de Portugal Lisboa: Na officina de João Procopio Correa da Silva, 1799.

⁹⁰ ESTEVAM, Diego. A quina (*Cinchona*) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. *Cantareira*, 35ª ed. jul./dez, 2021, p. 17.

acometidas de Hidropisia⁹¹. **Deve-se esta descoberta aos gentios Carajás**, que tem estado há meses nesta cidade e, ao acaso de irem procurar um alferes, dos que ultimamente vieram do Reino despachados, que estando mortalmente acometidos da dita moléstia, e desenganado da insuficiência da arte, em poucos dias melhorou pelos remédios dos referidos gentios, que depois passaram a ser procurados e consultados para toda a qualidade de moléstias⁹².

Francisco de Sousa Coutinho, após destacar a participação dos Karajá na descoberta daquela planta, informou ao cirurgião-mor, do regimento de Macapá, que foi testemunha do maravilhoso efeito do remédio, e, que utilizaram a planta em outras pessoas com a mesma doença “que aqui vulgarmente chamam de barriga d’água. Eu lhe encarreguei que escrevesse a história desta descoberta...”⁹³.

Uma outra fonte importante sobre o conhecimento indígena, e que considerei fundamental acrescentar aqui, mesmo que não tenha sido produzida no espaço do Grão-Pará, é o “Mapa botânico para uso do ilmo. e exmo. sr. Luís de Vasconcellos e Souza, Vice-rei do Estado do Brasil”, localizado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Ela ilustra bem as questões que tenho tratado.

Feito pelo capitão do Real Corpo de Engenheiros, o militar José Correa Rangel, o manuscrito é composto por 22 páginas com desenhos e descrições de plantas, onde também está reproduzido o sistema de classificação das espécies vegetais criado pelo naturalista sueco Carl Linnaeus, sendo o mesmo descrito na sua obra “Sistema Natural” de 1735⁹⁴ e ilustrados por Georg Dionysius Ehret um ano mais tarde⁹⁵.

⁹¹ A hidropisia é uma condição que causa no indivíduo um acúmulo de líquidos no tecido celular ou nas cavidades do corpo humano.

⁹² Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 19 de abril de 1799, códice 99, volume 20, p. 147-148.

⁹³ Idem

⁹⁴ As 24 classes têm como base para sua definição o número, proporção e posição dos estames. São elas: *Monandria, Diandria, Triandria, Tetrandria, Pentandria, Hexandria, Heptandria, Octandria, Enneandria, Decandria, Dodecandria, Icosandria, Polyandria, Didynamia, Tetrodynamia, Monadelphina, Diadelphia, Polyadelphia, Syngenesia, Gynandria, Monoecia, Dioecia, Polygamia, Cryptogamia*. Ver: LINNAEI, Caroli. *Species plantarum: exhibentes plantas rite cognitatas, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas*. Tomus I. :Impensis Laurentii Salvii. 1753. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/page/26068003>, acesso em 14 de julho de 2020.

⁹⁵ EHRET, Georg. *Methodus Plantarum Sexualis in sistemate naturae descripta*. (Leiden, 1736). Uppsala Universitetsbibliothek, 2007.

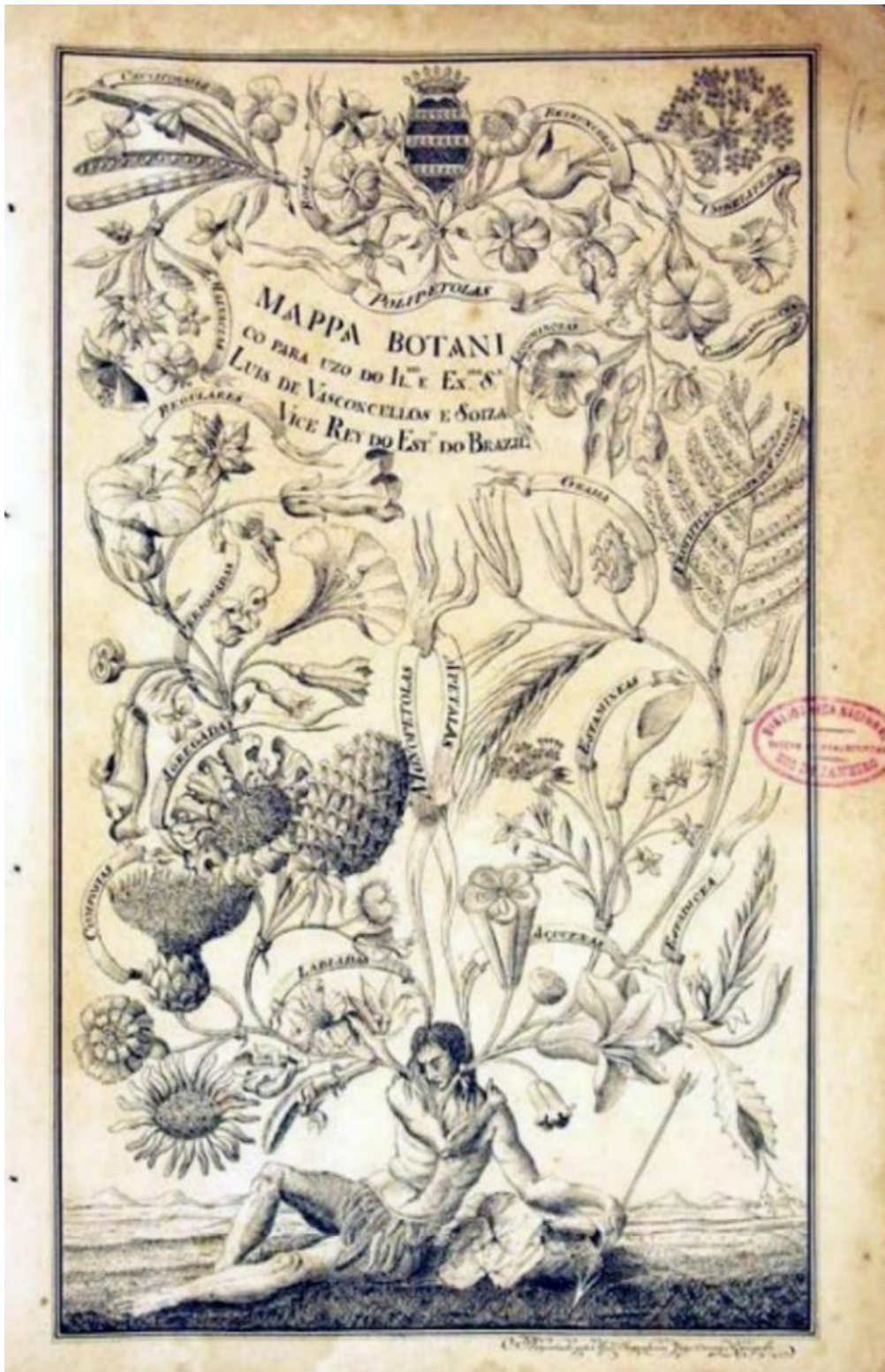


Imagem 1 - José Correa Rangel. Mappa botanico para uzo do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Vasconcellos e Souza, s.l., s.d.. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O mapa botânico serviu como auxílio e preparação para a Expedição Botânica realizada pelo naturalista José Mariano da Conceição Veloso, na capitania do Rio de Janeiro, nos anos de 1782 a 1790⁹⁶. Ele mostra um indígena segurando uma flecha e da parte superior de seu corpo brota uma flora, representando espécies de vegetais americanos. Ao centralizar a figura do indígena sustentando todo um conhecimento sobre a flora nativa, o autor estaria reconhecendo a origem daquele conhecimento botânico ou, ainda, procurou mostrar a participação indígena em todo aquele processo de sistematização do mundo natural⁹⁷.

Para Ermelinda Pataca, o mapa botânico possui uma função didática ao mostrar modelos em esquemas resumidos dos elementos visuais conforme a classificação botânica, o que dava destaque para “a importância concedida ao indígena na sustentação da flora brasileira expressa nos dois ramos com flores de espécies brasileiras representantes da classificação de Linneu”⁹⁸.

Alguns naturalistas, como Alexandre Rodrigues Ferreira e o próprio José Mariano da Conceição Veloso, deixaram escritos que mostram a utilização/apropriação do saber local/indígena para realizarem seus trabalhos de exploração pelos lugares por onde passaram. Como bem afirmou Lorelai Kury: “Sem guias e ajudantes que colhessem plantas de difícil acesso e conhecessem lugares onde pudessem encontrar diferentes espécies e variedades, muito menos teria sido feito pelos viajantes e coletores”⁹⁹. O contato com os indígenas e o que sabiam sobre a flora e a fauna, portanto, foi fundamental para esses viajantes e para a construção de um saber sobre o mundo natural.

Desta forma, a importância do conhecimento indígena, apesar dos debates ocorridos na Europa, surge constantemente nas fontes. Há, de fato, uma contradição inerente, isto é, no debate filosófico, ocorrido no sentido de se entender o gênero humano no mundo, a proposição de uma hierarquia é excludente, embora, para a época, seja inovadora. No plano da vida prática, a validação dos conhecimentos indígenas, como foi observado acima, é recorrente, mesmo que isso não considere a igualdade como horizonte. Isso mostra que as formas pelas quais os povos indígenas foram abordados precisa levar em consideração tanto a complexidade quanto a fluidez dessas

⁹⁶ KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. *Revista de História*, n. 172, pp. 243-277, jan./jun., 2015, p.256.

⁹⁷ PATACA, Ermelinda. Coleta, transporte aclimatação de plantas no império luso-brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 5, n. 9, p. 88-108, 2016.

⁹⁸ Idem, p. 97.

⁹⁹ KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. *Revista de História*, n. 172, pp. 243-277, jan./jun., 2015, p.257

representações. Os juízos formulados dependem bastante da proximidade com os saberes indígenas.

Um trabalho importante para se entender como os naturalistas do século XVIII compreenderam e qualificaram os conhecimentos indígenas é o de Kathleen Murphy. Para a autora, os naturalistas britânicos quando consideravam cruciais as colaborações de indígenas e africanos em parte de seus escritos, davam destaque ao conhecimento destes sujeitos, isto conferia uma “autoridade epistemológica aos seus textos”¹⁰⁰, contudo, a identidade destes colaboradores raramente era fornecida, permaneciam anônimos, tais como a maior parte dos indígenas que trato nesta tese.

Raramente mencionados, tratados como invisíveis ou anônimos, estes sujeitos, de toda forma estiveram presentes nas viagens de reconhecimento do mundo natural pelo globo. Em “Nas Margens”, Nathalie Zemon Davis ao tratar da viagem realizada por Marie de L’incarnation para o Suriname, na transição do século XVII para o século XVIII, aponta que essa naturalista reconheceu a ajuda dada por africanos e indígenas para encontrar e lidar com os insetos que catalogava: “todas[essas criaturas] observei e esbocei ao vivo, exceto umas poucas que acrescentei baseada no testemunho dos índios”¹⁰¹, ou nas informações dadas sobre “plantas, frutos, insetos e animais que serviam alimento...”¹⁰², ainda assim, referiu-se a mulheres que a auxiliaram “simplesmente como ‘escravas negras’, em vez de chamá-las de Jacoba, Wamba, Sibilla, Tara ou Grijete (...) e como ‘índias’, em vez de caraíbas, arauaques, waraos, tairas, accaawaus ou waiyanas”¹⁰³.

Ao tratar da América portuguesa, Vera Beltrão Marques caracteriza esse processo como “saberes descredenciados”, isto é, os discursos sobre uma suposta inferioridade indígena estavam de acordo com as concepções de mundo e natureza daquele período, entretanto, se os saberes indígenas eram deslegitimados “no nível discursivo, não parecem tê-lo sido no nível prático”¹⁰⁴. Conforme a autora, os povos indígenas e seus saberes foram importantes precursores na construção das ciências da natureza, “antes mesmo de esses saberes serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já

¹⁰⁰ MURPHY, Kathleen S. Translation the vernacular: Indigenous and African knowledge in the eighteenth-century British Atlantic. *Atlantic Studies*, v.8, n.1, p.29-48, 2011, p.33.

¹⁰¹ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 172.

¹⁰² Idem, p.174.

¹⁰³ Id, p. 180.

¹⁰⁴ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil Setecentista*. São Paulo: Unicamp, 1999, p.60, 70.

constituíam capítulos de farmacopeias portuguesas e estrangeiras, o que demonstram os bons resultados obtidos por aquelas que as usavam”¹⁰⁵.

1.4 - Ciência indígena? Sim, ciência indígena.

Claude Lévi-Strauss, em idos de 1962, afirmou que a lógica dos povos indígenas, enquanto ciência do concreto, é baseada em dados sensoriais da experiência, diferindo, portanto, da lógica do pensamento “domesticado” que tem as categorias abstratas como razão explicativa. Os indígenas possuem um domínio sobre o mundo natural capaz de listar uma infinidade de plantas e suas utilidades “enumeram, com a maior facilidade, os nomes específicos e descritivos de, pelo menos, 450 plantas, 75 aves, de quase todas as cobras, peixes, insetos e mamíferos e, mesmo, de 20 espécies de formigas”¹⁰⁶.

Para Lévi-Strauss, os indígenas possuíam uma lógica própria nos seus sistemas de pensamento, e tais sistemas, por sua vez, compreendiam métodos de entender o mundo que envolvia investigação e experimentação, os quais mesmo distintos por sua finalidade, eram comparáveis ao método científico ocidental. Está longe do meu objetivo analisar a lógica do pensamento dos povos indígenas do Vale Amazônico no século XVIII ou fazer a análise que o antropólogo francês realizou, contudo, assim como Lévi-Strauss conseguiu perceber as proximidades e distâncias entre o pensamento ocidental e o “pensamento selvagem”, considero que algumas das práticas que europeus faziam no século XVIII e o que compreendiam sobre ciência, principalmente no trato inicial de seus objetos de estudo de História Natural, não diferia do que os indígenas faziam em seus cotidianos, a não ser, pela finalidade.

Lévi-Strauss afirmou:

Essa ânsia de conhecimento objetivo constitui um dos aspectos mais negligenciados do pensamento daqueles que chamaremos de ‘primitivos’. Se ele é raramente dirigido para realidades do mesmo nível daquelas às quais se liga a ciência moderna está ligada, implica diligências intelectuais e métodos

¹⁰⁵ Idem, p. 71.

¹⁰⁶ R.B. Fox, 1953, p.187-188 *apud* LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: São Paulo, 2012, p. 19-20.

de observação semelhantes. Nos dois casos, o universo é objeto de pensamento, ao menos tanto quanto meio de satisfazer necessidades¹⁰⁷.

A relação estabelecida entre os indígenas e o mundo em sua volta parte de compreensões e relações com o mundo natural que se dão, além da questão da cosmovisão, a partir da observação, pela experiência, pela empiria, inclusive, a distinção, neste caso, esteja relacionada mais uma vez a questão da utilidade, e como aponta Lévi-Strauss, “as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas”¹⁰⁸.

De acordo com Manuela C. da Cunha, Lévi-Strauss defende que os saberes “tradicionais” e científicos têm como base as mesmas operações lógicas, que já levaram, de um lado, a conquistas tecnológicas, e, do outro, a invenções notáveis, “Sem negar o sucesso da ciência ocidental, Lévi-Strauss sugere que esse outro tipo de ciência, a tradicional, seja capaz de perceber e até antecipar descobertas da ciência *tout court*”¹⁰⁹.

Bruno Latour também nos ajuda a pensar essa questão. Diferente da ideia de ciência do concreto e conhecimento abstrato, a distinção entre os saberes nativos e europeus, estaria vinculada a função do registro da informação. Utilizando o exemplo do navegador francês, La Perouse, em sua viagem pelo Pacífico, Latour informa que o navegador estava em um lugar que denominou Sacalina, e então procurou obter mais informações com os nativos, perguntando se ali era uma ilha ou península. Um dos indivíduos mais velhos que lá estava, se levantou e com a ponta de uma lança fez um traçado da costa da Tartária, deixando um estreito entre esta e a ilha que moravam:

e voltando-se para os nossos navios, que podiam ser vistos da costa, ele marcou com uma linha que poderia ser passada lá (...) Sua sagacidade foi muito grande para adivinhar as nossas perguntas, menos um pouco que a de outro ilhéu, com cerca de trinta anos, vendo que as figuras traçadas na areia iam sumindo, pegou um dos nossos lápis com papel; ele traçou sua ilha lá, chamando-a de Tchoka (...) e para nossa grande surpresa, ele acrescentou o rio *Ségalien*, cujo nome esses ilhéus se pronunciavam como nós; ele colocou a foz deste rio um pouco ao sul da ponta norte de sua ilha, e marcou por linhas, sete em número, o número de dias na canoa necessários para ir do local onde estávamos, até a foz do rio do Segalién¹¹⁰.

¹⁰⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: São Paulo, 2012, p. 17.

¹⁰⁸ Idem, p. 24.

¹⁰⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017, 296.

¹¹⁰ No original: “...et se tournant vers nos vaisseaux, qu'on apercevait du rivage, il marca par un trait qu'on pouvait y passer (...) Sa sagacité pour deviner nos questions était très grande, mais moindre encore que celle d'un autre insulaire, âgé à peu près de trente ans, qui, voyant que les figures tracées sur le sable s'effaçaient, prit un de nos crayons avec du papier; il y traça son île, qu'il nomma Tchoka (...) et à notre grande surprise,

Assim como no supracitado caso do indígena macuxi com Alexandre Rodrigues, temos dois nativos que elaboraram mapas mentais e transpuseram isso para as ferramentas ali dispostas, primeiro a areia do mar, depois um papel e lápis, resultando em uma precisão quase exata da geografia daquele lugar. Bruno Latour ao analisar esse episódio lança a seguinte questão: “Quais são as diferenças entre a geografia selvagem e a civilizada? (...) Aquilo que para os primeiros é um desenho sem importância que a maré pode apagar, é para o segundo o *objeto único* da sua missão”.¹¹¹ Considero que a contribuição desses estudos, no que corresponde à complexidade do conhecimento indígena, é válida, principalmente na relação entre “saberes indígenas” e “conhecimento científico”.

Em um estudo mais recente, o artigo intitulado “A química dos povos indígenas da América do Sul”, Jens Soentgen e Klaus Hilbert afirmam que os povos indígenas da Amazônia não devem ser excluídos do processo de construção da ciência moderna europeia. Suas práticas químicas são responsáveis por invenções e descobertas que beneficiam milhões de pessoas no mundo, “bem como os funcionários e proprietários de numerosas empresas – particularmente também empresas farmacêuticas alemãs, como Boehringer Ingelheim, Lanxess ou Merck”¹¹².

Sem deixar de levar em conta a preocupação em comparar o chamado “conhecimento científico” com os “conhecimentos indígenas”, os autores consideram que as práticas de transformações que os povos indígenas aplicam em determinadas substâncias, como o famoso veneno chamado *curare*¹¹³, requer um conhecimento baseado em técnicas, métodos e experimentalismos o que torna “plausível sua comparação com a química”¹¹⁴.

il y ajoute le fleuve Ségalien, dont ces insulaires prononçaient le nom comme nous; il plaça l'embouchure de ce fleuve un peu au Sud de la pointe du Nord de son île, et il marqua par des traits, au nombre de sept, la quantité de journées de pirogue nécessaire pour se rendre du lieu où nous étions, à l'embouchure du Ségalien. Ver: Jean François de La Pérouse. *Voyages Autour du Monde*. Tomo II. Paris: De L'Imprimerie de la République, ano V, 1797, p. 24.

¹¹¹ LATOUR, Bruno. Cognição e visualização: Pensando com os olhos e mãos. Trad. David Palácios. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 4, 2015, p. 6.

¹¹² SOENTGEN, Jens; HILBERT, Klaus. A química dos povos indígenas da América do Sul. *Química Nova*, vol. 39, n.9, 1141-1150, 2016, p. 1142.

¹¹³ “Curare é um termo coletivo para designar venenos para flechas que os indígenas das áreas da bacia hidrográfica do Orinoco e Amazonas obtêm, na maioria das vezes, a partir das cascas de certas espécies de cipós (*Strychnos spp.*)”. SOENTGEN, Jens; HILBERT, Klaus. A química dos povos indígenas da América do Sul. *Química Nova*, vol. 39, n.9, 1141-1150, 2016, p. 1143.

¹¹⁴ Idem, p. 1143.

Os relatos sobre o uso do *curare* aparecem desde o período colonial, Pedro Mártir de Anglería¹¹⁵, Gaspar de Garvajal¹¹⁶ e La Condamine¹¹⁷, foram alguns sujeitos que escreveram sobre o veneno. La Condamine, por exemplo, afirmou que o preparo do *curare*, pelos ticuna, era tão meticuloso que comparou aos farmacêuticos europeus compondo a teriaga de Andrômaca, “sem embargo de que provavelmente essa grande multiplicidade não seja necessária no veneno índio, como no antídoto da Europa”¹¹⁸.

Tal qual La Condamine, Alexander Von Humboldt em sua viagem de exploração pela América latina entre 1799 e 1804, também compara os povos indígenas com químicos e farmacêuticos europeus. Segundo Soentgen e Hilbert:

ele faz isso com razão, pois a técnica utilizada para o preparo da substância requer rigor: o calor para a concentração é aplicado com precisão, e só são utilizadas partes bem específicas da planta que tenham sido piladas previamente. Só assim são conservados os alcaloides essenciais, cuja concentração é verificada provando-se seu gosto. É até possível, como se constatou em uma investigação na década de 1950, que a concentração dos alcaloides ativos seja aumentada pelo processo, o que acontece pela metilação das bases terciárias de nitrogênio, que se transformam em quaternárias¹¹⁹.

Tal como outras substâncias, plantas e seus usos, o *curare* foi “apresentado” aos europeus a partir da utilização indígena e, mais tarde, começou a ter outros usos na medicina europeia, como remédio para tétano e anestésico em operações. Ainda hoje o cloreto de alcurônio (*alloferine*), obtido a partir de alcaloides encontrados no *curare* é utilizado como relaxante muscular¹²⁰.

Outros exemplos, utilizados pelos autores, para tratar da química indígena são os tratamentos que os ameríndios realizam com a quinina, com o arbusto da coca e do jaborandi, no procedimento de retirar o veneno da mandioca e a produção do tucupi. A pergunta que surge de tudo isso e que os autores destacam bem é: “Como os indígenas terão desenvolvido seus processos transformativos? Como chegaram a ter suas ideias?”¹²¹:

¹¹⁵ ANGLERIA, Pedro M. *Décadas del Nuevo Mundo*. Editorial Bajel: Buenos Aires, 1944.

¹¹⁶ CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana*, Ministerio de Educación: Quito, 1942.

¹¹⁷ LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

¹¹⁸ Idem, p.123

¹¹⁹ SOENTGEN, Jens; HILBERT, Klaus. Op.cit., p. 1144.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Id., p.1148.

Ainda que pareça concludente, o método baseado na tentativa e erro dificilmente é suficiente para explicar processos tão sofisticados quanto os descritos acima. Mesmo que se trate “apenas” da descoberta de substâncias naturais ativas, um procedimento baseado em tentativa e erro é improvável, pois as plantas não contêm tais substâncias o tempo todo, nem em todas as partes, nem em todas as regiões. Deve haver um método de investigação indígena que até agora não foi pesquisado e sobre a qual só podemos especular. A observação de animais e a subsequente imitação poderiam oferecer um ponto de referência. (...) Não deixa de ser plausível, portanto, que muitas de suas descobertas tenham ocorrido dessa maneira, inclusive, sendo abordadas em seus mitos. Assim, os índios Arawak do Suriname contam, a respeito da invenção da prensa tipiti, que ela foi desenvolvida quando o primeiro homem Arawak observou uma serpente que estava engolindo sua presa. Com base nisso, ele inventou o objeto baseando-se nos movimentos do corpo da serpente para criar o trançado do tipiti. Outra explicação possível é a teoria que se fundamenta na transferência de práticas de uma área funcional para outra. Isto é conhecido no âmbito da tecnologia mecânica: povos que conhecem a roda passam a conhecer também, em pouco tempo, o torno de oleiro. De modo semelhante, na tecnologia química, um procedimento que se comprove eficaz na produção de alimentos, por exemplo, pode ser transferido para a produção de corantes ou fibras.¹²²

Esse questionamento é fundamental porque nos auxilia a pensar o tratamento dessas substâncias não como um ato fortuito de descobrimento, algo que seria regido pelo acaso ou até mesmo pela ideia, mais comumente aceita, de tentativa e erro, mas sim por um processo em que o conhecimento é construído por agentes que são conscientes de suas ações. Outro ponto importante é que esse conhecimento não é estático, não é apenas uma algo herdado através das sucessivas gerações, vai se reformulando e acrescido de novas informações. Será que há de fato um método de investigação indígena? É lógico que sim, embora – evidentemente – não seja regido pelas mesmas regras do conhecimento científico dito “ocidental”, e não por isso seja menos legítimo¹²³.

A partir dessa perspectiva, estudos etnobotânicos têm reconhecido a importância dos povos indígenas enquanto detentores de conhecimentos sobre a fauna e flora as quais se relacionam cotidianamente. Além disso, do reconhecimento de seus diversos saberes sobre o mundo natural e de sua utilização prática, os sistemas de conhecimentos indígenas têm sido considerados “... tão complexos quanto a ciência. A cosmologia e a cosmopolítica são transmitidas como teorias de conhecimento filosóficas para as práticas

¹²² Id.

¹²³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

cotidianas. Sem essa transmissão, o controle dos fenômenos sociais e naturais é impossível”¹²⁴.

Embora seja um fator positivo e fruto também da luta dos povos indígenas por direitos relacionados ao uso da terra, a bens coletivos, a propriedade intelectual, esse reconhecimento é um tanto tardio se pensarmos a inserção que esses sujeitos tiveram na história do conhecimento ou na ciência moderna ocidental¹²⁵. Guardadas as devidas proporções e anacronismos, muito do que os atuais cientistas fazem, principalmente na observação dos usos e práticas dos conhecimentos de cura indígenas, nos lembra e remete a práticas feitas por missionários, viajantes, colonos e outros sujeitos, ao longo da história da colonização, em especial nas práticas que vimos neste capítulo e veremos nos próximos.

¹²⁴ CABALZAR, Aloisio (Et.al). *Manual de Etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas*. São Paulo: Instituto Socioambiental. São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 2017, p. 19.

¹²⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1º volume. Coleção documentos de bolso, n.4, Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p.46-47.

**CAPÍTULO 2 – “MELHORES MESTRES PARA NOS ENSINAREM
OS NOMES DAS PLANTAS E OS SEUS USOS”**

2.1 - “Melhores mestres para nos ensinarem os nomes das plantas e os seus usos”¹: indígenas e as drogas do sertão no Vale Amazônico no século XVIII (1750-1800)

No Vale Amazônico os povos indígenas foram a principal mão de obra para qualquer projeto a ser realizado. Na exploração dos produtos da floresta, nas iniciativas agrícolas, bem como na extração de madeira para feitura de embarcações, construções, envio para as serrarias reais, arsenais do exército e da marinha ou mesmo para compor as quintas e ucharias reais em Lisboa, eles foram os sujeitos que participaram de todo esse universo.

A presença indígena na exploração de um sem-número de espécies vegetais amazônicas, entre elas também incluo aqui as famosas “drogas do sertão”, denominação que abarcava uma variedade de plantas, entre elas, o cravo, cacau, baunilha, urucu, canela e outras, foi e ainda tem sido bastante analisada pela historiografia, principalmente no que corresponde à exploração da força de trabalho dos povos indígenas².

Isso se deve, em grande parte, como apontam Rafael Chambouleyron, Karl Arenz e Vanice Melo, pela centralidade que os indígenas possuíram na formação da sociedade e economia colonial. Segundo os historiadores, um dos principais temas quando se trata dos índios coloniais – àqueles já inseridos na economia e sociedade coloniais – é o trabalho compulsório³.

Não é por menos, afinal, há certa unanimidade quando o assunto é a predominância do uso da força de trabalho indígena na Amazônia colonial e todas as nuances implicadas nesse processo, como as disputas ocorridas pelo controle dessa mão de obra e as legislações indigenistas formuladas para conformar esses conflitos. Pode-se afirmar que, mesmo com as inflexões ocorridas quando se trata dessa temática, por exemplo com o aumento da presença africana a partir da implementação da Companhia

¹ Domingos Vandelli. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, ms 405, 1779, p.54

² SOMMER, Barbara A. *Negotiated Settlements: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798*. 353f. Tese (Doutorado em História). University of New México, Albuquerque, 2000; CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Ruralidades indígenas na Amazônia Colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Ciências Humanas, v. 15, n. 1, p.1-22, 2020; FERREIRA, Elias; VIANA, Wania. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23, 2021.

³ CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Idem, 2020; POMPEU, André José S. As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão amazônico (1683-1706). *Em favor de igualdade racial*, v.4, n.3, p.22-35, 2021; MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 235f. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001.

Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁴, a historiografia afirma que havia uma forte dependência das mãos indígenas⁵.

Tal como apontou José Alves de Souza Júnior, ao parafrasear o padre jesuíta André João Antonio Andreoni (Antonil), os indígenas foram “mãos e pés dos senhores da Amazônia colonial”⁶ e a disputa pelo acesso à força de trabalho indígena foi o grande motor de conflitos entre os sujeitos que moravam na Amazônia Portuguesa e isso estava relacionado a uma das principais atividades econômicas da região: a coleta das drogas do sertão.

Ter essa mão de obra disponível era um dos passos para o acesso a um comércio extremamente lucrativo: o das especiarias da terra no mercado europeu. Mesmo com o aumento da presença de mão de obra escrava africana no Vale Amazônico, os indígenas continuaram a ser essenciais para quaisquer serviços, “o trabalho indígena assumia, em importância, a mesma proporção que a do escravo africano no nordeste açucareiro, no sudeste minerador e depois cafeeiro”⁷, aponta Souza Júnior.

O historiador aduz que a disputa pelo controle da mão de obra indígena possuiu um caráter multifacetado, pois envolvia grupos sociais distintos e com interesses diversos. Moradores, autoridades coloniais, missionários geralmente entravam em conflitos para ter sob controle esses povos, pois eles conheciam muito bem a região e possuíam o saber necessário para a exploração das drogas do sertão⁸.

Por sua vez, Mauro Cezar Coelho afirma que as drogas do sertão conformariam o ápice da atividade econômica do Vale Amazônico e o envolvimento dos povos indígenas

⁴ DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 235-252, 2019; SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora AÇAÍ/CNPq, 2011; BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012; MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza; BARROSO, Daniel. Não somente indígenas como também africanos: uma introdução à demografia do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1778-1823). *Revista Maracanan*, n. 15, p. 141-160, 2016.

⁵ Patrícia Melo nos lembra que isso também não deve ser percebido como uma exclusividade da Amazônia Portuguesa, já que trabalhos como de John Manuel Monteiro, Stuart Schwartz, deram conta de mostrar que a mão de obra indígena foi fundamental em outros espaços e tempos. Ver: SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012; SAMPAIO, Patrícia Melo. *Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano*. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, maio de 2007; MACHADO, André Roberto de A. O trabalho compulsório indígena no Grão-Pará: abrangência, conflitos e resistências entre o fim do Antigo Regime português e o início do Estado Nacional brasileiro (1821-31). *História*, São Paulo, v. 40, p.1-30, 2021.

⁶ SOUZA JUNIOR, José Alves. Índios: "mãos e pés dos senhores" da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, v. 16, n. 2, p. 365-391, 2011; SOMMER, Barbara op.cit., 2000.

⁷ SOUZA JUNIOR, José Alves. Op.cit., 2011, p. 386.

⁸ SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

na extração dos gêneros era determinante, pois se constituíam na principal força motriz e possuíam o conhecimento dos gêneros da floresta, dos caminhos a serem percorridos para sua obtenção, períodos de frutificação, durabilidade e utilização⁹. Os indígenas, aduz Coelho, eram os grandes responsáveis pela produção dos gêneros da coleta, não só moviam as embarcações, como eram os responsáveis por construí-las, conduziam a produção e quem transportava os trabalhadores.

A documentação do período atesta isso. A necessidade de utilizar força de trabalho indígena foi constante¹⁰, o Diretório dos Índios – legislação implementada na região em 1757 – entre seus 95 artigos, possuía como um dos seus principais objetivos organizar a mão de obra indígena de modo que suprisse as demandas coloniais e metropolitanas, mantendo os povos indígenas em sua condição tradicional: mão de obra¹¹.

Patrícia Melo explica que a política pombalina, principalmente por meio da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, fez com que as drogas do sertão possuissem um peso ainda mais significativo no comércio de exportação. Esse comércio, movido por mãos indígenas, é o que:

dominará as pautas paraenses e garantirá as ações da companhia monopolista de comércio. A extração florestal movimentará as vilas pombalinas, deslocará trabalhadores para esquipação de inúmeras canoas em direção ao sertão, reduzirá a produção de alimentos, enriquecerá (em diferentes gradações) diretores, cabos, tesoureiros e muitos negociantes de maior calibre¹².

Pode-se chegar à conclusão de que – considerado como o torque do processo de colonização na Amazônia – o trabalho indígena tem sido objeto de análise de boa parte dos estudos que procuram compreender a formação histórica da região. Aliás, é importante citar, desde a década de 1990, que John Manuel Monteiro já pontuava essa mudança na percepção do trabalho indígena e suas agências enquanto atores históricos nos processos coloniais em outras regiões da América portuguesa¹³. Meu objetivo ao

⁹ COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

¹⁰ O governador José Nápoles Telo de Menezes, por exemplo, implementou uma política de arregimentação de mão de obra indígena bastante intensa. Cf: José Nápoles Telo de Menezes, Arquivo Público do Estado do Pará, códice 356, doc. 18, doc. 204, doc. 257; doc. 241; doc. 252; doc.283, doc. 288; códice 254.

¹¹ COELHO, Mauro Cezar. op.cit., 2016.

¹² SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 151.

¹³ MONTEIRO, John Manuel. De índio a escravo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 30/31/32, p. 151-174, 1989; MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: GRUPIONI,

elencar os estudos supracitados, é mostrar uma ampliação, mais recente, no que corresponde à participação dos povos indígenas na economia colonial e, mais especialmente, na economia das drogas do sertão.

De maneira geral, os trabalhos citados, relacionados principalmente à História Social, possuem uma contribuição significativa para a compreensão da participação dos indígenas na economia colonial no Vale Amazônico, outros aqui poderiam ser incluídos, mas não tenho a intenção de fazer um balanço historiográfico sobre essa questão. Meu ponto – a partir dessa introdução – é mostrar que ao lado desses estudos, há uma mudança em transformação na historiografia brasileira no que corresponde à ampliação das análises sobre a participação dos desses sujeitos enquanto força de trabalho. Vamos a ela.

2.2 - Além de mão de obra: conhecimento indígena em uso.

Cada vez mais, têm surgido análises que procuram focar na agência indígena na exploração dos produtos naturais amazônicos durante o período colonial. Por exemplo, no trabalho de Heather Flynn Roller, lemos uma análise sobre as participações voluntárias dos índios nas expedições de coleta das drogas do sertão. A historiadora afirma que, pelo menos até a década de 1790, a economia do vale amazônico continuava a girar em torno da mão de obra indígena e das atividades de extração: “As expedições de coleta ocupavam a maior parte da mão-de-obra dos aldeamentos e representaram uma contribuição significativa para o total de exportações da América portuguesa...”¹⁴.

A partir disso, Roller analisa como os indígenas tentavam buscar seus próprios interesses a partir do comércio das especiarias nativas e, de maneira geral, como construíram um grau de autonomia dentro daquele sistema de coleta patrocinado pelo Estado. Para muitos desses indivíduos, essas viagens ofereciam possibilidades diversas

Luiz Donizete; SILVA, Aracy Lopes da(orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ªEd. São Paulo: Global; MEC: Mari: UNESCO, 2004.

¹⁴ ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, p. 201-243, 2013, p. 207.

que incluíam negociar com colonos e outros grupos nativos ou ainda, ampliar sua rede de sociabilidade, acumular ganhos, visitar parentes etc.¹⁵.

Geralmente vistos como apenas a mão de obra disponível para os empreendimentos coloniais, os nativos, ao atuarem como remeiros, pilotos, línguas, preparadores, carregadores, coletores, caçadores e em outras diversas atividades colocavam em prática não somente seus braços, mas também conhecimentos sobre o mundo natural, e isso claramente esteve relacionado com técnicas, tecnologias e um sistema de compreensão e leitura do mundo que foi percebido e aproveitado pelos europeus.

Embora os trabalhos citados no tópico anterior reconheçam a importância dos conhecimentos ameríndios nessas atividades, tem havido nos últimos anos uma redimensão na importância desses saberes, principalmente ao destacarem o protagonismo indígena e, também, dando conta de mostrar esse saber não somente como um item necessário ao colonizador, da qual a própria colonização dependeu, mas também resultado de configurações e demandas indígenas.

Para começar, cabe lembrar que isso não é algo exclusivo do século XVIII, tal como aponta o trabalho de André Pompeu, no qual o autor demonstra determinada agência indígena na montagem da economia das drogas do sertão no século XVII. Conforme o historiador, o conhecimento indígena foi fundamental para o descobrimento de plantas que pudessem substituir as especiarias asiáticas, inclusive aos indígenas eram apresentadas algumas plantas exóticas e lhes era pedido para buscar na flora local vegetais semelhantes (ação que também vai acontecer no Setecentos).

O ponto principal do artigo é mostrar que “grupos indígenas já controlavam uma longa rede de comércio, que ligava as mais distantes regiões da Amazônia”¹⁶, redes comerciais as quais os europeus vão utilizar e se inserir. Ao demonstrar isso, o autor chama atenção também para o fato de que embora os povos indígenas sejam apontados como os agentes principais dentro da economia das drogas do sertão “a historiografia silencia qualquer tipo de agência para esses sujeitos, nessa que foi a principal atividade econômica da Amazônia colonial”¹⁷.

¹⁵ ROLLER, Heather F. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil*. California: Stanford University Press, 2014.

¹⁶ POMPEU, André José Santos. Op.cit., 2021. p.26; neste mesmo sentido, ver também o trabalho de Glória Kok. KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17. n.2. p. 91-109 jul-dez., 2009.

¹⁷ POMPEU, André José dos Santos. Op.cit., 2021, p. 23.

Nesse sentido, Elias Ferreira dá uma contribuição fundamental. Ao tratar da mão de obra indígena, principalmente àquela responsável pela locomoção nos infinitos rios amazônicos, Ferreira mostra que jacumaúbas, pilotos e remeiros eram responsáveis por uma série de atividades que exigia um conhecimento especializado, técnico. Esse saber era necessário desde a construção de uma embarcação, dominavam a técnica para a construção de uma canoa e possuíam “um conjunto de saberes tradicionais e religiosos, que iam desde a escolha da árvore mais adequada, cortá-la no tempo certo e prepará-la seguindo ritos específicos”¹⁸. Esse ponto é importante pois nos mostra que não era somente a força de seus braços que os tornava os grandes responsáveis, por exemplo, pelo ir e vir nos rios amazônicos, mas também por serem detentores de *saberes especializados*.

Nos últimos anos, a compreensão desse tipo de saber tem sido incluída em um importante processo ocorrido no Vale Amazônico, na segunda metade do século XVIII, que é a exploração do mundo natural. Alguns trabalhos vêm analisando como os indígenas estavam inseridos dentro desse universo da História Natural, de prospecção da fauna e flora amazônica, e suas efetivas contribuições que, de maneira ou outra, mostra como os povos nativos estiveram inseridos na história da produção do conhecimento científico¹⁹.

Isso, pode-se dizer, é fruto de uma própria redimensão dentro do campo da História das Ciências que, tradicionalmente, atrelou a história do conhecimento ao caso europeu e, a partir disso, de como ocorreu sua expansão para o resto do mundo. Dessa forma, as colônias surgiram praticamente como espaço de coleta de dados, para que, na metrópole, esse conhecimento fosse legitimado e transformado em universal²⁰. Indo de encontro a esse pensamento, essa inflexão tem mostrado cada vez mais exemplos da

¹⁸ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016, p.58.

¹⁹ CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World*. California: Stanford University Press, 2006; SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, Amerindian narratives and deep histories of science. *Isis*, v.101, n.1, pp. 133-145, 2010; MURPHY, Kathleen. Translating the vernacular: Indigenous and African knowledge in the eighteenth-century British Atlantic. *Atlantic Studies*, vol. 8, n.1, pp. 29-48, 2011; SÁNCHEZ, Antonio. The ‘empirical turn’ in the historiography of the Iberian and Atlantic science in the early modern world: from cosmography and navigation to ethnography, natural history, and medicine. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, vol. 2, n.1, pp. 317-334, 2019; DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157-178, 2021.

²⁰ WENDT, Helge. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016; SCHIEBINGER, Londa. *Secret Cures of Slaves: People, Plants, and Medicine in the Eighteenth-Century Atlantic World*. California: Stanford University Press, 2017.

importância que as colônias e os povos nativos tiveram na construção de formas de conhecimento que misturavam elementos europeus e não-europeus, e que incluíam conhecimentos sócio-políticos e culturais, assim como saberes sobre objetos naturais, plantas e animais²¹.

Tais estudos compreendem as práticas científicas enquanto processos de construção e circulação de conhecimentos, sendo resultado de protagonismos de distintos sujeitos. Nessas análises, por exemplo, o conhecimento indígena, que vai desde os saberes necessários para a localização, extração, cultivo e transporte das plantas do sertão até os portos onde eram enviadas para Lisboa, tem tido um lugar central²².

Um dos focos dessas abordagens está nos saberes indígenas necessários para a realização das expedições ao sertão. De acordo com Gabriela Almeida, o sertão garantia determinada autonomia e liberdade aos povos indígenas e, ao mesmo tempo, um espaço onde os conhecimentos nativos eram colocados em prática e a todo tempo atualizados. Remeiros, pilotos, proeiros indígenas eram extremamente necessários nas equipes de expedição ao sertão, justamente, por serem detentores de conhecimentos “acumulados, recriados e ensinados ao longo do tempo”²³.

Algo importante a ser destacado aqui é como os conhecimentos indígenas transitavam e eram utilizados nas viagens ao interior das florestas. Para isso, é importante pensarmos na ideia de circulação do conhecimento proposta pelo historiador das ciências Kapil Raj. Para Raj, ao compartilhar uma informação sobre uma rota, um obstáculo geográfico, língua, informações sobre um potencial efeito curativo de uma planta, isso não se tratava apenas de um vetor de transmissão. Essas informações eram conhecimentos que poderiam ser reconfigurados em contato com outras formas de pensar. Essa mudança da concepção de conhecimento nos permite redimensionar a importância dos sujeitos sociais, principalmente os povos indígenas, geralmente eclipsados, omitidos, deixados no anonimato, à margem da história do conhecimento científico²⁴.

²¹ WENDT, Helge. *idem*. 2016.

²² ALMEIDA, Gabriela. *Rios de Conhecimento: os povos da conquista e expedições científicas na Amazônia e na África oriental portuguesa (1780-1798)*. 278f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020; FERREIRA, Elias; VIANA, Wania. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23, 2021; DIAS, Thiago; MORAES, Cristina. Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.28, n.1, jan.-mar. 2021.

²³ ALMEIDA, Gabriela. *idem*, p. 158-159.

²⁴ RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

Em um artigo intitulado “Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792”²⁵, Ângela Domingues e Patrícia Melo debruçam-se sobre um assunto bastante trabalhado na historiografia – a viagem filosófica realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira – mas ampliam significativamente a abordagem ao tratarem sobre como as observações científicas de Ferreira foram moldadas pela cultura científica da época, de como ele dependeu de outros “pares”, sujeitos especializados em outras áreas científicas e, por fim, a parte que me chama mais atenção, realizam uma análise acerca dos conhecimentos dos “práticos do país”, como colonos e indígenas se tornaram parte dos escritos do naturalista.

Para as autoras:

nas últimas décadas, a historiografia tem vindo a desenvolver alguma flexibilidade epistemológica em relação a esta forma de interpretar a produção de conhecimento científico e estudar os circuitos de comunicação e as redes culturais e intelectuais que a sustentam. Os novos caminhos apontados por esta historiografia valorizam, por exemplo, a participação das populações locais, nativas ou *criollas*, considerando-as como elementos constitutivos destas redes internacionais de circulação do conhecimento que atuavam por todo o globo sendo ativamente participantes e veiculadoras de dados válidos e credíveis...²⁶

Esses novos caminhos, portanto, têm apontado que os ameríndios detinham um conhecimento estruturado em “saberes e práticas locais sobre fenômenos e produtos naturais”²⁷ que embora não tivesse sua matriz na ciência europeia, e por vezes tido como apenas matéria-bruta, não era apenas um “saber-fazer”, possuía um sistema de compreensão próprio e lugar central na circulação e produção do conhecimento.

Os filósofos-naturalistas que estiveram pela colônia, se valiam e, em muitos casos, dependiam do conhecimento indígena para realizar parte do seu trabalho e até mesmo para terem acesso à flora nativa. Conforme Ermelinda Pataca:

As práticas de coleta vegetal dependeram da experiência local sobre as plantas. As relações com a população, especialmente com os indígenas, ocorreram nas Viagens Filosóficas para a nomeação e identificação das espécies dos três Reinos da natureza, assim como para o reconhecimento geográfico em territórios amplamente explorados pelos índios. O conhecimento indígena

²⁵ DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157-178, 2021.

²⁶ Idem, p. 158.

²⁷ Id, p. 159.

sobre os produtos naturais foi sempre ressaltado nas instruções de viagens como valiosa fonte de informações e há um incentivo ao registro das mesmas²⁸.

As investigações sobre História Natural nas colônias portuguesas dependeram do conhecimento de informantes locais para identificação, coleta, preparação, transporte, descrição e até no preparo de algumas espécies. Entretanto, é importante evidenciar que os indígenas, ao atuarem dessa e outras formas, não foram somente simples informantes, mas se tornaram parte de um processo maior de circulação de conhecimento.

Resultado de uma conferência ocorrida em Berlim, em 2013, um grupo de pesquisadores publicou a obra “The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World”²⁹ onde há uma interessante ênfase em destacar o processo de transferência de conhecimento na história do próprio conhecimento científico, como ele foi global e derivou de tradições distintas, não somente europeia. A mudança da concepção do que é o conhecimento se dá ao ser percebido como algo fluido, que circula e transita pelos agentes envolvidos no processo de colonização. Ao transitar, esse conhecimento pode se transformar e tomar novas dimensões.

Helge Wendt, editor e um dos autores da obra, aponta que parte da historiografia, ao se debruçar sobre o desenvolvimento do conhecimento em contextos coloniais, possui uma lacuna, ou um problema, que é a divisão entre sistemas de conhecimentos “iluminados” e “não iluminados” e de como a questão do conhecimento científico e útil pode ser relacionado ao conhecimento europeu³⁰. Uma das soluções para esse problema já foi dada por Kapil Raj ao dizer que é necessário atribuir uma forma de cientificidade aos sistemas de conhecimento baseados em práticas, técnicas, serviços, tecnologias nativas e outros³¹.

²⁸ PATACA, Ermelinda. Coleta, transporte e aclimação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol.5, n.9, 88–108, 2017, p. 92. Veja também: PATACA, Ermelinda. *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 e outubro de 1784*. 253 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

²⁹ WENDT, H. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlim: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016.

³⁰ WENDT, H. Introduction: Competing Scientific Cultures and the Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World. In: WENDT, H. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlim: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016, p. 19.

³¹ RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism. Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 104:337–347, 2013, p.343.

Considero a ideia de Raj, de atribuir cientificidade, um aspecto necessário para o reconhecimento de epistemologias nativas, contudo, devo deixar claro que o está posto nesta tese não é uma tentativa de enquadrar o conhecimento dos povos indígenas dentro de um quadro epistemológico ocidental, europeu, hierárquico, mas de reconhecer que esses conhecimentos foram constantemente utilizados e ressignificados na história do conhecimento, na história das ciências. Em outras palavras, o que se assume como conhecimento ocidental, europeu, em muitos casos, foi uma tradução do saber indígena.

O conhecimento dos povos ameríndios foi essencial para a administração portuguesa na segunda metade do século XVIII, pois na exploração da fauna e flora amazônica precisaram contar com saberes especializados necessários para o acesso às especiarias nativas, sejam as mais conhecidas e de maior potencial econômico, em sua maioria as mais famosas drogas do sertão, como o cravo amazônico, até aquelas em que tentaram experimentar seus préstimos e estimular o cultivo para o comércio em larga escala, como o caju.

2.3 - Conhecimentos indígenas, drogas do sertão e a exploração do mundo natural na segunda metade século XVIII

Na segunda metade do século XVIII, há um movimento de exploração do mundo natural marcado pelo interesse de algumas metrópoles em mapear as produções da natureza. Tornou-se cada vez mais frequente, por parte desses estados, a concepção de se investigar sistematicamente tanto as produções naturais já conhecidas das colônias, quanto a busca por novos potenciais recursos a serem averiguados. De motivação científica e econômica, essas nações europeias investiram, por exemplo, em viagens de exploração, na criação de institutos a fim de promover práticas científicas nos espaços ultramarinos, como o Jardim Botânico e o Real Gabinete de História Natural da Ajuda, e disciplinas que envolviam a História Natural (como a botânica, geologia e zoologia) ganharam um novo *status*, tornam-se instrumentos da administração metropolitana,

serviriam como arcabouço científico para a exploração dos recursos econômicos do império-ultramarino³².

Conforme aduz Nelson Sanjad ocorreu uma relação mais evidente entre História Natural, economia e governo:

A competição das nações europeias por colônias fornecedores de produtos tropicais e por mercados consumidores articulou-se com a montagem de uma rede de jardins botânicos e com o emprego de grande número de naturalistas comissionados para a coordenação de diferentes agentes coloniais para a direção dos estabelecimentos espalhados nos quatro cantos do mundo, para as viagens de coleta e para o trabalho de classificação e publicação do material reunido nos centros metropolitanos³³.

A relação entre o naturalismo econômico³⁴, as expedições científicas (viagens filosóficas), o comércio ultramarino e o conhecimento científico vão se tornar evidente na segunda metade do século XVIII. Alguns documentos do período, por exemplo, como a “Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura das charnecas”³⁵, “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam”³⁶, evidenciam o quanto a ideia do progresso econômico estava atrelada ao desenvolvimento científico, já que a prosperidade de um país deveria advir do conhecimento e do saber explorar as potencialidades das colônias ultramarinas³⁷.

Na “Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos...”³⁸ Domingos Vandelli, botânico, professor de Química e História Natural na Universidade de Coimbra, afirma

³² SANJAD, Nelson. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Para, 1796-1873*. 216 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, São Paulo: Campinas, 2001; CONCEIÇÃO, Gisele C. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019.

³³ SANJAD, Nelson. *idem*. p.17.

³⁴ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

³⁵ Domingos Vandelli. Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a Respeito da Agricultura, e Principalmente da Cultivação das Charnecas. In: Dicionário dos termos techinos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéu, com a explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligência dos mesmos. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1788.

³⁶ Domingos Vandelli. Memoria sobre algumas Produções Naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão. In: SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

³⁷ SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

³⁸ Domingos Vandelli. Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a Respeito da Agricultura, e Principalmente da Cultivação das Charnecas. In: Dicionário dos termos techinos de Historia Natural

que além de poder agrupar diversas plantas do mundo, os jardins seriam de grande proveito à medicina, às artes e ao comércio, acrescentando que países como a França, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Dinamarca, Prússia, Holanda e outros já possuíam um ou mais jardins botânicos em seus territórios. Conforme Vandelli:

com o conhecimento botânico adquirido nos mais célebres jardins, tem os ingleses, e franceses examinado e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e tem tirado imensa utilidade e cada vez poderão tirar maior lucro...³⁹.

Vandelli considerava que o conhecimento sobre as plantas e, de maneira geral, sobre o mundo natural, poderia beneficiar à economia, às artes e ao comércio desde que este conhecimento auxiliasse no máximo aproveitamento das potencialidades e utilidades destas plantas. O processo de aclimação então, que não era um procedimento inédito, como bem destaca o célebre botânico nesta memória, deveria ser impulsionado e sistematizado a fim de maximizar os benefícios que Portugal poderia ter.

Já na “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam”⁴⁰, o naturalista destaca que a maior riqueza das colônias está na agricultura, mais ainda que na exploração do ouro, que poderia ser desenvolvida a partir do “amansar e civilizar os índios, e acostamá-los à agricultura do Brasil...”⁴¹. Segue apontando as produções naturais que deveriam ter maior atenção e cita algumas do Grão-Pará, como o araribá que se pode obter um bom tom de vermelho; uma espécie do Puxuri que seria mais aromática e que poderia substituir a noz moscada; a jalapa, citada como a “verdadeira jalapa (*convolulus jalapa*)”⁴² e a “jutuicisica, que pode servir como lacre”⁴³.

Considero que não há como desvincular a construção de um pensamento científico que vai se consolidando cada vez mais ao longo do século XVIII, com o movimento de investigar e explorar as potencialidades naturais (que tornar-se-iam econômicas) que as colônias do ultramar detinham. Inclusive, percebo como complementares, já que as

extrahidos das Obras de Linnéo, com a explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a inteligência dos mesmos. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1788.

³⁹ Idem, p. 5

⁴⁰ Domingos Vandelli. Memoria sobre algumas Produções Naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão. In: SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa, Banco de Portugal, 1994.

⁴¹ Idem, p. 35.

⁴² Idem, p. 41.

⁴³ Idem, p.42.

experiências conduzidas, por exemplo com as plantas nativas, envolviam seus possíveis usos e produção em larga escala⁴⁴.

Isso, evidentemente, vai envolver no caso do Vale Amazônico, as famosas drogas do sertão – tão exploradas durante os séculos anteriores, mas que ainda permanecem como potenciais fontes de riqueza – e os povos indígenas, imprescindíveis para o acesso a elas. O próprio Diretório dos Índios, inicialmente aplicado na parte norte da América portuguesa, e, depois estendido ao Estado do Brasil em 1758, procurou otimizar a exploração econômica da região por meio das vilas e lugares (regularizando principalmente o acesso à força de trabalho indígena), tornando a obtenção das “drogas do sertão” um comércio ainda mais dependente dos indígenas.

Para Mauro C. Coelho, não se tratava apenas de uma ocupação mais efetiva e “muito mais ligada à Coroa... esta ocupação deveria corresponder às expectativas de recursos, na forma de uma produção significativa de gêneros interessantes ao comércio internacional”⁴⁵. A coleta das drogas era apontada nos parágrafos do Diretório como o mais útil e mais importante negócio do Estado⁴⁶.

Isto, aliado a criação da Companhia de Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, às viagens de demarcação e a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, são exemplos de como os portugueses procuraram implementar uma nova agenda para o norte da América portuguesa, conhecendo e explorando sistematicamente a região amazônica, “O progresso do reino adviria da identificação da utilidade dos produtos da natureza e dos estudos que indicassem os melhores meios de explorá-los.”⁴⁷.

Ao lado do interesse econômico, temos o processo de apropriação das drogas nativas relacionado aos preceitos da história natural, da reforma do sistema colonial e da publicação do Diretório dos Índios. Segundo Thiago Dias e Cristina Moraes, “As premissas iluministas que fundamentaram o saber científico luso-brasileiro a partir de meados do século XVIII eram entremeadas por uma compreensão científica e filosófica

⁴⁴ KURY, Lorelai. A filosofia das viagens: Vandelli e a História natural. In: KURY, Lorelai(org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2008.

⁴⁵ COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar. *Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 432f. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005, p. 104.

⁴⁶ DIRETÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758, parágrafo 46.

⁴⁷ COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento na viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010, p.75.

pragmática sobre o estudo da natureza”⁴⁸. Ao objetivarem inventariar, apropriar e realizar um comércio das produções naturais de suas colônias, Portugal mobilizou uma rede de sujeitos, como funcionários coloniais que tinham nos nativos fontes primordiais de conhecimentos.

Dias e Moraes consideram que os funcionários coloniais que se aventuravam na exploração das produções naturais das colônias portuguesas possuíam nos povos originários os principais informantes sobre a flora local:

É fato reconhecido pela historiografia o ímpeto da administração da América portuguesa em inventariar, apropriar e tornar comercialmente viáveis as produções naturais investigadas a partir do trabalho de funcionários com conhecimentos em história natural. Funcionários que tinham nos indígenas os principais informantes sobre novas espécies e seus usos. Logo, o estudo da contribuição indígena referente ao conhecimento de espécies botânicas faz jus a esses sujeitos sociais que com suas culturas, experiências, saberes e práticas constituíram um conhecimento milenar e ancestral sobre o mundo natural. Conhecimento que devidamente reconhecido dá protagonismo aos indígenas na constituição do conhecimento científico ocidental⁴⁹.

Um aspecto que evidencia a participação dos saberes dos ameríndios nesse processo é que ao longo dos anos de extração, as regiões que possuíam algumas dessas especiarias em abundância tornaram-se cada vez mais distantes das margens dos rios e cada vez mais foi necessário conhecimentos para adentrar e dominar o sertão a fim de explorá-lo.

Os relatos do missionário João Daniel e do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira dão conta de mostrar que, por exemplo, com o pau-cravo, as áreas mais acessíveis já se encontravam exauridas e era preciso avançar cada vez mais sertão adentro para encontrar as especiarias. João Daniel afirma que, em virtude de uma exploração predatória, havia uma grande diminuição das árvores de cravo nas margens dos rios, e as regiões em abundância da especiaria ficavam cada vez mais no interior da floresta, o que gerava alguns desafios envolvendo acesso, logística e etnias inimigas⁵⁰.

Alexandre R. Ferreira, por sua vez, também percebeu que a obtenção de algumas drogas do sertão se tornava cada vez mais distante e relacionava isso ao fato de se derrubar totalmente a árvore do cravo para retirar suas cascas, pois não raro, o vegetal era cortado

⁴⁸ DIAS, Thiago Cancelier; MORAES, Cristina de Cássia. Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.28, n.1, jan.-mar. 2021, p. 29.

⁴⁹ DIAS, Thiago Cancelier; MORAES, Cristina de Cássia. *idem*, p. 34.

⁵⁰ João Daniel. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2v, 2004.

ainda novo, o que poderia interferir na sua multiplicação e conservação, “e para se não destruir mais do que se aproveita, com a mais repreensível desolação, que lhe fazem os cabos e os índios, é cortado, quebrado...”⁵¹.

Diante da necessidade de adentrar no interior da densa floresta, de lidar com labirintos de rios para localizar as drogas do sertão, os indígenas se tornaram cada vez mais necessários, como mão de obra, mas também como detentores de conhecimentos essenciais naquele momento. Como afirmou Patrícia Melo: “índios disponíveis eram a chave segura para o acesso aos sertões do cacau, do cravo, da salsa e de mais índios.”⁵².

Embora sua força de trabalho e seus saberes tenham sido explorados desde os primeiros anos da conquista, é no Setecentos que há uma preocupação do Estado lusitano em sistematizar e utilizar tal conhecimento a fim de obter algum benefício a partir dos produtos naturais que existiam em todo o reino. Os saberes dos nativos que viviam nas colônias de Portugal eram, portanto, imprescindíveis para esse propósito já que eram os sujeitos que viviam e lidavam em seus cotidianos com a flora e fauna local.

Esse conhecimento dos povos indígenas sobre o mundo natural foi algo relevante e inclusive incentivado a ser perscrutado nas instruções de viagens dos naturalistas. Em um documento intitulado “Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a História Natural da natureza para formar um museu nacional”⁵³, publicado em 1781, existem orientações para o preparo das remessas de produtos naturais e dava-se destaque para o para o conhecimento local, pedindo para que se fosse enviados junto dos produtos: “1º o nome tanto indígena, como estrangeiro da dita espécie, e o nome com que a costumam distinguir os Naturalistas. 2º Notar-se-ão todas as suas qualidades mais atendíveis, e particularmente as menos conhecidas”⁵⁴.

É importante observamos como isso aparecia em alguns importantes manuais científicos da segunda metade do século XVIII, como o “*Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo naturalista nas suas*

⁵¹ Alexandre Rodrigues Ferreira. Viagem filosófica ao Rio Negro. MPEG/CNPq/Fundação Roberto Marinho, 1983, p.127.

⁵² SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. MANAUS: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 67.

⁵³ BREVES INSTRUÇÕES aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um museu nacional. Biblioteca Nacional de Portugal. *Lisboa: Régia Oficina Tipográfica*, 1781.

⁵⁴ Idem. p. 39

*peregrinações deve principalmente observar*⁵⁵, manuscrito elaborado em 1779 por Domingos Vandelli e conservado na Academia de Ciências de Lisboa.

Vandelli foi o responsável por dirigir as obras do Real Jardim Botânico e do projeto acerca da *História Natural das Colônias*. Para Vandelli, o conhecimento dos recursos naturais de um país seria essencial para o desenvolvimento econômico e, portanto, era fundamental conhecer a utilidade dos produtos da natureza e de formas melhores de explorá-los⁵⁶.

O botânico italiano, nascido em Pádua, possuía como intuito a produção de um inventário dos produtos naturais de todo o império ultramarino português, coletando itens dos três reinos da natureza: vegetal, animal e mineral que pudessem servir para o desenvolvimento econômico de Portugal. Em uma de suas instruções, chama atenção para o saber/fazer que as populações nativas possuíam e que deveriam ser objeto de atenção para os naturalistas. De acordo com Vandelli, os índios eram os mais:

inteligentes práticos daquele continente são também os melhores mestres para nos ensinar os nomes das plantas e o seu uso, principalmente das que se pode extrair cores e das que servem nas doenças próprias daquela parte da América onde eles morarem⁵⁷.

O que Vandelli destacava é fato dos nativos possuíam um conhecimento que foi adquirido com a experiência de viver na região, um saber baseado na observação e cotidiano, um *know-how* (saber-fazer) que serviria aos filósofos naturalistas, por exemplo, na indicação dos nomes e usos de uma planta desconhecida. Os “melhores mestres”, portanto, seriam àqueles que possuíam um saber prático e dispostos a compartilhar tais ensinamentos.

Baltasar da Silva Lisboa, um dos discípulos de Vandelli, – pertencente à *geração de 1790*⁵⁸, atuou principalmente na Capitania de Ilhéus – também realizou considerações

⁵⁵ Domingos Vandelli. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, ms 405, 1779.

⁵⁶ COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem*: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento na viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

⁵⁷ Domingos Vandelli. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, ms 405, 1779, p.54.

⁵⁸ MAXWELL, K. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999; LIMA, Ana Paula dos Santos. “Vacilante, incerto e louco”:

sobre a importância do conhecimento indígena. Ao tratar da necessidade da Botânica na América Portuguesa, afirmou que os europeus desconheciam muitas das plantas americanas, os indígenas, por sua vez, “conhecem imensas, que servem de específico antídoto contra inumeráveis enfermidades...e de infinitas outras contra o mal venéreo, e para vomitórios, febres, gangrenas, etc.”⁵⁹

No “Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil”, Baltasar Lisboa também deixa claro a participação dos indígenas nas expedições filosóficas, pois, desde que tratados com brandura que fossem premiados pelos seus trabalhos, os indígenas poderiam “fazer resultar daquelas expedições maiores conveniências ao Estado, maiores descobertas, a facilidade dos caminhos e terrenos que se não de prescrutar...”⁶⁰

Apesar de reconhecerem a importância do conhecimento indígena, é difícil supor que esses sujeitos atribuíssem a mesma racionalidade técnica que o conhecimento científico europeu. De maneira geral, o conhecimento sobre o mundo natural apresentado pelos ameríndios serviria como uma matéria prima a ser trabalhada pelos naturalistas, nos quais, por sua vez, formariam um novo conhecimento, científico e universal (o caso da ayapana é bastante elucidativo de como isso acontecia⁶¹).

Kathleen Murphy, em “Translating the vernacular: Indigenous and African knowledge in the eighteenth-century British Atlantic”⁶², afirma que no século XVIII foi comum aos naturalistas utilizarem a palavra *vulgar* para adjetivar os conhecimentos nativos. Isso servia para hierarquizar esses saberes adaptando uma palavra já conhecida desde os primeiros séculos de colonização, o “*vulgar*” à ideia de comum, simples.

De acordo com Murphy, os naturalistas consideravam que um indígena americano pudesse reconhecer por experiência os usos medicinais das plantas ou ser capaz de capturar um animal raro, no entanto, essas habilidades eram derivadas de uma “confusão

o homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa. *Especiaria*, Caderno de Ciências Humanas. vol.18, n.33, jul./dez. 2018.

⁵⁹ Baltasar da Silva Lisboa. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil. Lisboa: Oficina de Antonio Gomes, 1786, p. 42.

⁶⁰ Idem, p. 68.

⁶¹ Ver o capítulo 4.

⁶² MURPHY, Kathleen S. Translation the vernacular: Indigenous and African knowledge in the eighteenth-century British Atlantic. *Atlantic Studies*, v.8, n.1, p.29-48, 2011.

de observações, superstições, remédios úteis e venenos perigosos, no lugar de conhecimento genuíno”⁶³.

É claro, seria anacronismo exigir que os naturalistas do século XVIII compreendessem as formas de conhecimento indígena como fruto de uma racionalidade própria ou ainda fruto de um complexo sistema de compreensão do mundo – tal como é concebida hoje – alia-se a isso o fato de que “à condição de inferioridade em ‘natureza’ e ‘cultura’ predominou nos debates raciais do século XVIII, e asseguram aos povos conquistados condições de bestialidade e primitivismo”⁶⁴.

Contudo, na prática, os conhecimentos dos povos nativos foram cruciais na história da colonização e no caso da segunda metade do século XVIII não foi diferente, participaram ativamente na construção do saber sobre a história natural da América portuguesa. A forma como contribuíram nos processos de coleta, codificação e disseminação de conhecimentos sobre o mundo natural nos permite afirmar que fizeram parte da construção do conhecimento científico da época, mesmo que na condição de anônimos ou invisíveis. E foram além disso, protagonistas também do processo de produção e cultivo de plantas as quais Portugal via como potenciais recursos econômicos a serem explorados.

Locomover-se pelos rios, saber o local de determinada planta, reconhecê-la, explicar o uso que davam a ela, período certo de realizar a colheita, cultivar, transportar do interior dos sertões até os portos de onde inúmeras remessas de produtos naturais eram enviadas para Portugal, envolvia, pelo menos inicialmente, um conhecimento nativo detalhado. Considerando que a força de trabalho indígena foi imprescindível para qualquer empreendimento na Amazônia do século XVIII, é possível pensarmos essa força motriz desvinculando-a dos saberes que a engendram? Quero dizer que esses sujeitos empregaram saberes e utilizaram de forma a alcançar aquilo que queriam ou que eram solicitados.

É partindo desse pressuposto que tomo o conhecimento sobre o mundo natural dos povos indígenas como algo que foi essencial na exploração de diversos gêneros objeto

⁶³ No original: “To colonial naturalists, however, such abilities derived from a jumble of observations, harmless superstitions, useful remedies, and dangerous poisons, rather than genuine knowledge”. Idem, p. 8-9.

⁶⁴ DAS MERCÊS JUNIOR, João Carlos Martins; MUNIZ, Érico Silva; DA SILVA PONTE, Vanderlúcia. Ameríndios e europeus no novo mundo: a dualidade natureza-cultura no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 13, n. 1, p. 75-91, 2020; GOMES, Rafael Augusto; DE MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. Auguste de Saint Hilaire e a civilização indígena: conquista ou filantropia? *Mosaico*, v. 7, n. 10, p. 121-136, 2016; GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

de interesses europeus para fins comerciais, médicos, alimentícios, industriais, entre outros. A exploração das chamadas “drogas do sertão” nos possibilita pensar na participação indígena e de seus saberes, ainda mais que grande parte delas não estava cultivada e era necessário adentrar no interior da floresta para encontrá-las.

A contribuição desse capítulo para a tese, portanto, é tratar da participação de indígenas na exploração dos gêneros do sertão e demais produtos da natureza pensando-os não somente como força de trabalho. O que pretendo é redimensionar essa questão atentando para o fato de que a coleta desses produtos foi, em geral, mediada por saberes nativos, que definiram, por exemplo, um local onde existia determinado gênero em abundância a ponto de valer uma incursão em um ambiente inóspito.

A documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico Ultramarino, da Academia de Ciências de Lisboa, do Arquivo Público do Estado do Pará, registros deixados por missionários e outros, apresenta casos ricos em detalhes dos cotidianos das expedições de coleta e outros que me permitem visualizar determinados saberes nativos em uso, assim como em alguns casos, a agência indígena. Para começarmos, o cravo nativo do Vale Amazônico (*Dicypellium caryophyllaceum*) é um bom exemplo.

2.4 - Saberes nativos: o caso do pau-cravo - *Dicypellium caryophyllaceum*(Mart.) Nees, Urucum (*Bixa orellana* L.) e anil (*Indigofera* L.)

A notoriedade de vegetais de origem americana não é algo do século XVIII, as diversas propriedades que a flora da América portuguesa possuía chamava atenção desde o século XVI. De acordo com Alírio Cardoso, obras como “*Do clima e terra do Brasil*” (1584), do padre Fernão Cardim, “*História dos animais e árvores do Maranhão*” (1625-1631) do Frei Cristóvão de Lisboa, já tratavam de alguns deles, como o caju, a mangaba, a copaíba, a mandioca, entre outros itens da flora da região⁶⁵.

⁶⁵ CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Revista Tempo*, vol.21, n.37, jan./jun., 2015.

Ao analisar o surgimento das especiarias amazônicas na América portuguesa como substitutas das asiáticas, Cardoso aponta que o cravo da terra, desde 1646, já estava circulando pelo Conselho Ultramarino em Lisboa para ser verificado quanto às suas potencialidades em comparação ao cravo asiático. O cravo de casca (*Dicypellium caryophyllatum*), também chamado de cravo-da-terra, canela-cravo, cravo-do-maranhão, pau-cravo, cravo do Pará, cravo do sertão, começou a se tornar famoso por ter características semelhantes com o cravo da Índia (*Syzygium aromaticum*). Conforme Cardoso:

O “cravo-do-maranhão”, “casca-preciosa” ou “pau-cravo” (*Cassia caryophyllata*, *Myrtus caryophyllata*, *Dicypellium caryophyllatum*, entre outras espécies) era extraído de árvores aromáticas e medicinais e tinha um aspecto que, em geral, era parecido ao da canela desidratada. Esse produto exótico vai ser depositário de parte das esperanças de enriquecimento dos moradores da região⁶⁶.

A empreitada construída em torno do cravo de casca na Amazônia colonial, é, conforme Rafael Chamboleyron, uma das mais relevantes depois do cacau. Sua utilização não derivou dos usos que os povos indígenas davam a planta, foi a experiência portuguesa na Ásia que chamou atenção dos europeus para uma droga semelhante ao cravo da Índia, entretanto, ao longo dos séculos de exploração desta especiaria os indígenas se tornaram fundamentais para sua obtenção.

Junto ao cacau, o cravo foi explorado de 1650 a 1800 e, em parte desse período, como no final do século XVII, o incremento na produção do cravo foi tão intenso que levou a coroa portuguesa a pensar em tentativas de restringir aquela “superabundância” em virtude da intensa exploração e da dificuldade cada vez mais comum de se encontrar o cravo⁶⁷.

Mesmo no final do Setecentos, o então governador Francisco de Souza Coutinho recomendava que se persuadissem alguns dos mais poderosos lavradores do Grão-Pará a plantarem em suas terras as preciosas árvores indígenas, e utilizando o exemplo do cacau: “pratique o mesmo com o cravo... e outros gêneros que podem colher ao pé de casa... sem que lhes seja preciso vagar pelos matos e por imensa extensão para colher produtos

⁶⁶ Idem, p. 10.

⁶⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista. In: CARDOSO, Alírio; SOUZA, César Martins de. (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades* (séculos XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008, pp. 52-53

incertos e muitas vezes nada comparáveis com as despesas...”⁶⁸. Entretanto, apesar de sua importância e as inúmeras tentativas de cultivo, o cravo da terra foi essencialmente um produto da floresta obtido pela população local⁶⁹.

Esse é um ponto importante a ser ressaltado. Sendo um produto do sertão, disperso pelo território, com algumas regiões abundantes da especiaria cada vez mais distantes das margens dos rios, devido à intensa exploração sofrida ao longo dos séculos anteriores, a localização dele e sua obtenção, pode-se afirmar, dependia bastante dos conhecimentos da população local, entre eles indígenas, que além dos seus braços, colocavam em práticas saberes que adquiriram ao longo de suas vidas. Tais saberes, no decorrer da colonização, foram constantemente aproveitados por colonos, missionários, viajantes, filósofos naturais, entre outros⁷⁰.

Elias Ferreira aduz que os pilotos muito experimentados, os chamados *jacumaúbas*, exímios navegadores, guias dos rios amazônicos, eram tão imprescindíveis nas expedições de coleta que seus soldos eram maiores que o de remeiros, indicando ainda um maior prestígio nesse universo de exploração dos vegetais da Amazônia colonial⁷¹. Essa condição ocorria devido aos conhecimentos dos rios que possuíam, já que pilotar exigia um conhecimento geográfico da região, dos igarapés, das cachoeiras, por exemplo. Os colonos “sem os pilotos jacumaúbas ficariam perdidos, desorientados no labirinto de rios, correndo risco iminente de naufrágio...”⁷². Esses saberes foram apreendidos e utilizados por diversos sujeitos, tornando-se imprescindíveis nas empreitadas coloniais. Para Glória Kok “esses conhecimentos integravam a ‘cartografia indígena’, isto é, um

⁶⁸ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 02 de março de 1798, códice 99, volume 19, pp.93-94.

⁶⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. op.cit, 2008.

⁷⁰ Ainda no século XVII, o padre João Filippe Bettendorf, ao tratar das incursões que ocorriam no “sertão dos taconhapés”, região próxima ao rio Xingu, uma das mais abundantes quando se tratava do cravo, denominou esses sujeitos que se aventuravam no interior das florestas de “cravistas que a tudo se arriscam, para levar o cravo de onde quer que esteja”. O padre afirmou também que a viagem a procura dessa especiaria era muito perigosa “em vista da grande correnteza das águas (...) com constante perigo de darem as canoas consigo em uma penha, não sendo destrissimamente governados por pilotos muito experimentados, poucos há que se atrevam ir em busca dele...” João Filippe Bettendorf. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p.315.

⁷¹ FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016, p. 115.

⁷² Idem, 134; Ver também: ALMEIDA, Gabriela. *Rios de Conhecimento: os povos da conquista e expedições científicas na Amazônia e na África oriental portuguesa (1780-1798)*. 278f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

acervo de informações espaciais, construído pela memória e enraizado, principalmente, nos sentidos”⁷³.

A documentação apresenta inúmeros exemplos das perícias dos pilotos, sabiam conduzir e “encanar por vários canais e duplicados giros, em que a habilidade e experiência dos pilotos faz sempre o seu bom sucesso”⁷⁴. Para que a viagem ocorresse com êxito era necessário ouvir “em primeiro lugar os pilotos e jacumaúbas, como práticos”⁷⁵, para então ser decidido o que fazer, que rota tomar, era notório a importância desses sujeitos pois costumava-se dizer que “sem alguns deles vão as embarcações em grande risco de se perderem”⁷⁶.

João Pereira Caldas deixou isso bem claro em correspondência para Manoel da Gama Lobo de Almada, ao aconselhar que junto a um matemático e um engenheiro, também convocasse:

os práticos que lhe parecem necessários para explorar o dito rio, particularmente das cachoeiras... sobre as cinco conhecidas comunicações deste rio com a do Japurá, pude adquirir dos melhores e mais antigos práticos, que achei a ouvir, e sobre os quais se formou o mapa que as mesmas comunicações demonstram pontuadas...⁷⁷

Esses indígenas eram peritos insubstituíveis, seus saberes, o conhecimento para poder transitar nos rios, espaços de navegação segura, locais de pesca, formas de obtenção de água potável, eram habilidades que lhes permitia se distinguir obtendo prestígio e algumas vantagens⁷⁸. No relato acima há claramente a indicação da formação de um mapa a partir dos dados que foram fornecidos pelos experientes indígenas, indicando a presença de seus saberes na formação da cartografia da região.

Era bastante comum a participação dos indígenas enquanto força de trabalho nas expedições de coleta, onde cada canoa transportava geralmente algumas dezenas de

⁷³ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul./dez., 2009, p. 92.

⁷⁴ João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Vila Bela, 02 de maio de 1791, códice 99, volume 13, p. 148.

⁷⁵ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de abril de 1789, códice 99, volume 10, p. 84v.

⁷⁶ João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Vila Bela. Vila Bela, 26 de agosto de 1792, códice 99, volume 14, p. 282.

⁷⁷ João Pereira Caldas [Ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 05 de abril de 1784] – Projeto Resgate, AHU, Rio Negro, caixa 07, documento 314.

⁷⁸ FERREIRA, Elias A. C.; VIANA, Wania A. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23, ago., 2021.

indígenas, mas essa participação não se restringia somente ao uso de sua força, eles possuíam um conhecimento que lhes permitia saber a existência de lugares onde, por exemplo, havia cravo em abundância⁷⁹.

Um dos relatos mais ricos envolvendo o cravo é feito pelo padre João Daniel e lá percebemos a importância dos saberes indígenas nessas explorações. No “Tesouro descoberto no Rio Amazonas”, percebe-se que é a partir do conhecimento indígena que ocorre a localização dos lugares que continham a especiaria em abundância, como no rio Tapajós. Além disso, algumas das técnicas utilizadas pelos *cravistas*, para lidarem com as dificuldades das incursões no sertão, eram nativas⁸⁰.

Um das técnicas mais interessantes se dava no abastecimento de água. Quando possuíam dificuldades para encontrar água potável, os indígenas utilizavam um cipó que armazenava água e sanava a sede de “muita gente especialmente aos que se embrenham pelo interior, e centro dos matos, como são os índios, quando vão à fatura do cravo, onde não tem outra água mais que a deste cipó, em cuja falta morreriam à sede”⁸¹.

O uso do cipó, tais quais suas variadas espécies, era diverso e dependia do formato, tamanho, flexibilidade etc. Era utilizado desde a produção de redes de dormir, amarras em navios, elaboração de toldos contra raios solares, proteção contra a chuva e uma série de outros empregos, tanto que João Daniel os considerou como os pregos da terra devido os usos dados pelos indígenas e mesmo “muitos europeus à sua imitação...”⁸².

No caso do cipó utilizado para matar a sede daqueles que iam no sertão adentro, o chamado cipó d’água (*Doliocarpus rolandri*), Daniel aponta que era muito notável o cipó que chamam “de água por ser tal o seu préstimo, existindo perto de casa não havia necessidade de rio, nem de mais fonte para ter água fresquíssima para beber, e para serventia de sua casa”⁸³. A obtenção de água a partir desse cipó era uma técnica imprescindível para qualquer um que se colocasse em marcha pelos sertões, e isso certamente foi uma das técnicas aprendidas pelos luso-brasileiros ao observarem os indígenas, o que demonstra como os povos originários estavam envolvidos na circulação

⁷⁹ Foi o que aconteceu com o frei Teodósio quando foi se estabelecer, no final do século XVII, em um local próximo ao rio chamado Urubus. Um dos motivos que levou a escolha do lugar foi que os índios “lhes tinham assegurado que havia muito cravo em suas terras”. João Filipe Bettendorf. *op.cit.*, p. 559.

⁸⁰ João Daniel. *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, T I, 1976.

⁸¹ *Idem*, p. 368. A utilização do chamado Cipó d’água é feita até hoje, inclusive por militares como técnica de sobrevivência na selva.

⁸² João Daniel. *Idem*. p. 367

⁸³ *Id.*

de conhecimentos (tal como ocorria também no manejo das canoas pelos rios e igarapés) necessários às expedições ao sertão.

E aqui retomo o debate sobre a circulação do conhecimento enquanto objeto que não está relacionado à simples transmissão de informações ou práticas, mas sim que envolve sujeitos distintos, encontros, negociações, reconfigurações que ocorrem entre culturas distintas, mesmo que baseadas em uma relação desigual de poder e sem um fim determinado, tal como apontou Kapil Raj, ele é contínuo⁸⁴.

Embora, desde Sérgio de Buarque de Holanda, a importância do conhecimento nativo tenha sido reconhecida, existe uma inflexão na forma de compreender esse saber nativo e o lugar que ele assume na história do conhecimento. Por exemplo, em “Caminhos e Fronteiras”⁸⁵, Holanda realiza uma interessante análise sobre a influência indígena nas *bandeiras*, acerca de como técnicas indígenas foram fundamentais para adentrar no sertão e na formação do sertanejo. Apesar disto, esta influência:

que viria animar, se não tornar possíveis, as grandes empresas bandeirantes. Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar; constitui, ao contrário, elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, e uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação. Sem ela não poderíamos conceber facilmente muitos daqueles sertanejos audazes...⁸⁶.

Essa influência é tomada apenas como um passo necessário para a construção de algo maior, racional e promovida pelo colonizador. Distancio-me de Holanda nesse sentido, porque considero que os indígenas possuíam um conhecimento dotado de racionalidade sobre os fenômenos e itens naturais do Vale Amazônico, que evidentemente foi extremamente útil aos europeus⁸⁷.

⁸⁴ RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis*, vol. 104, n. 2, June, 2013, p. 337-347; RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁸⁶ Idem, p. 25.

⁸⁷ O historiador e analista da obra de Holanda, Diogo Godoy dos Santos, aponta que, ao longo dos anos, Sérgio Buarque foi amadurecendo seu pensamento com relação aos povos indígenas e, nesses escritos, “os índios despertavam de uma discreta ‘preguiça vegetal’ incipiente em *Raízes*, para guiarem os portugueses por e rios e terras dos sertões paulistas em *Monções e Caminhos Fronteiras...*”. Entretanto, há o predomínio de uma narrativa geral na qual os colonizadores rebaixaram seu patamar de civilidade a fim de garantir um objetivo maior, a posse da terra, e “ceder às condições inóspitas do meio até que os padrões civilizados se restabelecerem...”. SANTOS, Diogo de Godoy. *Os índios em Raízes do Brasil (1936-1948), de Sérgio*

É importante retomar o pensamento de Kapil Raj aqui, pois o historiador considera que:

De uma visão até então dominante, segundo a qual a ciência teria uma lógica própria de desenvolvimento – construindo-se segundo procedimentos explícitos e imutáveis, empiricamente testados em condições bem circunscritas e controladas e, portanto, sem decorrer, de maneira alguma, de um qualquer tratamento histórico e social –, o olhar dos historiadores das ciências voltou-se para as práticas, sejam as práticas materiais e sociais, sejam as práticas cognitivas, o *saber-fazer* assim como os saberes, cujo conjunto constitui a ciência que se está a fazer⁸⁸.

Alguns recentes trabalhos dentro do campo da História das Ciências, e a partir de novas epistemologias, consideram o conhecimento/saber como algo dinâmico, fluído e que mesmo dentro de relações assimétricas de poder, ainda circula e envolve distintos agentes, letrados ou não, gerando um novo conhecimento, sincrético.

Gisele Conceição considera que:

Tais processos sincréticos de construção de conhecimento pressupõem trocas, negociações, escolhas, e intercâmbio de elementos entre culturas distintas. Todos esses elementos são inerentes às relações de comunicação entre grupos sociais heterogêneos, ou seja, envolvem diferentes culturas, costumes e tradições. Quando ocorre o contato entre tais partes, e se desenvolve um convívio entre grupos distintos, surgem “adaptações” nos vários aspectos culturais ou científicos, fazendo com que um grupo incorpore o sistema do outro, sem que isso pressuponha a eliminação de um ou outro sistema⁸⁹.

Localizar o pau cravo para sua extração, principalmente quando foi se tornando cada vez mais escasso ao longo das margens dos rios, não era uma tarefa fácil, muitas das vezes se atribuiu sua localização à participação de entidades como o *curupira* – um ser fantástico que habita as matas – descrito na documentação como um “vulto com figura humana, de cabeça raspada, e que algumas vezes mostram o que os índios querem... como alguma mata de cacau, cravo...”⁹⁰. Joao Daniel compara os curupiras aos duendes

Buarque de Holanda: entre o 'moderno' e o 'nacional'. 142f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

⁸⁸ RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações. *Cultura*. Revista de História e Teoria das ideias. Vol. 24, p.155-179, 2007, p.155.

⁸⁹ CONCEIÇÃO, Gisele. “Um manual que todos possam usar”: O conhecimento indígena sobre plantas medicinais do Brasil setecentista e as observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *História*, São Paulo, v. 40, 1-28, 2021, p.4.

⁹⁰ João Daniel. Tesouro Descoberto do Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v.95, T.I, 1976, 239.

européus “e a estes curupiras se atribuem alguns grandes estrondos, que as vezes se ouvem [nos] matos, como que se quebram as árvores, se arrancam as matas, e que se disparam peças de artilharia qual semelhantes estrondos”⁹¹.

Além disso, mesmo que os portugueses tivessem experiência com as especiarias asiáticas, a Amazônia portuguesa proporcionava novos desafios, e para isso contaram com os conhecimentos dos indígenas. Em um ofício de 1783, Matias José Ribeiro, então Intendente Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, relata para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que o cravo geralmente se encontrava a quinze, vinte ou mais dias da margem do rio e por essa razão “praticam entrar os índios por alguns riachos, a que chamam igarapés, isto é, caminho de canoa...”⁹². O relato se torna mais interessante ainda porque Ribeiro informa que os indígenas avistavam o cravo reconhecendo-o pela cor da folha, que era muito escura, sendo diferente de todas as árvores, pelo menos aos olhos dos nativos.

Um dos pontos a destacar aqui, além do conhecimento utilizado para transitar nos caminhos entre rios e igarapés, é o reconhecimento da árvore do cravo pela cor da folha, algo que chamou atenção do intendente geral e nos dá mais uma evidência das funções que os indígenas exerciam. Após o reconhecimento da planta, dava-se início ao processo de tratamento, retirando a casca, fazendo um canudo e enrolando-as, sobrepondo-as e atando todas com uma fina casca de pau, que chamavam Envira⁹³ (*Bocageopsis multiflora* [Mart.]).

depois é coberto com uma casca do mesmo cravo mais larga, e atado pela parte de fora com um cipó, a que chamam de cipó titica ou Guambi, e que é o mesmo que o vime de Portugal. Costumam ter os canudos cinco palmos de cumprimento, e de grosso treze polegadas, pouco mais ou menos, pois não tem preceito: dá bastante trabalho o cravo em se extrair do mato por estar ainda verde e serem paragem faltas de caça e pesca, passam tão somente com a farinha que

⁹¹ Idem, p. 239. Esse conhecimento, fundado na relação entre observação, experiência e na proximidade com natureza, tem também uma proximidade com entidades mágicas que vivem nas florestas, compondo um tipo de conhecimento que perdura até hoje. O curupira, protetor das florestas, é quem mostra e permite aos indígenas encontrarem as matas de cravo. Ele pode ser considerado um Encantado, ou seja, uma entidade que permeia ontologias de vários grupos indígenas no Brasil. Uma interessante tese sobre a relação dos encantados com os povos indígenas, no caso, os Tremembé, foi construída por Juliana Monteiro Gondim. Ver: GONDIM, Juliana Monteiro. *Seguindo trilhas encantadas: humanos, encantados e as formas de habitar a Almofala dos Tremembé*. 213f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

⁹² Matias José Ribeiro [Ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 21/11/1783] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 90, documento 7366.

⁹³ Popularmente chama de envira-surucucu ou envira preta. Uma planta que alcança até 12 metros de altura e pode ter até 30 cm de diâmetro. LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 2ª Ed. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1998. p.352.

carregam as costas e com algum macaco, ou papagaio que matam, e não tem em gênero de cravo grosso mais benefício⁹⁴.

As expedições para coleta do cravo, portanto, eram permeadas por algumas etapas, entre elas a localização, extração, preparação e comércio. Como vimos acima, já começava desde os caminhos escolhidos pelos indígenas por meio dos igarapés à identificação da árvore do pau-cravo pela cor da folha. Depois disso iria ser iniciado o processo de extração da casca e o modo de preparação dela, que definiria se seria cravo grosso ou cravo fino.

Matias José Ribeiro descreveu bem o processo de preparação do cravo grosso e fino:

A querer-se fazer o cravo fino há da mesma casca é derrubada a árvore, se faz uma fogueira por ela adiante, e logo que fica bem quente, se lhe tira a casca, torna a ir a fogo, e bem quente se vai enrolando um pedaço da casca, que faz um canudo do comprimento de três palmos, e de grosso duas e meias, até três polegadas, e se aperta e enrola na mão com pressa, e se ata logo com uma envira feita de casca de pau da grossura de um barbante e cada índio, o que fez de dia, o esquenta ao fogo à noite, tornando a enrolar de novo, e apartar por espaço de seis dias até que fica bem unido, e passado tempo se lhe tiram as ligaduras⁹⁵.

O cravo amazônico possuía um método de extração e preparo um pouco distinto do asiático (afinal eram plantas distintas), como podemos perceber no relato do intendente geral Matias José Ribeiro e das próprias crônicas feitas por João Daniel. O missionário explica a diferença entre o cravo grosso e fino estava essencialmente no método de extração e preparo.

O cravo grosso é a casca ou “camisa da árvore cortada, e lançada por terra sem mais trabalho e maestria do que enrodilhá-la em compridos canudos e dissecá-la do seu óleo, é o menos estimado”⁹⁶. O segundo é conhecido como cravo fino, é chamado pelos índios de “*taguari*”, que é a mesma camisa do pau cortado, contudo, ela é bem raspada, quase na espessura de um papel, sendo fruto de mais trabalho e considerado mais precioso e estimado.

⁹⁴ Matias José Ribeiro [Ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 21/11/1783] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 90, documento 7366.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ João Daniel. Tesouro Descoberto do Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, T I, 1976, p. 398

Quanto ao método de extração, João Daniel descreve que era distinto do modo como ocorria na Índia, pois lá se aproveitava a flor da árvore, no:

Amazonas só lhes aproveitam a casca das árvores, e não a flor, que desprezam (...) e para lhes despirem a dita casca, cortam as árvores, de que se tem segura uma muito grande diminuição e o mesmo irá sucedendo ao mais, se não se der providência alguma às suas colheitas nas matas, e rios onde ainda há abundância⁹⁷.

O processo de preparação do cravo era importante no que corresponde à sua qualidade, tanto que em 1779, João Manoel Rodrigues, ao enviar cravo fino de Macapá, disse que era uma remessa especial e “melhor nunca foi... especialíssimo”, outra quantidade de cravo também seguia junto, mas não era tão “vendável”⁹⁸. Quando os indígenas terminavam a preparação, retornavam com o cravo pronto para Belém onde negociariam por utensílios como facas ou mesmo água ardente⁹⁹, e, por sua vez, o cravo seria comercializado e enviado para Europa. Em sua tese de doutorado, Frederik Matos aduz que o cravo nativo da Amazônia tinha como destino, além de Portugal, a Inglaterra, França, Gênova, sendo um dos gêneros mais lucrativos no comércio europeu¹⁰⁰.

Não obstante a sua circulação no comércio internacional, nos anos finais do século XVIII o cravo também era enviado para Lisboa, mas com outros intuitos. Dessa vez, o caminho também envolvia os museus e jardins botânicos do reino. Encontrei três remessas, ao longo da década de 1790, destinadas a esses lugares. Uma em 14 de julho de 1790, na qual Luís Pereira da Cunha (sogro e correspondente de Alexandre Rodrigues Ferreira, tornou-se responsável por enviar as remessas do naturalista durante a Viagem Filosófica), enviou para o Real Gabinete em Lisboa uma semente do “cravo do sertão” e sua flor¹⁰¹.

⁹⁷ Idem, p. 397.

⁹⁸ João Manuel Rodrigues [Carta para Joao Teixeira de Barros]. Pará, 23 de novembro de 1779, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, maço 06, nº35.

⁹⁹ João Daniel. Idem, p. 67.

¹⁰⁰ MATOS, Frederik. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 402f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2019.

¹⁰¹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de julho de 1790, código 99, volume 11, p.105-106. Nas últimas décadas do século XVIII, Luís Pereira da Cunha é um dos sujeitos que mais aparecem na rede que compõe os envios de produtos naturais para Lisboa, mais precisamente para o Real Gabinete, e onde mais surgem ricas informações sobre o uso e utilização dos produtos remetidos.

Dois anos mais tarde, outra flor do cravo do sertão era enviada junto de outros gêneros americanos como cacau, muruci, maracujá, embaúba, andiroba, tucumã, ubuçu, inajá, jupati e duas plantas de urucuri, seguida de quatro caixas cheias com a fruta, indicando o uso local que se fazia delas: “para dissecar o leite da seringa, assim nas borrachas como nas mais obras e galantarias que se fazem deste leite”¹⁰². E, por último, em 24 de outubro de 1798, foram enviados “5 paus de cravo” e um caixote pequeno, contendo cravo fino para Lisboa pela sumaca denominada Minerva, a cargo do mestre Florêncio Pereira da Cunha, com destino ao Real Museu Nacional da Corte¹⁰³.

O envio da flor do cravo amazônico é um fator interessante nesse contexto. Durante a segunda metade do século XVIII, além de sistematizar a coleta pelas drogas do sertão e incentivar seu cultivo, a coroa portuguesa procurava intensificar os estudos de investigação das espécies nativas para substituir as asiáticas. Como vimos nos relatos, no Vale Amazônico essa parte da planta não era utilizada, ao contrário da flor do cravo da Índia¹⁰⁴.

Para Cinthia Donini, Marlon Fiori e Christian dos Santos, isso estava relacionado às próprias características da região, as condições e período da coleta, a fragilidade da inflorescência da árvore e até com o surgimento das flores, além disso: “As flores do cravo comparado a casca, rendiam colheitas pequenas e praticamente ninguém viu préstimo em coletar as pequeninas inflorescências”¹⁰⁵.

Apesar de décadas de exploração, é somente a partir da segunda metade do século XVIII, que parece ter havido um:

esclarecimento mais preciso sobre a árvore amazônica, tão parecida com o cravo da Índia (...) não bastava nomear a partir das analogias, correspondências com outras espécies, nem tão pouco descobrir as utilidades das ervas do mundo amazônico (...) era hora de descrevê-las e classificá-las”¹⁰⁶.

Alexandre Rodrigues Ferreira, enquanto esteve na Amazônia, parece não ter visto a flor do cravo, tendo feito uma análise comparativa entre o cravo amazônico e o asiático

¹⁰² Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de outubro de 1792, códice 99, volume 13, p.230.

¹⁰³ José Roiz Bolonha. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 24 de outubro de 1798, códice 99, volume 19, p. 254.

¹⁰⁴ João Daniel. op.cit. p.397-398.

¹⁰⁵ DONINI, Cinthia V.Z.S., FIORI, Marlon M., SANTOS, Christian F. M. Flores e cascas: exploração de cravo, *Dicypellium caryophyllaceum* e *Syzygium aromaticum*, no século XVIII. *Paper presented at the VIII Congresso Internacional de História*, Maringá, Paraná, 09 a 11 de outubro de 2017, p. 906.

¹⁰⁶ DONINI, Cinthia V.Z.S., FIORI, Marlon M., SANTOS, Christian F. M. op.cit, p.902.

somente a partir da casca¹⁰⁷. Em 1802, de Lisboa, em uma correspondência sobre o cultivo do cravo de casca no Pará, com o Visconde de Anandia, D. João Rodrigues de Sá e Melo, Ferreira informa que para se examinar uma planta e fixar seu nome botânico não basta ter um ramo seco, “é preciso não ter perdido uma só peça que sirva para essencialmente a caracterizar, com especialidade os órgãos sexuais, como aconteceu ao maço que recebi da árvore do cravo do Pará, que não tendo trazido fruto, não traz igualmente uma só flor completa de estames e pistilos...”¹⁰⁸. Nesse caso, era fundamental ter acesso à flor para uma classificação botânica mais precisa. Isso, evidentemente, estendia-se aos demais produtos da natureza americana, como o tabaco, cacau que passam a ser estudadas sob uma nova ótica¹⁰⁹.

A demanda pelo cravo amazônico em larga escala é uma consequência da perda lusitana do monopólio dos portos asiáticos, entretanto, já era um vegetal conhecido e utilizado pela população local, embora não tenha sido domesticado como o guaraná(*Paullinia cupana*) ou mesmo o urucum(*Bixa orellana*)¹¹⁰. É difícil encontrar trabalhos que apontem os usos indígena para o cravo (soma-se a isso o fato de ter se tornado uma espécie em extinção), entretanto, João Daniel diz que era utilizado como bálsamo, na culinária, tinturaria, óleos e fins medicinais:

Bálsamo de cravo é também muito precioso de cheiro muito suave, e de muitos préstimos medicinais de que há quatro castas, ou cinco e qual mais precioso: o primeiro é o que destilam das cascas do pau, a que chamam puxuri por si mesmas, quando vão dessecando porque secam tanto [roto o original] que chega a correr pelo ferimento onde estão, e com tanta fragrância, que rescende a [roto o original]. Segundo é o bálsamo que se tira nas boticas desta mesma casca por lambique, ou do seu pau, e é o que ordinariamente há, e se vende com o nome de bálsamo de cravo; porque o primeiro, posto que mais precioso, ordinariamente ninguém o aproveita, e quando muito algum pouco só para uso de casa; mas não para vender, e comerciar. Terceiro é o bálsamo precioso mais que os outros, que se tira também por alambique da sua flor de que também há muito pouco no Amazonas, por não aproveitarem os moradores estas flores do cravo, como fazem na Índia, e as deixam perder pela terra. Quarto é o celebrado bálsamo católico, que se faz com

¹⁰⁷ Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos Coligidos e Prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Ministério do Ultramar, 1953, p.384-385.

¹⁰⁸ Alexandre Rodrigues Ferreira [Ofício para secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Melo e Sá, em 06 de agosto de 1802 - Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 122, documento 9414.

¹⁰⁹ EDLER, Flávio Coelho. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias. Séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai(Org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, p.94-137, 2013.

¹¹⁰ SANTOS, Geraldo Mendes (Org.). *Domesticação da floresta & subdesenvolvimento da Amazônia, ética & ciência: papel do cientista*. GEEA: Grupo de Estudos Estratégicas Amazônicas. Cadernos de debates, v.14. Manaus: Editora INPA, 2019.

espírito de vinho casca, e flores do mesmo cravo. Quinto é o bálsamo que se faz das mesmas flores do cravo juntas com puxuri, e casca preciosa. De todas pode [haver] quanta abundância quiserem pela grande extensão, que há de matas de cravo.¹¹¹

Alguns estudos apontam que parte dos povos indígenas do Peru utilizava a casca infundida em licores, servindo como afrodisíaca e rejuvenescedor¹¹². Aponta-se também que era possível obter tinta preta e que o chá de sua folha também substituía o chá da Índia. Por fim, é possível que os indígenas, ao perceberem que alguns animais se esfregavam contra a árvore do pau-cravo e não eram mais importunados por formigas e outros insetos, passavam o óleo extraído do vegetal no corpo a fim de servir como repelente¹¹³.

Como supracitado, embora a demanda por uma maior exploração do cravo fosse europeia, os indígenas que realizam o procedimento de extração e aplicavam o saber necessário para isso. Uma questão a aprofundar nesse sentido, em uma pesquisa futura, seria perceber como a demanda que ocorre a partir do comércio ultramarino altera essa participação indígena, ou ainda, se existe uma apropriação dessas técnicas indígenas que se tornaram parte de um processo produtivo maior.

A inserção dos indígenas nos processos de extração do cravo não se encerrava na coleta e tratamento dele para a comercialização. Como já demonstrado pela historiografia, os indígenas realizaram uma compreensão específica da Lei de Liberdades de 1755 e da Lei do Diretório dos Índios, apropriando-se deste instrumento legislativo¹¹⁴. Essa apropriação envolveu suas participações na exploração das drogas do sertão e parte delas demonstrava uma tentativa de possuir certa autonomia de maneira própria e distinta daquela prevista na legislação¹¹⁵. É a partir dessa compreensão que podemos entender a ação de 24 indígenas do lugar de Azevedo. Ela dá conta de uma parte final da participação

¹¹¹ João Daniel. opt.cit, p. 392.

¹¹² GUILLÉN, J.L. *Plantas y medicamentos em las culturas precolombinas del Peru*. In: Simposio Internazionale Sulla Medicina Indigena e popolare dell' America Latina.. Roma: Instituto Ítalo Latino Americano, p.93-113, 1977.

¹¹³ CORRÊA, M.P. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e exóticas cultivadas*. Colaboração de Leonan de A. Penna. Rio de Janeiro: IBDF, 1984; RIOS, Mary Naves da S.; PASTORE JR, Floriano (orgs). *Plantas da Amazônia: 450 espécies de uso geral*. Brasília: Universidade de Brasília, Biblioteca central, 2011. SAUER, Carl O. As plantas cultivadas na América do Sul tropical. *Suma etnológica brasileira: etnobiologia*, v. 3, 1987.

¹¹⁴ COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia – o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

¹¹⁵ ROLLER, Heather F. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil*. California: Stanford University Press, 2014; SANTOS, Rafael. “*Diz o índio*”: Políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

indígena do processo de extração do cravo: o pagamento devido a eles após coletarem a droga.

No dia 17 de julho de 1775, 24 índios do lugar de Azevedo (região próxima do rio Tocantins, uma das áreas mais abundantes em cravo¹¹⁶), de nomes: Pedro Barreiros, Jeronimo de Barros, Francisco Fragoso, Valeriano Barros[?], Aleixo Fragoso, Jeronimo Evangelho, Braz Palenca[?]; Balthazar Pedro; José Atanásio; Ignácio da Costa; Ignácio de Moraes; Manoel Dias; Leandro Pereira; Gonçalo Bicudo, Manoel Américo; José Miguel; Silvestre; Martinho; Antônio de Moura; Claudino; Sebastião Gomes; Manoel Lisboa; José Basílio e Francisco Paulo fizeram parte de uma expedição que resultou na extração de 9 arrobas e 24 libras de cravo fino, 51 arrobas e 28 libras de cravo grosso, e ainda 19 arrobas e 28 libras de sumáuma parda¹¹⁷.

Mais de cinco anos depois, por não terem recebido seus pagamentos, os indígenas procuraram por meio de instâncias administrativas providências a respeito dos seus respectivos soldos: “Dizem os índios da relação inclusa do lugar de Azevedo que eles suplicantes foram trabalhar na fatura do cravo do negócio para a tesouraria...”¹¹⁸ da qual o cabo de canoa era Francisco da Silva e o diretor Manoel da Cruz, mas nunca foram pagos.

¹¹⁶ João de São Joseph Queiroz. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escripta pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 9, p.43-107, 179-227, 328-375, 476-527, 1869; José Monteiro de Noronha. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província. Pará: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862. Um outro relato do século XVIII sobre o cravo é feito pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Em 1779 ele indica o Rio Tapajós e alguns de seus braços como detentores de algumas especiarias “o rio Itavirupassana (...) da qual se acha salsa e cravo em abundância (...) acima duas horas de viagem existem dois montes (...) a da parte oriental, que tem muito cravo, chamam Tauaná, ao oposto chamam Guato”. Cf: Ricardo Franco de Almeida Serra. *Mato Grosso. Navegação do rio Tapajós para o Pará*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 9, 1869, pp.3-4.

¹¹⁷ RELAÇÃO dos índios que foram à fatura do cravo. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte, Pará, 26 de setembro de 1780. Códice 99, volume 5, p.112. A relação e outras cópias dessa documentação também se encontram em: José Nápoles Telo de Meneses. [Cara para a rainha D. Maria I, em 30/04/1785] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 94, documento 7502.

¹¹⁸ RELAÇÃO dos índios que foram à fatura do cravo. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 26 de setembro de 1780. Códice 99, volume 5, p.110.

Produto	Coleta	Valor obtido com a venda (réis)	Valor total (réis)
Cravo fino	9 arrobas e 24 libras	43.875	188.175
Cravo grosso	51 arrobas e 28 libras	124.425	
Sumaúma parda	19 arrobas e 28 libras	19.875	

Quadro 1 - Coleta do cravo realizada pelos índios do lugar de Azevedo

Conforme a relação feita pelo Tesoureiro Geral dos Índios, o cravo fino foi vendido a 4.500 réis, alcançando o total de 43.875 réis; o cravo grosso vendido a 2.400 réis, totalizando 124.425 réis; e a sumaúma parda foi vendida a 1.000 réis, obtendo o valor de 19.875 réis. O valor total que a venda dos produtos coletados nessa expedição foi de 188.175 réis, contudo, desse valor, se abatia o dízimo da sumaúma, o valor pago ao cabo da canoa (37.247 réis), uma parte Tesoureiro dos Índios, a parte do diretor do lugar de Azevedo, e outras despesas, incluindo as ferramentas utilizadas pelos indígenas, restando apenas 19.258 réis.

Sobre o saldo restante, o Tesoureiro informa que:

havia ficado esta povoação embolsada da sobra acima que se mostra serem 19.258 réis, em remuneração da canoa com que supriu ou em razão do gasto que com o conserto se fez, e ainda de machados, e outras ferramentas que do comum foram e por isso se não fez pagamento, v. Exa. Determinará o que for servido¹¹⁹.

Essa denúncia surge em um contexto no qual algumas autoridades coloniais, como o então governador José Nápoles Telo de Menezes, apontavam irregularidades e desvios acerca da administração sobre o pagamento dos indígenas (denunciando entre os culpados, o próprio Tesoureiro do Comércio dos Índios, João Manuel Rodrigues), propondo uma reforma no método de administrar os Bens dos Índios.

Desvios e irregularidades no que corresponde aos pagamentos devidos aos índios foram frequentes. Mauro Cezar Coelho aponta que diretores, vigários e outros,

¹¹⁹ RELAÇÃO dos índios que foram à fatura do cravo. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 26 de setembro de 1780. Códice 99, volume 5, p. 113.

cometeram diversas irregularidades que iam de encontro ao que previa o Diretório dos Índios. Além disso, o historiador aponta que as populações aldeadas não tinham controle total sobre os cálculos feitos acerca do rendimento das expedições, “além do dízimo, havia a sexta parte do diretor, o quinto do cabo, o estipêndio do tesoureiro e o emolumento do escrivão...”¹²⁰. Havia também uma diferença de tempo, geralmente meses, entre o período da expedição até o pagamento resultante dela, o que não raro demorava um ano. Por último, Coelho afirma que o próprio pagamento era incerto, geralmente os indígenas eram desprovidos de grande parte do que lhes era devido.¹²¹

Casos como dos índios do lugar de Azevedo evidenciam as inserções de indígenas na economia colonial no período do Diretório dos Índios, e mostram que, apesar das mudanças promovidas por essa legislação, eles tentavam, e não raro, conseguiam lidar com parte dessas transformações¹²². Mas, para além disso, ressalto que as diversas especiarias como café, salsaparrilha, óleo de copaíba, mel, castanhas, arroz, chocolate e outros que eram enviadas para Lisboa e, algumas, a partir de lá tomavam outros rumos, passavam antes, e evidentemente, por mãos indígenas, constituía-se em uma rede a qual os índios também faziam parte¹²³.

O cravo é somente uma das especiarias que podemos redimensionar a participação indígena nas expedições de coleta. O saber indígena envolvido aqui, como vimos, esteve relacionado ao trânsito pelas águas, na escolha dos melhores caminhos, das rotas mais viáveis e seguras, na localização mais precisa de onde poderia se encontrar o cravo, por exemplo. Como foi dito, embora a exploração do cravo amazônico pelos portugueses não tenha decorrido do uso que os indígenas faziam, estes conheciam a planta, utilizavam-na e foram imprescindíveis na sua coleta quando a planta se tornou objeto de cobiça

¹²⁰ COELHO, Mauro C. op.cit. 2005, p. 277.

¹²¹ Idem, 2005.

¹²² Outro caso a ser explorado envolve a salsaparrilha e o óleo de copaíba. No último quartel do século XVIII, no final do ano de 1777, D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, secretário de estado dos Negócios do Reino e Mercês, recebeu uma carta acerca da intenção dos índios das Vilas de Faro e Alenquer de enviarem diretamente para Portugal salsaparrilha e óleo de copaíba, pelos navios da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Cf.: João de Amorim Pereira [Ofício para o D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, em 31 de dezembro de 1777] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6508. Essa documentação foi utilizada por mim para salientar como os indígenas elaboraram ações que mostravam suas inserções na economia colonial e sabiam lidar com as mudanças que o Diretório dos Índios estava promovendo. Ver: SANTOS, Rafael. “*Diz o índio*”: Políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiá: Paco Editorial, 2019.

¹²³ CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, v. 53, n. 2, p. 221-244, 2021; CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1, 2014.

européia. Outras plantas, frutas, ervas, que foram objeto de atenção da coroa portuguesa tem o potencial de nos mostrar como os povos originários participaram da prospecção do mundo natural feita por Portugal no vale amazônico. Vejamos o caso do urucum e do anil.

De uso milenar pelos povos indígenas o uru-ku (do tupi: vermelho), urucum, urucu-uva, ucuru-da-mata, urucurana-da-mata, urucu-bravo, açafraão-indígena, ahitê, bixe, bixá, *Bixa orellana* L.¹²⁴, *Bixa arborea*, era/é utilizado como corante, erva medicinal, pigmento para cerâmicas, ornamento, pintura corporal, afastar insetos, rituais sagrados e outros.¹²⁵ Essa planta foi apresentada aos europeus logo no início da colonização da “Amazônia”¹²⁶, chamando atenção pelas suas potencialidades tintoriais, “um vermelho perfeito”¹²⁷, sendo comercializada com ingleses, holandeses e portugueses na região do cabo norte (atual estado do Amapá) e também no baixo Amazonas por meio dos índios Supana¹²⁸.

¹²⁴ Nativa da América do Sul e América Central. Tem como espécies *Bixa orellana* L. (*Bixa arborea*, *Bixa Americana*, *Bixa urucurana*, *Bixa purpurea*, *Bixa upatensis*, *Bixa tinetoria*, *Bixa oviédi*. Linneu tratou dela, em 1753, na obra *Species Plantarum*, indicando como habitat natural da planta a “America calidare” o que seria a América tropical. Pertencente à família Bixaceae, o nome do gênero, *Bixa* segue a forma em latim do nome indígena, bixá, e o epíteto *orellana*, ocorre devido uma homenagem feita ao espanhol Francisco de Orellana. Cf: Carl Linné. *Species Plantarum*, exhibentes plantas rite cognitae, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas. *Verbesina*, 1753, p.512. Ver também: *Bixa orellana* L. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB5745>, acesso em 10 de janeiro de 2022; URUCUM. Disponível em: http://site.mast.br/multimidia/botanica/frontend_html/artigos/index-id=346.html. Acesso em 10 de janeiro de 2022; CASTRO, C. B. de (et.al). *A cultura do urucum*. Embrapa Amazônia Oriental. 2. ed. rev. ampl. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

¹²⁵ “As sementes de urucum são colhidas nos meses de maio e junho. Primeiro as sementes são raladas, peneiradas e depois fervidas em água até formar uma pasta. Esta é envolvida em folhas de plantas e guardada para ser usada no decorrer do ano como tatuagens, tintura de cabelo e confecção de máscaras. (...) em algumas etnias mato-grossenses, como na etnia Terena, o urucum é usado como pó na alimentação como colorau para realçar a cor vermelha, na medicina tradicional para manchas no corpo e para emagrecimento, e das folhas do urucum fazem remédio contra erisipela (infecção cutânea causada pela bactéria *Streptococcus pyogenes*)”. Cf: SILVA GAUDÊNCIO, Jéssica; RODRIGUES, Sérgio Paulo Jorge; MARTINS, Décio Ruivo. Indígenas brasileiros e o uso das plantas. *Khronos*, n. 9, p. 163-182, 2020, p. 170; PAPAVERO, Nelson (et.al). *Landi: Fauna e Flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002; ALONSO J. DESMARCHÉLIER, C. *Plantas Medicinales Autócnas de La Argentina*. Buenos Aires: Editorial LOLA, 2005.

¹²⁶ AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco em 1615-1616*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2014.

¹²⁷ CARVAJAL, Gaspar de; ACUÑA, Cristobal; ROJAS, Alonso de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. 1941; na jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco que vai culminar na fundação de Belém do Pará, mais precisamente no documento “Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto”, datada de 1616, já é citado que os indígenas comercializavam com os holandeses mercadorias como o algodão e o urucu. Cf: Andres Pereira. *Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto. Ano de 1616*. Narrativa da fundação do Pará por Francisco Caldeira Castello Branco. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo I. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902, Doc. 1, p. 7.

¹²⁸ REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

Embora não tenha movimentado as mesmas somas econômicas que o cravo amazônico, as especiarias tintórias, como o urucum e o anil, foram ganhando cada vez mais espaço no comércio europeu. Para Rafael Chambouleyron e Alírio Cardoso:

sua história está intrinsecamente conectada ao aumento do interesse pelos produtos têxteis entre os agentes da economia mundo... muitos dos produtos corantes seguiam para a Europa a partir das mesmas rotas oceânicas que as demais drogas¹²⁹.

No século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado comparou o urucum com as alcachofras europeias dizendo que a planta podia ser encontrada em roças e nos matos¹³⁰. Ao longo desse século, o urucu vai ser objeto de bastante atenção dos naturalistas e interessados em explorar a tinta resultante do vegetal. Domenico Vandelli deu especial destaque ao vegetal nas “Viagens Filosóficas ou dissertação entre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar”, afirmando que do urucu “somente os índios tiram algum proveito. É um arbusto próprio do país, o seu uso é bem conhecido na tinturaria, por entrar na composição de muitas cores, servindo para o vermelho, amarelo, verde, azul...”¹³¹.

Vandelli afirma que o urucu é um arbusto vulgar em várias partes do Brasil, e que os indígenas utilizavam somente o fruto para se pintarem, enquanto em Caiena, os franceses têm produzido bastante e comercializam com tinturarias com o nome de “arkote, ou orleane”¹³².

Da mesma forma, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira quando esteve por Barcelos notou que as índias daquela vila pintavam as louças que construíram com o urucu e carajuru, e na memória intitulada “Sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém, para ser apenas às amostras que remeti no caixão nº1 da primeira remessa”, afirma que o uso do urucu, o curi, a tabatinga, o tauá e o anil eram uma lida diária, onde:

¹²⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1, 2014, p. 63.

¹³⁰ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 2º tomo. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 49, 2005.

¹³¹ Domingos Vandelli. *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, Ms 405, p.65.

¹³² Domingos Vandelli. *Memoria sobre algumas Produções Naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam*. In: SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa, Banco de Portugal, 1994, p. 39.

são purificadas antes de servirem e dispostas em pães, que outra vez desmancham em água, para as misturarem com outros símplices, a saber: o curi, com o suco da semente do urucu, a tabatinga com o da raiz do algodoeiro, o anil com a tabatinga. O urucu é tirado da arvore e logo lavado no cumati¹³³.

O urucu também era utilizado pelos indígenas enquanto componente de unguentos. Em uma das remessas enviada para o Real Gabinete de História Natural, Ferreira fez diz que remeteu uma gargantilha de dentes e um cesto com “uma massa untuosa e incorporada com o urucu, a qual disseram alguns praticos que era o cérebro humano que lhes servia de unguento para as suas unções¹³⁴.

Na década de 1790, apontava-se que o urucu era utilizado pelas índias do rio Uaupés, um dos tributários do rio Negro, que – da mesma forma como faziam no preparo do *carajuru* (*karayu'ru*) e do sal de ervas denominado *carurú* – pegavam as sementes da planta e reduziam até se tornar uma massa, depois era colocada sob o sol e triturada até se tornar um pó. Além dos próprios usos que faziam da tinta, o urucu também servia como moeda de troca por outros gêneros, fato comum entre os nativos da região. As índias Tariana, por exemplo, negociavam “chapinhas ou folhetos de ouro” - ornamentos que utilizavam nas orelhas – para oferecer aos Panenuá (Pumenicá) em troca de penachos e sal¹³⁵.

Como se pode ver, tal como ocorreu com outras plantas, o urucum já era um vegetal conhecido dos portugueses, mas na segunda metade século XVIII, com a ideia em vigor de explorar racionalmente os produtos naturais das colônias, procurando meios de melhor cultivar e potencializar seus usos e, evidentemente, possíveis lucros com a cultura do urucum, ocorreu além de incentivos econômicos aos produtores, também estudos que permitiriam tirar o máximo proveito dessa cultura.

Alguns anos mais tarde, no jornal “Patriota” de 1813, no texto “Memória sobre o fabrico do Urucu” de Borges de Barros, o autor ao mostrar os melhores meios para a plantação e cultivo do urucum, ratifica algo que as fontes e historiografia vem apontando:

¹³³ Alexandre Rodrigues Ferreira. Memória sobre as Cuias que fazem as Índias de Monte Alegre e de Santarém, para ser apensa às mostras que remeti no caixão nº 1 da primeira remessa. In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias - Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974, p.37.

¹³⁴ Alexandre Rodrigues Ferreira. Memória sobre o gentio mura. In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias - Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974, p. 63.

¹³⁵ André Fernandes de Sousa. Notícias geográficas da Capitania do Rio Negro. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1848, 10, p.466-467.

que “o uso que os índios fazem do urucu pintando o corpo, deu a ideia de o empregar na tinturaria”¹³⁶.

Com o Diretório dos Índios, assim como outros produtos da natureza, o cultivo do urucu foi incentivado e, em 1793, de Santarém, oeste da capitania do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho recebia quatro arrobas e meia de urucu, produto da plantação das povoações dos Índios que seria enviada para Lisboa, a fim de “verificar os exames que se devam fazer sobre a sua qualidade e sobre o melhoramento que deva ter o seu fabrico”¹³⁷.

Esse foi um fator importante para a segunda metade do século XVIII, porque a exploração do mundo natural, o envio de plantas, animais, minerais, estava atrelado ao processo engendrado por aquela legislação. Ordens foram expedidas para governadores que, por sua vez repassavam aos diretores dos índios, tesoureiros gerais, para que se enviassem indígenas em busca de determinadas plantas¹³⁸; desenhos de árvores foram reproduzidos e deveriam ser mostrados aos indígenas “mais espertos que conhecessem, mas depois de competentemente instruídos... trouxessem os ramos floridos de todas as arvores...”¹³⁹ para que adentrassem a floresta e buscassem plantas semelhantes.

A participação dos índios na coleta de espécimes do reino vegetal e animal foi extremamente requisitado por parte da administração colonial, justamente pelos seus conhecimentos sobre a região e porque estavam totalmente envolvidos na coleta das drogas do sertão. A “Relação das plantas que se devem remeter vivas da capitania do Pará para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão”¹⁴⁰ demonstra bem o envolvimento desses atores.

¹³⁶ MEMÓRIA sobre a plantação e fabrico do urucu. O Patriota. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, I, 1, 39-43.

¹³⁷ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de fevereiro de 1793, códice 99, volume 14, p.283.

¹³⁸ Em 12 de setembro de 1795, um documento intitulado “Relação das plantas, que se devem remeter vivas da capitania do Pará, para o Real Jardim Botânico, contém diversas espécies, entre elas: açai, pupunha, tucumã, muruti, ibacaba, abacate, araçá, bacuri, cacau, café, castanha, cravo, mandioca e outras. Cf: Livro de Registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU, CU. Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, Códice 588, p.103-106. O professor Nelson Sanjad encontrou, e gentilmente cedeu, o recebimento dessa ordem e a lista copiada das plantas no Arquivo Público do Estado do Pará. Ver: Relação das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, APEP, códice 471, documento 22.

¹³⁹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de junho de 1797, códice 99, volume 17, p.208-209.

¹⁴⁰ RELAÇÃO das plantas, que se devem remeter vivas da capitania do Pará, para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão. Livro de Registro de ordens régias,

Nele, estão listadas diversas plantas presentes no Vale Amazônico. Açaí, piaçaba, pupunha, tucumã, abacate, caju, biriba, castanha do maranhão, cupuaçu, jenipapo, taperebá, copaíba, andiroba, puxuri, murici, macaxeira, mandioca, seringueira, jambo, ingá, urucu (nessa lista pediam-se três exemplares) são alguns dentre os mais de 90 itens listado da flora da região. Quando o pedido chegou à capitania do Grão-Pará, o governador Francisco de Souza Coutinho encaminhou a ordem para João Amaral Coutinho, Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, que deveria aplicar “toda a diligência para aprontar vivas, e com a brevidade e economia precisa, (...) à custa da Real Fazenda, todas as plantas pedidas na Relação junta...”¹⁴¹.

Sendo o responsável por fiscalizar as cargas que chegavam das expedições ao sertão, a produção das povoações dos índios, pagamento dos dízimos à Fazenda real¹⁴² e também os pagamentos devidos aos envolvidos nas expedições¹⁴³, Amaral Coutinho estava em contato com diretores, cabos de canoa, indígenas, e utilizou dessa rede para agrupar os vegetais solicitados por Vandelli, envolvendo os povos indígenas na busca por eles fazendo “todas as recomendações possíveis, assim aos Diretores como aos Cabos das Canoas, que sobem ao comércio do sertão, para que tragam de animais, de minerais e vegetais tudo quanto acharem”¹⁴⁴.

Outro empreendimento de natureza agrícola-industrial, que demandou dos indígenas a apropriação e adaptação de técnicas de cultivo e processamento, foi a produção tintória, sobretudo de anil. Esse corante azulado era extraído das folhas de arbustos do gênero *Indigofera* L. e era conhecido dos europeus desde a Antiguidade, comercializado, sobretudo, pelas cidades italianas conectadas com rotas orientais e depois por portugueses, franceses e holandeses.

Nos séculos XVII e XVIII, os portugueses tentaram produzi-lo no Brasil e no Grão-Pará, mas, a partir de espécies nativas da América¹⁴⁵. Por exemplo, em 16 de

instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU, CU. Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, Códice 588, p.103-106.

¹⁴¹ RELAÇÃO das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, APEP, códice 471, documento 22.

¹⁴² João Amaral Coutinho [Requerimento para a Rainha D. Maria I, em 28 de abril de 1792] – Projeto Resgate – AHU, Pará (avulsos), caixa 102, documento 8053.

¹⁴³ DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. - Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758. - 41 p. ; 2º (29 cm)

¹⁴⁴ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de fevereiro de 1793, códice 99, volume 14, p.283.

¹⁴⁵ MIOTTO, S. T.; IGANCI, J. R. V. “*Indigofera*,”. *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB22979>, Acesso em 03 de maio de 2022; ALDEN,

fevereiro de 1784, o comandante da Fortaleza de São José, Manuel da Gama Lobo D'Almada, encaminhou ao governador Martinho de Sousa e Albuquerque o pedido feito por um cirurgião-mor de nome Julião Alves da Costa, no qual solicita a assistência de 30 indígenas para cultivar anil e instalar, em Macapá, uma única fábrica do corante.¹⁴⁶

Outro exemplo que demonstra o grau de envolvimento dos povos indígenas na produção de anil pode ser visualizado em uma lista contendo o nome de todos os produtores residentes no rio Negro e a quantidade de corante que cada um produzia, enviada pelo governador do Grão-Pará ao ministro Martinho de Melo e Castro em 12 de março de 1788. Entre esses produtores, consta um indígena com patente de sargento-mor, Joaquim de Oliveira, que produziu, naquele ano, na vila de Tomar, 3 arráteis (96 arrobas ou quase uma tonelada e meia)¹⁴⁷.

A quantidade de produtores existente nesse rio e, particularmente, o empreendimento de Tomar, administrado por indígenas, são evidências de que diversas etnias dominaram novas tecnologias agrícolas e industriais e se integraram ao sistema produtivo colonial. De acordo com roteiros e relatos de viagem da época, como os de José Monteiro de Noronha (1768), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1775) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1786), a antiga missão de Bararoá, convertida em vila de Tomar em 1758, era habitada pelos Manao, Baré, Passé, Ajuaná (Yayuaná, Uayuna) e Guirina¹⁴⁸.

Se, por um lado, muitos conhecimentos associados às espécies vegetais amazônicas são claramente originados dos povos indígenas, por outro, cabe dizer que esses povos também se apropriaram e adaptaram conhecimentos, como vimos no caso do anil. Todo o sistema produtivo da tintura tinha origem nas experiências coloniais europeias no Oriente e, depois, nas Antilhas¹⁴⁹, mas que ainda assim, foi apreendido pelos indígenas.

Dauril Alden. "The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History," *The Journal of Economic History*, vol. 25, n. 1, p. 35-60, 1965.

¹⁴⁶ Manuel da Gama Lobo D'Almada. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Fortaleza de São José de Macapá, 16 de fevereiro de 1784, códice 99, vol. 14, p. 28.

¹⁴⁷ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 6 de maio de 1788, códice 99, volume 9, p.55-57.

¹⁴⁸ José Monteiro de Noronha. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província. Pará: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862; Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no Ano de 1774 e 1775. Lisboa: Tipografia da Academia, 1825; Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da Viagem ao Rio Negro. Manaus: EDUA, 2007.

¹⁴⁹ KUMAR, Prakash. "Planters and Naturalists: Transnational Knowledge on Colonial Indigo Plantations in South Asia," *Modern Asian Studies*, vol. 48, p. 720-753, 2014.

Não há dúvida da participação desses sujeitos na história da Amazônia colonial. Seus braços foram explorados tanto quanto seus saberes apropriados, foram também “melhores mestres” para sujeitos letrados, naturalistas, missionários, governadores, diretores, capitães, cabos de canoa e outros sujeitos. O que está posto aqui é uma dimensão que esses saberes locais exerciam em uma atividade específica, sendo imprescindíveis para os interesses metropolitanos na segunda metade do século XVIII.

2.5 - Além de mão de obra: saberes indígenas na exploração do mundo natural

Muito mais do que força de trabalho, os indígenas e seus saberes participaram ativamente da prospecção do mundo natural no Vale Amazônico. Foram guias, apresentaram técnicas e tecnologias úteis ao contexto daquele período, fizeram parte de complexas redes que envolviam a circulação, usos e apropriação de distintos conhecimentos necessários para aquela indústria.

Conforme aduz Juciene Ricarte Apolinário:

Na apropriação utilitária que se fez das plantas, repassada pelos indígenas, por suas propriedades medicinais, madeira, como alimento, cordoaria, entrecascas de árvores, resinas, cipós, fibras, tintura, entre outros, percebe-se que os documentos expressam diferentes saberes em diálogo, harmonia ou conflito, resultando em um tipo de apropriação específico pelo colonizador. Uma leitura atenta das fontes faz emergir um universo de práticas culturais e relações interétnicas, no qual os indígenas e o conhecimento sobre plantas tem um papel de destaque.¹⁵⁰

É possível encontrar nas fontes um regular fluxo de conhecimentos e espécimes entre os povos indígenas e a sociedade colonial, como o caso do caju (*Anacardium occidentale* L.). Em 1781, o governador José Nápoles Telo de Menezes, como resultado das contínuas indagações que realizava sobre os usos locais que se davam ao caju, que na

¹⁵⁰ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, p.180-227, 2013.

língua indígena significava “fruta do caroço que se come”¹⁵¹ é que produzia uma “útil e perfeitíssima Goma ou Resina”¹⁵², afirmou que o uso da goma é comum em todo o território, não somente em pequenas obras. Afirma que a resina é similar a goma arábica, mas muito utilizada no:

no ministério dos Livrescos, em que se reconhece além da perfeita obra que faz, a grande utilidade da preservação do bicho que aqui consome logo as encadernações da Europa, chegando mesmo até colarem com ela a própria madeira, com uma firmeza e segurança notável...¹⁵³.

Essas mesmas características são apontadas no “Catálogo de gêneros do Brasil e demais colônias portuguesas que ainda não estão no ordinário comércio...”¹⁵⁴, com o acréscimo que poderia também servir na fábrica de chitas.

Para o governador:

A grande abundância que deste gênero pode colher-se nas imensas arvores que a produzem, fará sem dúvida, um digno objeto do comércio, em benefício público estabelecido que fosse o conhecimento, e uso dela nesse continente. E a certeza que eu tenho do muito que V.Exa se (?) em semelhante descobertas, me anima a fazer esta remessa na esperança de que com a sua e eficaz intervenção não deixará de ser promovido este novo ramo¹⁵⁵.

Telo de Menezes, embora não tenha dado detalhes sobre a produção da resina do caju, considerou que era um gênero de grande abundância e que, por esse motivo, poderia render ganhos ao erário público caso fosse introduzido no comércio – o que, de fato, aconteceu. As remessas da resina de caju feitas de Belém para Portugal tornaram-se frequentes até a década de 1790, denotando não apenas que havia mercado para o produto no meio editorial (ou “livresco”), como também que a resina se adequava às exigências do mercado e que a produção local – feita por indígenas, a partir de tecnologias nativas – foi minimamente organizada para atender à demanda externa.

¹⁵¹ José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 23 de abril de 1781, códice 99, volume 3, p.39.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Id.

¹⁵⁴ CATÁLOGO de gêneros do Brazil, e mais colônias portuguesas que ainda não estão no ordinário comércio, s.d. [entre 1798-1805?]. Secretaria do Estado do Ministério do Reino. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 731, pct. 02.

¹⁵⁵ José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 23 de abril de 1781, códice 99, volume 3, p.39.

Para o governador, sendo um gênero de grande abundância a introdução desse produto no comércio seria de enorme ganho em benefício público, “... me anima a fazer esta remessa na esperança de que com a sua e eficaz intervenção não deixará de ser promovido este novo ramo”¹⁵⁶. Outras remessas envolvendo o caju são feitas no decorrer dos anos seguintes.

Em 12 de Julho de 1786 são enviadas para a cidade do Porto, pela corveta São Bento, mais barris com a resina de caju, totalizando um valor de 3\$200 reis¹⁵⁷. Em 1787, outro governador também destaca os potenciais da fruta, dessa vez, Martinho de Sousa e Albuquerque informa que o suco do caju, tem propriedades “diurética, estomacal e especial para a composição do ponche”¹⁵⁸. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira foi incumbido de recolher e remeter amostras da resina ao longo do inventário que realizou na bacia amazônica.¹⁵⁹

Toda essa circulação de espécimes e conhecimentos sobre ela está materializado em cartas, memórias e relatos de viagem, em tabelas produzidas pela alfândega, nas listas de plantas coletadas e de produtos remetidos ao Reino e em muitos outros documentos, de diferentes formatos, essas fontes podem revelar a participação indígena no inventário e na exploração de recursos naturais, no desenvolvimento de tecnologias de processamento, acondicionamento e transporte, na produção de conhecimentos úteis à empresa colonial.

A investigação dessas práticas é essencial para a análise do processo de institucionalização das ciências naturais, pois elas permitem visualizar redes sociotécnicas, geralmente de origem portuguesa e pela população local, em um complexo processo de apropriação e mestiçagem de saberes.

Este capítulo, portanto, procura contribuir com as investigações relacionadas ao lugar dos indígenas na história do conhecimento, e percebe a necessidade de buscar novas fontes e inquirir as já conhecidas em busca de práticas que demonstrem como esses povos codificaram, disseminaram e adaptaram conhecimentos em diferentes contextos.

¹⁵⁶ José Nápoles Telo de Meneses. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 23 de abril de 1781, códice 99, volume 3, p.39

¹⁵⁷ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de julho de 1786, códice 99, volume 07, p. 145.

¹⁵⁸ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 16 de junho de 1787, códice 99, volume 08, página 82.

¹⁵⁹ Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, códice 99, volumes 7, 8, 10, 12, 16.

CAPÍTULO 3 – ITINERÁRIOS INDÍGENAS

3.1 - Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão-Pará¹

Na segunda metade do século XVIII, o mundo natural – de forma mais sistemática do que nos séculos anteriores – tornou-se objeto de bastante atenção dos governos ultramarinos. Algumas disciplinas científicas, como a botânica, agronomia e a geologia, tornaram-se ferramentas da administração metropolitana, no sentido de propiciarem, através de um saber especializado, o enriquecimento da economia colonial. Além disso, nesse período, foram criados jardins botânicos, tanto em Portugal, como o da Ajuda e o da Universidade de Coimbra, quanto nas colônias, como o de São José, em Belém. As principais funções desses jardins eram reunir espécies vegetais nativas e exóticas, assim como realizar ensaios para o cultivo em larga escala e para o uso industrial de produtos de origem vegetal².

O ambiente político, a rede de coleta e produção de conhecimento articulada pelas instituições metropolitanas, as viagens filosóficas pelos territórios ultramarinos e a instalação dos jardins botânicos são temas bem explorados na historiografia³. Entretanto, quando se trata da participação dos povos indígenas nesses projetos coloniais, sobretudo no Grão-Pará, a produção ainda é um pouco exígua.

Como já vimos anteriormente, isso se deve a uma série de fatores. No que corresponde à presença dos povos indígenas na história do Brasil, pelo menos até a década de 1990, eles figuravam na historiografia como sujeitos que não possuíam agência própria. Foram invisibilizados ou tratados como coadjuvantes em processos históricos. Com a emergência do campo conhecido como “Nova História Indígena”, tal perspectiva mudou e, desde então, os povos indígenas saíram dos bastidores e hoje aparecem nas narrativas dos/as historiadores/as como protagonistas.

¹ Uma versão com parte dos escritos deste capítulo foi publicada na *Acervo*, revista do Arquivo Nacional. Cf: SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos; MATOS, Frederik; SANJAD, Nelson. Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão Pará (1760-1810). *Acervo*, v.34, n.2, p.1-22, 2021.

² SANJAD, Nelson. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 1, 2010. Idem. Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos (1790-1820). *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 7, p. 251-278, 2006; SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lisa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James (eds). *The brokered world. Gobetweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009.

³ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 823-38, 2001; KURY, Lorelai. As mil vozes da natureza. In: KURY, Lorelai (org.). *Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: A. Jakobsson, 2014; SANJAD, Nelson. Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Para, 1796-1873. 2001. 216 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, São Paulo: Campinas, 2001.

Não pretendo retomar agora essa produção, nesse momento o importante é perceber, por exemplo, que ocorreu um redimensionamento da participação dos povos ameríndios no processo de colonização. Esse lugar é, também, resultado de uma perspectiva historiográfica que procura conceber os povos indígenas como agentes históricos, que agiram conforme suas percepções das transformações do mundo que lhes envolvia⁴.

Quando se trata da segunda metade do século XVIII, tais trabalhos têm se concentrado principalmente em alguns grandes eixos, são eles: o processo de civilização iniciado pelo Diretório dos Índios e seus desdobramentos; a questão da natureza indígena diante do pensamento ilustrado; o uso e acesso à força de trabalho dos índios; a liberdade indígena; o protagonismo ou resistência indígena; questões de mestiçagem e hibridismo⁵. É evidente que são temas ligados entre si, meu propósito ao apontar esses eixos é sublinhar que apesar do grande avanço na perspectiva de se compreender os papéis que os povos originários exerceram na história do Brasil, pouco se tratou deles enquanto agentes históricos na construção e circulação do conhecimento na Amazônia colonial.

É válido apontar um movimento recente composto por ensaios, teses e artigos, publicados nos últimos dez anos, que têm buscado elucidar essa temática. Esses trabalhos têm percebido que os índios foram sujeitos importantes nos processos de coleta, codificação, preparação do mundo natural, questão cada vez mais central na história das ciências.

Como visto no primeiro capítulo, esse movimento de analisar a atuação dos indígenas na história das ciências – que segue a trilha da História Indígena ao perceber as agências indígenas – pode ser incluído em uma inflexão maior, dentro da própria disciplina, que é a de pensar os processos de construção/circulação de conhecimentos ou

⁴ COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016; FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016; GARCIA, Elisa. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. 320f. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007; ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVIII)*. 2013. 330f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, Niterói, 2013; SANTOS, Rafael Rogério N. *“Diz o índio”*: políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiá: Paco Editorial, 2019.

⁵ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: Poder, magia e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017; COELHO, Mauro C. *op.cit.*, 2016; SAMPAIO, Patrícia M. Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

das práticas científicas e suas tecnologias como resultantes de dinâmicas que agenciam distintos sujeitos e itinerários múltiplos. O físico e historiador francês Dominique Pestre realiza uma interessante abordagem nesse sentido:

Seja porque Marc Bloch, Lucien Fèbvre e outros redefiniam o que eram os objetos legítimos da disciplina, seja porque propunham submeter a seu domínio uma gama de atividades até então mantidas fora de sua jurisdição, seja ainda porque anexavam outras práticas disciplinares, eles abriam um espaço novo a conquistar, ofereciam à sagacidade do historiador a possibilidade de historicizar práticas até então não consideradas por ele. Mais especificamente – e a analogia com o que se passa na História das Ciências é absolutamente pertinente –, eles tornavam caduca a assimilação de uma forma historiográfica particular à disciplina em seu conjunto, aboliam a supremacia de um gênero único e dominante (o ‘grande gênero’, como se diz em pintura), e tornavam legítimas abordagens até então marginais ou menores⁶.

Pestre considera que passaram a surgir novas formas de abordar e compreender a “ciência”, e com isso, novos objetos, recortes e questionamentos apareceram. Atualmente, a História das Ciências tem demonstrado que o conhecimento não deriva somente de uma região do globo e muito menos que foi fruto de apenas mentes europeias, e cada vez mais têm englobado sujeitos então anônimos ou marginalizados pensando seus papéis na circulação e construção do conhecimento.

O trabalho de Ermelinda Pataca, por exemplo, destaca como as relações com os povos indígenas foram determinantes para o mapeamento dos produtos de história natural, pois era necessário que eles fossem identificados também com os nomes indígenas, além de auxiliarem no reconhecimento geográfico de “territórios amplamente explorados pelos indígenas”⁷.

Mesmo na elaboração dos mapas geográficos, os europeus contaram com a contribuição dos saberes indígenas. Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, fez questionamentos a um indígena Macuxi sobre a área da região do rio Branco e obteve como resposta uma representação geográfica bastante precisa das povoações e daquela região⁸.

⁶ PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996, p. 5.

⁷ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português. Entre práticas e representações científicas e artísticas*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2015, p. 171.

⁸ PATACA, idem.

O macuxi estendeu uma corda pela terra, traçando-a à imitação da forma do próprio rio: “da direita para a esquerda foram atados outros tantos cordões quantos eram os confluente a representar, ajustando-os às distâncias que na sua mente tinham uns dos outros e também de forma a figurar as suas voltas”⁹. Além de representar os afluentes, fez outros atados para mostrar o número de aldeias e distâncias entre elas naquela região e, em cada um dos cordões laterais, fez nós correspondentes ao número aproximados das aldeias dos índios que ali existiam assim como a distâncias umas das outras. Partes dessas informações iam ser integradas aos escritos do naturalista e ia compor um conhecimento legitimado sobre aquele espaço.

Um outro caso exemplar é o dos índios Cipriano de Souza e José da Silva, empregados pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira como preparadores dos produtos naturais na “Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá”. Gabriela Almeida destaca que os dois indígenas exerceram tão bem os trabalhos de coleta e preparação que foram promovidos a alferes de suas vilas e acompanharam, na viagem de retorno para Lisboa, a “coleção de plantas, minerais, animais e artefatos humanos amazônicos que ajudaram a formar”¹⁰. José da Silva ainda atuou profissionalmente como preparador dos produtos naturais no complexo da Ajuda¹¹.

A historiadora não deixa de considerar que a ida dos indígenas para Lisboa pode ter sido no sentido de serem incorporados como objetos de investigação científica, contudo, pelo menos no caso de José da Silva, do qual há registros, esta não foi a única função que exerceu, pois trabalhou efetivamente no Museu e Jardim Botânico Real¹².

Para Almeida, “os viajantes cientistas em campo recorriam tanto aos saberes de experiência, ou seja, de manejo da natureza... quanto aos que abriam um intercâmbio direto com a produção da ciência europeia...”¹³. Um dos pontos fulcrais, nesse sentido, é a percepção de que as ações dos nativos diante desse universo de exploração do mundo

⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira. Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro e da Madeira. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, pp.67-204, 1972, p.93. Ver também: PATACA, Ermelinda. *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 e outubro de 1784*. 253 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências). São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

¹⁰ ALMEIDA, Gabriela B. de. *Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798)*. 278f. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, p. 192.

¹¹ DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157-178, 2021.

¹² ALMEIDA, Gabriela B. op.cit., p. 199.

¹³ Id., p.251.

natural permite uma abordagem mais completa e não eurocêntrica das histórias das ciências.

O historiador das ciências Neil F. Safier considera que diversos textos europeus integraram as populações nativas, não europeias, em uma história da produção de conhecimento acerca do mundo natural, sendo necessários métodos de investigação que destaquem contextos locais particulares em um sistema de trocas que estava constantemente em movimento¹⁴.

A questão colocada por Safier é que a ciência colonial não é construída no vácuo, ela é resultado de uma vasta experiência de contato, principalmente com o conhecimento de distintos sujeitos como mestiços, indígenas e, de maneira geral, a população local: “as suas respostas e interações vieram a desempenhar um papel central, ainda que muitas vezes não reconhecido”¹⁵. Isto é, sendo parte de uma relação desigual de poder, o conhecimento ameríndio foi incorporado, transformado e adequado aos protocolos europeus.

Os historiadores das ciências, a título de exemplo, passaram a entender que o conhecimento adquirido por expedições europeias incluía pelo menos uma parte do conhecimento derivado de fontes indígenas e que, em muitos casos, o reconhecimento imperial dependia inteiramente desses contatos com as culturas locais. Safier sugere, então, três possíveis quadros que podem servir à história das ciências na inclusão de mais atores indígenas:

uma ênfase em itinerários e histórias conectadas; esforços para redefinir os conhecimentos indígenas tradicionais nos seus próprios termos; e, com referência específica à Amazônia, o uso da “história profunda” para repensar as vertentes mais remotas da ciência e suas histórias em um quadro global¹⁶.

O primeiro ponto colocado por Safier tem especial importância para esse capítulo, pois trata da participação de indígenas em um plano secreto elaborado pelo governo do Grão-Pará, para obter no final do século XVIII, no Jardim La Gabriele em Caiena, capital

¹⁴ SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, Amerindian narratives, and deep histories of science. *Isis*, v. 101, p. 133-145, 2010.

¹⁵ SAFIER, Neil. *Measuring the New World: enlightenment science and South America*. Chicago: University of Chicago Press, 2008, p. 273.

¹⁶ No original: “suggest three possible frames that may help to create more seamless histories of science that include indigenous actors and categories: an emphasis on itineraries and connected histories; attempts to redefine traditional indigenous knowledge on its own terms; and, with specific reference to Amazonia, the use of deep history to rethink more remote strands of science and its histories in a global frame”. SAFIER, Neil. op.cit. 2010, p.137.

da Guiana Francesa, plantas e sementes de especiarias valiosas no mercado internacional, como a noz-moscada, a pimenta e o cravo-da-índia, com a finalidade de introduzi-las no jardim botânico de São José, em Belém.

A historiografia que trata dessa implantação e do contrabando das espécies vegetais de Caiena para Belém considera especialmente os papéis desempenhados pelos agricultores franceses que estavam exilados no Grão-Pará, Michel du Grenoullier e Jean Baptiste Antoine Grimard¹⁷.

Neste capítulo, faço uma inflexão nessa narrativa ao tratar de itinerários indígenas na história da implantação do primeiro jardim botânico luso-brasileiro na América portuguesa que, inclusive, seria colocado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do ultramar, na condição de jardim modelo a “todos os outros que se devem estabelecer nas outras capitanias do Brasil”¹⁸.

3.2 - Historiografia sobre o jardim botânico de São José e sua fundação

Um dos trabalhos mais completos e, talvez, a maior referência consultada sobre o Horto botânico do Grão-Pará, haja vista o número de trabalhos que o citam, é a dissertação de Nelson Rodrigues Sanjad, intitulada “Nos Jardins de São José: uma história do Jardim-Botânico do Grão-Pará”¹⁹. Ao tratar da institucionalização das ciências naturais na

¹⁷ De maneira geral, uma das concepções para a prática do contrabando é a realização de ações ilícitas, sendo bastante comum em regiões de fronteira no período colonial. Este conceito “contrabando” tem sido utilizado pela historiografia que analisa a obtenção das plantas e sementes de Caiena para Belém. Optei também por utilizá-lo na medida em que ele consegue abarcar as ações desenvolvidas pelos indígenas liderados por Valentim dentro de uma rede de espionagem construída por Francisco de Souza Coutinho. Ver: KURY, Lorelai (Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013; SANJAD, N. *op.cit.*; 2001; SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 1, 2010; POMBO, Nívia. Um turista na corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, jan./jun. 2009. Ver: BASTOS, Carlos Augusto. *A fronteira entre a capitania do Rio negro e a província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017; JESUS, Nauk Maria de. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2017.

¹⁸ Ofício de dom Rodrigo de Souza Coutinho a Francisco de Souza Coutinho, s.l., s.d. Arquivo Público do Estado do Pará, APEP. Cód. 676.

¹⁹ SANJAD, Nelson. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará (1796-1873)*. 2001. 216f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001, p.82. Ver também: SANJAD, Nelson. *Ciência e poder imperial no Grão-Pará:*

Amazônia, Sanjad aborda a implantação do Jardim botânico dentro de um contexto maior de reestruturação urbana da cidade de Belém e também da própria conjuntura econômica e política da Europa no final do século XVIII, onde os jardins são tomados como espaços para aclimatar produtos exóticos, em especial as especiarias asiáticas e, no caso do jardim paraense, também domesticar as espécies nativas da região a fim de poder explorá-las economicamente.

O autor também não deixa de apontar que o interesse em reunir plantas exóticas não é somente devido uma questão econômica, já que a ideia de agrupar e aclimatar espécies vegetais em espaços definidos era uma das funções e motivos desses jardins desde tempos modernos. Acontece que conforme os europeus vão conhecendo e explorando cada vez mais o novo mundo, os jardins coloniais foram assumindo outras funções, e, a partir da segunda metade do século XVIII, passam a ser percebidos também como espaços de pesquisa científica, auxiliar de uma política ilustrada, que serviria para o enriquecimento econômico de seus respectivos países.

Conforme Sanjad:

A utilização dos jardins botânicos de maneira articulada para permitir a aclimação de vegetais estrangeiros simboliza, no fim do século XVIII, o sucesso das propostas dos botânicos para melhorar a agricultura (...) inicialmente criado como lugar de acolhida, esse jardim passou a promover também a transição de vegetais exóticos, das colônias para a metrópole e, após a aclimação, de volta as colônias para a experimentação agrícola. Logo surgiu a necessidade de criar estabelecimentos com esse fim nos locais onde os europeus tinham interesses comerciais ou cuja vegetação era fonte abundante de novas espécies, de maneira a melhor reuni-las para serem enviadas as metrópoles e mesmo realizar os primeiros ensaios químicos e agrícolas²⁰.

Como o primeiro jardim botânico de administração luso-brasileira, o horto da capitania do Grão-Pará vai se tornar uma espécie de jardim modelo para todos os outros que seriam criados na América Portuguesa, como deixou claro o próprio ministro da rainha, Rodrigo de Souza Coutinho, em comunicação com o governador da capitania, Francisco de Souza Coutinho. Esse caráter de modelo é dado devido à própria função

da expansão à desconstrução (1750-1840). In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012; Idem. *Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos (1790-1820)*. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 7, p. 251-278, 2006.

²⁰ SANJAD, N. op.cit., 2001, p.31.

que o jardim deveria ter: aclimatar vegetais exóticos e domesticar os vegetais indígenas e, também, pelas remessas que obteve de Caiena logo após sua implantação em 1798.

Em carta datada de 31 de julho de 1799, D. Rodrigo diz a Francisco Coutinho que os esforços dele para a criação e manutenção do horto botânico do Pará tem sido louvados pela coroa, ressalta a necessidade de investimentos naquele espaço e evidencia a distribuição das espécies para outras capitanias:

Pelo ofício nº 348 e mapa que o acompanha, fica S. A. Real ciente do estado do Jardim Botânico nessa cidade; e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito V. S^o pelos esforços, com que tem criado e aumentado o mesmo jardim, de que para o futuro se hão de seguir os melhores efeitos, os quais ainda que ao princípio sejam vagarosos, com o tempo e com o efeito lento mas necessário da razão, hão de fazer-se úteis e palpáveis; e para este fim ordena S. A. Real, que V. S^a deixe disposto o modo, por que se hão de ir sempre aumentando particularmente as espécies preciosas, quais árvore a pão, caneleiras, pimenteiras, cravo-da-índia, árvores de café, árvores de construção; e como desse viveiro se hão de ir distribuindo para as outras capitanias, V. S^a de oferecê-las aos seus respectivos governadores, logo que as tenha em maior abundância...²¹

Além das pimenteiras, caneleiras, cravo-da-índia, arvores de café, D. Rodrigo de Souza Coutinho também ficava na espera de algumas plantas citadas pelo governador do Pará que teriam as mesmas virtudes da Quina e ainda outra planta que servia para curar hidropisia, a fim de mandar “fazer as convenientes experiências nos hospitais, e se avaliar a utilidade de que podem ser à humanidade”²².

Não é à toa que a historiografia tem atribuído a obtenção da primeira coleção de vegetais exóticos ao papel dos agricultores franceses que estavam exilados no Pará, fugidos das revoltas de escravos que estavam ocorrendo²³. Francisco Coutinho tinha estabelecido uma rede de espiões que contava com a participação desses sujeitos, que

²¹ Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Palácio de Queluz, Lisboa, 31 de julho de 1799, Vice-Reinado. Capitania do Pará, Minas Gerais e Colônia do Sacramento, Caixa 747, pacote 1.

²² Idem. No capítulo 1, vimos que os Karajá, em abril desse mesmo ano, entregaram ao governador, Francisco de S. Coutinho, uma planta que curava hidropisia. Seria essa a mesma planta que o ministro do Ultramar se referia? Há uma boa probabilidade de que sim, o que seria mais um exemplo da participação indígena na história do conhecimento científico. Ver: Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 19 de abril de 1799, códice 99, volume 20, p. 147-148.

²³ SANJAD, N. Ibid; POMBO, Nívia. Unidade política e territorial nos projetos de d. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MOTTA, M; SERRÃO, J.; MACHADO, M. (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império português*. Editora Horizonte, 2013; AIROZA, Luís Otávio Viana. A aclimação da mangueira na Amazônia luso-brasileira durante o século XVIII. IN: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz (Orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial - Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa*. Belém: Editora Açai, vol.8, 2014. KURY, Lorelai(Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

traziam não somente informações, mas também os próprios vegetais cultivados na colônia francesa.

Nívia Pombo, embora se distancie de N. Sanjad acerca da importância das motivações científicas na aclimatação de vegetais exóticos no Brasil, pois “Distante das motivações científicas, as plantas seriam úteis para diversificar as lavouras, ampliar a produção com o objetivo de manter em tempos de crise os laços mercantilistas, porém agora ilustrados, entre metrópole e colônia.”²⁴, segue o mesmo ao apontar que os responsáveis por levarem os primeiros vegetais exóticos cultivados em Caiena para Belém, teria sido os franceses Michel du Grenoullier e Jean-Baptiste Antoine Grimard.

Grenoullier era um ex-morador do Oiapoque, proprietário rural, natural de Caiena e exilado no Grão-Pará desde 1795. Era considerado por Francisco de Souza Coutinho um hábil engenheiro agrário e se tornou o primeiro diretor do jardim botânico paraense. Assim como Grenoullier, após a abolição da escravidão em Caiena, Grimard, comandante das milícias no Approuague, fronteira com Macapá, também se exilou na capitania do Grão-Pará. A historiografia aponta que foi graças à relação desses imigrantes com suas famílias, ainda estabelecidas em Caiena, que foi possível a obtenção das primeiras sementes vindas de Caiena²⁵.

Há uma unanimidade em apontar a participação desses dois franceses no contrabando das especiarias provindas dos jardins franceses, entretanto, a documentação nos fornece ricos detalhes de itinerários de outros sujeitos na história da constituição dos jardins de São José. Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza foram quatro indígenas que possuíram estreita relação com o jardim botânico do Grão-Pará, pois foram protagonistas na obtenção das especiarias, tanto quanto os já citados exilados. Pela análise da documentação, concluo que por serem exímios conhecedores da geografia local, portanto, detentores de saberes especializados, e por transitarem naquele mundo de fronteiras, o grupo liderado por Valentim Mendes se tornou essencial à execução daquele plano secreto.

Retorno mais uma vez à questão levantada por Safier, pois, o que evidencio aqui é a análise de uma intervenção direta de sujeitos – tradicionalmente deixados à margem dos processos históricos – na constituição da ciência na Amazônia. Essa visão ainda vai

²⁴ POMBO, Nívia. *Op.cit.* 2013. POMBO, Nívia. Um turista na corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, jan./jun. 2009.

²⁵ SANJAD, N. *op.cit.*, 2010; Pombo, *op.cit.* Ver também: BAENA, A. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p.199.

ao encontro de estudos na História das Ciências que procuram abordar uma visão global que foca na circulação e produção de conhecimentos não restritos a espaços europeus, a uma elite intelectual ou instituições.

Fa-Ti Fan, por exemplo, evidencia que o ponto principal seriam as inter-relações e transmissões de conhecimento e que os historiadores da ciência se tornaram interessados no conhecimento em movimento, focando na transmissão, troca e circulação de habilidades, técnicas, saberes e objetos materiais²⁶.

Para Fan, o historiador da ciência passou a considerar que a circulação do conhecimento e a prática científica não ficaram restritos a espaços limitados, confinados, fechados ou aos habituais lugares das sociedades científicas. As ideias e informações transmitidas por redes frequentemente desempenharam um papel importante no desenvolvimento da ciência moderna. Além das ideias, a própria circulação e trocas de objetos materiais, espécimes, foi extremamente importante para o desenvolvimento da história natural, por exemplo²⁷.

Ao alargar essa concepção de ciência, englobando novos atores e objetos, historiadores e historiadoras têm procurado dar visibilidade aos indígenas enquanto agentes históricos na circulação do conhecimento, como participantes na constituição da ciência moderna portuguesa. Juciene Apolinário, por exemplo, aponta que os arquivos portugueses e brasileiros estão repletos de documentos que mostram como o conhecimento dos indígenas sobre a flora nativa teve um papel importante para a Coroa portuguesa na obtenção de informações e de espécimes que poderiam ter potencialidades curativas, econômicas etc.²⁸.

Esse fator é importante para repensarmos os papéis que os povos indígenas exerceram na formação do conhecimento científico ocidental. A perspectiva que adoto na tese, em especial nesse capítulo, e que a documentação me permitiu analisar, é que esses sujeitos, em diversos momentos, além de fornecerem informações importantes para os funcionários coloniais, foram agentes no trânsito de espécies extremamente requisitadas pelo império português. Seus conhecimentos foram necessários para a execução da missão de espionagem que colaborou para tornar exitosa a experiência de implantação do

²⁶ FAN, Fa-ti. The global turn in the history of science. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, n. 6, p. 249-258, 2012.

²⁷ Idem, p. 252.

²⁸ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai(Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.

Jardim Botânico de São José, resultando na obtenção documentada de uma das primeiras coleções de vegetais do jardim.

3.3 - Os jardins coloniais em áreas de fronteiras

A partir de 1760, com o intuito de elaborar um inventário dos produtos naturais de todo o império ultramarino português, o governo lusitano começou a engendrar uma rede institucional e uma comunidade científica que serviria para o cultivo de espécies vegetais e a aclimação de plantas exóticas. Foram criadas instituições que teriam como intuito promover práticas científicas em Portugal, como o Colégio dos Nobres, o Jardim Botânico da Ajuda, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e a Academia Real das Ciências, entre outras²⁹.

O contexto também está relacionado ao avanço da indústria portuguesa, “numa associação entre ciência e economia que possibilitasse o desenvolvimento do Estado”³⁰, questão largamente explorada na historiografia e que mostra como as políticas pombalinas estavam orientadas para o crescimento econômico de Portugal, procurando implementar medidas que favorecessem o país luso e sua classe mercantil³¹.

Arelado a isso, ocorreu a consolidação de uma comunidade científica que ultrapassou o espaço metropolitano, encontrando ambientes propícios nas colônias ultramarinas (como em Belém e no Rio de Janeiro) para a criação de infraestrutura essencial para o desenvolvimento dos estudos locais em história natural, assim como

²⁹ KURY, Lorelai (org). *op.cit.* 2013; BRIGOLA, *op.cit.*; 2003; JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. *Biblioteca do Arquivo do Museu de Lisboa*, v. 2, n. 1, p. 53-120, jan./jun. 1986; SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Revista da Sociedade brasileira para o progresso da ciência*. Ano 62, número 01, jan./mar., 2010, pp. 20-25.

³⁰ PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 455f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2006. p. 30

³¹ MATOS, Frederik L. A. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2019. 402f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2019; PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

contou com uma rede de indivíduos que colaborava com as coletas, a preparação de coleções e a sistematização de dados para os estudos envolvendo o mundo natural³²

No caso da capitania do Grão-Pará, ocorreu uma intensa transformação do espaço. A Coroa investiu na expansão geográfica, comércio e agricultura, articulando conhecimentos e práticas científicas³³. Em Belém, especialmente entre as décadas de 1760 e 1780, foram inaugurados o Arsenal da Marinha; o Hospital Real; o Palácio do Governo; a nova catedral da Sé; os Quartéis dos Soldados; e, no final do século XVIII, foi criado o Jardim Botânico do Grão-Pará.

O horto botânico em Belém foi o primeiro jardim luso-brasileiro instalado na América portuguesa. A ordem de sua criação é de 4 de novembro de 1796, sendo estabelecido junto ao edifício que foi do convento de São José, “mandei limpar e preparar uma extensão de terreno de cinquenta braças em quadro para o estabelecimento dos viveiros e da educação das plantas que Sua Majestade foi servida determinar...”.³⁴

Antônio Baena informa que era um espaço quadrado situado nas terras de São José, pertencentes à Fazenda Real, um terreno que foi doado por Hilário de Souza e sua esposa. A propriedade era cercada por valas, com um poço no centro que servia para irrigar, por meio de uma bomba, as plantas:

Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiões partes renques de plantas domésticas e forasteiras já aclimatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosques de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde³⁵.

Os jardins coloniais, tal como o horto de Belém, vão preencher uma necessidade que se colocava desde a década de 1770, com a criação dos jardins da Ajuda e da Universidade de Coimbra, que envolvia coletar, agrupar e enviar as produções da natureza

³² PATAÇA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português. Entre práticas e representações científicas e artísticas*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2015; DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial*. CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

³³ SANJAD, Nelson. Ciência e poder imperial no Grão-Pará: da expansão à desconstrução (1750-1840). In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

³⁴ Ofício de Francisco de Souza Coutinho para D. Rodrigo de Souza Coutinho. 30 de março de 1798. Pará, Arquivo Público do Estado do Pará, APEP, Cód. 676. Receberam ordens para a criação de jardins os governadores do Grão-Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

³⁵ BAENA, A. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 198-199.

da América portuguesa, sejam naturais ou aclimatadas³⁶. Apesar do processo em si – o envio de itens da fauna e flora das colônias – remontar ao início da colonização, na segunda metade do século XVIII isso é sistematizado, intensificado e passa a fazer parte de uma mentalidade que compreende o acesso à natureza como recurso para o desenvolvimento econômico.

Domingos Vandelli, então diretor do Real Jardim Botânico, lente das cadeiras de Química e de História Natural na Universidade de Coimbra, apontava na “Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos”:

Quão grande seja a utilidade de um jardim botânico (além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo, e do proveito que delas recebem, a medicina, as artes, o comércio etc.) para a agricultura, só o ignora aquele que não sabe quantas plantas de regiões remotas por meio dos jardins são hoje comuns e ordinárias na Europa, e cujo número se vai cada dia aumentando; de que é prova evidente França, Suécia e Alemanha. Porquanto, com o conhecimento botânico adquirido nos mais célebres jardins, têm os ingleses e franceses examinado e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e têm tirado imensa utilidade, e cada vez poderão tirar mais lucro³⁷.

Essa memória, junto com a criação dos supracitados jardins, faz parte de uma compreensão da botânica enquanto ciência útil. Existia, portanto, uma demanda para que ocorresse um retorno prático, possibilitando o desenvolvimento econômico a partir dos estudos de algumas disciplinas científicas. Por meio da aplicação desses conhecimentos, de novas técnicas, a “ciência útil” deveria beneficiar a sociedade e o Estado³⁸.

Isso levou também a outra questão apontada por Warren Dean que é o processo de intercâmbio de espécies tropicais, intensificado no século XVIII, principalmente por meio da criação de herbários e dos jardins coloniais. Com os resultados dessas experiências no trato das espécies nativas e exóticas, “A possibilidade de gerir informações a respeito das novas plantas para assim acompanhar as transferências com

³⁶ PATACA, E. op.cit. 2015.

³⁷ Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a Respeito da Agricultura, e Principalmente da Cultivação das Charnecas. In: Dicionário dos termos techinos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linné, com a explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligência dos mesmos. Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1788.

³⁸ BRAGA, Isabel Drumond. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Tempo* [online], v. 22, n. 41, 2016; SOARES, Luiz Carlos. *A Filosofia Natural e Experimental na Inglaterra do Século XVIII: Um Diálogo com a Historiografia acerca da Ideia de "Ciência" na "Era das Luzes"*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2020.

técnicas culturais provadas aumentou consideravelmente”³⁹. A investigação passou a ter uma base científica pois havia maior acumulação e sistematização das informações.

Uma outra questão fundamental acerca do jardim paraense era sua localização estratégica, pois ficava na entrada do Vale Amazônico, região que desde a década de 1750, de forma mais sistemática, tinha se tornado alvo dos interesses metropolitanos e localizava-se próxima do complexo agrícola na Guiana Francesa, em Caiena, formado pela *Habitation Royale des Epiceries*, mais conhecido como *La Gabriele*, pela *Habitation de Mont Baduel*, pela *Habitation Tilsit* e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo⁴⁰.

Este complexo agrícola francês reunia as espécies vegetais nativas da região e já tinha aclimatado algumas especiarias asiáticas, servindo de exemplo sobre como articular ciência e o desenvolvimento da economia⁴¹. Eram os principais estabelecimentos coloniais na Guiana, “em extensão, produtividade e número de escravos”⁴².

De acordo com Nelson Sanjad:

A percepção acurada da localização da capital paraense também faria com que o jardim botânico se tornasse uma instituição central para os planos da metrópole na região. O jardim deveria não apenas servir como centro para a aclimação, domesticação e distribuição de plantas com potencial para o comércio, mas também como ponto de apoio para a introdução em terras portuguesas de espécies contrabandeadas da Guiana Francesa, principalmente de *La Gabriele*. As relações entre os dois jardins, portanto, foi iniciada no mesmo ano da instalação do jardim paraense, alçado à instituição de referência dentro do império português pelas espécies que conseguiu reunir assim que foi inaugurado⁴³.

É importante ressaltar essa relação entre o jardim botânico da capitania do Grão-Pará e o jardim francês, justamente porque havia um grande interesse português em cultivar as especiarias asiáticas e, desde 1773, algumas delas já tinham sido transplantadas pela administração francesa em Caiena, além de outros itens como urucum, algodão,

³⁹ WARREN, Dean. A Botânica e a Política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil Colonial e Imperial. *Estudos Históricos*, vol. 4, n.8, 1991, p. 6; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Plantas novas que os doutos não conhecem”: a exploração científica da natureza no Oriente português, 1768-1808. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], v. 24, n. 3, 2017.

⁴⁰ JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. *Biblioteca do Arquivo do Museu de Lisboa*, v. 2, n. 1, p. 53-120, jan./jun. 1986; SANJAD, N. op.cit., 2001.

⁴¹ RODRIGUES, José Damião. Conflitos imperiais, geopolítica e fronteiras: um projeto português para as Guianas no período das revoluções. *Revista de Historia Moderna*. Anales de la Universidad de Alicante, n.º 36, 2018, pp. 295-322.

⁴² SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Revista da Sociedade brasileira para o progresso da ciência*. Ano 62, número 01, jan./mar., 2010, pp. 20-25.

⁴³ Sanjad, op.cit., 2001, p. 61

cacau, açúcar⁴⁴. Das ilhas Maurício, no oceano Índico, foram enviadas para o Jardim Real das Plantas em São Domingos e Martinica e, posteriormente, para La Gabriele, pés de moscadeira, cravos-da-índia, café e caneleiras⁴⁵.

Em um documento do Arquivo Histórico Ultramarino, intitulado, “Descrição da costa e rios compreendidos desde o cabo Cassipure até ao Monte d’ Argent”, José Lopes dos Santos⁴⁶, um militar à serviço da coroa portuguesa, mapeou grande parte da região das guianas. Quando esteve em Caiena, no início década de 1790, conversou com Michel Grenoullier (o mesmo que iria se exilar na cidade de Belém e se tornaria o primeiro diretor do horto botânico paraense) e soube por este que, alguns anos atrás, tanto as sementes como as próprias plantas de café, cravo da índia e canela, foram remetidas para a colônia francesa para que o governador as distribuísse e tirassem utilidade da cultura daqueles vegetais⁴⁷.

Portanto, a ideia de obter as especiarias cultivadas em Caiena não era novidade. Em “Da transplantação das arvores mais úteis de países remotos” João de Loureiro⁴⁸ sugeria à Academia de Ciências de Lisboa o cultivo de especiarias do Oriente que já estavam aclimatadas na Guiana Francesa:

naquele tempo existiam naquela Ilha [Ilha de França] 68 plantas de noz-moscada, das quais 15 se remetiam para Caiena; e de 52 de cravo, que ali se achavam, eram mandadas 13 para a mesma Caiena, na América [...] seus frutos ali naturalizados começam a ser de tão bom cheiro e qualidade, como nas mesmas Molucas⁴⁹.

⁴⁴ KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII-XIX In: Lorelai Kury (ed.) *Usos e circulação das plantas no Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p. 244.

⁴⁵ Francisco Maurício de Souza Coutinho [Ofício para o secretário da marinha e ultramar, Martinho de melo e castro, em 05 de fevereiro de 1795]. Projeto Resgate, Pará, AHU, caixa 105, documento 8285.

⁴⁶ Dois trabalhos se referem a esse militar como José Lopes dos Santos Valadim. Na documentação que analisei não há menção ao sobrenome “Valadim”. Ver: COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. 272f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 166; PIRES, Rogério Brittes W. *Dois rotas para as Guianas: Fronteiras e populações nas descrições do Norte amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos Valadim (1791-1799)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013.

⁴⁷ Francisco Maurício de Souza Coutinho [Ofício para o secretário da marinha e ultramar, Martinho de melo e castro, em 05 de fevereiro de 1795]. Projeto Resgate, Pará, AHU, caixa105, documento 8285.

⁴⁸ João Loureiro foi um padre jesuíta e importante botânico europeu no século XVIII. Viajou para Ásia e África, publicando posteriormente a *Flora Conchinchinensis*. Suas memórias, tais como “Da transplantação das arvores mais úteis de países remotos...”, publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa, tratavam especialmente da transplantação de espécies asiáticas pelas colônias portuguesas, e da cultura do algodão. OLIVEIRA, Antonio J. A. de. Sobre fósseis, diversidade humana e transplantação de espécies: João de Loureiro e cultura científica portuguesa setecentista. In: Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 15., 2016, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2016.

⁴⁹ João de Loureiro. Da Transplantação das árvores mais úteis de países remotos. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo I, 1789. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 121.

Essa proximidade entre os jardins de administração lusitana e francesa, portanto, se constituía em um fator estratégico percebido pelos portugueses. A questão que se colocava era como ter acesso às especiarias cultivadas na colônia francesa. Cabe ressaltar que grande parte do espaço onde ocorreu essa missão secreta é chamado de “Terras do Cabo Norte”, uma região parte da Amazônia Oriental, mais precisamente entre os rios Oiapoque e Amazonas, onde “...as fronteiras econômicas, coloniais e geopolíticas foram demarcadas e remarcadas.”⁵⁰, e, portanto, em uma região com essas características, a missão de colocar as mãos nessas especiarias não seria algo fácil a se realizar.

3.4 - Geografia móvel, fronteiras fluídas e conhecimentos indígenas

Chegar ao território francês e obter as tão cobiçadas especiarias não seria uma tarefa simples. De acordo com o governador, somente a viagem do Pará ao Oiapoque duraria, em um clima ensolarado, de oito a dez dias e, em algumas ocasiões, demoraria até mais. A documentação mostra o quão difícil era fazer tal viagem:

É preciso atravessar a boca do famoso Amazonas, lutar com as correntes, com as ventanias no tempo delas... Do Oiapoque em diante, continua costa de mar até Caiena, que está sobre ele em uma ilha e continuam estas mesmas circunstâncias referidas. Quase como neste clima desde julho até outubro, que é a rigorosa estação seca ou das ventanias, durante a qual as viagens deste para aquele porto são breves, e há abrigo nele para as embarcações. De novembro em diante começam as chuvas, e os ventos... que fazem mais prolongadas as ditas viagens e mais breve a volta, mas naquele porto então não há abrigo. Continuam as chuvas até quase ao tempo das ventanias, estiano apenas alguns dias em março, e depois são mais brandas, bem como as da primavera da Europa. Finalmente, nos meses de maio e junho sobrevêm as calmas, e, sem haver vento, ficam sempre grandes os mares naquela costa e porto. Estas estações e alterações são quase certas e periódicas, mas há anos em que se adiantam ou se atrasam mais ou menos, e isto é quase o mesmo que aqui sucede...⁵¹.

⁵⁰ GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira, séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

⁵¹ Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 08 de abril de 1797, Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte, código 99, volume 17, p.176-181.

Essa região fronteiriça marcava os limites, bastante controversos durante os séculos XVII e XVIII, entre as terras portuguesas (o Estado do Maranhão e Grão-Pará) e as possessões coloniais francesas (Guiana Francesa). Tais controvérsias se avolumavam, de acordo com os relatos de autoridades coloniais portuguesas, a partir dos avanços de franceses tanto na região do rio Oiapoque como na foz do rio Amazonas, havendo inclusive negociações clandestinas destes com índios da região⁵². A resolução inicial de tal contenda territorial foi a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, que legitimava a posse do Cabo Norte a favor de Portugal, e definia o Oiapoque como limite natural com a Guiana⁵³.

Entretanto, tal tratado não resolveu os problemas de demarcação territorial e muito menos impediu uma intensa atividade de fuga de negros escravizados, de ambos os lados da fronteira, ao longo do século XVIII. Tal situação agravava ainda mais a instabilidade naquelas terras que, apesar de alguns acordos, como a devolução mútua de escravos fugidos, levava a uma desconfiança entre os agentes coloniais que administravam esses espaços⁵⁴.

Considero esse espaço de fronteira como nos termos colocados por David Newman: “Os limites não são apenas estáticos, imutáveis, características do cenário político, eles também têm sua própria dinâmica interna, criando realidades e afetando a vida de pessoas e grupos que residem nos arredores.”⁵⁵. A conceitualização de fronteiras é importante pois, apesar da existência de tratados que definiam as possessões lusitanas e

⁵² GOMES, Flavio; QUEIROZ, Jonas(org.). *op.cit.*, 1999, p. 26.

⁵³ GIRAUD, Charles. *Tratado de Utrecht*. Plon Hermanos Editores, 1847.

⁵⁴ GOMES, Flavio; QUEIROZ, Jonas (org.). *op.cit.*, 1999, p. 226-227. Ressalto que essa tensão não surge no final do século XVIII, as disputas em áreas de fronteiras das possessões europeias na região da atual América do Sul foram frequentes. Uma recente historiografia produzida na Amazônia dá conta de mostrar que tais disputas ocorriam pelo menos desde o século XVII, avançando para as primeiras décadas do século XVIII, culminando com o Tratado de Utrecht. POMPEU, André J. S. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016; VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013. Pode-se dizer que a partir desse Tratado foram delineadas duas alianças “que se rivalizaram em boa parte do século, a anglo-portuguesa e a franco-espanhola, ao passo que o controle sobre os domínios e o comércio coloniais desses países constituiu o principal campo de disputa e guerra”. BASTOS, Carlos Augusto de C. *No Limiar dos impérios: a fronteira entre a capitania do Rio Negro e a província de Maynas: projetos, circulações e experiências*. São Paulo: Editora Hucitec, 2017, p.44.

⁵⁵ No original: Boundaries are not only static, unchanging, features of the political landscape, they also have their own internal dynamics, creating new realities and affecting the lives of people and groups who reside within close proximity. Cf.: NEWMAN, David. *Boundary Geopolitics: Towards a Theory of Territorial Lines?* In: HOUTUM, H. Van; BERG, Eiki. (eds.). *Routing Borders Between Territories, Discourses and Practices*. 1st Edition. London: Routledge, 2003, p. 123-137.

francesas por meio dos seus projetos de colonização, como no caso do Tratado de Utrecht (1713), ele dá conta de uma dinâmica interna que é engendrada pelo agir dos sujeitos locais.

Em um mesmo sentido, Jonas Queiroz e Flávio Gomes, ao tratarem dessas configurações locais e dinâmicas internas de poder, as chamaram de “geografia de suas ações”:

Na região colonial do Brasil, no extremo norte, atualmente o Estado do Amapá, fugitivos – negros, índios e soldados desertores – foram protagonistas de uma original aventura, na qual reinterpretaram significados e construíram visões sobre escravidão, liberdade, ocupação, posse, fronteiras e domínios coloniais. Inventaram a geografia de suas ações. Mais do que isto, marcaram as experiências da colonização e ocupação de vastas regiões amazônicas, principalmente aquelas das fronteiras coloniais internacionais.⁵⁶

Esse espaço composto por diferentes tipos de sujeitos, de livres a escravos, de indígenas e brancos, pode ser caracterizado como “*middle ground*”⁵⁷. O conceito foi cunhado pelo historiador inglês Richard White para definir um espaço de interação entre europeus e nativos norte americanos na região dos Grandes Lagos, entre o século XVII e XIX.

O “*middle ground*” é um espaço de interações mútuas entre agentes históricos distintos e que, por meio de suas ações, elaboram novos significados e práticas sociais. Este espaço de ação é muitas vezes proporcionado pelas grandes distâncias que se localizavam dos centros de controle ou administração, gerando modos diversos de existência. É importante levar em consideração que o “*middle ground*” exige uma situação de fronteira, mas nem toda região fronteira pode ser caracterizada dessa forma, pois uma das características necessárias para tal concepção é a relação entre grupos distintos, que por vezes, na tentativa de alcançarem determinados objetivos, mesmo discrepantes, utilizam negociações, pactos, tratos⁵⁸.

A região do Contestado franco-lusitano, o Cabo do Norte, acabou se tornando um espaço de contatos e cooperação entre negros, índios, além de outros sujeitos que “com

⁵⁶ GOMES, Flavio; QUEIROZ, Jonas (org.). *op.cit.*, 1999, p.26.

⁵⁷ WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge Studies in North American Indian History. New York: Cambridge University Press, 1991; ROBERTS, Lissa. Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation. *Itinerario*, Vol.33, Issue 01, pp 9-30, mar., 2009.

⁵⁸ WHITE, Richard. Creative Misunderstandings and New Understandings. *The William and Mary Quarterly* Williamsburg: The College of Will and Mary, 3d series, vol. LXIII, n. 1. January, 2006. p. 9-14.

expectativas diferentes, montaram um cenário de experiências transnacionais e estiveram atentos a sua volta”⁵⁹. Alguns mocambos, por exemplo, formados nos limites fronteiriços, tinham até estabelecido comércio com colonos franceses, e os sujeitos que ali viviam, não raro visitavam os colonos portugueses em Macapá:

Viviam do lado da fronteira portuguesa, porém, comerciavam, trabalhavam e mantinham relações diversas com os franceses do outro lado. O sucesso dessa estratégia era diariamente garantido pela travessia da fronteira, tarefa que parecia não ser fácil. Cortavam rios e matas, levando, inclusive, mantimentos para longas jornadas. Esses mocambeiros estavam mesmo na fronteira da liberdade e sabiam disso⁶⁰.

Essa é a região atravessada pelo grupo de indígenas que contrabandeou sementes e plantas de especiarias entre Caiena e Belém. O território percorrido era composto por relações sociais, políticas e culturais, por experiências históricas cotidianas de escravos fugidos e amocambados, indígenas que atravessavam rios, florestas, matas e, não raro, estabeleciam contato e negociavam com ambos os lados da fronteira. Isso, em grande parte, explica a própria condição do indígena Valentim que vai acumular patentes militares de ambos os governos, é por isso que é importante compreendermos o cabo do norte como “*middle ground*”.

Esse espaço de fronteira, bastante dinâmico, sofrerá a influência das intervenções operadas pelas políticas e ações metropolitanas e coloniais a partir da segunda metade do século XVIII. Em grande parte, havia uma tentativa de controle por parte dessas potências europeias, mas pelo menos até os anos finais do século XVIII, quando eclodem as revoluções escravas e o clima de tensão se agrava com os “inquietos e perigosos vizinhos”⁶¹, esta preocupação se configurava em uma incessante vigilância, pelo menos quando se tratava da possibilidade de se travar guerras diretas com os franceses.

⁵⁹ MARIN, Rosa E. A; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráficos de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, 149, n.2, 69-107, 2003, p. 72

⁶⁰ Idem, p. 94

⁶¹ Martinho de Melo e Castro [Ofício para D. Francisco de Sousa Coutinho, em 11 de dezembro de 1792] – Projeto Resgate, AHU, Lisboa (avulsos), caixa 102, documento 8106. Ver também: NOGUEIRA, Shirley M. S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. 341f. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA- UFPA, Belém, 2000.



Imagem 2 - João Vasco Manuel de Braun. Carta topográfica: da principal entrada do Rio Amazônas, pello cannal chamado do norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá. 1790. 90,5 x 38,5cm em f. 51 x 92,5. Disponível: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14024>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

Do mesmo modo que tentavam proteger seus territórios de invasões inimigas, de lidarem com os mocambos, também elaboravam planos de espionagem e incursão no território vizinho com o intuito de monitorar o que se passava do outro lado da fronteira.

Para a execução desses planos é importante ressaltar que contavam com o auxílio de indígenas.

Por exemplo, em 21 de maio de 1773, o então governador João Pereira Caldas informava a Martinho de Melo e Castro acerca de notícias sobre um índio *principal* do lugar de Mondim, da vila de Chaves, acerca de uma lancha, ao norte da Ilha Grande de Joanes, próximo de “Ara-coara”, com seis homens vestidos de verde que não falavam português, muito menos a língua geral. Foram tomadas ações para identificar os homens com a suposição de que poderiam ser franceses vindos de Caiena em uma viagem de reconhecimento para: “... saber as alturas dos canais que tem os rios daqueles distritos, ou talvez, ser lancha de algum navio dos muitos que navegam para as ilhas de Barbados e Suriname...”⁶², assim como foram enviadas ordens para todos os diretores das povoações da ilha de Joanes para deixarem de prontidão todos os índios, canoas e mantimentos necessários para executarem aquela diligência⁶³.

Em 1777, um militar português – acompanhado do soldado Adão Manoel e dos índios Afonso da Silva, Lopo Manoel, Manoel Inácio, Cipriano da Silva, da vila de Chaves, e Domingos José, do lugar de Rebordelo – se dirigia a Caiena com um suposto motivo de ir atrás de um escravo fugido e chegando em um pesqueiro, próximo do rio Calçoene, obteve informações com um grupo de indígenas e mestiços sobre a situação em território francês⁶⁴. Os índios disseram que não havia rumor de guerra, contudo, informaram que havia uma preparação para um grupo de indígenas e seu *principal* para irem à cidade do Pará, sem revelarem os motivos da ida, além disso também informaram que o *principal* da povoação tinha saído com uns franceses atrás de tartarugas para levarem à Caiena.

Um ano mais tarde, em outra ocasião, o governador João Pereira Caldas informou a Martinho de Melo e Castro que havia um estado de tranquilidade em Caiena, “pelo confiante, que de tão importante exame encarreguei, me assegura que nada dali se observa de preparativos militares, e que antes a ordinária e pequena guarnição daquela colônia se achava atualmente mais diminuta do que no fim do ano de 1774”⁶⁵ e que o

⁶² João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 24 de julho de 1773] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 71, documento 6031.

⁶³ João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 21 de maio de 1773] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 70, documento 6010.

⁶⁴ João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 30 de dezembro de 1777] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6505.

⁶⁵ João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 10 de fevereiro de 1778] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 79, documento 6527.

“governador comandante” averiguava a costa do território somente para tentar conter a deserção de escravos de Caiena em direção aos mocambos que ali se formavam.

Outro caso exemplar é o da índia Arcângela Rufina. No ano de 1780, o governador José Nápoles Telo de Meneses se depara com a informação de que franceses teriam estabelecimentos nas terras da coroa de Portugal, na região próxima ao rio Arari. Segundo o governador, o porta-bandeira Leonardo José Ferreira encontrou uma canoa com seis indígenas, dentre eles, uma mulher “que diz ela ser aldeada na vila de Salvaterra, onde há anos que se ausentou (...) dizem que na sua aldeia está um padre ali posto pelos franceses.”⁶⁶. De acordo com o porta bandeira:

Não sei se aquele estabelecimento é nas nossas terras ou em domínios franceses, por não haver neste governo instrução e título ou mapa algum que denote os domínios portugueses por esta parte. O que sabemos com mais certeza é que os franceses há poucos anos não tinham ali padre algum e que o não puseram lá senão há dois anos. E se estabelecimento é em terras suas, não parece de razão que eles nos fiquem com os nossos refugiados que ali conservam, causando-nos assim uma continuada transmigração das nossas terras para as suas. E se ao contrário aquelas terras não são deles / como tenho razão de presumir / então devemos desconfiar que eles pretendam com este intruso estabelecimento, e outras mais povoações, que já tem até Caiena, estabelecer a invasão deste continente, a todo o tempo que França achasse oportunidade para renovar as suas injustas pretensões destes Domínios de Portugal⁶⁷.

Telo de Menezes então ordenou a Leonardo Ferreira “prático na língua que ela fala” interrogasse a indígena para saber mais detalhes e disso surge um documento intitulado “Relação do que em substância respondeu a índia Archangela Rufina as perguntas que lhe foram feitas”⁶⁸. Arcângela Rufina, portanto, tornou-se uma importante peça para os administradores coloniais ao ser utilizada como fonte de informações para se compreender as ações dos sujeitos que por ali transitavam.

A relação consiste em um inquérito, de uma série de respostas dadas pela índia e, por meio dela, sabemos que Rufina fugiu de Salvaterra há cinco anos com mais treze pessoas; que já estava estabelecida em outra povoação no rio Guanany e que depois esteve um ano no lago Sauana. Depois desse período, a indígena estava em uma povoação onde um padre jesuíta, chamado João, doutrinava em francês e pela língua geral, “nunca em

⁶⁶ José Nápoles Telo de Meneses [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 20 de setembro de 1782] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 89, documento 7244.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Id.

português, a povoação se chamava Huamary. E que agora depois que o padre para ali foi, se chamava Francisco Xavier”⁶⁹. Arcangela Rufina informa que naquela região havia em um braço ou nas cabeceiras do mesmo rio, quatro casas de índios Ariquena, que tinham fugido da vila de Portel com um *principal* chamado Bazílio, apelidado de “canelas”.

Onde quero chegar com esses exemplos? Uma das questões é demonstrar que o espaço atravessado pelo grupo de índios que contrabandeou as especiarias, não é um cenário vazio, ele tem uma configuração própria, geopolítica, mas, principalmente, formado pelas relações sociais dos sujeitos que por ali transitavam. Paulo M. Cambraia da Costa, em sua tese intitulada “Em verdes labirintos: a construção social da fronteira-franco-portuguesa (1760-17803)”, afirma que as histórias dos sujeitos que possuíam seus caminhos na região dos limites fronteiriços entre a Guiana Francesa e o Grão Pará revelam a fronteira como construção histórica, com dinâmicas próprias, sendo a “fronteira muito mais como espaço de disputa e negociação do que como uma linha demarcatória”⁷⁰.

O segundo ponto importante é destacar a criação de alianças com grupos indígenas para lidar com os problemas que a região enfrentava, tal como quando o governo português cogitou utilizar os Munduruku, “gente mais própria para guerrear com pretos por entre matos e pântanos”⁷¹, para lidar com os mocambos ali estabelecidos, ou quando foram alertados pelos Carapapory sobre o movimento dos franceses de Caiena naquele espaço fronteiriço. Elias Ferreira e Wania Viana apontam que as guerras que tinham como espaço a floresta “cujas estratégias de combate se faziam, em grande medida, pelo conhecimento nativo... Esses aspectos, portanto, integram um vetor analítico importante para a compreensão das dinâmicas sociais da colonização, e, sobretudo, a agência indígena...”⁷².

⁶⁹ Id.

⁷⁰ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. Opt.cit., p. 159.

⁷¹ MARIN, Rosa E. A; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráficos de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, 149, n.2, 69-107, 2003, p. 98.

⁷² FERREIRA, Elias A. C.; VIANA, Wania A. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23, 12 ago. 2021, p.9.

3.5 - Ser índio na fronteira

Em “*As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*”, Elisa Garcia analisa a relação estabelecida entre portugueses e espanhóis que disputavam suas influências sob os povos indígenas da região que, por sua vez, construíram um jogo de alianças, a partir da percepção do interesse que despertavam naquelas nações – que disputavam aquele território fronteiriço – e posicionaram-se historicamente, mostrando uma agência em busca de benefícios no acordo ora com espanhóis, ora com portugueses⁷³.

Uma questão de suma importância, levantada por Garcia, é a condição de ser “índio na fronteira”, pois tal fator permitiu com que muitos destes indígenas pudessem transitar na fronteira e ser vassalos de coroas distintas. Segundo a autora:

Não considero que os índios não soubessem que se tratava de uma região de limites... tampouco, que iam de uma parte a outra por ser aquele o seu território ‘tradicional’, ao qual os europeus teriam imposto barreiras ‘artificiais’ à concepção guarani’ de espaço. Pelo contrário, acredito que a população indígena dominava muito bem a situação de permanente litígio da região e, dessa forma, nela se inseria, aproveitando-a para satisfazer os seus interesses⁷⁴.

Concordo com a historiadora que tal condição permitiu a esses indígenas uma possibilidade de transitar de um lado para o outro e ao perceberem que eram valiosos aliados para ambas as nações, souberam se valer disso e agiram na tentativa de obter aquilo que lhes era de interesse. Analisar esses espaços a partir dessa ideia e pensar nesses sujeitos como índios de fronteira é válido, tanto para aquela área disputada entre espanhóis e portugueses, quanto para a fronteira que tratamos aqui, em litígio por portugueses e franceses.

Essa concepção, “ser índio na fronteira” – embora seja “artificial” para esses indígenas, pois há séculos transitavam naquele espaço, conheciam-no, utilizavam-no, e

⁷³ GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 320f. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2007. Ver também: Idem. Quando os índios escolhem seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). *Varia História*. Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul./dez. 2008.

⁷⁴ GARCIA, 2007, p. 122.

desenvolviam distintas relações sociais⁷⁵, é útil, pois me permite entender seus protagonismos e como lidaram com determinadas mudanças no universo que conheciam.

Nádia Farage, em obra clássica, tratou muito bem sobre esse ponto ao perceber os indígenas da região do rio Branco como protagonistas de uma história de fronteiras em disputa entre portugueses e holandeses. As políticas de defesa geradas para o rio Branco estavam relacionadas a um discurso português sobre a presença holandesa no mesmo, presença esta, aduz Farage, não plenamente física, e sim mais centrada nos manufaturados, símbolos e peças holandesas que se faziam presentes naquela região através dos indígenas que estabeleciam comércio com eles. Diante disso dever-se-ia montar estratégias de ocupação (como a criação da capitania de São José do Rio Negro) para findar a invasão insidiosa dos manufaturados holandeses, que acabaria por compor uma entrada ao Vale Amazônico.

De forma geral, sobre a relação ocorrida entre os povos indígenas do Rio Branco e os holandeses que ali se faziam presentes, a antropóloga resume:

... centrado na troca de manufaturados por gêneros de produção natural e artesanal indígenas e, notadamente, escravos índios, o escambo entre holandeses e índios teve por singularidade se justapor às relações intertribais, envolvendo a participação ativa de intermediários índios. Veio, deste modo, a alcançar povos indígenas muito além da área estrita de influência holandesa, ultrapassando as fronteiras dos vizinhos territórios de Espanha e Portugal⁷⁶.

Nesse intenso comércio de escravos indígenas, Farage dá ênfase à participação ativa dos habitantes do rio Branco, já que a lógica da escravização estava vinculada às guerras entre os grupos indígenas, gerando uma dinâmica de poder que os fez emergir como protagonistas ativos deste processo.

É importante notar que seja no extremo sul da América portuguesa, seja no Vale Amazônico, as relações estabelecidas entre colonos e indígenas, mesmo dentro de uma relação desigual de poder, mostram que realizaram uma leitura das transformações que estavam ocorrendo, procurando alcançar suas demandas e grande parte disso é oriundo dos saberes/conhecimentos que possuíam sobre aquele determinado espaço.

⁷⁵ SCHAAN, Denise P.; MARTINS, Cristiane P. *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010; SCHAAN, Denise P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan./abr., 2007.

⁷⁶ FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p.85.

Essa reflexão é importante pois, pensar o espaço do Cabo do Norte dessa forma nos permite vislumbrar as relações sociais estabelecidas ali e o papel exercido pelos indígenas na obtenção das especiarias de Caiena. Na Amazônia portuguesa, pode-se afirmar que os povos originários foram imprescindíveis para a colonização. Não à toa, a historiografia costuma ressaltar que foram mãos e pés dos senhores, e como resultado, o acesso a essa força de trabalho gerou conflitos e disputas entre missionários, colonos e autoridades coloniais ao longo dos anos de contato⁷⁷.

Entretanto, não foi somente os braços indígenas que foram objeto de uso por parte dos colonizadores, se por um lado o trabalho dos índios nas empreitadas coloniais era um fator de suma importância, seus saberes também foram continuamente explorados. Por exemplo, já vimos em outro capítulo que o padre jesuíta João Daniel destacou que é a partir do conhecimento indígena que grande parte dos locais onde existiam especiarias em abundância era descoberta. Ademais, as próprias técnicas utilizadas para lidar com as dificuldades das incursões no interior das florestas eram de origem indígena.

A condição de detentores de saberes especializados sobre a geografia local, a condição de serem “índios de fronteira” fez com que Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, fossem arregimentados para uma missão secreta planejada por Francisco Coutinho: obter e transportar para Belém, clandestinamente, plantas e sementes de especiarias que os franceses cultivavam em Caiena, de maneira que Portugal também fizesse parte de um comércio lucrativo⁷⁸.

O plano em elaboração envolvia mandar alguém com uma pequena embarcação, semelhante às que frequentavam o porto de Caiena, para que conseguisse entregar cartas à família do proprietário francês Michel du Grenoullier, que era o atual diretor do Jardim Botânico de São José, e assim recebesse as sementes e plantas para então entregá-las na capitania do Grão-Pará, “figurando voltar para algum dos portos da nova Inglaterra”⁷⁹.

Ao levar em consideração todas as dificuldades que envolviam clima e geografia e organização social da região, Souza Coutinho passou a considerar que talvez os sujeitos mais aptos para a realização da missão naquele momento fossem os indígenas:

⁷⁷ SOUZA JÚNIOR., José A. Índios: “mãos e pés dos senhores” da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, Colômbia, v. 16, n. 2, p. 365-391, 2011.

⁷⁸ É importante salientar aqui que não há como desvincular a construção de um pensamento científico que vai se consolidando cada vez mais, ao longo do século XVIII, com o movimento de averiguar e explorar as potencialidades naturais que as colônias do ultramar detinham.

⁷⁹ Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 09 de abril de 1797, Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 17, p. 154-154v.

É certo que, por tradição, consta que no tempo de inverno, isto é, das maiores chuvas, há comunicação das campinas de Macapá para Caiena, mas também consta que é só para montarias e para índios, que são como anfíbios, tão próprios para andar por água como pelos matos com igual desembaraço⁸⁰.

A afirmação do governador Francisco Coutinho, presente na transcrição acima, de que somente os indígenas conseguiriam atravessar aquela região através da floresta ou dos cursos d'água sem dificuldades, deixa tácita uma questão de fundamental importância: o saber indígena. Exímios conhecedores da região, senhores dos rios, eles conheciam a geografia local e sabiam como lidar com as características ambientais do território e isso foi um dos motivos que fez o índio Valentim ser escolhido como o sujeito “mais próprio para a comissão de conduzir de Caiena as sementes e plantas de especiarias”⁸¹.

O mapa abaixo mostra parte do caminho que os indígenas deveriam atravessar. Estamos falando aqui de emaranhados de rios e florestas, de inúmeros caminhos, de um “intricado labirinto das ilhas da foz do Amazonas”⁸², como afirmou o próprio governador Francisco S. Coutinho. Para transitarem por aquela região precisariam atravessar quase quatrocentos mil quilômetros de navegação e ainda lidar com “a demora e o incômodo do trânsito por terra entre os matos e pântanos, atravessando muitos rios grandes e pequenos e um extenso sertão sem socorro...”⁸³. A missão de ir e vir com os vegetais, portanto, exigia um conhecimento especializado, ou o que o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis chamou de “inteligência pragmática”⁸⁴.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 09 de abril de 1797, Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, código 99, volume 17. p.232-232v.

⁸² Francisco de Souza Coutinho [Ofício para d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20 de abril de 1798] – Projeto Resgate, AHU, Pará (Avulsos), Caixa 112, documento 8712.

⁸³ Idem.

⁸⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa do vale amazônico. Tomo I, v.1. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 21ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p.296

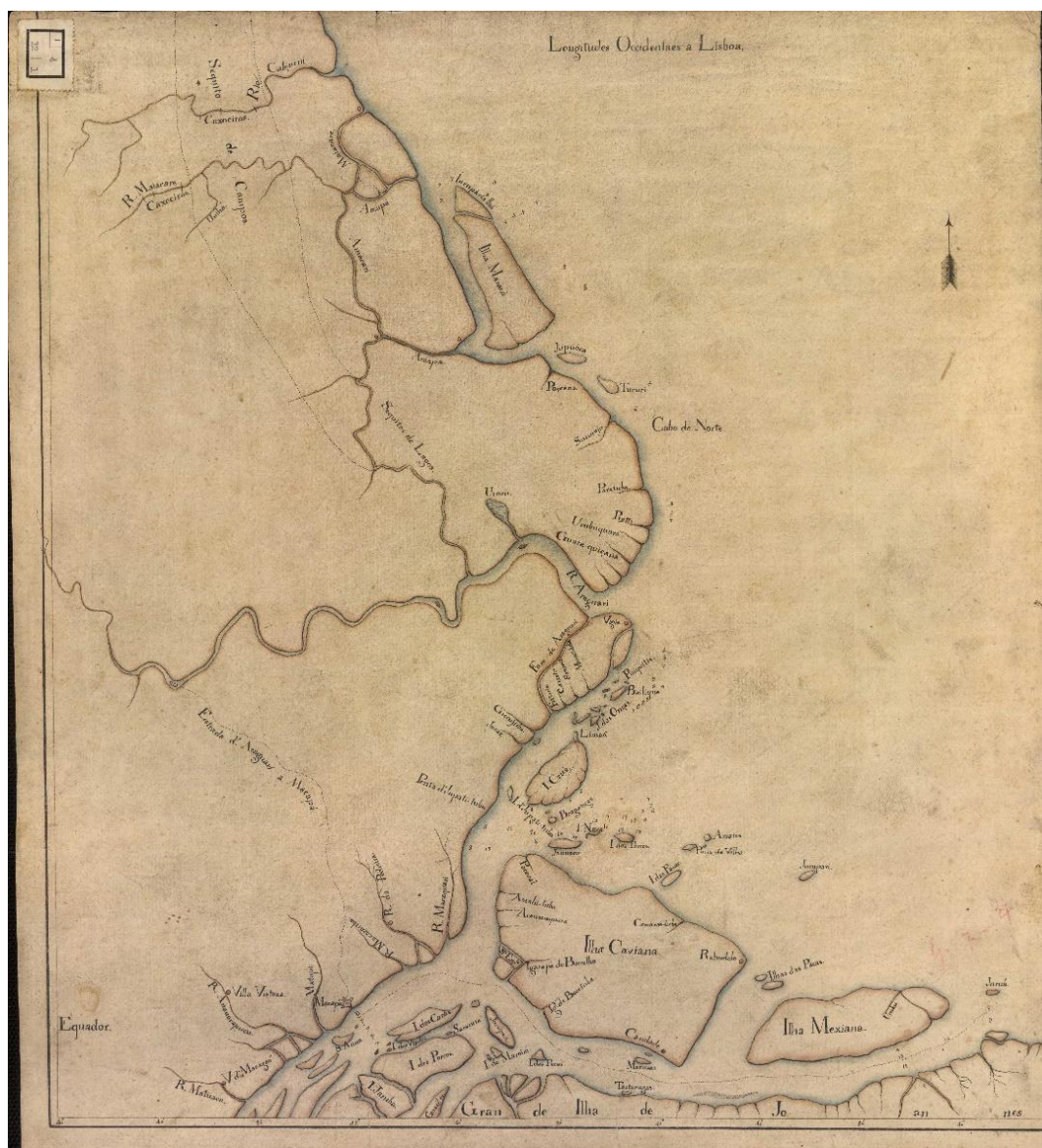


Imagem 3 - José Simões de Carvalho; Pedro Alexandrino Pinto de Sousa; Inácio Antônio Silva. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz Austral do dito Rio, à costa do Macapá a foz do rio Araguari.... [17--?]. 48 x 43cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart526289/cart526289.html. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

Podemos afirmar com precisão que, pelo menos Valentim Mendes, conhecia muito bem aquele espaço, pois a documentação apresenta isso. Era natural da vila de Chaves, na porção ocidental da Ilha Grande de Joanes (atual Ilha de Marajó), morador e conhecedor daquela região fronteiriça. As fontes apontam que era um sujeito que

transitava entre espaços coloniais distintos, pois possuía uma patente militar, a de tenente, concedida pelo governo francês⁸⁵. Aliás, esse é o grande diferencial de Valentim, porque conforme podemos perceber na fala de Souza Coutinho, naquela região de fronteira, não era incomum o trânsito de pessoas entre as áreas de soberania distinta, e que esses indígenas sabiam bem se locomover naquele espaço:

Os índios das nossas povoações ainda que de diferentes nações quase todos tem parentes em Caiena, quase todos falam a língua geral (...) uns e outros são sem dúvida melhores emissários do que os mais bem instruídos franceses, e tendo muito dos nossos fugidos que sabem todas as comunicações, sendo muitas as que facilitam os muitos rios, riachos e ilhas deste país...⁸⁶.

A patente militar de Valentim, concedida pelos franceses, dá conta de mostrar que prestou serviços e foi recompensado por isso. Além disso, reforça que Valentim já circulava por Caiena e arredores⁸⁷. Do lado lusitano, ele também era conhecido, pois já havia sido preso junto a outros índios fugidos das vilas e lugares portugueses e que estavam em povoações governadas por franceses. Segundo Francisco de Souza Coutinho, Valentim se distinguia sobre os outros justamente pela “superioridade”, relacionada à sua patente e como resultado dos conhecimentos que possuía.

3.6 - Itinerários indígenas: Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza

Nas décadas finais do século XVIII, a Europa se encontrava em um clima de guerra. Países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra estavam envolvidos em uma

⁸⁵ Em 1764, um ofício de Fernando da Costa Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado informa que “dos índios de Caiena que se aprisionaram na costa do Macapá, existe só um, o qual fica na sua liberdade, para usar dela como S. Maj. é servido ordenar”. Fernando da Costa Ataíde Teive [Ofício para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 02 de abril de 1764] Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 55, documento 5062; Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 24 de junho de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 17, p. 232-232v.

⁸⁶ Francisco de Souza Coutinho [Ofício para d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20 de abril de 1798] – Projeto Resgate, AHU, Pará (Avulsos), Caixa 112, documento 8712.

⁸⁷ Uma visita ao arquivo em Caiena seria oportuna para buscar mais informações a respeito de Valentim Mendes, a pandemia lamentavelmente não permitiu.

tensão e, por conseguinte, suas possessões na América não ficaram alheias “a tempestade furiosa que agitava o antigo mundo”⁸⁸, tal como disse o governador de Vila Bela, Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, em correspondência com o governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho.

Essa tensão reverberou em terras americanas e o governador do Pará, ao mesmo tempo que temia uma invasão francesa em território lusitano, cogitou dar o primeiro passo e invadir Caiena. Contudo, diante da perspectiva de obter as tão cobiçadas especiarias considerou que não seria seguro conquistar àquele território por meio de uma guerra, pois na imprevisibilidade do que poderia ocorrer em uma ação mais violenta, como a própria destruição das plantações, em especial a da noz moscada, achou melhor a realização de uma missão sob o pretexto de entregar cartas do exilado francês Michel Grenoullier à sua família, que segundo o governador também tinham a intenção de emigrar para Belém e que, portanto, colaborariam com aquele plano e assim obteriam as plantas.

Em junho de 1797, Valentim Mendes estava estabelecido em território português, casado, com filhos, possuía um pequeno estabelecimento e estava disposto a “colaborar” com o engenhoso plano. Segundo Francisco Coutinho, “o sobredito Valentim aceitou de boa vontade a comissão proposta, e como deixa em penhor mulher e filhos, espero que a desempenhe tão bem como pode...”.⁸⁹ Além de Valentim, mais três indígenas considerados fiéis aos portugueses foram agregados à missão, de maneira que ela pudesse ser executada com toda a cautela necessária e que as autoridades de Caiena não suspeitassem dos seus reais objetivos.

O plano também levava em consideração que os alvos da missão, as sementes e plantas, só apareceriam em novembro e que o cravo-da-índia requereria um cuidado especial, pois apodreceria em poucas semanas. Além da brevidade na viagem, a embarcação teria que se prover de montarias, mantimentos e água doce, não só para consumo dos tripulantes como também para regar as plantas, “pois que de ordinário nem para beber a trazem por usarem só de cerveja [...] tudo, porém em modo que, ainda que lhe passem revista, não motive desconfiança alguma”⁹⁰.

⁸⁸ Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Vila Bela, 20 de julho de 1799, Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte, códice 99, volume 20, fls.349-353.

⁸⁹ O fato de ter deixado sua família como garantia do seu retorno mostra que, talvez, Valentim não tenha aceitado de tão boa vontade assim a missão. Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 24 de junho de 1797, Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, códice 99, volume 17, p. 232-232v

⁹⁰ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Pará, 24 de junho de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 17, p. 157.

A documentação ainda mostra que era necessário absoluto segredo no planejamento da viagem, inclusive nas despesas feitas. Do Palácio de Queluz, dom Rodrigo de Souza Coutinho aprovou a ideia e recomendou que o irmão, Francisco Coutinho, recompensasse os índios contratados com os soldos que julgasse conveniente. A prestação de contas das despesas deveria ser feita apenas ao próprio D. Rodrigo e ao ministro de Estado da Fazenda, enquanto “que a junta da fazenda dessa capitania deve abonar sem as conhecer, tirando só V. Sa. responsável das contas que dá”⁹¹.

Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza partiram em sua missão com a promessa de que suas famílias estariam livres de qualquer trabalho compulsório, pois uma ordem seria expedida aos diretores das povoações onde moravam para que “nestes índios continue a fidelidade [...] com as famílias deles não contenda para serviço algum enquanto não tiver outra”⁹². É importante destacar isso porque pode nos mostrar uma parte dos interesses dos índios em efetivar aquele objetivo, além do soldo que receberiam, que seria de 160 réis por dia ao Valentim, e 80 réis aos demais, “com que ficaram mui satisfeitos”⁹³.

A demanda pela mão de obra indígena era bastante intensa, não somente para atender às necessidades dos colonos, como para o serviço de construção de obras públicas, pontes, estradas e guarnição de fortalezas, ou mesmo, como no caso dos indígenas das vilas de Chaves e do lugar de Rebordelo, que deveriam ser enviados para o trabalho nas plantações de arroz em Macapá⁹⁴. A desobrigação de suas famílias do trabalho compulsório é aqui um ponto relevante para se compreender os motivos que levaram o grupo de indígenas a aceitarem e realizarem tal missão.

Como tem apontado a historiografia, os indígenas souberam lidar com as transformações que as políticas indigenistas estabeleciam, elaboraram ações diversas, que incluíam desde fugas temporárias a ações na justiça colonial⁹⁵. Em uma tentativa de lidar

⁹¹ Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, código 588, AHU. AHU_CU_ p. 87. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

⁹² Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 5 junho de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Código 99, volume 17, p. 233-233v.

⁹³ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 02 de fevereiro de 1799. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Código 99, volume 20, p. 243.

⁹⁴ Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 02 maio de 1785. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Código 99, volume 6, p. 109

⁹⁵ COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016;

com as mudanças que ocorriam ao seu redor, os povos indígenas buscaram maior autonomia perante as autoridades às quais estavam submetidos. E, no caso aqui aludido, o fato dessas autoridades coloniais dispensarem as famílias dos índios dos serviços compulsórios que realizariam demonstra bem isso. Trata-se de uma negociação, mesmo que baseada numa relação desigual de poder.

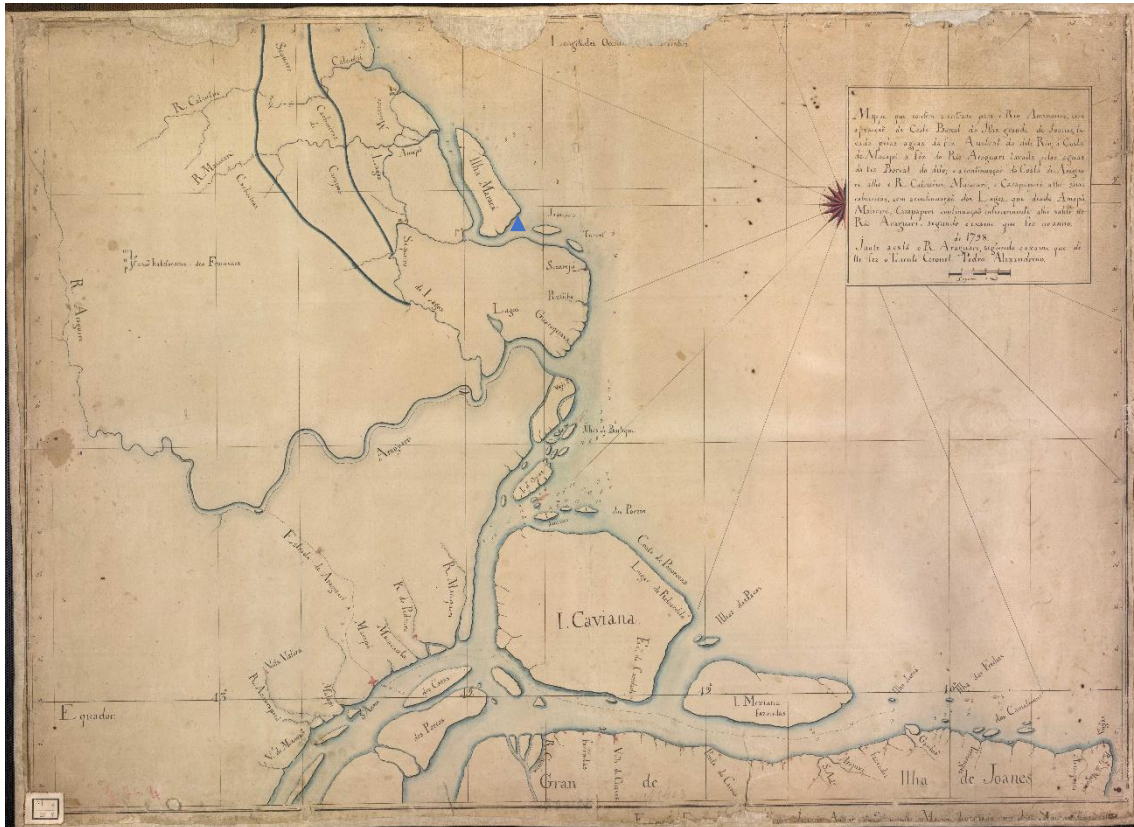


Imagem 4 - José Simões de Carvalho; Pedro Alexandrino Pinto de Sousa; Luiz Pedro Lecor. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito rio, à costa de Macapá a foz do rio Araguari até o R. Calcuêni compreendendo o mesmo R. Calcuêni, Maiacaré e Carapapori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, e Maicaré [sic] e Carapapori continuam interiormente até sahir no R. Araguari segundo os exames que fiz no anno de 1798. 1869. 40,5cm x 58cm em f. 48 x 64,5 cm. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=82266. Acesso em 05 de outubro de 2020.

Valentim, Antônio, Cipriano e Ventura, foram acompanhados pelo porta-bandeira do regimento de Macapá, Lázaro Valente Marreiros, até a ilha de Maracá (ver mapa abaixo), depois estariam por conta própria, atravessariam a fronteira sozinhos e, se quisessem, poderiam tomar outros rumos; era necessário que tivessem interesse em

efetivar o itinerário estabelecido. Não é descabido, portanto, considerarmos que um dos motivos que os levaram a realizarem aquela missão, além do soldo, foi saberem que, mesmo temporariamente, suas famílias estariam livres dos serviços aos quais eram obrigadas.

Em 5 de junho de 1797 partiram em sua missão, chegando à vila de Chaves no dia 13 do mesmo mês. A partir desta vila, deveriam se dirigir para a ilha de Maracá, defronte à foz do rio Flechal, na costa amapaense, onde o porta-bandeira Lázaro ficaria esperando o grupo.

A missão oficial era entregar cartas enviadas por Michel Grenoullier para sua família que morava em Caiena. Por trás desse plano, Valentim deveria encontrar e trazer as plantas e sementes, deixá-las com o dito porta-bandeira na ilha, e voltar à Caiena para conseguir outra remessa, “tudo, porém, [sob] pretexto de que fugiu destes domínios [Grão-Pará] e voltou a sua antiga situação, que os portugueses o abandonaram”⁹⁶.

O papel exercido por Valentim é de um espião. Ele é inserido dentro de uma rede de espionagem criada por Francisco de Souza Coutinho com o intuito de monitorar as fronteiras e fortificações de estrangeiras e, no caso dele, obter itens do mundo natural bastante valiosos e cobiçados. É devido a sua condição de ter estado do outro lado da fronteira, de conhecedor daquela região, trabalhando para os franceses (lembramos da patente militar que possuía), que o torna um agente inestimável para a coroa portuguesa. Valentim conhecia o território fronteiriço, conhecia Caiena e outros sujeitos que por lá transitavam. Desde que mantivesse sua “fidelidade” aos portugueses, justificando a quem encontrasse que teria fugido dos domínios lusitanos, seria um agente ideal aos planos lusitanos⁹⁷.

Foram quase seis meses sem notícias da missão encabeçada por Valentim. No final do ano de 1797, dom Rodrigo de Souza Coutinho foi informado pelo irmão sobre o regresso do grupo que desempenhou com honras a missão, trazendo mudas de canela, pimenta e diversas outras árvores frutíferas. O desejado cravo-da-índia também fora

⁹⁶ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 09 de abril de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 17, p. 154.

⁹⁷ Essa rede de espionagem criada por Francisco de Souza Coutinho é bastante citada em trabalhos que tratam sobre o contrabando das especiarias de Caiena para Belém, tal rede também se estendia à outras partes das guianas, como a Guiana Holandesa e Inglesa. Ver: MAGDA, Ricci. Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824). In: ARRUDA, José Jobson (et.al). *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 289-309. Para outras áreas da América portuguesa: COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes, espiões ibéricos nas fronteiras da América, século XVIII e XIX. *Almanack*, Guarulhos, n.27, 2021.

embarcado, mas todas as mudas morreram, o que foi atribuído por Francisco Coutinho ao fato de terem sido tido contato com água salgada. Acompanhemos o relato que ele fez:

Vieram bastantes plantas do cravo-da-índia, mas todas morreram, talvez pela água salgada que apanharam, apesar de todas as recomendações, escaparam somente algumas de canela, duas de pimenta, e outras diversas árvores frutíferas nas quais se compreende a árvore do pão do Capitão Cook. [...] Até o tempo em que regressou tudo estava em Caiena na mesma forma [...] já voltou e já o faço de volta, mas desta vez, para melhor ser informado, mandei com ele um soldado do regimento de Macapá, Florentino José da Costa, de quem faço conceito, e espero corresponda com exaço nas averiguações de que o incumbi [...] e aproveitar em tanto a ocasião de haver todas as plantas que dali se podem pretender⁹⁸.

Cravo-da-índia, canela, pimenta, árvore-do-pão (conhecida também como fruta-pão) e outras plantas frutíferas foram os primeiros exemplares obtidos pela expedição encabeçada por Valentim. Apesar da morte de alguns exemplares do cravo-da-índia, os itinerários desenvolvidos pelo grupo tiveram um saldo bastante positivo, pois em 27 de fevereiro de 1798, o governador do Grão-Pará avisou ao reino que não era necessário enviar à Belém plantas de canela, conforme determinavam ordens régias, pois a capitania possuía mais de quarenta pés, muitos obtidos na viagem à Caiena. As novas mudas seriam, nas palavras do governador, supérfluas, e deveriam ser encaminhadas para outras capitanias:

por quanto da caneleira que escapou das muitas que houve de Caiena, já temos mais de vinte pés, ela já deu algumas de semente, está em termos de dar muitas, assim como tem dado muitos outros pés, além de que depois pude haver de Caiena mais nove ou dez plantas, de modo que já temos vivas para cima de quarenta espalhadas por mão dos diferentes proprietários mais ativos, pelos quais tenho distribuído os folhetos, que tratam da sua cultura e acompanhavam os acusados avisos⁹⁹.

Nesse período, a canela era um dos principais produtos de exportação da Guiana francesa¹⁰⁰, originária de suas possessões coloniais no oceano Índico e já totalmente

⁹⁸ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 9 de dezembro de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 18, p. 391-391v.

⁹⁹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 27 de fevereiro de 1798. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 19, p. 79.

¹⁰⁰ SANJAD, N. op.cit. 2001, p. 103.

aclimatada na região. Possuía um alto potencial econômico e os portugueses há tempos queriam cultivar essa especiaria em suas terras¹⁰¹.

De Lisboa, D. Rodrigo informou que os esforços empreendidos pelo irmão foram bem recebidos na Corte e que esperava pela chegada do cravo-da-índia¹⁰². A respeito do sucesso na obtenção e multiplicação de caneleiras, disse que as novas mudas já tinham saído de Lisboa em direção ao Pará quando a carta de Francisco Coutinho chegou, mas que estas poderiam ser aproveitadas para “aumentar a cultura”, de maneira que, de Belém, fosse estendida para todo o estado do Brasil¹⁰³.

As plantas que chegaram de Caiena foram distribuídas a agricultores e introduzidas no horto botânico, instalado junto ao edifício que havia pertencido aos padres capuchos de Nossa Senhora da Piedade e que tinha São José como invocação. A extensão de terreno era de cinquenta braças em quadro, sendo ali construídos viveiros para a “educação das plantas”, conforme determinava a carta régia de 04 de novembro de 1796.

Há um ponto importante para levarmos em consideração quando o assunto é a implantação do jardim botânico no Grão-Pará. O também conhecido como Jardim de São José foi alçado à instituição de referência – centro de aclimação, domesticação e distribuição de espécies vegetais – dentro do império português devido às espécies reunidas, assim que foi inaugurado¹⁰⁴. Contudo, até então, atribuiu-se a obtenção das mesmas somente aos emigrados franceses Michel Grenoullier e seu cunhado, Jean-Baptiste Antoine Grimard. De fato, eles também trouxeram alguns vegetais, contudo, conforme a análise da documentação, essa remessa se juntou àquela já obtida pelos índios:

De Caiena trouxeram os nossos honrados emissários a todo o risco [...] um considerável provimento de sementes do dito girofle que, postas em viveiros, produziram duzentas ou trezentas tenras plantas que, com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos, se ficam tratando e prometem vingar. Trouxeram também alguns pés de pimenta, os quais, assim como outros da mesma pimenta e do cravo anteriormente vindos [...] A noz-moscada não veio desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apesar da grande dificuldade que se figura de haver-se por estarem as únicas duas outras árvores que têm

¹⁰¹ Ainda no século XVII, Alírio Cardoso mostra os esforços portugueses em se aclimatar plantas exóticas na América portuguesa, entre elas a canela. Ver: CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Tempo* [online], v. 21, n. 37, pp. 116-133, 2015.

¹⁰² Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, AHU. AHU_CU_ ordens, p. 158.

¹⁰³ Idem, p. 171-175.

¹⁰⁴ SANJAD, N. *op.cit.*, 2001.

Caiena em poder de um indivíduo que as guarda com todo cuidado e não terem até agora produzido senão duas sementes. Vieram entanto algumas de árvores-de-pão, de mangas, e de abricós de S. Domingos, as quais pegaram maravilhosamente¹⁰⁵.

É fulcral estabelecer quem trouxe primeiro as plantas e sementes que vieram a compor a primeira coleção do Jardim Botânico do Grão-Pará, algo que se tornou um marco no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil? Apesar de ser um feito importante, considero que essa não seja a questão primordial. Por outro lado, destacar a participação de sujeitos considerados marginalizados na história do conhecimento, além de ser inovador para a historiografia, tem a importância de demonstrar como os povos indígenas no Brasil foram essenciais na circulação de espécies vegetais e na construção de conhecimentos relacionados, afinal, o jardim possuía um duplo papel: aclimatar as plantas exóticas vindas de Caiena e domesticar as espécies nativas. E, no caso dos itinerários indígenas aqui analisados, isso se deveu em grande parte aos conhecimentos que possuíam da região, o que lhes permitiu transportar as mudas das plantas e transitar entre Belém e Caiena.

Essa participação é algo de suma importância a se destacar. A obtenção dessas especiarias além de fazer parte de um antigo objetivo dos portugueses – lembremos por exemplo o discurso feito por Duarte Ribeiro de Macedo sobre a transplantação de plantas asiáticas para a América feita ainda no século XVII¹⁰⁶ – e agora, para a segunda metade do século XVIII, ela vai estar dentro de um quadro muito mais amplo e global que é a rede de jardins coloniais.

Por mais que a circulação e transplantação de espécies vegetais tenha se dado durante todo o período colonial, nas últimas décadas do Setecentos há um esforço sistemático e mais organizado por parte dos países europeus em intercambiar espécies vegetais. Conforme aduz Sanjad, ocorreu uma relação mais evidente entre história natural, economia e governo:

A competição das nações europeias por colônias fornecedores de produtos tropicais e por mercados consumidores articulou-se com a montagem de uma rede de jardins botânicos e com o emprego de grande número de naturalistas comissionados para a coordenação de diferentes agentes coloniais para a

¹⁰⁵ Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho, Pará, s.d. Arquivo Público do Estado do Pará, APEP, Cód. 703.

¹⁰⁶ Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso sobre se poderem transplantar todas as plantas, que [há] na Ásia, na nossa América, e conveniência que disso podem resultar ao Reino. s.d. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Documento 10, 1, 29.

direção dos estabelecimentos espalhados nos quatro cantos do mundo, para as viagens de coleta e para o trabalho de classificação e publicação do material reunido nos centros metropolitanos¹⁰⁷.

O Jardim Botânico de Belém assume um papel importante nesse projeto ao obter as especiarias vindas de Caiena e o grupo liderado por Valentim colaborou imensamente para isso. Seria Valentim e seu grupo o que a história das ciências tem chamado de *go-between*?¹⁰⁸. De acordo com Sanjay Subrahmanyam, o *go-between* tem servido para designar sujeitos que se movimentavam entre mundos, capazes de articular saberes entre e dentro desses espaços; são intermediadores, mediadores. De maneira geral, indivíduos necessários para a realização de algum projeto, de determinada demanda, conectando universos distintos. Movimentavam-se entre locais, traduziam e transportavam objetos, práticas e conhecimentos¹⁰⁹.

Kapil Raj considera o *go-between* qualquer sujeito responsável por realizar mediações, sejam tradutores, intérpretes, informantes, banqueiros e até mesmo espíões. Considero que os sujeitos analisados nesse capítulo são excelentes exemplos de *go-between*¹¹⁰. As tarefas desempenhadas por Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, e devemos incluir aqui o soldado Florentino José da Costa, dão conta de mostrar que transitaram naqueles espaços fronteiriços, inclusive realizaram mais de uma viagem até Caiena, transportaram os vegetais que comporiam uma das primeiras coleções do jardim botânico, e isso exigiu deles um conhecimento geográfico específico, um saber especializado.

No Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, há um importante documento intitulado “Mapa de todas as plantas assim de árvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena...”¹¹¹(quadro 2), contendo a relação das plantas transportadas de Caiena e introduzidas no jardim botânico e em terrenos particulares, datado de 1º de abril de 1798.

¹⁰⁷ SANJAD, Nelson. Op.cit., 2001, p.17.

¹⁰⁸ SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lisa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James (eds). *The brokered world. Gobetweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009.

¹⁰⁹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Between a rock and a hard place: some afterthoughts. In: SCHAFFER et. al. *The brokered word: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Science History Publications, 2009.

¹¹⁰ RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon et al; *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, MA: Science History Publications, 2009.

¹¹¹ Mapa de todas as plantas assim de árvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena... Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Pará, 27 de fevereiro de 1798. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Códice 99, volume 19, p. 100.

Essa parece ser a primeira coleção do jardim paraense, obtida, em boa parte, pelas missões realizadas por Valentim e seu grupo. No mapa estão dispostas algumas plantas e suas quantidades já cultivadas em dois jardins (São José e Palácio do Governo) e em terrenos particulares. Na seção “Das árvores de especiarias – transplantas de havidas de Caiena”, que é o que me importa para esse capítulo, aparecem: o cravo-da-índia (286 unidades), canela-da-índia (48 unidades), pimenta-do-país (8 unidades); na seção “Diferentes árvores – transplantadas e havidas de Caiena”, já aparece uma lista maior: árvore-do-pão (12 unidades), quina-do-suriname (7 unidades), cana-de-açúcar (56 unidades), abricó-de-são-domingos (15 unidades), jaca (11 unidades), manga¹¹² (56 unidades), sapotite (1 unidade), abacate (6 unidades), caju (3 unidades), maracujá (21 unidades), berinjela (4 unidades). Totalizando 534 vegetais, obtidos ainda em 1797 pelos indígenas.

A cana de açúcar, jaca, caju, beringela foram colocados na categoria de melhor qualidade (indicadas com a letra “B” no quadro) quando comparadas àquelas que já se cultivavam na capitania do Grão-Pará, sendo a beringela e a manga destacadas como não naturais da capitania (indicadas com a letra “C” no quadro). Esse destaque é importante pois mostra a característica de espaço de aclimação e entreposto para o circuito de plantas exóticas que esse jardim possuía.

Essas plantas frutíferas, abricó de São Domingos (atualmente chamado de abricó da Amazônia, abricoteiro, abricó-selvagem, natural da Amazônia, Antilhas e México); jacas (natural da Índia); mangas (sul da Ásia); sapotite (sapoti, natural da América central); Abacate (natural do México e América Central); Caju (natural do Brasil), Maracujá (provavelmente natural do Brasil), Berinjela (natural do Brasil) podem ser

¹¹² Luís Otávio Viana Airoza aponta que essas são as mangas que foram definitivamente aclimatadas na cidade de Belém, e não aquelas resultantes do trabalho de Antônio Landi e João Manoel, como afirmou Augusto Meira. “Apesar de intenções anteriores, as primeiras mangueiras introduzidas em ambiente amazônico luso-brasileiro, especificamente na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, brotaram nas proximidades de Belém, em propriedades dos capitães Antônio José Landi e João Manoel Rodrigues, solicitadas da Bahia por este último em 1779. Todavia, diferente do que afirma Augusto Meira, não sobreviveram. Do contrário, as autoridades locais teriam conhecimento de sua existência. Neste caso, seria improvável que ocupassem seus “honrados emissários” espíões com a traficância de sementes de Caiena para Belém. Assim, a aclimação da mangueira teve continuidade satisfatória quando alguns de seus indivíduos germinaram nos viveiros do Jardim Botânico de São José entre 1798 e 1800.” AIROZA, Luís Otávio Viana. A aclimação da mangueira na Amazônia luso-brasileira durante o século XVIII. IN: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz (Orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial - Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa*. Belém: Editora Açai, vol.8, 2014. Se a aclimação das mangas ocorreu dessa forma, é mais um fato que devemos atribuir aos itinerários indígenas aqui analisados.

àquelas as quais Francisco de Souza Coutinho disse ao ser referir “diversas árvores frutíferas” que foram colhidas ao longo das viagens feitas à Caiena¹¹³.

¹¹³ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 9 de dezembro de 1797. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, códice 99, volume 18, p. 391-391v.

Mapa de todas as Plantas assim de arvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena, com drogas já indígenas da terra, ou pouco cultivadas, se pretende promover a cultura. Todas dispostas em competentes viveiros, ou no terreno que se preparou junto ao Hospício de São José, ou no de particulares em observância das Reais Ordens de Sua Majestade				No cercado que se dispor em S. José	No Palácio do Governo	No de particulares	Total		
PLANTAS									
Da árvore de especiarias	Transplantadas e havidas de Caiena	Cravo da India (Girofle)		115	13	158	286		
		Canela da india		3	3	42	48		
		Pimentas do país			8		8		
	Indígenas a domesticar	Cravo da terra, chamado do Maranhão		13			13		
		Puxuri Grosso		8			8		
		Puxuri miudo, ou casca preciosa		26			26		
De diferentes árvores	Transplantadas e havidas de Caiena	Árvore de Pão			3		12		
		Quina do Suriname				7	7		
		Canas de açúcar		B	56		56		
		De frutas	Abricó de São Domingos		2	13		15	
			Jacas		B	11		11	
			Mangas		C	27	17	12	56
			Sapotite			1			1
			De (Dendê?)			1			1
			(A)bacates			2	4		6
			Cajus		B	3			3
	Maracujás			4	5	12	21		
	Berinjelas		B C	4			4		
	Indígenas para domesticar ou promover a cultura	Erva Santa			1			1	
		Amil			300			300	
		Cacau			6			6	
		Cafe		C	6			6	
		Gengibre			38			38	
		Salsa Parrilha		A	2			2	
		Baunilha			2			2	
		De frutas	Tamarindos		C	20			20
			Biribá			6			6
			Unaris			6			6
Sorva				35			35		
De uso na construção		Angelim			72			72	
	Massaranduba			20			20		
	Merajuba			3			3		
	Piquiá		A	11			11		
	Sucupira			3			3		
	Tatajuba			3			3		
Pés de Pacová para o abrigo das plantas e dos Viveiros				300			300		
Pés de Limoeiro que fecham o cercado				5500			5500		
Soma total				6563	122	231	6916		

Todas as plantas anotadas com a letra A, são as que até agora se não tem cultivado por serem indígenas. As que se notam com a letra B, são as que se inculcam de melhor qualidade que as que se cultivam no Pará, e as que levam também a letra C, não são naturais dele.

Pará, 01 de abril de 1798.

Por impedimento do Capitão Marcelino José Cordeiro Antônio José de Freitas / Sargento Mor Ajudante de ordens

Quadro 2 - Mapa de todas as plantas assim de arvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Pará, 01 de abril de 1798. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Códice 99, volume 19, p. 100.

As incursões ao território francês continuaram no ano de 1799: “Sua Majestade aprovou a outra expedição que V.Sa. fez, do índio Valentim a Caiena, como se refere na carta n. 80, e espera as boas aquisições de plantas que V.Sa. há de fazer, e as mais notícias que puder adquirir”¹¹⁴. Em 2 de fevereiro, ao comentar o estado do horto botânico, o governador do Grão-Pará afirmou que tem recebido muitas plantas e que o cravo-da-índia, apesar de ter morrido alguns pés, foram distribuídos a particulares e os que estavam plantados no jardim prometiam vigorar. As caneleiras e as árvores-do-pão estavam crescendo muito bem, e que talvez fosse necessário aumentar a extensão do terreno porque as árvores de construção “também prosperam muito bem”¹¹⁵.

Acerca da noz-moscada, informa que não tinha conseguido ainda, talvez porque o acesso fosse mais difícil, já que nos jardins em Caiena havia poucos exemplares da espécie. Entretanto, estava certo de que “por bem ou por mal” a obteria, “Por bem pelos parentes de Grenoullier, a quem fiz saber a graça que podem esperar da herança dele (...) por mal furtando-se ao que tem as arvores clausuradas”¹¹⁶, pois era a planta “de que o Brasil carece”¹¹⁷.

Meses mais tarde, no dia 1º de setembro de 1799, Francisco de Souza Coutinho recebeu uma carta dos parentes do já falecido M. Grenoullier, informando sobre a dificuldade em obter as sementes da noz-moscada, pois as plantas estavam sob vigilância. O alferes Florentino José da Costa e os indígenas já haviam mencionado a dificuldade de acesso e acrescentaram que não demoraram mais que dois dias em Caiena para que não fossem presos, pois já havia ordem para prendê-los¹¹⁸.

Em 20 de abril, uma nova carta do governador atualizava a situação do horto botânico:

¹¹⁴ Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU. AHU_CU_ ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, código 588, p. 162.

¹¹⁵ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 02 de fevereiro de 1799. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, código 99, volume 20, p. 29-34.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Id; Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 02 de fevereiro de 1799. Arquivo Público do Estado do Pará, APEP. Código 702. Ofício de Francisco de Souza Coutinho a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d., código 703.

¹¹⁸ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 02 de fevereiro de 1799. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, código 99, volume 20, p. 243. Nelson Sanjad aponta que somente após a tomada de Caiena pelos portugueses que foram obtidas e enviadas sementes da noz-moscada. SANJAD, N. op.cit, 2001.

As árvores-de-pão e as caneleiras crescem e engrossam maravilhosamente, e parece que no seu próprio país o não fariam melhor. As plantas de cravo-da-índia são mais vagarosas, têm morrido muitas, mas temos ainda bastantes vigorosas, que prometem vingar... As do cravo-da-terra e de puxuri são também impertinentes e melindrosas, mas as da casca-preciosa e de salsaparrilha vingam sem maior trabalho¹¹⁹.

As árvores-de-pão ou fruta-pão da qual o governador se refere é a originária das ilhas de Java e Sumatra. Paulo Cavalcante aponta que depois de ser introduzida nas Ilhas de São Vicente a fruta foi espalhada por toda América, sendo que teria chegado ao Pará no início do século XIX vinda de Caiena, e depois sementes foram enviadas para o Maranhão. Ao que a documentação aponta essa chegada ocorreu uns anos antes e feita por mãos indígenas¹²⁰.

A caneleira, apesar de crescer “marvilhosamente” como disse Francisco de Souza Coutinho, ainda era preciso estimular, mais do que já se fazia, aos moradores de Belém a cultivarem as sementes de canela com o fim de perfumar o café: “Eu tenho feito quanto posso fazer de palavra, e por meios indiretos, mas estou como no princípio sem esperança alguma”¹²¹.

É possível acompanharmos o que aconteceu com algumas especiarias no jardim botânico de Belém quando, junto ao “mapa das plantas” de 1798, analisamos dois outros mapas de 1800¹²², um de abril e outro de junho daquele ano. Percebidos em conjunto com a documentação que trata de Valentim e seu grupo, é possível associar as viagens realizadas por eles e a relação dos vegetais transplantados nos espaços de aclimação no Grão-Pará.

Os dois documentos intitulados: “Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 03 de março de 1800” e “Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho de 1800” estão divididos em duas seções: “Dentro do cercado” e “Madeiras de Construção e mais fruteiras fora do cercado”.

¹¹⁹ De Caiena também vieram sementes de melões e melancias. Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional Rio de Janeiro. Pará, 26 de dezembro de 1799. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Códice 99, volume 20, p. 448.

¹²⁰ CAVALCANTE, Paulo B. *Frutas comestíveis da Amazônia*. MCT/CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988, ver também: CORREA, Pio M; AZEVEDO, Leonam. *Dicionário das plantas uteis do Brasil e das plantas exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1984.

¹²¹ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional Rio de Janeiro. Pará, 20 de abril de 1799. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Códice 99, volume 20, p. 159.

¹²² Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800. Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800. IHGB. Lata 285, pasta 4. Agradeço ao professor Nelson Sanjad por ter compartilhado essa documentação.

Reproduzo abaixo apenas a primeira seção do mapa, do mês de março, sendo que o mapa de junho é idêntico:

Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 03 de março de 1800.			
Dentro do cercado			
Nome vulgar	Qtd	Nome vulgar	Qtd.
1. Abricó de São Domingos	5	42. Erva babosa	4
2. Abieiras	5	43. Erva Santa	1
3. Algodoeiros	2	44. Erva cidreira	2
4. Anil manso	50	45. Figueiras	2
5. Araticu	2	46. Goiabeiras do Mato Grosso	5
6. Arvore do Pão	9	47. Goiabeiras da terra	5
7. Atas	2	48. Gomeira elástico	3
8. Açaizeiros	1	49. Jacas de Caiena	10
9. Bananeiras	546	50. Jacas da Bahia	1
10. Bacuris	2	51. Jambo	8
11. Baunilhas grandes	7	52. Jaramacaru (mandacaru)	4
12. Baunilhas pequenas	10	53. Jasmim de Caiena	2
13. Barbatimão	2	54. Jasmims do Cabo da boa esperança	4
14. Biribas	10	55. Jasmims da Itália	4
15. Abacateiros de Caiena	1	56. Gengibre amarelo	10
16. Bugarim	6	57. Laranjeiras	3
17. Abacateiros da terra	3	58. Laranjeiras pequenas	3
18. Cacau	8	59. Limoeiros doces	2
19. Café	20	60. Limoeiros azedos	5500
20. Caneleiras	125	61. Malícia de preto (mimosa)	2
21. Cajueiros	3	62. Mandioca	12

22. Cana de açúcar da Índia	300	63. Mangas	24
23. Cana de açúcar da terra	300	64. Maracujá de Caiena	24
24. Caraotateua (cará inhame)	2	65. Mangabas	3
25. Capiranga	2	66. Morus papyrifera	4
26. Carrapatos	3	67. Ananás pintados (Abacaxi)	80
27. Castanheiras	1	68. Oranã	3
28. Casca preciosa	22	69. Omaris grandes	3
29. Cupaubeiras	9	70. Omaris pequenos	5
30. Cravo grosso da terra	33	71. Padu	7
31. Cravo fino da terra	10	72. Pão de Molhem(?)	3
32. Cravo da Índia	49	73. Parreiras	2
33. Caju do mato	1	74. Patauá	2
34. Caranãs	3	75. Pimenteiras da terra	4
35. Curanã vermelho	3	76. Pupunhas	3
36. Curanã branco	4	77. Puxuri grosso	11
37. Cueiras	3	78. Quina de Suriname	1
38. Esponjeiras	2	79. Rosa Papoila	2
39. Sapotilhas	2	80. Sorvas	3
40. Seringueiras	5	81. Tamarindos	17
41. Urucú	3	82. Salsaparrilha	10

Quadro 3 - Mapa das plantas que existiam no Jardim Botânico em 1800. Elaborado a partir de: Mapa de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800 e em 20 de junho 1800. IHGB. Lata 285, pasta 4.

Apesar do mapa de 1798 apresentar na parte destacada “Transplantados e havidos de Caiena” quais foram os itens obtidos na Guiana Francesa, nos mapas elaborados em 1800 esse destaque some e aparece somente ao lado do nome de algumas delas. Por exemplo, sabemos que o cravo-da-índia, canela da índia, pimenta do país, árvore do pão,

quina do Suriname, cana de açúcar, jaca, manga, sapotilhas, abacate, caju, maracujá, beringela fizeram parte dos vegetais colhidos das viagens à Caiena. Entretanto, no mapa de 1800, a manga e canela não possuem mais esse destaque, tal como ocorreu com os abacates, maracujás e caju.

A manga teve seu número reduzido em 3 unidades, a canela pulou de 48 unidades para 125 unidades. Uma possibilidade de leitura para se compreender o motivo de não estar escrito “caneleiras de Caiena” no mapa de março de 1800, pode ser que esse acréscimo também se deveu as mudas que chegaram de Lisboa e que, portanto, se juntaram às de Caiena na parte cercada do jardim¹²³.

Nomes das plantas transplantadas no cercado de São José	Qtd. em 1798	Qtd. em março de 1800	Qtd. em junho de 1800
Cravo da índia	115	49	49
Canela da índia	3	125	95
Pimenta do país/da terra	0	4	4
Arvore do pão	9	9	9
Quina do suriname	0	1	1
Cana de açúcar da índia	0	300	300
Abriçó de São Domingos	2	5	5
Jaca	11	10	10
Manga	27	24	24
Sapotite	1	2	2
De(?)	1	-	-
Abacate	2	1	1
Caju	3	3	3
Maracujá	4	24	24
Berinjela	4	-	-

Quadro 4 - Alterações na quantidade das plantas do Horto Botânico entre 1798 e 1800.

¹²³ Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Pará, 27 de fevereiro de 1798. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte, cartas e anexos, códice 99, volume 19.

O quadro acima mostra todas as plantas obtidas em Caiena e as alterações que ocorrem até 1800. Esses números retirados dos três mapas confirmam o que as cartas trocadas entre Francisco Coutinho e Rodrigo Coutinho falavam sobre o estado do Jardim Botânico. De maneira geral, algumas espécies obtidas em Caiena tiveram seu número acrescido, como a cana-de-açúcar da Índia que tinha 56 unidades em 1798 e aumentou para 300 em 1800; as caneleiras possuíam 48 unidades e foram para 125 em março, caindo seu número com a morte de alguns exemplares, chegando em junho daquele ano com 95 unidades. O abricó de São Domingos, que possuía somente 2 unidades dentro do terreno cercado do jardim de São José, aumentou para 5 unidades. O Maracujá também cresceu muito bem, aumentou de 4 para 24 exemplares ao longo de dois anos. O cravo da Índia, no entanto, e como tinha afirmado Francisco Coutinho, tinham morrido alguns pés, em 1798 havia 115 dentro do terreno, dois anos depois, o número baixou para 49 unidades (aqui não está incluindo os exemplares que estavam no palácio do governo e nos terrenos de particulares porque os mapas de 1800 não mostram essa informação detalhada, tal como o mapa de 1798).

No início do século XIX, a história do jardim botânico tomou novas proporções com a tomada de Caiena pelos portugueses, quando então grandes coleções de plantas foram transportadas para Belém e Rio de Janeiro. A conquista de Caiena e seus desenvolvimentos ultrapassam os limites desse estudo, entretanto, a dissertação de Nelson Sanjad segue como o trabalho mais completo para se compreender a história do Jardim Botânico de São José¹²⁴.

Ao que cabe a mim, ao objeto de estudo deste capítulo, portanto, sobre Valentim Mendes e seu grupo, eles obtiveram êxito em todos os itinerários desenvolvidos, inclusive recebendo méritos pelo seu serviço. Um documento registra a solicitação e confirmação da carta patente, em nome de Valentim, no posto de capitão e *principal* dos índios:

Diz Valentim Mendes que ele foi nomeado pelo Exmo. governador e cap. general do estado do Pará, no posto de capitão, e principal dos índios novamente estabelecidos no Caeté do Pará, como foi certo pela patente junta, e porque necessita da régia confirmação para exercer o dito posto [...] por bem mandar-se-lhe passe sua patente de confirmação no dito posto como se tem praticado [...] que atendendo no zelo e fidelidade com que se empregou em mui importante diligência do Real Serviço Valentim Mendes; hei por bem de ... nomeio no posto de capitão e principal dos índios novamente estabelecidos no Caeté¹²⁵.

¹²⁴ SANJAD, N. op.cit. 2001

¹²⁵ Valentim Mendes [Requerimento para D. João, em 16 de outubro de 1801]. Projeto Resgate, Pará, AHU, caixa 120, documento 9.246.

Não era novidade a concessão de cartas patentes concedidas a indígenas em reconhecimento a serviços prestados. A historiografia apresenta diversos casos de indígenas sendo legitimados pela Coroa portuguesa como líderes de suas etnias, ligando-os “à lógica de uma importante instituição lusitana do poder local... e ao tradicional modo português de reforçar o vínculo pactual entre vassallos e soberanos”¹²⁶. Cabe ressaltar também que ao mesmo tempo em que essas patentes integravam os indígenas ao projeto colonial, os próprios indígenas também perceberam que isso era algo que poderia lhes beneficiar, alguns dos privilégios recebidos, por exemplo, era o soldo pago e ter mão de obra disponível ao seu dispor¹²⁷.

3.7 - Lugares indígenas na história das ciências

Geralmente eclipsados na historiografia sobre a circulação do conhecimento, os povos indígenas – os invisíveis ou anônimos da ciência – construíram redes complexas que envolviam a circulação, os usos e a apropriação de saberes fundamentais para a sociedade colonial. Foram, certamente, uma das principais peças dessa engrenagem, não somente como força de trabalho, mas na produção e utilização do saber necessário à exploração do mundo natural no Vale Amazônico.

De agente francês à prisioneiro dos portugueses e, finalmente, agente lusitano, Valentim Mendes no início do século XIX acumulava duas patentes militares, a primeira francesa e a segunda lusitana, o que demonstra bem a condição de estar um território fronteiriço e lidar com as questões sociopolíticas que o espaço do Cabo Norte

¹²⁶ ROCHA, Rafael A. Os oficiais índios e a mão de obra indígena livre no Pará colonial (1750-1798). *Revista Mundos do Trabalho*, v.9, n.17, jan./jul., p.13-28, 2017, p.28.

¹²⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2020; COELHO, Mauro. O Diretório dos Índios e as Chefias indígenas: uma inflexão. *Revista Campos*, n.7(1), pp. 117-134, 2006; DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia portuguesa do final do século XVIII." *Tempo* 12, 39-55, 2007; SANTOS, Rafael Rogério N. *"Diz o índio": políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

apresentava. Considero que a trajetória desse indígena é bastante peculiar devido o papel que exerceu junto ao seu grupo.

Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza foram responsáveis pela história inicial do transplante de espécies vegetais para o recém-construído Jardim Botânico de São José. Foram escolhidos para essa missão porque possuíam um conhecimento especializado sobre a geografia da região que lhes permitia transitar entre espaços de soberania distinta e esse saber foi aplicado nas idas e vindas entre Belém e Caiena.

Lamentavelmente, não há relatos do cotidiano dessas viagens, o que nos permitiria perceber como se deu a aplicação desses saberes. Entretanto, sabemos que o próprio governador Francisco de Souza Coutinho, ao tratar das dificuldades que a geografia da região implementaria a qualquer um que resolvesse transitar naquele território, acreditava que os índios eram os mais próprios para executarem essa tarefa, e de fato foram. As viagens que realizaram foram exitosas, pois conseguiram diversas remessas das plantas em Caiena.

Foram *go-betweens*, participaram de forma ativa no trânsito desses vegetais, tiveram o papel de protagonistas na circulação de espécies. Essenciais no ir e vir entre fronteiras políticas e culturais, agiram dentro de uma dinâmica de poder e, como percebido na documentação, utilizaram essa posição para alcançarem determinados ganhos. Eram os mais aptos a realizar aquela missão, justamente porque detinham o conhecimento sobre a fronteira, daquela geografia, além de saberem lidar politicamente com agentes coloniais. Situados em território híbrido, viviam em uma fronteira fluida, muitas vezes construída por suas próprias ações. Tanto que Valentim Mendes obteve honrarias militares dos franceses e portugueses.

Os povos indígenas foram parte importante de redes complexas que movimentavam conhecimentos, artefatos e espécimes, incluindo produtos de interesse comercial. Perceber a agência desses sujeitos na implementação do Jardim Botânico no Pará nos ajuda a entender como ocorreu a circulação de saberes e objetos fundamentais para a história do conhecimento humano sobre o mundo natural. Foram peças importantes dessa engrenagem, fizeram parte de uma disseminação global de informações, espécimes e itens relacionados ao mundo natural.

CAPÍTULO 4 – SABERES EM MOVIMENTO

4.1 - Saberes em movimento: A ayapana, erva indígena de circulação global¹.

Este capítulo trata da história que envolve uma erva indígena, a Ayapana, natural do Grão-Pará, aclimatada em outras capitanias e regiões do planeta. A trajetória dessa planta, sua circulação do interior da capitania do Pará até os círculos científicos europeus no século XVIII e XIX, nos mostrará, em grande parte, como ocorreu o processo de apropriação e, posteriormente, omissão dos saberes indígenas na construção de conhecimento científico sobre esse espécime.

Atualmente a planta é conhecida por aiapana, japana branca, japana roxa, erva de cobra, erva santa, aipana chá (na Inglaterra), bishallakarani (em Bangladesh) e outros, possuindo o nome científico *Ayapana triplinervis* (Vahl) R.M. King & H. Rob, o basônimo *Eupatorium Ayapana* Vahl. e como sinônimo *Eupatorium Ayapana* Vent., sendo pertencente à família Asteraceae².

Ela tem sido estudada ao redor do globo em diversas dissertações, teses e estudos em geral que tratam sobre suas propriedades medicinais, químicas etc. Essas análises têm apontado que a planta possui propriedades medicinais como sudorífico, tônico digestivo, combate à insônia, dores de cabeça e garganta. Serve também como antiofídica, antioxidante, antibacteriana, adstringente, antidisentérico, sedativa, antipirético e uma série de outras utilidades farmacológicas³. Propriedades diversas as quais fizeram com

¹ Utilizei parte da análise que faço neste capítulo em um artigo com o professor Nelson Sanjad e a professora Ermelinda Pataca. Cf: SANJAD, N; PATACA E.; SANTOS, R. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of Amazonian indigenous peoples in the construction of 18th and 19th Century botany. *HoST - Journal of History of Science and Technology*. vol.15, no.1, 2021, pp.11-38, 2021.

² O nome científico das plantas é formado por uma combinação binária entre o nome do gênero e o epíteto específico escritos em itálico ou grafados “*Ayapana triplinervis*”, seguidos do nome do autor original de sua descrição “Vahl”, referindo-se ao botânico norueguês Martin Henrichsen Vahl. Quando existe alguma revisão na literatura que indique a necessidade de mudança no nome da planta, o nome do autor que fez o registro original passa a ficar em parênteses “(Vahl)”, seguido pelos nomes dos autores que realizaram a revisão “R.M. King & H. Rob”. O basônimo “*Eupatorium Ayapana* Vahl.” é o primeiro nome dado à espécie, e tem como sinônimo “*Eupatorium Ayapana* Vent”, sendo o “Vent.”, como veremos nesse capítulo, a abreviação do nome do botânico francês e o primeiro a publicar uma descrição da planta seguida de uma imagem, E.P. Ventenat. Ver: NERY, Maria Isabel de Sena. *Caracterização morfológica do eixo vegetativo aéreo de Ayapana triplinervis (Valh). R.M.KING & ROB. (ASTERACEAE): Planta medicinal da Amazônia, Pará, Brasil*. Dissertação (mestrado). 81f. Universidade Federal Rural da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará: Belém, 2011; TAYLOR, Leslie. Technical Data Report for Ayapana (*Ayapana triplinervis*). 2006. Disponível em: <https://www.rain-tree.com/reports/ayapana-tech-report.pdf>, acesso em 15 de maio de 2021.

³ MELO, Ademar Soares. *Avaliação neurocomportamental, antinociceptiva e antioxidante do extrato hidroalcoólico de Eupatorium ayapana Vent (Asteraceae)*. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Belém, 2012; PAES, Lucilene da Silva. *Aspectos estruturais de Costus spicatus (Jacq.)Sw.(pobrevelho), Stachytarpheta cayennensis (Rich)Vahl(gervão), Ayapana triplinervis (M.Vahl)R.M King &H.Rob.(japana) numa perspectiva micológica e fitoquímica*. 122 f. Tese (Doutorado em Agronomia

que, no início de sua fama no final do século XVIII e início do XIX, chegasse a ser tratada como uma panaceia universal, um remédio que curaria quaisquer males.

Apesar da sua notoriedade, tem-se omitido uma questão fundamental no processo de descobrimento, circulação e globalização dessa erva: a participação dos povos indígenas. Embora seja bastante explorada na literatura a história de espécies vegetais nativas da América portuguesa e utilizadas originalmente pelos índios, como a quina (*Cinchona officinalis* L.) ou seringueira (*Hevea brasiliensis* Willd. Ex A. Juss. Müll. Arg.), processo que envolveu, ao longo de séculos, variados agentes, desde os povos originários, missionários, naturalistas, cientistas, autoridades coloniais e militares⁴, há ainda uma infinidade de outras espécies amazônicas, sejam alimentícias ou medicinais, cujo processo de apropriação pode ser investigado dando destaque aos papéis exercidos pelos indígenas e seus saberes em uma rede multicultural e transnacional que engendra a globalização de plantas e a ressignificação ocorrida durante esse processo, a partir da circulação de conhecimentos e da adição de novas camadas de informação.

Esse trânsito, por meio do qual espécimes e conhecimentos fluíram, foi fundamental para o inventário e exploração do mundo natural no século XVIII, marcado pelas dinâmicas coloniais locais, mas, também, por relações internacionais e globais, que são de mais difícil percepção sem uma visão integrada e sem o cruzamento de fontes de natureza distinta. É o que realizo neste capítulo por meio do caso da erva aiapana, nativa da Amazônia, incorporada no repertório farmacológico da sociedade colonial na década de 1780 e, pouco tempo depois, globalizada por meio de distintos circuitos internacionais de apropriação de espécimes e conhecimentos.

Tropical) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011; HADDAD, Juliano G. (et al). Ayapana triplinervis essential oil and its main component thymohydroquinone dimethyl ether inhibit Zika virus at doses devoid of toxicity in zebrafish. *Molecules*, v. 24, n. 19, p. 3447, 2019.

⁴ WEINSTEN, B. *The Amazon Rubber Boom 1850-1920*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985; DEAN, W. *Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; ORLATE, Mauricio Nieto. *Remedios para el imperio: Historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo*. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2006. SAFIER, Neil. *Measuring the New World: Enlightenment Science and South America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

4.2 - A ayapana no Grão-Pará.

As primeiras notícias sobre a ayapana surgem dentro de uma das mais famosas viagens científicas realizadas no período colonial, a Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, encabeçada pelo filósofo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Realizada durante os anos de 1783 e 1792, esse empreendimento teve como objetivo mapear a natureza amazônica e resultou, conforme Ângela Domingues e Patrícia Melo, em informações sem precedentes sobre o mundo natural e a humanidade daquele território⁵.

Nos primeiros anos da viagem, entre 15 de março de 1784 e 20 de abril de 1786, Alexandre R. Ferreira elaborou algumas considerações para o então governador do Estado do Grão-Pará, Martinho de Sousa e Albuquerque, e para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a cultura de algumas plantas.

Ao dar o exemplo daquelas que se encontravam facilmente pelos arredores da cidade de Belém, como o cacau, Ferreira procurou estimular a agricultura, incentivando a cultura de outras espécies como o puxuri [*Licaria puchury-major* (Mart.) Kosterm.] e o cravo fino (*Dicypellium caryophyllaceum*), já que a maior parte delas se desenvolvia bem nos climas e alturas da região e: “Confronte-se a elevação do lugar, onde nascem, com a daquele para onde as queremos transplantar, observe-se a terra, com as circunstâncias da sua qualidade, e cultura, se a tiver, e tudo se conseguirá”⁶. Afirmava também que mesmo sem “tantas averiguações estamos vendo propagar-se nos quintais dos curiosos a aiapana, que parece ser uma nova espécie do “*Eupatorium de Linneo*”⁷, classificação botânica proposta pelo naturalista sueco Carl von Linné, ou, na sua versão mais comum no Brasil, Carlos Lineu.

Embora o caso da ayapana tenha sido explorado em recentes trabalhos, pouco se destacou algo de suma importância que envolve toda a história: a participação indígena e

⁵ DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157-178, 2021; DOMINGUES, Ângela. No trilho da ‘viagem filosófica’ de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 16, n.3, 2021.

⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira, [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

⁷ Idem.

os saberes locais que foram necessários para que a erva se tornasse um medicamento conhecido no Velho Mundo e no Novo Mundo⁸.

A história dela começa, para nós, com um romance. É que, de acordo com Alexandre Rodrigues Ferreira, a erva foi obtida por meio de uma índia e um cabo de canoa chamado Álvaro Sanches de Brito. Sendo “amásia” do cabo, a indígena – que infelizmente não tem seu nome ou etnia revelados – estava apaixonada e disposta a compartilhar alguns conhecimentos com ele, que por sua vez:

sabendo de uma índia sua apaixonada que naquela terra havia uma planta, cujo suco bebido curava o veneno das cobras, resolveu-se a pedi-la, ao que respondeu a índia que o não podia fazer, porque a matariam os seus parentes logo que soubessem que ela a tinha dado ou ensinado qual era...⁹.

Conforme o relato de Ferreira, diante de um possível problema que aquela mulher poderia ter ao compartilhar tais saberes, ela impõe a condição de que somente entregaria a planta se o cabo de canoa a levasse embora junto com ele, pois poderia ser morta por ensinar aqueles segredos.

A questão do compartilhamento, ou não, por parte dos povos indígenas de conhecimentos acerca das virtudes medicinais das ervas do Vale Amazônico foi algo percebido por cronistas e missionários. O padre João Daniel, por exemplo, nos proporciona alguns excelentes casos sobre como os povos nativos lidavam com o manuseio de seus saberes e os segredos que eram guardados acerca deles. O primeiro exemplo é de um missionário que estando com dificuldades para tratar a saúde de uma enferma “com olhos tão inflamados, sanguíneos e inchados que pareciam estar já para arrebentar”¹⁰ teve a ajuda de um índio que bastou entrar no mato e logo lhe trouxe a raiz de um cipó que foi aplicado nos olhos e após meia hora a debilitada ficou sã.

Daniel o chamou de “cipó das febres” e afirmava a existência de muitos outros desconhecidos porque os “índios são muito sigilistas das suas virtudes”¹¹. O segundo caso é quando um indígena ajuda um missionário que sofria com “dores da gota” – uma

⁸ RUSSEL-WOOD, A.J. A dinâmica da presença brasileira no índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2001, pp.9-40; ALMEIDA, Danielle S. de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América Portuguesa, 1750-1808*. 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

¹⁰ João Daniel. *Tesouro Descoberto no máximo Amazonas*. V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.500.

¹¹ Idem.

doença inflamatória que acomete as articulações – oferecendo-lhe o leite extraído do chamado “cipó da gota” que logo o curou. Vendo a eficácia daquele remédio, o religioso prometeu recompensas e prêmios para que o indígena lhe ensinasse aquele tratamento, todavia ele não quis compartilhar tais saberes¹².

Sendo assim, considerando o relato de Ferreira, a índia mesmo ciente dos perigos, resolveu compartilhar aquele saber impondo uma condição que foi aceita pelo cabo de canoa Álvaro Brito pois “não faltou a palavra, porque meteu na canoa um cesto com terra, onde (a planta) vinha disposta...”¹³. Ao ter aprendido, a partir da indígena, sobre os potenciais poderes curativos da aiapana, levou a planta para o Ouvidor Geral, Matias José Ribeiro, que a distribuiu entre alguns colonos para cultivo e realização de experimentos - entre eles estava o médico chamado Bento Vieira Gomes, um dos primeiros a realizar experiências com a planta¹⁴ - e, posteriormente, encaminhou para Lisboa em caixotes cheios de terra junto com a lista de suas virtudes, “e já hoje não há quintal que a não tenha”¹⁵. Esse caso parece ter ocorrido alguns anos antes da chegada de Ferreira, pois a planta parecia estar cultivada nos quintais de alguns moradores.

Ao designar a planta como uma nova espécie do *Eupatorium* de Lineu, Ferreira utilizava uma classificação da História natural e agrupava a ayapana à outras espécies de características morfológicas semelhantes, conforme estabeleceu C. Lineu, em sua obra “*Species Plantarum*”¹⁶. Nela, havia uma descrição de inúmeras plantas conhecidas em um sistema tripartite: classificação, descrição e nomeação e, na edição de 1753, a nomenclatura binomial foi oficializada pelo autor¹⁷.

A Aiapana (figura 1) foi desenhada pelo riscador José Joaquim Freire, durante a Viagem Filosófica. Conforme pode ser observado na imagem abaixo, a planta foi desenhada sem suas flores, sendo de fundamental importância destacar essa ausência porque as flores eram essenciais para designar a espécie com mais precisão, tal como

¹² João Daniel. *Tesouro Descoberto no máximo Amazonas*. V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 500-501.

¹³ Alexandre Rodrigues Ferreira [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Id.

¹⁶ Carl Linné. *Species Plantarum*, exhibentes plantas rite cognitatas, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas. *Verbesina*, p. 902, 1753.

¹⁷ PRESTES, Maria Elice Brzezinski; OLIVEIRA, Patrícia; JENSEN, Gerda Maísa. As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. *Filosofia e história da Biologia*, v. 4, n. 1, p. 101-137, 2009.

Lineu propôs, e é provavelmente por isso que Alexandre R. Ferreira menciona apenas o gênero *Eupatorium*, indicando que o exemplar que chegou às suas mãos não estava florido, tal como a própria imagem já demonstra.



Imagem 5 - José Joaquim Freire. [*Eupatorium Ayapana*, Vent.]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col; imagem 31,5 x 18,0cm em f.34,5 x 23,5cm. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia>. Acesso em: 1 fev. 2020.

O fato de Ferreira ter analisado a erva sem suas flores pode ter diversas razões, como o período de florescimento da planta ou ainda ser fruto de uma escolha de quem entregou a planta ao naturalista. Pode ser também, resultado da utilidade que os indígenas do Vale Amazônico davam à planta, e como não faziam uso da flor, entregou-se para Alexandre Rodrigues a parte que consideravam importante.

4.3 - Plantas e pessoas: conhecimento em trânsito

Além do já citado cabo de canoa e da anônima índia, dois outros personagens surgem na narrativa de Ferreira: Matias José Ribeiro e Bento Vieira Gomes. É importante tratarmos um pouco acerca desses dois sujeitos, porque o envolvimento deles nesse processo de apropriação dos saberes nativos nos mostra tanto parte da trajetória da erva indígena, quanto uma possível rede de pessoas que estavam interessadas e envolvidas na utilização da flora amazônica para determinados fins. Há nesse processo um trânsito de conhecimentos relacionados às plantas amazônicas, e no caso aqui, a ayapana, que mostra tanto a apropriação e circulação de saberes indígenas, quanto a transformação desses saberes que vão se tornando mais globais e sincréticos.

Matias J. Ribeiro estava no Pará para servir como Juiz de Fora e provedor da Fazenda Real da cidade de Belém, sendo nomeado pelo rei D. José I em setembro de 1772¹⁸. Alguns anos mais tarde, em 1780, iria acumular também o cargo de Ouvidor Geral, um dos cargos mais importantes na administração colonial, o principal responsável pela aplicação do ordenamento jurídico na colônia, sendo também em 1782, Intendente geral do comércio, agricultura, manufaturas. Isso quer dizer que estava profundamente inserido na administração, fiscalização e na aplicação da justiça colonial¹⁹.

¹⁸ Decreto do rei D. José I [provendo os bacharéis Francisco José Antonio Damásio e Matias José Ribeiro, em 19 de Setembro de 1772] – Projeto Resgate. AHU, Lisboa, caixa 66, documento 5883.

¹⁹ Decreto da rainha D. Maria I [nomeando o bacharel Matias José Ribeiro, em 03 de novembro de 1780] – Projeto Resgate. AHU, Lisboa, caixa 86, documento 7066. Ver também: Ordenações Filipinas – Livro I, Título 59. Dos ouvidores, que por El-Rei são postos em alguns lugares. ALMEIDA, Cândido Mendes(org). *Código Philipino ou ordenações e leis do reino de Portugal. 14ªed. Typographia do Instituto Philomathico*, Rio de Janeiro, 1870.

Fruto do acúmulo das funções que exerceu, Ribeiro realizava o gerenciamento de questões relacionadas à administração fazendária, fiscalização dos bens e direitos reais, devassas nas vilas, mapeamento acerca das condições das povoações do Diretório dos Índios²⁰. Durante todo o seu serviço, possuiu como uma de suas responsabilidades fiscalizar os produtos naturais – os gêneros diversos (arroz, cacau, sumaúma, algodão, cravo fino, cravo grosso, goma, castanha, farinha, aguardente, café, entre outros) – que chegavam na alfândega em Belém e se despachavam para Lisboa²¹.

Estando incumbido de diversas atividades vinculadas ao cotidiano das povoações do Diretório dos Índios, era comum a realização de visitas pessoais às vilas e lugares para averiguação de determinados assuntos, além de conhecer bastante a organização do negócio do sertão e como funcionava a estrutura que havia entre a coleta realizada pelos indígenas no interior das matas, a recepção pelo cabo de canoa na margem dos rios e, por fim, a chegada e divisão dos gêneros nas povoações sob olhar do diretor dos Índios:

... segundo o conhecimento e experiência que tenho, o estilo e prática com que os efeitos se extraem do sertão, a forma de os beneficiar, e o diversos negócios a que são obrigados os cabos das canoas a aplicarem-se com zelo e eficácia, e quando assim o não cumprem, são rigorosamente castigados, pois estão

²⁰ VALE, Sthepanie L. do. *Adequar e não inovar: Implementação da justiça na Capitania de São José do Rio Negro*. 205f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, p.60.

²¹ Matias José Ribeiro [Ofício para o governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque, em 25 de novembro de 1784]. Arquivo Nacional Torre do Tombo, microfilme 120; Matias José Ribeiro [Carta do juiz da alfândega da capitania do Pará para o Rei D. José I, em 10 de janeiro de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 69, documento 5459; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 10 de abril de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 70, documento 5999; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega da comarca do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 22 de maio de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 70, documento 6017; Matias José Ribeiro [Carta do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará para o rei D. José I, em 04 de agosto de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 71, documento 6038; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 15 de novembro de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 71, documento 6075; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 14 de março de 1774]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 72, documento 6128; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 10 de julho de 1774, caixa 73, documento 6154. Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 18 de janeiro de 1775] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 73, documento 6185; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 17 de abril de 1775 – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 74, documento 6214; Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega da capitania do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 7 de abril de 1777] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 76, documento 6396; Matias José Ribeiro [Requerimento do Juiz de Fora da cidade de Belém do Pará para a rainha D. Maria I, em 11 de fevereiro de 1778] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 79, documento 6528.

obrigados os diretores a tirar uma devassa em que juram todos os índios da canoa...²².

O documento mostra que Ribeiro tinha contato com diversos sujeitos, como diretores, cabos de canoas e outros agentes coloniais. Esse lugar social exercido por ele poderia ter sido um dos caminhos que fez com que a ayapana chegasse às suas mãos, e depois ter distribuído e recomendado a alguns curiosos, como afirmou Ferreira: “daqui a remeteu para Lisboa, com a relação das suas virtudes, multiplica muito neste Estado, mas ainda ninguém viu flor, já o D.r Ouvidor remeteu para Lisboa uns caixotes cheios de terra em que ela ia disposta”²³. Devido a essas atividades, ele pode ter entrado em contato com o próprio Álvaro Brito, ou ainda, este último, por saber que estava de posse de uma planta que poderia ser de grande utilidade, procurou o agente administrativo colonial mais próximo do seu núcleo social.

Matias José Ribeiro também foi correspondente do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Durante parte da viagem filosófica, o ouvidor geral e o naturalista trocaram cartas sobre alguns assuntos. Em uma delas, datada de 19 de setembro de 1784, Ferreira tinha acabado de deixar Belém em direção à Barcelos, e agradece ao governador Martinho de Sousa e Albuquerque e Matias Ribeiro pelo tratamento que recebeu durante o tempo que permaneceu em Belém²⁴.

Além de uma política metropolitana voltada para a exploração e conhecimento do mundo natural, que também possuía fins econômicos, considero que a presença do naturalista acaba por estimular determinadas práticas relacionadas a história natural, seja por questões de relações pessoais, seja por motivos vinculados a própria curiosidade “científica” ou ainda para ganhar algum benefício diante da coroa²⁵.

²² Matias José Ribeiro [Ofício do Intendente Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas da capitania do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 21 de novembro de 1783] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 90, documento 7366.

²³ Alexandre Rodrigues Ferreira [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

²⁴ Alexandre Rodrigues Ferreira. Agradecimento público a Martinho de Sousa e Albuquerque, governador e capitão general da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, em 19 de setembro de 1784. Pará ACP, DL 195,07.01, 624. Cópia: ANTT, Projeto Reencontro, microfilme 120.

²⁵ Assim fez Luiz Pereira da Cunha, principal correspondente, receptor e intermediário - entre Alexandre Ferreira e Lisboa. Como vimos em capítulo anterior, além dos envios realizados a partir das coletas realizadas por Ferreira, Cunha também enviou suas próprias remessas para a metrópole. Por meio dessas remessas e sua relação com Júlio Matiazzi, Luiz Pereira da Cunha tentou se tornar Tesoureiro Geral dos Índios. Cf: Luís Pereira da Cunha [Ofício para Júlio Matiazzi em 20 de janeiro de 1787] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 96, documento 7620; Ver também: Luís Pereira da Cunha [Ofício para Júlio Matiazzi em 04 de novembro de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 96, documento 7599.

Um outro documento interessante que aponta a relação do ouvidor-geral com esse universo pode ser encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sem data, mas com a letra de Matias José Ribeiro. Trata-se da receita de uma Tisana:

Seis oitavas de sene²⁶ bem limpo de pauzinhos,
quatro oitavas de cristal mineral,
onze e meia de alcaçuz,
cinco molhinhos de grama,
doze ameixas secas,
seis peras secos,
uma mão e meia de passas de uvas
Duas oitavas de creme tártaro.

Todas as sobreditas drogas se baterão em uma panela vidrada com canada e meia da medida do Reino de água fria e se conservarão em infusão por tempo de 24 horas. Depois se coará por um pano limpo e o coligido se deitará em um frasco de vidro e do dito líquido se tomará um quartilho pela manhã em jejum assim mesmo frio e de tarde se tomará outro quartilho depois de ter passado três horas que tiver comido. (...) Esta Tisana tira febres que não são malinas... limpa os humores do estomago e da barriga. Ela se deve tomar de pé... não se beber vinho aguardente de licores nos dias de seu uso e quando se tomar sem maior necessidade, o melhor tempo é depois da minguante da lua, pode-se fazer uso desta Tisana com toda qualquer qualidade de moléstia porque coando nela ... nunca pode fazer mal, é boa para curar flatos e ânsias internas e na continuação de seu uso todos os meses dissipará qualquer moléstia em dias...²⁷.

A Tisana, como se pode constatar pela receita, é uma forma de tratamento de determinadas moléstias feitas a partir da infusão de distintos vegetais, a própria ayapana vai ser utilizada como ingrediente anos mais tarde em outro receituário. Faço dois apontamentos aqui. O primeiro é o aparente interesse fitoterápico do ouvidor Matias José Ribeiro com a prospecção de medicamentos, receitas médicas feitas a partir de plantas ou vegetais, comum para o período – já que grande parte dos remédios produzidos e utilizados possuía como origem espécimes do reino vegetal – e se relacionarmos a lida com algumas epidemias ocorridas no Pará, isso aumenta as razões da erva ter chegado a ele (lembramos que conforme o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, é também o ouvidor que faz a distribuição da erva entre os moradores de Belém), e ampliam os possíveis motivos que levaram o cabo de canoa, Álvaro Sanches de Brito, a procurá-lo.

²⁶ A sene, *Senna alexandrina*, é uma planta medicinal da família *Fabaceae*, comum em receitas médicas do século XVIII e XIX, foi utilizada para tratar febre, problemas digestivos e até para cura de distúrbios mentais, entre outros. Cf: *Polyanthea medicinal – Noticias Galenicis, e Chymicas*, Repartidas em três tratados, dedicadas ao excellentissimo senhor, D. Miguel Angelo. Lisboa: Oficina de Antônio Pedroso Galram, 1704. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_rvKdIXSTdN8C/page/n3/mode/2up, Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

²⁷ Matias José Ribeiro. Receita de uma tisana. ANTT-Papéis do Brasil, Avulsos, Dimensão e suporte: 1 doc. (1 f.), maço 3, documento 4, sem data.

Desse modo, o caminho da aiapana pode ter cruzado com o do ouvidor geral tanto pelas atividades que exercia quanto pelo seu interesse fitoterápico²⁸.

O segundo caminho que nos serve para mapear a trajetória da ayapana no interior da capitania do Grão-Pará, envolve outro personagem citado por Ferreira: “Tem-se experimentado ser o mais forte antídoto, contra o veneno das cobras, e o primeiro que fez a experiência, dizem ter sido o médico Bento Vieira Gomes”²⁹. Formado na faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra, Gomes atuou como Físico-Mor e médico no Grão Pará, na segunda metade do século XVIII³⁰. Não sabemos se Alexandre Rodrigues Ferreira e o médico se encontraram pessoalmente, mas, certamente, os caminhos de Bento V. Gomes e do ouvidor geral, Matias Ribeiro, se cruzaram em 19 de novembro de 1772, quando Ribeiro o encontrou:

curando de medicina em toda esta cidade e assistindo aos doentes no hospital militar tanto soldados como povoadores das Vilas de Mazagão, Vila Vistosa e Macapá e continuou a fazer sendo chamado em todas as ocasiões que faltava o doutor Físico-mor por ordem do Ilmo. Exmo General do Estado e algumas vezes de ordem minha para assistir aos doentes da repartição do mesmo físico mor, cumprindo sempre a todas as obrigações com muito zelo e atividade sem que tenha tido remuneração alguma mais do que o ordenado de cem mil reis...³¹.

Nesse momento, além da função de médico, é importante olharmos para o papel de físico-mor a qual Bento Gomes passou a exercer oficialmente em 1783. De acordo com o “*Regimento que devem observar os comissários delegados do Físico mor do Reino no Estado do Brasil*”³², documento datado de 16 de maio de 1744 que possuía como

²⁸ Sobre as epidemias na capitania do Grão Pará ver: MARTINS, Roberta Sauaia. “*Do sarampo as periniciosissimas bexigas*”: epidemias no Grão Pará setecentista. 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017.

²⁹ Alexandre Rodrigues Ferreira, [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

³⁰ Bento Vieira Gomes se formou bacharel na faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra e atuou como Físico-mor e Bacharel no Estado do Grão Pará no final do século XVIII. Requerimento de Bento Vieira Gomes. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, mç. 685, proc. 4; Bento Vieira Gomes [Requerimento do físico-mor e bacharel do Estado do Pará para a Rainha D. Maria I, em 02 de maio de 1798]. Biblioteca Nacional do Brasil, mf. 123. Martinho de Melo e Castro [Ofício para o governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Martinho de Sousa e Albuquerque]. Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 90, documento 7320.

³¹ Bento Vieira Gomes, [Requerimento para a rainha D. Maria I em 15 de outubro de 1777] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6469.

³² REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do Físico mor do Reino no Estado do Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Códice 314. Ministério do Império, Lisboa, 1744, p.5.

finalidade “regular em os Estados da América, assim os comissários do Físico-mor, como também seus oficiais...”³³, uma das funções dos delegados do físico-mor era a verificação dos remédios na botica que existissem na sua comissão. O cargo só poderia ser exercido por um médico formado na faculdade de Coimbra e:

examinarão se os medicamentos são feitos com a perfeição e bondade que manda a arte farmacêutica, e se neles existe ainda aquele vigor e eficácia que possa produzir o efeito para que foram compostos, e verão todos os simples, e compostos nas boticas que houver, sem exceção alguma³⁴.

O parágrafo terceiro do regimento é importante para estabelecermos sua relação com a ayapana, pois trata justamente do papel do físico-mor de fiscalizar a produção de medicamentos. Alexandre Rodrigues Ferreira informou que Bento Vieira Gomes foi um dos primeiros sujeitos a examinar a erva. Como sujeito responsável de verificar a qualidade dos medicamentos, de gerir a saúde da população local e ainda fiscalizar outros agentes da cura, a exploração de possíveis tratamentos para as doenças através de plantas nativas com ações terapêuticas pode ter envolvido os testes com a erva saída do sertão por meio da anônima índia e do cabo de canoa Álvaro Brito. A aiapana surge nesse contexto como um remédio que podia ser incorporado (e como veremos, realmente foi) à farmacopeia portuguesa.

A utilização de ervas naturais para o tratamento de doenças era bastante comum na região. Missionários, colonos, agentes administrativos e vários outros sujeitos que transitaram pelo Vale Amazônico notaram isso e inclusive contavam com tais plantas para gerir determinadas crises de saúde. Os jesuítas, por exemplo, utilizando de pressupostos da filosofia e prática médica europeia, aliados à terapêutica indígena, com a utilização da flora nativa, “foram os reais iniciadores do exercício de uma medicina híbrida que se tornou marca do Brasil colonial... a maioria aprendeu na prática diária as funções que deveriam ser atribuídas a um físico, cirurgião... boticário.”³⁵.

A saber, em 1749, o governador do ainda estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Gorjão, ao tratar sobre o combate de uma epidemia de sarampo afirma que “de todos os remédios da botica, e dos que por tradição se lhes atribuem virtudes nas plantas

³³ Idem, p.5.

³⁴ Idem, p.6.

³⁵ GURGEL, C. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010, p.113; Ver também: CALAINHO, Daniela. B. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. *Tempo*, 19: 61-75, 2005; MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil Setecentista*. São Paulo: Unicamp, 1999.

que produz o país, não houve aplicação que se reconhece eficaz”³⁶. Fica claro que o uso de ervas nativas estava sendo feito, mesmo que no caso aludido por Gorjão elas ainda não estivessem funcionando, tratava-se de um experimento.

Um documento interessante que leva a assinatura de Bento V. Gomes é “Remédios que vão na botica do sr. dr. Ouvidor geral”³⁷. Nele são enumerados e descritos 34 medicamentos, assim como suas utilidades para tratar distintas doenças, são elas: Água de toda a cidra (*citrus medica*), Água de canela (*cinnamomum sp*), Água de melissa (*Melissa officinalis*, popularmente, erva cidreira); Água da rainha de Hungria (Feito com alecrim - *Rosmarinus officinalis* L. – e álcool; Bálsamo Católico (*Sedum dendroideum*); Triaga de Veneza; Espírito de Vitriolo (ácido sulfúrico); Mel rosado; Pedra Lipes (*sulfato de cobre*); Pedra ume crua; Pedra ume queimada; Óleo Tranquilo; Óleo de amêndoas doce; Massa de pílulas de cyna-glosa (*Cynoglossum officinale* L., cinoglosa, língua de cão; Jalapa em pó (*Convolvulus operculata*, batata purga, brionia da américa); Ipecacuanha em pó (*Psychotria ipecacuanha*); xarope hepático de ribeira; Nitro depurado; Unguento Basilicão; Unguento Branco; Pós de Joannes; Flor de Violas; Flor de Papoulas; Folhas de Camédrios; Água rosada; Sal de chumbo; Coral rubo; Marfim preparado; Olhos de caranguejos preparados; Extrato de saturno; Láudano líquido; Caustico papel; Espirito de Tromentina (terebintina); Quina em pó.

A maior parte dos remédios listados acima são comuns em receitas de medicamentos nas farmacopeias portuguesas. O documento intitulado “*Pharmacopeia Lusitana Reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química [...] por D. Caetano de Santo Antonio...*”³⁸, publicada em 1704, depois com edições em 1711, 1725 e 1754, já apresenta boa parte desses medicamentos e prescrições. O interessante a notar neles é que são oriundos de plantas nativas de outras regiões, como a jalapa, natural do México, há ainda algumas que estão presentes em tratados médicos franceses, o que demonstra uma certa circularidade global desses conhecimentos e de itens que compunham a flora dessas localidades.

Isso evidentemente está vinculado à introdução de plantas e animais em ecossistemas diferentes dos de origem. Warren Dean argumenta que, no século XVIII, o

³⁶ Francisco Pedro de Mendonça Gorjão [Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, para o rei D. João V, em 26 de abril de 1749] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 31, documento 2910.

³⁷ *Remédios que vão na botica do sr dr. Ouvidor geral*. ANTT- Papéis do Brasil, Maço 3, Doc.3

³⁸ *Pharmacopea Lusitana Reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química [...] por D. Caetano de Santo Antônio, cônego regular de Santo Agostinho, Boticário do real mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa*. 2ª edição. ANTT - Manuscritos da livraria, n. 313.

processo de intercâmbio de espécies tropicais é intensificado, principalmente por meio da criação de herbários e dos jardins coloniais. Com os resultados dessas experiências no trato das espécies nativas e exóticas havia a “... possibilidade de gerir informações a respeito das novas plantas para assim acompanhar as transferências com técnicas culturais provadas aumentou consideravelmente”³⁹. A investigação passou a ter uma base científica com “maior potencialidade de acumulação e sistematização das informações”⁴⁰.

Tanto a “receita de uma tisana...”, escrita pelo ouvidor geral Matias Ribeiro, quanto a lista de “remédios que vão na botica do sr. Dr ouvidor geral”, assinada pelo médico e físico mor Bento Gomes, são documentos que mostram parte da trajetória desses sujeitos e suas relações com a utilização e reconhecimento do mundo natural para determinados fins, ampliando os motivos da ayapana ter chegado às suas mãos, afinal ela é apresentada a eles devido os usos que os índios faziam dela. Isso também se relaciona ao contexto de algumas epidemias ocorridas na capitania do Pará naqueles anos e enfrentadas por esses sujeitos, já que era comum buscar nas plantas nativas remédios para lidar com àquelas doenças⁴¹.

Saliento ainda que para compreender a construção e circulação de conhecimentos envolvendo a erva considere necessário seguir o movimento dos atores que se envolveram com ela no espaço amazônico. Analisar parte da trajetória desses sujeitos me permite mostrar como estavam inseridos em um universo de construção e apropriação de saberes locais e de circulação de conhecimentos que, como veremos mais adiante, deixa em evidência uma ampla rede de contato que faz a ligação entre o império ultramarino português e seus agentes. A anônima índia, o cabo de canoa, o ouvidor geral, o físico-mor e o naturalista constituíram parte inicial dessa rede que nos permite visualizar conhecimentos em trânsito, e isso é possível porque esses sujeitos acionaram e mobilizaram saberes que, por sua vez, engendraram um dos processos de circulação global da erva⁴².

Contudo, antes de mostrar o trânsito global da ayapana, é importante tratar da própria ideia de circulação do conhecimento. Quando se trata disso, não significa apenas

³⁹ WARREN, Dean. A Botânica e a Política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil Colonial e Imperial. *Estudos Históricas*, vol. 4, n.8, 1991, p. 6.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ MARTINS, Roberta Sauaia. “Do sarampo as periniciossimas bexigas”: epidemias no Grão Pará setecentista. 256f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

⁴² SECORD, James A. “Knowledge in Transit.” *Isis*, vol. 95, no. 4, The University of Chicago Press, The History of Science Society, pp. 654–72, 2004.

compreender que ele se move ou transita, muito menos que ele faz parte de um ciclo com início e fim determinados, que seja unidirecional ou até mesmo que não possa se perder durante os variados trajetos que toma. Kapil Raj aponta que a circulação do conhecimento implica em transformação e que ele significa um fluxo aberto com possibilidades de reconfiguração nas idas e vindas em que se movimenta, fato que ocorreu com os saberes sobre a erva, na colônia e nas metrópoles.

Um dos pontos chave do conceito de circulação adotado por Raj – e que considero fundamental aqui – é que, ao analisar a circulação do conhecimento enquanto algo dinâmico, o autor põe em evidência a agência de todos os sujeitos envolvidos no processo interativo de construção de saberes e, no caso aqui analisado, os povos indígenas são mais do que meros informantes, são detentores de um conhecimento medicinal da flora amazônica. Conforme Raj:

Com efeito, um olhar mais atento mostra que, longe de serem meros informantes passivos, os indígenas têm papéis variados, desde faquires como depositários de conhecimentos de ervas e medicamentos, a colecionadores, ilustradores, tradutores, encadernadores e mediadores⁴³.

Kapil Raj, evidentemente, trata de um contexto diferente do que analiso nessa tese, contudo, o argumento central utilizado é oportuno para pensar a circulação de saberes envolvendo a ayapana. Em “*Circulation and the emergence of modern mapping: Great Britain and early colonial India, 1764-1820*”⁴⁴, a partir da compreensão da transformação da concepção sobre a história das ciências, que passa a entender as práticas, sejam materiais ou cognitivas como constituintes da ciência moderna, um dos pontos analisados por Raj é que o reconhecimento geográfico da Índia, por parte da Inglaterra, em muito deveu às redes locais já existentes antes mesmo da chegada dos ingleses.

Após 1757, quando se intensificou a necessidade do reconhecimento geográfico do interior da Índia, principalmente por ter que defender as fronteiras das posses recém conquistadas, construir estradas que permitissem um comércio mais fluído, assim como mapear os rios que servissem a este propósito, entre outros motivos, a Inglaterra não

⁴³ No original: “In effect, a closer look shows that, far from being mere passive informants, the indigenes have varied roles, from fakirs as depositories of herbal and medicinal knowledge to male and female collectors, illustrators, translators, bookbinders, and mediators”. RAJ, Kapil. Beyond postcolonialism... and postpositivism: circulation and the global history of science. *Isis*, v. 104, n. 2, p. 337-347, 2013, p.344.

⁴⁴ RAJ, Kapil. *Circulation and the emergence of modern mapping: Great Britain and early colonial India, 1764–1820*. In: *Relocating Modern Science*. Palgrave Macmillan, London, p. 60-94, 2007.

possuía um número de pessoas razoável para dar conta desse empreendimento, e sequer estavam aptas a realizá-lo, utilizaram, portanto, das pessoas, redes, saberes e técnicas das comunidades locais e apropriaram-se dele. Cordas, grãos, elementos do corpo humano, astrolábios produzidos no sul da Ásia por hindus e mulçumanos, “instrumentos massivos de medida edificados pela arte de pedreiro, que ainda hoje se podem ver em Jaipur, Delhi e Ujjain, testemunhos da circulação científica e técnica entre Ásia central e o sul da Ásia”⁴⁵, foram componentes de uma rede sociotécnica envolvendo a circulação de conhecimento, objetos e práticas.

No Vale Amazônico houve processo semelhante. Quer dizer, Raj aborda uma elite letrada indiana, cuja organização se distingue dos povos indígenas na Amazônia portuguesa em sua estrutura, mas não em sua complexidade. O contexto explorado aqui nessa tese e pela historiografia em geral, da conta de mostrar que por meio do Diretório dos Índios, ocorreu todo um processo de transformação e controle do espaço e vida na região, e tal como os ingleses na Índia, os portugueses na Amazônia precisaram e utilizaram das redes locais, sociais, culturais, comerciais, técnicas, já estabelecidas pelos povos que aqui viviam.

O conceito de circulação ganha mais sentido então, quando pensado ao lado dessas redes sócio-históricas de informação que os povos indígenas estabeleciam entre si e com outros sujeitos sociais. Tais redes podem ser pensadas enquanto espaços de contato de saberes e práticas distintas, onde conhecimentos nativos e europeus se cruzavam, sendo responsável pelo trânsito de informações e matérias, que marcaram as dinâmicas de poder e apropriação da época colonial.

Se, por um lado, os povos originários da Amazônia portuguesa, na segunda metade do século XVIII, não construíram astrolábios, anuários, por outro – e isso é bastante destacado no registro de viajantes que estiveram aqui no Setecentos – formaram redes de contato elaboradas que se estendiam a quilômetros de distância; quando eram solicitados, desenhavam mapas precisos de determinada região, identificando por meio de nós em cordas até as vilas e lugares que faziam parte da área informada. E claro, dominavam todo um saber sobre a fauna e flora local, não à toa eram considerados por

⁴⁵ RAJ, Kapil. Conexões, Cruzamentos, Circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Trad. Catarina M. Santos. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 24, p. 155-179, 2007.

Domingos Vandelli os “melhores mestres” que poderiam ensinar aos portugueses as virtudes das plantas amazônicas⁴⁶.

Dessa forma, pensar a circulação como método de análise, reforça a ideia dos povos indígenas e seus saberes como agentes ativos na produção do conhecimento no século XVIII. A partir dos potenciais poderes da ayapana, apresentados pela indígena, foram feitos experimentos ao longo de dois anos, e foi possível perceber (e confirmar) os préstimos que ela tinha, alguns dos quais a indígena enamorada do cabo de canoa Álvaro Sanches tinha informado, por exemplo, como o de ser um dos melhores antídotos contra veneno de cobra.

Em uma relação de 25 de dezembro de 1784, Alexandre Rodrigues Ferreira aponta que os experimentos com a erva deram resultados positivos contra mordidas de insetos venenosos, picadas de araias, veneno de cobra, destacando que:

o maior progresso é o que ela faz entre os índios gentios, a quem serve de infalível remédio às picadas das flechas venenosas, como o veneno – Erva dura – que recebem dos seus contrários na guerra, usam dela seca nestas ocasiões mastigam e engolem...⁴⁷.

Alexandre R. Ferreira, citando que uma “gentia” tinha descoberto os préstimos da planta, destaca o uso que os indígenas faziam da ayapana, e que foram realizados testes com um carneiro que foi mordido por uma cobra jararaca. Mesmo em um estado crítico, estava lançando sangue pela boca, olhos, narizes e ouvidos, ao procurarem a localização da mordida “que se achou no queixo superior se aplicou verde a referida aiapana pisada, lançando-lhe o suco e parte dela pela boca em cima da mesma dentada...”⁴⁸ logo após vinte e cinco minutos o carneiro começou a se recuperar e após meia hora ficou reestabelecido.

Foram realizadas outras experiências e testes. Em uma delas, foi dado arsênico a um cachorro que após beber o chá da erva teve o efeito pernicioso do ácido cortado, recuperando-se. Também foi distribuída para alguns escravos por “um curioso” como remédio para cólica. Além da questão desses testes, e que, portanto, mostra todo um saber

⁴⁶ Domingos Vandelli. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, Ms 405, 1779.

⁴⁷ Alexandre Rodrigues Ferreira [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

⁴⁸ Idem.

em construção naquele momento, toda a rede engendrada para o conhecimento e exploração do potencial da aiapana foi, inicialmente, movida por saberes indígenas, um saber agregado a partir dos saberes nativos que ao transitar, ao se mover, circular, vai ganhando novas dimensões.

Esses experimentos, ações para “testar” os poderes médicos da ayapana feita em espaços a “céu aberto” me leva a pensar na ideia “laboratórios ao ar livre”, conceito utilizado por Myrian Sá Leitão-Barbosa e colegas para tratar os jardins domésticos amazônicos contemporâneos como locais de “experimentação, colaboração e negociação”⁴⁹, remetendo também ao trato que os nativos da região deram ao manuseio de diversas plantas ao longo do tempo.

Por meio de pesquisas etnobotânicas e arqueológicas – utilizando também um aporte metodológico da História das Ciências que realiza uma inflexão na ideia de laboratório enquanto espaço fechado, esterilizado, para compreendê-lo enquanto espaço de experimentação que envolve autores múltiplos – os pesquisadores e pesquisadoras apontam que os habitantes da Amazônia “estiveram envolvidos em processos de experimentação, colaboração e negociação com seu meio ambiente, nos quais a gestão de plantas em jardins desempenha um papel central”⁵⁰.

Embora o Myrian Sá e colegas tenham como foco central estudos de caso contemporâneos, o raciocínio implementado acerca da ideia de “laboratório ao ar livre” é importante, principalmente se aliarmos à ideia de ciência enquanto produto resultante de práticas, ações, técnicas, conhecimentos implementados por variados sujeitos, não somente sujeitos letrados. O “laboratório ao ar livre” acaba por designar como o conhecimento ao “circular” vai se transformando, reconfigurando a partir do cotidiano das pessoas, formando uma rede que as conecta, e com a ayapana é possível acompanhar isso.

Depois da menção feita pelo naturalista na década de 1780, sobre a indígena responsável por entregar a erva ao ouvidor geral, não há indicativos dos saberes nativos, eles vão se tornando cada vez mais globais e omitindo a participação dos índios na

⁴⁹ LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá et al. Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 62, 2021, p8.

⁵⁰ No original: “Through their own distinctive forms of observation and testing, Amazonian peoples have always been engaged in processes of experimentation, collaboration, and negotiation with their environment, in which plant management in homegardens plays a central role.” LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá (et al). Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 62, 10p., 2021, p. 8.

descoberta das virtudes da erva. Como veremos na próxima seção, o circuito internacional da ayapana vai eleger outros sujeitos como responsáveis pela descoberta da planta. Essa omissão da participação indígena, dos saberes locais é um fenômeno bem trabalhado pela historiografia, embora nem sempre seja possível acompanhar com a mesma riqueza de detalhes que esta plana nos oferece⁵¹.

Em um interessante artigo sobre plantas nativas do Brasil presentes nas farmacopeias brasileiras, Flávio Edler afirma que os povos indígenas indicaram aos colonizadores, por meio de seus saberes acerca da natureza, quais alimentos poderiam servir para curar, quais serviriam como alimento, que por sua vez:

Observavam, imitavam, experimentavam e descreviam as propriedades terapêuticas das novas espécies e seus usos, e divulgavam-nas na metrópole, ampliando os saberes sobre a matéria médica. Mais tarde, tal saber retornaria à colônia em compêndios de farmacopeia, orientando a atividade de boticários profissionais, religiosos ou leigos⁵².

O caminho apontado por Edler, pode ser considerado como um dos circuitos que as plantas nativas faziam, entretanto, é claro que o uso delas possuía outros caminhos que não precisavam da legitimação da comunidade médica. Apesar da tentativa de controle e normatização das práticas de cura, as práticas sociais e o que podemos chamar de “cura popular” prescindiam das ações governamentais. No relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, observamos o caminho “oficial” que o processo de apropriação tomou, e ao mesmo tempo, os usos que as pessoas, curiosos, faziam ao “experimentar” – uma categoria utilizada pelo próprio Ferreira, sendo a base da filosofia iluminista – as utilidades da planta, havendo então, um processo que ocorria paralelo às ações metropolitanas.

Depois dos testes feitos na capitania do Grão-Pará, praticamente dez anos mais tarde, a ayapana surge novamente na documentação. Dessa vez, ela aparece numa lista assinada por Domenico Vandelli. Como já apontado nos capítulos anteriores, Vandelli era o grande nome que encabeçava o projeto de História Natural das colônias, era

⁵¹ BEER, Gillian. Travelling the other way. In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E.C. (Eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; BRAVO, Michael T. Ethnological encounters. In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E.C. (Eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 338-356, 1996.

⁵² EDLER, Flávio Coelho. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias. Séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai(Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p.100.

correspondente de Lineu, inclusive chegando a presenteá-lo com sementes de plantas oriundas do Brasil, participou da reforma educacional promovida pelo Marques de Pombal, chefiou as expedições filosóficas por todo o império lusitano, incluindo, é claro, as de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Em 12 de setembro de 1795, um documento intitulado “Relação das plantas, que se devem remeter vivas da capitania do Pará, para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão”⁵³ contém listadas cerca de 97 espécies encontradas na região. A lista feita por Vandelli nos aponta diversas questões interessantes, que começam desde o título, acerca do acondicionamento e transporte das plantas, no qual recomenda-se que sejam transportadas na terra de onde foram coletadas, até a preocupação com o clima que iriam enfrentar durante a viagem. Ermelinda Pataca aponta que certas embarcações eram como “laboratório flutuantes”, e algumas delas chegaram a ser adaptadas para o transporte de espécies de animais e vegetais pelos oceanos⁵⁴.

O importante a destacar agora é que ao lado de outras plantas nativas, Vandelli solicita que sejam enviados pelo menos três pés da ayapana, o que resulta em duas questões: a primeira é a probabilidade de que a elaboração da lista tenha sido feita por Alexandre Rodrigues Ferreira, autor da correspondência inicial que tratamos desse capítulo, que já se encontrava em Lisboa e tinha conhecimento da planta e suas funcionalidades⁵⁵. Ele também detinha o conhecimento sobre essas diversas plantas da região amazônica, algumas medicinais, outras alimentícias, aromáticas, em grande parte desconhecidas dos europeus. A lista também destaca as plantas cultivadas e silvestres, algumas oriundas do Rio Negro e Marajó, lugares os quais fizeram parte da viagem filosófica.

⁵³ Relação das plantas, que se devem remeter vivas da capitania do Pará, para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão. Livro de Registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU, CU. Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, Códice 588, p.103-106. Nelson Sanjad encontrou, e gentilmente cedeu, o recebimento dessa ordem e a lista copiada das plantas que se encontra no Arquivo Público do Pará. Ver: Relação das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, APEP, código 471, documento 22. Cf: SANJAD, N; PATACA, E; SANTOS, R. *op.cit.*, 2021.

⁵⁴ PATACA, Ermelinda. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 698f. Tese (Doutorado em Geociências). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2006.

⁵⁵ SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. *Op.cit.*, 2021.

O segundo ponto é o número de exemplares solicitados que pode estar associado tanto aos possíveis testes que serviriam para legitimar os saberes construídos na colônia, apropriando-se então dos conhecimentos nativos e a própria transplantação da espécie. Após a relação chegar na capitania do Pará, Francisco de Souza Coutinho encaminha a ordem para o Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, João Amaral Coutinho, que “aplicará toda a diligência para aprontar vivas, e com a brevidade e economia precisa, (...) à custa da Real Fazenda, todas as plantas pedidas na Relação junta...”⁵⁶.

O Diretório dos Índios, em seus parágrafos 56 e 57, já estabelecia que o tesoureiro geral deveria verificar bem as cargas com as guias entregues pelos cabos de canoa:

Tanto os cabos das canoas entregarem ao tesoureiro geral as guias da carregação, terá este um especial cuidado, conferindo primeiro as cargas com as mesmas guias, de vender os gêneros, que receber, dando-lhes a melhor reputação, que permitir a qualidade deles, o que não poderá executar com efeito sem dar parte ao governador do Estado. e todo o dinheiro, que liquidamente importar a venda dos sobreditos gêneros pagará o dito tesoureiro em primeiro lugar os dízimos à Fazenda Real; em segundo as despesas, que se fizeram naquela expedição; em terceiro a porção, que se arbitrar ao cabo da mesma canoa; em quarto, a sexta parte pertencente aos diretores; distribuindo-se finalmente o remanescente em partes iguais por todos os índios interessados. E para que de nenhum modo possa haver confusão na forma com que se devem pagar os dízimos dos gêneros, que se extraem dos Sertões, declaro, que enquanto ao Cacau, Café, Cravo, e salsa, pertence esta obrigação aos mesmos, que comprarem os referidos gêneros, dos quais se acostumam pagar os Dízimos na mesma ocasião do embarque⁵⁷.

A ordem para se conseguir as plantas solicitadas na relação chega para Amaral Coutinho, que exercia a função desde 1789⁵⁸, porque era responsabilidade dele fiscalizar as cargas que chegavam das expedições ao sertão, a produção das povoações dos índios e o pagamento dos dízimos à Fazenda Real, ao cabo de canoa, aos diretores e aos próprios indígenas. O Tesoureiro geral dos índios, portanto, possuía um círculo social que envolvia os cabos de canoa, diretores e índios, sujeitos centrais nas expedições de coleta aos sertões. Na tentativa de atender ao pedido de Vandelli, a lista pode ter sido copiada e distribuída aos diretores das vilas por toda a capitania e transformada em ordem para os indígenas buscarem as espécies, a aiapana, porém, se contarmos com o relato inicial de

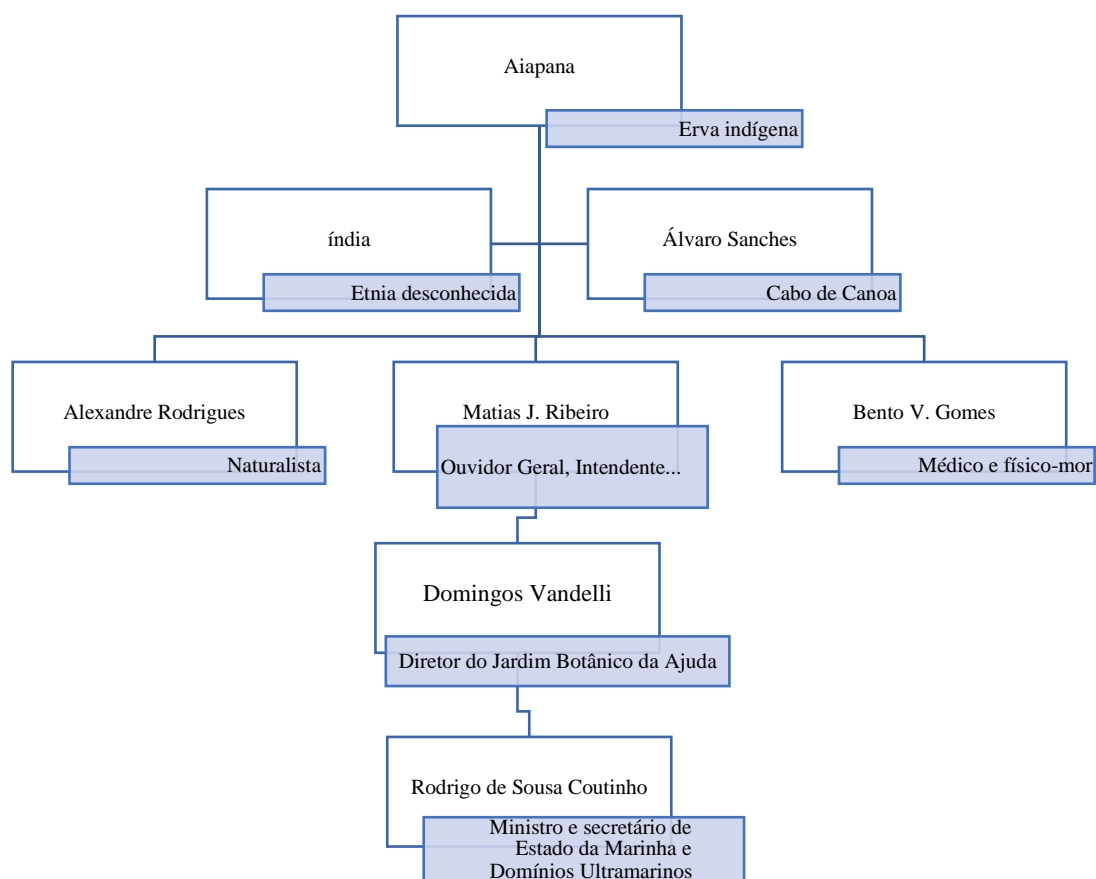
⁵⁶ Relação das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, APEP, código 471, documento 22.

⁵⁷ DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. - Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758. - 41p; 2º (29 cm).

⁵⁸ João Amaral Coutinho [Requerimento para a Rainha D. Maria I, em 28 de abril de 1792] – Projeto Resgate – AHU, Pará (avulsos), documento 102, caixa 8053.

Rodrigues quando ainda estava no Pará e descreveu o vegetal, poderia ser encontrada facilmente por Belém e arredores⁵⁹.

A rede que entrelaça esses sujeitos é composta, por no mínimo, pela desconhecida índia, o cabo de canoa Alvares Brito, o ouvidor Geral Matias José Ribeiro, o físico mor Bento Vieira Gomes, o naturalista Alexandre Ferreira Rodrigues, o governador do Estado, Martinho de Sousa, até chegar ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Rodrigo de Souza Coutinho, entrelaçando também o próprio Domingos Vandelli, foi envolvida por conhecimento indígena sobre o mundo natural. Mas, como a própria documentação aponta, a erva, então indígena, passa a ser conhecida majoritariamente como a “Erva do Ouvidor”, o responsável por repassar a muda das plantas para alguns moradores em Belém: “uns a chamam de erva Milagrosa, outros Contra erva, e obsequiosamente todos a Erva do Ouvidor”⁶⁰.



Quadro 5 - Parte do percurso da Ayapana na capitania do Grão-Pará até Lisboa.

⁵⁹ Relação das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, APEP, códice 471, documento 22.

⁶⁰ Alexandre Rodrigues Ferreira [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

4.4 - Trânsitos internacionais da planta nativa da Amazônia portuguesa

Não foram somente as autoridades em Portugal que procuravam explorar os potenciais recursos da erva. Em outros lugares, começaram a surgir notícias sobre a aiapana. Ainda na década de 1790, o naturalista norueguês Martin Henrichsen Vahl, de uma remessa recebida da Ilha de Santa Cruz, do Dr. Plufg, publicou “*Symbolae botanicae, sive plantarum, tam earum, quas in itinere, imprimis orientali...*” em que descreveu a espécie como “*Eupatorium triplinerve*” (Vahl)⁶¹.

O historiador Projit B. Mukharji aponta que a aiapana oriunda do Brasil pode ter sido aclimatada no sul da Ásia sob o nome de *Vishalyakarani*, no início do século XIX ou ainda, acidentalmente, desde o século XVI, como aconteceu com outras plantas transplantadas por portugueses no início da colonização⁶². A título de exemplo, Kapil Raj cita que o mamão e batata, entre outros, foram introduzidos por portugueses naquela região e rapidamente incorporados às farmacopeias locais⁶³.

De acordo com Daniele de Almeida, a aiapana esteve no centro de uma disputa político-científica entre França e Portugal⁶⁴. Isso porque o ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Souza Coutinho soube que os franceses tinham publicado sobre a erva e, em 08 de junho de 1803, diz para Vandelli que estava restituindo os papeis, a planta e o desenho da Aiapana recomendando que “a faça gravar, e publicar com a descrição que deram os franceses, e com a nota que mostra que

⁶¹ Martino H. Vahl. *Symbolae botanicae, sive plantarum, tam earum, quas in itinere, imprimis orientali... Hauniae* (Copenhague): Excudebant Nicolaus Möller et Filius, parte 3, 1790, p. 97. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/118639#page/413/mode/1up>, acesso em 05 de julho de 2020. Para explicação do nome ver nota de rodapé número 2. É difícil rastrear como a aiapana chegou a Saint Croix sem maior investigação em fontes dinamarquesas. Pode-se afirmar, contudo, que a planta não é nativa das Antilhas, pois o próprio Vahl informou que foi uma espécie introduzida no horto botânico. Portanto, o circuito entre o Grão-Pará, Saint Croix e Copenhague foi, certamente, outro trânsito que propiciou a globalização da aiapana, depois de a planta ser enviada de Belém a Lisboa, ainda na década de 1780 e em remessas posteriores, como no pedido feito por Vandelli em 1795. Ver: SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. Op.cit., 2021.

⁶² MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014

⁶³ RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

⁶⁴ ALMEIDA, Danielle S. de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América Portuguesa, 1750-1808*. 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017, p.251.

o Doutor Alexandre Rodriguez Ferreira a tinha mandado do Pará, e acertado com o seu gênero *Eupatorium...*”⁶⁵, descoberta a qual, afirma o ministro, Ferreira poderia reclamar com razão, se juntasse o desenho, a planta seca e sua descrição, “o que de certo lhe daria muita honra, e quanto à simples remessa, sim prova que ele a mandou, mas também indica a sua negligência como botânico”⁶⁶.

Embora uma das primeiras representações que temos da erva (retratada sem flores – figura 2) tenha sido realizada na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, em idos da década de 1780, ela não foi publicada. Somente no início do século XIX que ela passa a ficar largamente conhecida, devido a algumas publicações em jornais científicos franceses e ingleses.

A questão da prioridade científica já estava estabelecida nesse período e algumas instruções publicadas na época já tratavam disso. Por exemplo, Domingos Vandelli na obra “Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar”⁶⁷ estabelecia que, ao achar alguma planta deve-se logo recolher e nomear utilizando a classificação taxonômica proposta por Lineu. João Carlos Brigola, ao tratar disto observa que:

quando por impossibilidade logística ou por negligência o naturalista não cumprir esta essencial regra, outros – mais tarde, e noutros países mais atentos às normas do procedimento científico – poderão invocar a prioridade de nomenclatura da nova espécie e registrar a sua indisputável autoria em publicações especializadas⁶⁸.

Foi o que percebeu Rodrigo Coutinho, quando soube de uma descrição da aiapana feita pelos franceses e por isso reclamou de Alexandre Rodrigues Ferreira e sua suposta negligência. As notícias sobre a aiapana começam a circular internacionalmente quando alguns jornais reproduziram as falas proferidas por Étienne-Pierre Ventenat (1757-1808);

⁶⁵ Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Vandelli. 8 de Junho de 1803. Livro De Registro dos Decretos, Portarias, Avisos, e outras Régias Determinações, que baixam ao Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu, e Casa do Risco (1791-1810), Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, nº 55. *Apud* BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII: museu, viagem e história natural - expedições científicas ao Brasil e a África*. Lisboa: Novas edições académicas, 2019, p. 205.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ Domingos Vandelli. *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, Ms 405, 1779.

⁶⁸ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII: museu, viagem e história natural - expedições científicas ao Brasil e a África*. Lisboa: Novas edições académicas, 2019, p. 205.

botânico, professor, bibliotecário e administrador dos jardins do castelo de Malmaison⁶⁹ (então propriedade de Joséphine de Beauharnais, esposa de Napoleão Bonaparte), fez uma conferência no Institut National de France sobre a aiapana. Nessa aula, de maneira geral, há uma descrição da planta, informando que ela cresce na América do Sul, na margem direita do rio Amazonas e que o responsável por trazer a planta para o Jardim Botânico de *Île-de-France* (Ilhas Maurício) – um importante centro de aclimação – foi o capitão Augustin Baudin em 1798.

Dois jornais se destacam nas informações circuladas sobre a aiapana. Um é francês, chamado “*La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*”⁷⁰ e outro é o inglês, intitulado “*The Philosophical Magazine*”⁷¹. No capítulo LXIII, do jornal impresso em Londres, “*The Philosophical Magazine*”, a matéria intitulada “*Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14th of Fructidor, Year 10. By C. Ventenat*”⁷² apresenta uma das descrições mais completas sobre a erva e o responsável por isso foi justamente Ventenat⁷³.

O texto começa tratando acerca de vários jornais, relatando os benefícios da aiapana, originalmente nativa do Brasil, e que pretende mostrar um relato mais completo do vegetal. Sendo considerada por ele uma das mais raras plantas presentes no jardim da *Île de France*, servindo como antídoto de mordida de serpentes e feridas feitas por flechas

⁶⁹ O castelo de Malmaison foi residência de Napoleão Bonaparte e sua primeira esposa Joséphine de Beauharnais a partir de 1798 e onde ela permaneceu após a separação do casal. Conhecida também como madame Bonaparte, Joséphine com auxílio de É. Pierre Ventenat, remodelou os jardins do castelo e agrupou plantas de diversos lugares do mundo. Na dedicatória de sua obra, Ventenat escreve: “Você reuniu diante de seus olhos as plantas mais raras do solo francês. Várias plantas que ainda não tinham saído dos desertos da Arábia e das areias ardentes do Egito, foram naturalizadas por seus cuidados; e agora classificadas de forma ordenada, elas vêm apresentar aos nossos olhos no belo jardim de Malmaison, a mais doce lembrança das conquistas de seu ilustre marido, e a prova mais amável de seu lazer estudioso”. No original: “Vous avez réuni sous vos yeux les plantes les plus rares du sol français. Plusieurs même qui n'avoient point encore quitté les déserts de l'Arabie et les sables brûlants de l'Égypte, se sont naturalisées par vos soins; et maintenant classées avec ordre viennent présenter à nos regards dans le beau jardin de la Malmaison, le plus doux souvenir des conquêtes de votre illustre Époux, et la preuve la plus aimable et vos studieux Loirs”, Étienne-Pierre Ventenat. *Jardin de la Malmaison*. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803. Disponível em <https://www.biodiversitylibrary.org/item/13922#page/23/mode/1up>, acesso em 01 de junho de 2020 p. 3, 1803.

⁷⁰ *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*. Tome 35, 1er trimestre de l' An XI de la République Française. Paris: Bureau de la Décade Philosophique. 1802, pp. 136-138: In: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327543836/date>. Acesso em 05 de julho de 2020.

⁷¹ *Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14th of Fructidor, Year 10. The philosophical magazine*, ser.1 v.13-14 1802. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000505373>, acesso em 06 de julho de 2020. A publicação da revista é de 1802, entretanto, o texto sobre a aiapana, como mostra no próprio título, é de 1801.

⁷² Idem, p. 376-380.

⁷³ LACK, H. Walter. *Un Jardin d'Eden. Chefs-d'œuvre de l'illustration botanique*. 1ª Ed., Editora Taschen, Cologne, 2008.

envenenadas, “Suas virtudes são igualmente exaltadas por todo o Brasil, onde é cuidadosamente cultivado, e onde se distingue pelo nome de “*planta milagrosa*”⁷⁴.

Apesar das descrições serem quase as mesmas relatadas por Alexandre Rodrigues Ferreira (quase 20 anos antes), inclusive no nome “erva milagrosa”, até o momento não obtive indícios de que haja alguma relação mais direta entre as remessas. Pois, conforme o relato de Ventenat, uma das remessas obtidas pela França foram devido aos esforços do capitão Augustine Baudin, que em viagem pelo Brasil, no final do século XVIII, furtou um exemplar da erva⁷⁵.

Cartas da época contam que Baudin teria recebido a aiapana de Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt, médico, botânico e diretor do Jardim Botânico da Bahia. Não obstante, Ventenat afirma que após perder seus exemplares da erva, Baudin lembrou que tinha visto ela plantada em um vaso, na janela de um morador e então elaborou um plano (exitoso) para roubar de um indivíduo no Rio de Janeiro, outros apontam que foi de um hospital⁷⁶.

O ato foi engrandecido por Ventenat, pois, graças a Baudin, a aclimação e a reprodução da planta foram feitas com sucesso no Jardim Real de Pamplemousses⁷⁷. Ao chegar à colônia francesa, *Île of France* e de Bourbon (atual Reunião), entregou ao diretor do Jardim e logo a planta se multiplicou, sendo cultivada por toda a ilha. O autor continua informando que diariamente um jornal divulga novas provas das virtudes da erva, a qual funcionava não somente contra mordidas de cobras, mas, também, curava hidropisia, sífilis em seus diversos estágios e todos os tipos de feridas⁷⁸.

⁷⁴ No original: “Its virtues are equally extolled throughout all Brazil, where it is carefully cultivated, and where it is distinguished by the name of the miraculous plant.” Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14h of Fructidor, Year 10. *The philosophical magazine*. ser.1 v.13-14 1802, p. 376-380. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000505373>, acesso em 06 de julho de 2020.

⁷⁵ ALPHONSE, Marondon C. *Contribution to the study of Eupatorium ayapana Ventenat of Reunion Island*. (french). 118f. 2011. These (Docteur en Pharmacie). UFR Des Sciences Phamaceutiques et Biologiques. Faculté de Pharmacie de Montpellier, 2011. O manuscrito original se encontra no Museu de História Natural em Paris. Cf: MNHN, Ms. 192. Paris, 1801

⁷⁶ Ver: Idem.

⁷⁷ O Jardim Botânico de Pamplemousses foi fundado na primeira metade do século XVIII, 1735, e, alguns anos mais tarde, desenvolvido por Pierre Poivre que transformou o espaço “em um dos grandes centros de cultivo e experiências com plantas tropicais e subtropicais” Ver: KURY, L. Descrever a pátria, difundir o saber. In: KURY, L. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota* (1813-1814). [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. Atualmente o jardim leva o nome de “Sir Seewoosagur Ramgoolam” uma homenagem feita ao primeiro-ministro daquelas ilhas em 1988. É válido notar que uma das suas principais atrações do jardim são justamente plantas nativas da Amazônia, as vitórias régias (*Victoria amazonica*).

⁷⁸ Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14h of Fructidor, Year 10. *The philosophical magazine*. ser.1, v.13-14, p. 376-380, 1802, p. 376-377.

Ventenat relata com detalhes diversos casos de pessoas picadas por animais ou acometidas por doenças que foram curadas pela aiapana, todos divulgados nos jornais locais e por meio de cartas endereçadas a autoridades coloniais e naturalistas de Paris. Remessas de sementes e mudas foram feitas para a capital, incluindo para Joséphine de Beauharnais, que as recebeu diretamente do intendente de Pamplemousses, Jean-Nicolas Céré (1738-1810), e as introduziu nos jardins de seu castelo, aos cuidados de Ventenat.

Ventenat segue dando exemplos de como a planta foi utilizada. Na mão de um fazendeiro que foi picado por um escorpião, que após usar as folhas socadas na ferida fez com que a inflamação desaparecesse e a dor cessasse; na mão de um homem picado por um peixe tão venenoso que antes do uso da aiapana recomendava-se logo a amputação do membro, com a utilização dela o braço curou por completo; de um homem negro com sintomas de hidropisia que após tomar uma infusão com a erva seus sintomas foram desaparecendo gradualmente; e, por último, o próprio capitão Baudin sofreu um acidente que machucou a perna esquerda e utilizou as folhas da erva fervidas, enroladas em uma bandagem e dentro de 13 dias já estava curado. Ventenat continua:

Eu poderia citar muitas outras curas efetuadas por meio da famosa planta do Brasil; mas, como não é prudente certificar quaisquer fatos dos quais não testemunhamos, devemos, em minha opinião, esperar até que as virtudes do Ayapana tenham sido confirmadas pelas contínuas observações de médicos competentes. O testemunho, no entanto, do capitão Baudin, e de várias pessoas recentemente chegadas da Ilha da França, têm direito a alguma confiança e nos dão motivos para esperar que a Ayapana possa aumentar o número de nossas produções vegetais empregadas para aliviar ou curar os males incidentes à raça humana (...) Uma figura e uma descrição mais extensas dos caracteres botânicos do Ayapana serão encontrados no primeiro número do *Plantes du Jardin de la Malmaison*, que aparecerá em um poucos meses. Ps: Recebi de madame Bonaparte uma quantidade das folhas secas da Ayapana, que entreguei ao cidadão Alibert, médico do hospital de St. Louis, professor da matéria médica, para determinar, por experimentos, suas propriedades médicas⁷⁹.

⁷⁹No original: “I could mention a great many more cures effected by means of the famous plant of Brazil; but, as it is not prudent to certify any facts of which one has not been a witness, we ought, in my opinion, to wait till the virtues of the aya-pana have been confirmed by the continued observations of able physicians. The testimony, however, of captain Baudin, and that of several persons lately arrived from the Isle of France, are entitled to some confidence, and give us reason to hope that the aya-pana may increase the number of our vegetable productions employed for relieving or curing the evils incident to the human race” (...) A figure and a more extensive description of the botanical characters of the aya-pana will be found in the first number of the *Plantes du Jardin de la Malmaison*, which will appear in a few months. P. S. I have received from madame Bonaparte a quantity of the dried leaves of the aya-pana, which I have delivered to citizen Alibert, physician to the hospital of St. Louis, professor of the materia medica, to determine, by experiments, its medical properties”. Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14h of Fructidor Year 10. *The philosophical magazine*. ser.1, v.13-14, 1802, p. 379-380. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/000505373>. Acessos em 06 de julho de 2020.

Ainda em 12 de dezembro de 1801, uma carta presente no Museu de Nacional de História Natural, em Paris, enviada de August Baudin para Antoine Jussieu – médico e botânico francês – intitulada “*Ayapana, Plante du Para, trouvée sur la rive droite du fleuve des Amazones*”⁸⁰ apresenta algumas das virtudes da erva para o então diretor do museu, e informa que teria conseguido essa remessa com o “Dr. Câmara”.⁸¹

A ayapana novamente aparece descrita em 1802 em uma revista intitulada “*La Décade Philosophique, Littéraire et Politique...*”⁸². A matéria é praticamente um resumo da descrição feita por Ventenat no ano anterior, destacando o fato de que ainda não havia descrição alguma publicada, além daquela dada por Ventenat:

Em uma planta do Brasil, chamada Ayapana - Ventenat manteve a Classe de uma planta à qual atribuímos grandes propriedades, e da qual nenhuma descrição havia sido publicada. Essa planta é cultivada na América do Sul, na margem direita do rio Amazonas, onde é conhecida como aya-pana. Os habitantes deste país, há muito que o consideram um excelente sudorífico e um poderoso alexifarmaque. O capitão August Baudin transportou esta planta para Ilha da França, ano 7 da República, e se acreditarmos nas informações comunicadas a várias pessoas, Ayapana já desfrutava, nesta colônia Francesa, tão famosa como em seu país natal (...) C. Richard observou que também havia indicado nas memórias do Instituto, sob o nome de *d'erygeroide coryinbifère alexitere*, essa planta que antes transportava do Brasil para Caiena⁸³.

⁸⁰ Parte da carta foi reproduzida na tese de Alphonse. Ver: ALPHONSE, Marondon C. *Contribution to the study of Eupatorium ayapana Ventenat of Reunion Island*. (french). 118f. These (Docteur en Pharmacie). UFR Des Sciences Phamaceutiques et Biologiques. Faculté de Pharmacie de Montpellier, 2011.

⁸¹ Danielle Almeida considera que o “Dr. Câmara” é o médico botânico Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt. Ver: ALMEIDA, Danielle S. de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América Portuguesa, 1750-1808*. 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

⁸² *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*. Tome 35, 1er trimestre de l' An XI de la République Française. Paris: Bureau de la Décade Philophique. 1802, pp. 136-138. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327543836/date>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

⁸³ No original: “Sur une plante du Bresil, nommee Ayapana - Le C. Ventenat a entretenu la Classe d'une plante à laquelle on attribue de grandes propriétés, et dont il n'avait été encore publié aucune description. Cette plante croît dans l'Amérique meridionale, sur la rive droite du fleuve des Amazones, où elle est connue sous le nom d'aya-pana. Les habitans de cette contrée la regardent depuis longtems commé un excellent sudorifique et un puissant alexipharmaque. Le capitaine August Baudin transporta cette plante à l'Le-de-France, l'an 7 de la République, et si l'on en croit les renseignements que ont été communiqués à plusieurs personnes, l'Ayapana jouit déjà, dans cette colonie française, d'une aussi grande célébrité que dans son pays natal. (...) Le C. Richard a observé qu'il avait aussi indiqué dans les mémoires de L'Institut, sous le nom d'erygeroide coryinbifère alexitere, cette plante qu'il avait précédemment transportée du Brésil à Cayenne. Ver: *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*. Tome 35, 1er trimestre de l' An XI de la République Française. Paris: Bureau de la Décade Philophique. 1802, pp. 136-138. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327543836/date>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

A informação mostra que a aiapana era considerada pelos habitantes do país como um excelente sudorífico e um poderoso *alexifarmarque*, isto é, um poderoso antídoto, uma substância capaz de neutralizar propriedades tóxicas de venenos. Curioso notar também que, em alguns momentos, as virtudes da ayapana não foram confirmadas. Isso porque, como afirma Marodon⁸⁴, a fama da ayapana estava assegurada, contudo, o uso excessivo dela e nem sempre com resultados positivos, fez com que a reputação da planta, em alguns momentos, fosse manchada.

Sobre esses relatos acerca da eficácia da erva, Jean-Baptiste G. M. Bory de St. Vicent, um naturalista e geógrafo francês, após fazer uma viagem de expedição na Austrália que ficou conhecida como Expedição Baudin, esteve na Ilê de France e pode acompanhar um pouco a história da tão famosa erva.

Em sua "*Voyage dans les quatre principales Iles des Mers D'Afrique, fait par ordre du gouvernement, pendant les années neuf et dix de la Republique (1801-802)*", Bory relata que a ayapana veio do Brasil como uma panaceia, portanto, sendo usada contra todo tipo de doenças, principalmente contra picadas de cobras venenosas. Aduz que a planta não era conhecida dos botânicos europeus e que o químico Louis-Marie Aubert Petit-Thouars tratou dela, sob o nome de *eupatorium ayapana*, em um livro de memórias registrado na *Société des Sciences et Arts de l'Île-de-France*. Desde então, o diretor do *Jardim de Pamplémousses*, Jean Nicolas de Cére, nas ilhas Maurício, deu uma descrição à sua maneira ao "*Jornal du Port-nord-ouest*."⁸⁵

Bory segue contando que ele e seus companheiros de viagem sentiram um mal-estar, dores na barriga, desintéria e vontade de vomitar, resolveram então experimentar a famosa planta, mais em voga em Bourbon e Maurício do que o Bdélio, uma goma/resina, de gosto amargo, usual no Oriente médio, e muito usada para falsificar a mirra. Entretanto:

A reputação do ayapana estava começando a falhar. Portanto, tomamos ayapana, primeiro, conforme a receita, uma folha infundida em um copo de água quente. Vendo que isso não estava produzindo nada, dobrei a dose; quadruplei, não nos aliviou mais. Desde então, Deslisses e eu recebemos infusões de mais de trinta folhas. Este hábil químico e Du Petit-Thouars comeram saladas dela, e nenhum de nós sentiu o menor efeito, para o bem ou para o mal⁸⁶.

⁸⁴ ALPHONSE, Marondon. op.cit. p. 20

⁸⁵ Bory de St. Vicent. *Voyage dans les quatre principales îles des mers d'Afrique* (1801-1802). Tomo II, ano X. Imprimeur-Libraire, n.20, 1804, p.108-112.

⁸⁶ Original: "Et la réputation de l'ayapana commençait à déchoir. Nous primes donc de l'ayapana, d'abord, selon l'ordonnance, une feuille infusée dans une tasse d'eau chaude. Voyant que cela ne produisait rien, je

Bory afirma que o responsável pela introdução e divulgação dos poderes da erva na *Île-de-France* seria um capitão dinamarquês, um charlatão, que sua mentira durou pouco e seria motivo de risos. Ainda acrescenta que não existem serpentes naquela colônia, no máximo um pequeno escorpião que tem uma picada igual ao de um mosquito que logo some. Não há com o saber se existe alguma intencionalidade de Bory ao questionar a eficiência da aiapana, se estava com alguma animosidade com o capitão Baudin, ou ainda colocar em descrédito o responsável por introduzi-la na colônia francesa. De qualquer forma, a vivência de Bory deixa claro a importância da experiência quando se trata de conhecimento acerca do mundo natural e sobre a utilidade que este mundo deveria ter. Por isso, os povos indígenas eram importantes e seus conhecimentos necessários.

De todo modo, as notícias sobre o vegetal da Amazônia portuguesa já ganhavam o mundo, sendo sua eficiência testada e aprovada. Em 1803, Etienne-Pierre Ventenat apresenta na obra "*Jardin de La Malmaison*", uma figura da erva junto com descrições botânicas mais detalhadas⁸⁷. Essa imagem vai ser a primeira figura publicada da aiapana, e ao contrário da produzida na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, aparece totalmente florida, fator essencial para a descrição do vegetal. Ventenat foi o primeiro a de fato publicar uma ilustração da aiapana (Figura 2), pintada por Pierre-Joseph Redouté (1759-1840), um pintor e botânico que ganhou fama pelas aquarelas de flores cultivadas em Malmaison⁸⁸. A qualidade dessa estampa não passou despercebida por Augustin Pyramus de Candolle (1778-1841), que a considerou uma referência em seu clássico manual de botânica por ter sido elaborada a partir de uma planta viva, desconhecida dos europeus e da qual não havia outras figuras⁸⁹.

doublai la dose; quadruplée, elle ne nous soulagea pas davantage. Depuis, Deslisses et moi avons pris des infusions de plus de trente feuilles. Cet habile chimiste et Du Petit-Thouars en ont mangé des salades, et aucun de nous n'en a senti le moindre effet, soit en bien, soit en mal". Idem, p. 111. Ver também: *Philosophical magazine*, XXI, Londres, p. 285-286.

⁸⁷ Étienne-Pierre Ventenat. *Jardin de la Malmaison*. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803. Disponível em <https://www.biodiversitylibrary.org/item/139922#page/23/mode/1up>, acesso em 01 de junho de 2020.

⁸⁸ CALLMANDER, Martin (Et.al.), Etienne-Pierre Ventenat (1757-1808) and the Gardens of Cels and Empress Joséphine. *Candollea*, 72, no. 1, p. 87-132, 2017.

⁸⁹ Augustin Pyramus de Candolle, *Théorie élémentaire de la botanique; ou, Exposition des principes de la classification naturelle et de l'art de décrire et d'étudier les végétaux*. Paris: Déterville, p.276, 1813.



Imagem 6 - Étienne-Pierre Ventenat. *Jardin de la Malmaison*. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803. Disponível em <https://www.biodiversitylibrary.org/item/139922#page/23/mode/1up>, acesso em 01 de junho de 2020.

Apesar dos variados relatos sobre a ayapana do Pará, Russel-Wood aponta que foi somente no início do século XIX que o secretário de Estado, em Queluz, teve notícia de um memorial sobre a planta chamada “aya-pana”, ou ‘herba milagrosa”, “Natural do Pará e já com cultivo na Bahia”⁹⁰. A correspondência trocada entre Vandelli e D. Rodrigo, analisada anteriormente, trata justamente disso: ao que parece, ao chegar em Lisboa a planta nativa da capitania Grão-Pará, enviada por Alexandre Rodrigues Ferreira, não teve

⁹⁰ RUSSEL-WOOD, A.J. A dinâmica da presença brasileira no índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp.9-40, set. 2001.

o devido tratamento de catalogação e publicação, o que não foi uma exceção nas remessas feitas pelo naturalista baiano e ocorreu com outros naturalistas⁹¹. Em 02 de dezembro de 1801, Vandelli informa a R. Coutinho que nada recebeu da remessa “que V.Ex^a. acusa em seu respeitável aviso... ter mandado remeter para o Real Museu, pertencente a remessa do naturalista João da Silva Feijó...”⁹².

Vale frisar que, excetuando o desconhecimento da remessa feita por Alexandre R. Ferreira na década de 1780, Portugal não esteve alheio à circulação da aiapana nos meios científicos europeus. Isso porque, ainda em 1804, o botânico e preparador de História natural, Friedrich Wilhelm Sieber, escreveu do Grão-Pará para o conde Von Hoffmannsegg confirmando os poderes de cura da planta, afirmando que é digna da atenção dos médicos e, para reforçar tal questão, aduz que daquela região já foram obtidas outras plantas fundamentais para a medicina, como a ipecacuanha e a quassia (quina)⁹³:

Johann Centurius Von Hoffmannsegg foi um famoso botânico alemão, fundador do Museu Zoológico de Berlim, possuía relações científicas com ilustrados portugueses, chegando a viajar pelo território lusitano entre 1795 e 1801, juntamente com Johann Heinrich Friedrich Link (1767-1851)⁹⁴. Era reconhecido pelo seu empenho no aprimoramento da História Natural, o que o tornaria membro da Academia de Ciências da Prússia, em 1815.

Hoffmannsegg conseguiu uma licença para enviar Sieber ao Vale Amazônico, a fim de coletar produtos naturais durante os anos de 1801 a 1813⁹⁵. A viagem durou quatro anos, passando por Belém, pelo Marajó, rio Tocantins e baixo Amazonas. Foi uma das

⁹¹ No geral, a historiografia aponta que a viagem realizada por Alexandre Rodrigues não teve visibilidade pública: "no consiguió el reconocimiento de las academias en forma de publicación y los manuscritos que resultaron del viaje no circularon entre los círculos eruditos de la época. Entre la causas de este fracaso se ha señalado el descuido a la hora de adoptar un lenguaje científico que pudiera situar a sus protagonistas como interlocutores en los círculos científicos europeos. Ver: EVA, Margarita; GARCIA, Rodrigues. Lejos del gabinete: viajes científicos à América portuguesa e espanhola (1777-1792) e representação da natureza. *Memorias: Revista digital de História y Arqueología desde el Caribe colombiano*. Año 11, n.25. Barranquilla, enero – abril, 2015.

⁹² Domingos Vandelli. Carta a Rodrigo de Souza Coutinho informando não ter recebido a remessa do naturalista João da Silva Feijó para o Real Museu, em 20 de dezembro de 1801. Biblioteca digital luso-brasileira-Brasileira. 1801. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/273655>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

⁹³ Natural History. *Philosophical magazine*, ser. 1, vol. XXI-XXII, p.91-93, 1805.

⁹⁴ OLIVEIRA, Nuno Gomes. *A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801)*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

⁹⁵ PAPAVERO, Nelson. *Essays on the History of Neotropical Dipterology*. Vol. 1, São Paulo, USP: Museu de Zoologia, 1971; ROMERO SÁ, Magali. *James William Helenus Trail: A British in Nineteenth-Century Amazonia*. 243f. Thesis (Doctorate of Philosophy). United Kingdom: Durham theses, Durham University, 1995.

poucas expedições realizadas com autorização formal da *Coroa*, feita por um naturalista alemão em território lusitano no período colonial⁹⁶.

Sieber chegou a Belém no mês de setembro de 1803 e, assim como ocorrera com Ferreira e Baudin, foi surpreendido pela fama da “erva-milagrosa”, que, na forma de tisana ou emplastro, poderia curar doenças como hidropisia, tétano e envenenamento. Imediatamente relatou as notáveis qualidades da planta ao seu mentor, o qual, por sua vez, contactou o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho em Lisboa para que este autorizasse Sieber a transplantar mudas de aiapana para jardins europeus. Ao mesmo tempo, Hoffmann divulgou a carta de Sieber, datada de 12 de junho de 1804, que acabou publicada em revistas científicas europeias.

Tive acesso às cartas de Sieber, uma delas encontra-se junto a um ofício presente no Arquivo Histórico Ultramarino, enviado pelo governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Marcos de Noronha e Brito, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Sá e Melo, solicitando uma observação especializada na planta encontrada por Sieber.

Na carta escrita em francês, o naturalista informa das dificuldades que teve em encontrar o que chamou de “lilia apama”. Mesmo tendo consultado os indígenas mais idosos, Sieber afirma que eles pareciam não a conhecer mais pelo nome e que iria procurar a erva sertão adentro no ano seguinte⁹⁷. Nuno Gomes de Oliveira aduz que, apesar da possibilidade de a espécie referida pelo naturalista ser a *Lilaea subulata* Humb. & Bonpl., era mais provável mesmo ser a aiapana escrita de outra forma⁹⁸.

É importante atentarmos aqui para o conhecimento indígena ressaltado pelo naturalista alemão. Sieber informa que, mesmo consultando os nativos sobre a localização da planta, não a obteve de imediato, pois “os tapuias mais velhos não a conhecem pelo nome”⁹⁹. Qual foi a abordagem de Sieber com os índios? Qual o nome indicado para que fossem em busca da planta? Aiapana? Erva de cobra? Nesse momento, mais do que

⁹⁶ BECK, Lothar A. (ed.), *Zoological Collections of Germany: The Animal Kingdom in its Amazing Plenty at Museums and Universities*. Cham, Switzerland: Springer, 2018.

⁹⁷ D. Marcos de Noronha e Brito [Ofício para o secretário de estado da marinha e ultramar, Visconde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Melo, em 01 de novembro de 1804] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 131, documento 10043.

⁹⁸ OLIVEIRA, Nuno Gomes. *Op.cit.*, 2015.

⁹⁹ No original: “Selon les ordres de votre excellence je me suis donné la plus possible peine pour procurer la lilia apana, je ne suis pas en etat de la trouver même les plus anciens tapuias ne la connoissent pas par nam, peut-etre q'elle se trouve au certão ou je fais compte d'y aller l'année prochaine, je ne manquerai pus me donner toute la peine de la procurer.”. Marcos de Noronha e Brito [Ofício para o secretário de estado da marinha e ultramar, Visconde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Melo, em 01 de novembro de 1804] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 131, documento 10043.

analisar o método aplicado pelo naturalista, friso que o movimento de consultar os povos nativos sobre as plantas locais nos auxilia a demonstrar a importância deles na prospecção da flora local. Se na documentação essa informação surge apenas como uma dificuldade a ser superada por Sieber para encontrar a erva, ao apontar os índios idosos como informantes, o naturalista alemão aponta uma fonte de conhecimento legítima do Vale Amazônico. Indo além, assim como na primeira vez em que aparece nas fontes portuguesas, a partir de Alexandre Rodrigues Ferreira, o conhecimento sobre a aiapana está ligado a atuação dos povos indígenas e seus saberes que acabam por contribuir efetivamente com o desenvolvimento da ciência feita em campo¹⁰⁰.

Na carta publicada na *Philosophical Magazine*, há um riquíssimo relato de Sieber e dos experimentos feitos com aiapana, chegando até a fazer testes em si mesmo:

Em relação à célebre planta Ayapana, que se diz ser um antídoto para todos os venenos, fiz dois experimentos em mim mesmo. Um soldado trouxe-me uma lagarta marrom com pequenos espinhos cobertos de pelos, com uma polegada de comprimento e misturados com pequenos espinhos. Peguei-o da folha para a mão, ao que o soldado gritou: "Por amor de Deus, cuide-se, a lagarta é venenosa". Sua exclamação, entretanto, foi tarde demais: recebi três picadas no dedo médio da mão direita, o dedo ficou vermelho, inchado e dolorido demais. Em um quarto de hora, a vermelhidão e o inchaço se estenderam por todo o braço até o cotovelo, de modo que em meia hora eu pude mexê-lo com medo; Recolhi a Ayapana, mandei buscá-la, tirei o suco e apliquei no braço um pouco da planta "socada": em dois ou três minutos as dores diminuíram; em meia hora consegui dobrar o braço e no dia seguinte recuperei o uso perfeito dele. As picadas em meu dedo, no entanto, mantiveram uma dor aguda por dois dias, mas no final desse tempo ela passou.

O segundo julgamento foi mais desagradável. Uma pequena escolopendra picou-me ou mordeu-me, durante o sono, à noite, na testa acima do olho direito; Imediatamente acordei e procurei o animal, que encontrei no dia seguinte e matei. Como não pude obter a planta à noite, o veneno antes da manhã seguinte havia feito um progresso considerável: depois de aplicar a ayapana, a dor e a inflamação passaram; supuração, no entanto, não fui capaz de prevenir uma excrescência córnea de mais de um centímetro de comprimento surgiu na minha testa e, como não pude colocar o chapéu, fui obrigado a permanecer quatro dias em casa: a cicatriz ainda estará aparente quando eu voltar.

Meu assistente foi mordido no pé direito; a princípio não soube nada e não sentiu consequências ruins até a noite do dia seguinte, quando não pôde calçar o sapato. Após usar a Ayapana, a inflamação e o inchaço diminuíram; não foi possível, porém, prevenir a supuração. Fui obrigado a abrir o local, mas em seis dias seu pé estava bom.

Esta planta benéfica deve, quando possível, ser empregada imediatamente após ser mordida ou colhida: sua ação rápida pode então ser rastreada; se aplicado

¹⁰⁰ ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. *O peregrino instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do Iluminismo*. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Idem. *A arte de viajar: erudição e ciência na literatura de viagens sobre Portugal da segunda metade do século XVIII e início do XIX*. 261f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

mais tarde, remove o calor e o inchaço e neutraliza os efeitos do veneno, mas não impede a supuração¹⁰¹.

Não há dúvida que este foi outro trânsito percorrido pela aiapana, independente do que foi registrado nas fontes portuguesas, dinamarquesas e francesas – e que deve ter conectado Belém, Lisboa e Berlim, com desdobramentos na Inglaterra. É preciso destacar que, enquanto a aiapana ganhava o mundo, a origem da planta foi sendo apagada. Com exceção da primeira representação de Ferreira, nenhuma das fontes citadas mencionou o conhecimento indígena que fundamentou todo o processo. Elas se referem apenas aos usos conferidos pelos “habitantes do Brasil” ou da ilha de França, ou ainda, como afirmou Sieber, que já não mais a conheciam pelo nome. Em contrapartida, nas diversas rotas internacionais, novas camadas de informação foram sendo agregadas, que passa pelos impérios de Portugal, da Noruega e Dinamarca, da França, da Inglaterra e da Prússia, ligando metrópoles e colônias localizadas na Europa, na América do Sul, no Caribe, na África e na Ásia.

Os jornais ingleses e franceses dando notícias da aiapana no início do século XIX e os esforços de Portugal para aprofundar o conhecimento acerca da planta foram apenas partes dos trânsitos dela. Como veremos a seguir, os atributos curativos do vegetal vão ser motivo de abordagem, durante todo o século XIX, nos folhetos científicos europeus, inclusive outras ilustrações dela foram produzidas e publicadas.

¹⁰¹ Carta de Siber para C. Honffmansegg, Pará, 12 de junho de 1804. “In regard to the celebrated plant ayapana, which is said to be an antidote to all poisons, I have made two experiment on myself. A soldier brought me a brown caterpillar small prickles covered with hair, an inch in length and intermixed with small prickles. I took it from the leaf into my hand, upon which the soldier cried out, "For God's sake take care, the caterpillar is poisonous". His exclamation however was too late: I received three pricks in the middle finger of the right hand, the finger appeared red, swelled, and became exceedingly painful. In a quarter of an hour the redness and swelling extend over the whole arm, and as far as the elbow, so that in half an hour I could scarcely move it; I recollected the ayapana, sent for it, expressed the juice, and applied it to my arm with some of the bruised plant: in two or three minutes the pains decreased; in half an hour I was able to bend my arm, and the next day I recovered the perfect use of it. The pricks in my finger, however, retained a dall pain for two days, but at the end of that time it went off. The second trial was more disagreeable. A small scolopendra stung stung or bit me, while a sleep in the night-time, in the forehead above the right eye; I immediately waked and searched for the animal, which I found next day and killed. As I could not in the night-time procure the plant, the poison before next morning had made a considerable progress: after applying the ayapana, the pain and inflammation went off; suppuration, however, I was not able to prevent; a corneous excrescence of above an inch in length arose on my forehead, and as I could not put on my hat I was obliged to remain four days in the house: the scar will still be apparent when I return. My assistant was bitten in the wood in the right foot; at first he knew nothing of it, and felt no bad consequences till the evening of the following day, at which time he could not put on his shoe: after using the ayapana the inflammation and swelling subsided; it was not however, possible to prevent suppuration. I was obliged to open the place, but in six days his foot was well. This beneficent plant must, where possible, be employed immediately after being bitten or picked: its speedy action may then be traced; if applied later it removes the heat and swelling, and counteracts the effects of the poison, but cannot prevent suppuration. Ver: Natural History. *Philosophical magazine*, ser. 1, vol. XXI-XXII, p.91-93, 1805.

A aiapana vai reaparecer listada em outro documento presente na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, dos finais do século XVIII e início do XIX, intitulado “Catálogo de gêneros do Brasil e demais colônias portuguesas que ainda não estão no ordinário comércio. Os marcados * são os que não precisam maior, ou nenhuma preparação exterior.”¹⁰². A erva, “*eupatorium Ayapana*” é descrita como antídoto para venenos e, é assinalada com o asterisco explicado no título.

Em 1806, uma revista de jardinagem alemã, *Allgemeines deutsches Garten-Magazin*, reproduz a mesma imagem (imagem 7) publicada na obra de Ventenat, *Jardin de Malmaison* (imagem 6), junto a um Lírio d’água azul¹⁰³. Na descrição da revista, encontramos texto semelhante ao já publicado em outras.

Em 1811, o botânico Louis Marie Albert du Petit-Thouars (o mesmo referido por Bory de St. Vicente), então diretor do Viveiro Imperial de Roule, membro da Sociedade de Agricultura e Filomática de Paris, publica a obra *Mélanges de Botanique et de Voyages* na qual contém uma ilustração da Ayapana (imagem 8)¹⁰⁴.

¹⁰² CATÁLOGO de gêneros do Brazil, e mais colônias portuguesas que ainda não estão no ordinário comércio, s.d. [entre 1798-1805?]. Secretaria do Estado do Ministério do Reino. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 731, pct. 02.

¹⁰³DIE AYA-PANA. *Allgemeines deutsches Garten-Magazin [Gartenmagazin]*. (1804-1811) *Allg. Teutsch. Gart.-Mag.* vol. 3, t.5, f.1, 1806. Disponível em: http://www.plantillustrations.org/illustration.php?id_illustration=240326. Acesso em: 02 de junho de 2020.

¹⁰⁴ Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars. *Mélanges de Botanique* [Genera Nova Madagascariensis, Esquisse de la flore de l’Isle de Tristan d’Acugna], 1811.



Imagem 7 - Die Aya-Pana. Allgemeines deutsches Garten-Magazin [Gartenmagazin]. (1804-1811) Allg. Deutsch. Gart.-Mag. vol. 3, t.5, f.1, 1806.

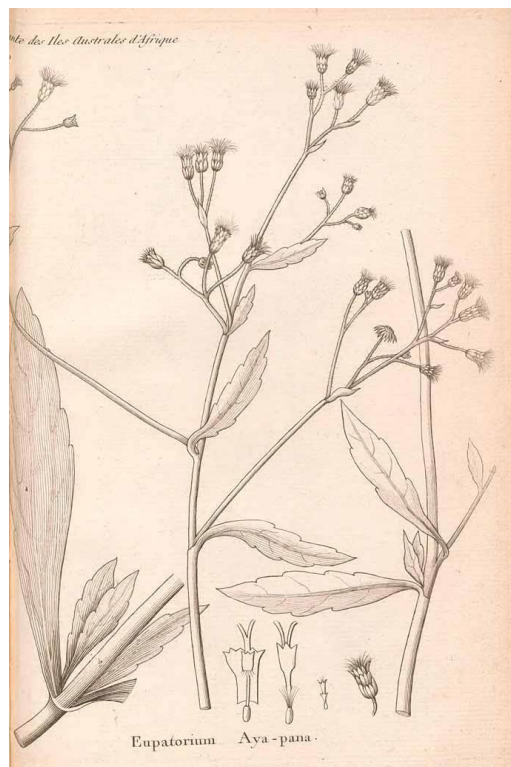


Imagem 8 – *Eupatorium Aya-pana*. Du Petit-Thouars, L.M.A., *Mélanges de Botanique* [Genera Nova Madagascariensis, *Esquisse de la flore de l'Isle de Tristan d'Acugna*]. 1811, p. 81.

Em 1816, outra publicação francesa fez um resumo do que já se conhecia sobre a “erva-milagrosa”. Trata-se do “Dictionnaire des Sciences Naturelles”, no qual a “Aya-pana” apareceu como verbete de três páginas.¹⁰⁵ Ele foi escrito por Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars (1758-1831), especialista na flora de Madagascar e das ilhas de França e Bourbon, onde viveu exilado entre 1792 e 1802¹⁰⁶.

No verbete do “Dictionnaire...”, Petit-Thouars retomou a questão da inconsistência taxonômica da planta e atualizou a narrativa heroica em torno de sua introdução nas colônias francesas. Baudin permaneceu como o protagonista da história, mas Petit-Thouars passou a coadjuvante, isto é, se considerou um dos primeiros divulgadores das “grandes propriedades” atribuídas à planta, principalmente nas colônias francesas do Índico e na Índia. No início do século, quando ainda residia na ilha de França,

¹⁰⁵ Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars, “Aya-pana,” in *Dictionnaire des Sciences Naturelles*, ed. Frédéric Cuvier, v. 3, Supplement, 359-62, Strasbourg: F. G. Levrault Éditeur, 1816.

¹⁰⁶ Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars, *Histoire de vegetaux recueillis dans les iles australes d'Afrique*, Première partie, Paris: Tourneisen Fils, 1806.

ele fez publicar artigos de jornal sobre a planta em Madras (atual Chennai), graças às relações que mantinha com um médico inglês local. Esse médico era John Fleming (1747-1829), cirurgião do destacamento militar de Bengala, que publicou, em 1810, um “Catalogue of Indian Medicinal Plants and Drugs”¹⁰⁷. Nele, a aiapana consta como uma das espécies cultivadas no jardim botânico de Calcutá, possivelmente introduzida a partir da ilha de França.

Em 1827, é a vez de outra publicação francesa, *Flore Pittoresque et Médicale des Antilles ou Traité des Plantes usuelles des colonies françaises, anglaises, espagnoles et portugaises*.¹⁰⁸, de autoria do doutor em medicina da Faculdade de Paris, M. E. Descourtilz. Junto com o desenho (imagem 9), a matéria apresenta as descrições morfológicas, genéricas, análise química, propriedades medicinais, modo de administração da erva natural do Brasil, perto do rio Amazonas. Conta-se como ela foi roubada habilmente por Augustine Baudin e levada para a *Île de France* no final do século XVIII, onde era largamente utilizada para curar envenenamentos ocasionados pela ingestão de algumas espécies de peixes, além de ter se mostrado eficaz contra tétano.

¹⁰⁷ John Fleming, *Catalogue of Indian Medicinal Plants and Drugs*. Calcutta: Hindustani Press, 1810, p.166-167. Disponível em: “<https://wellcomecollection.org/works/qysruuw5/items>”. Acesso em 13 novembro de 2020.

¹⁰⁸ Michel Étienne Descourtilz. *Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829)*. Paris: Tome troisième, 1827, p.241. Disponível em: www.biodiversitylibrary.org/item/21845#page/4/mode/1up. Acesso em 10 de novembro de 2020.

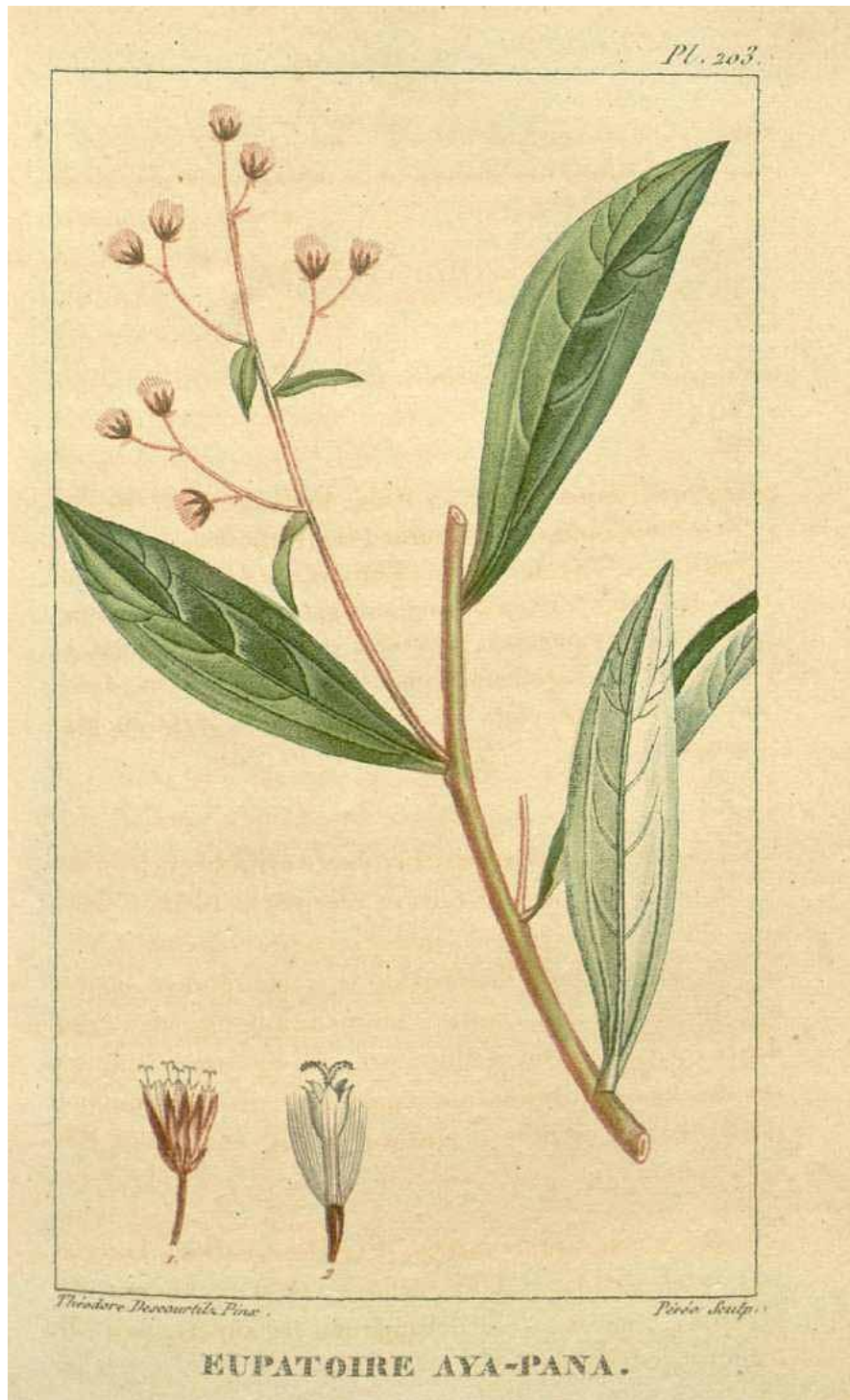


Imagem 7 - Eupatoire Aya-Pana - Descourtilz, M.E., Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829) Fl. Méd. Antilles, 1827.

Tal como Jean-Baptiste G. M. Bory de St. Vicent (1801-1802), Descourtilz trata do “descrédito” que a planta teve em alguns momentos, justificando que ao ser recebida como um remédio milagroso, eficaz para quaisquer males internos, quando não funcionava em todos, logo o entusiasmo com seus poderes curativos foi diminuindo, entretanto, afirma o autor, manteve parte de seu crédito. Nas propriedades medicinais, apontava que seria “exagero negar-lhe as propriedades que as experiências exatas, repetidas...constataram”¹⁰⁹. Sendo, portanto, útil contra escorbuto, seu sumo recém coletado é um excelente remédio contra picadas de animais peçonhentos, “O tratamento alexiteral¹¹⁰ com a aiapana consiste em administrar a infusão altamente sudorífica ao mesmo tempo que é aplicada nas feridas das folhas socadas”.¹¹¹

M. E. Descourtilz também estava ciente das experiências realizadas pelo naturalista Sieber no Pará, por meio de uma obra do médico que analisou a aiapana, Dr. Alibert, ele informa:

Tive a satisfação de ver minhas experiências confirmadas por uma anedota citada em *Elements of Therapeutics* do Dr. Alibert. Ele acrescenta, ainda, segundo a comunicação de M. Siéber, naturalista enviado ao Brasil, que quando se demora no emprego desse meio, não se pode evitar a supuração, embora o suor neutralizante faça cessar a inflamação e o inchaço¹¹².

Por fim, acrescenta uma receita da erva, a qual consiste na infusão das folhas, meio litro de água fervente em 60 gramas de folhas verdes, resultando em uma bebida levemente aromática e muito agradável “principalmente quando adoçada e

¹⁰⁹No original: “... il y aurait néanmoins de l'exagération à lui refuser des propriétés que des expériences exactes, répétées sans prévention, ont constatées. Michel Etienne Descourtilz. Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829). Paris: Tome troisième, 1827, p.242.

¹¹⁰ Relacionado ao tratamento ou remédio para tratar veneno. De acordo com o “Vocabulário Medico-Quirurgico, ó Dicionário de Medicina y Cirujia...” de Manuel Hurtado de Mendoza: “En lis escritos de los médicos griegos *alexitero* en general. En los tempos modernos se ha designado con el nombre de *alexiteros* a los remedios propios para combatir los efectos de los venenos que obran en lo exterior del cuerpo, por oposicion á alexifarmacos. Hay aguas alexiteras, trociscos alexetieros, etc.”, Cf: MENDOZA, Manuel H. *Vocabulário Medico-Quirurgico, ó Dicionário de Medicina y Cirujia que comprende la etimologia y definición de todos los términos usados en estas dos Ciencias por los autores antiguos y modernos*. Madrid: Boix, Editor. Impresor y Librero, calle de Carretas, número 8, 1840, p. 42.

¹¹¹ No original: “ Le traitement alexitere par l'ayapan est d'em administrer l'infusion éminemment sudorifique em même temps qu'on applique sur les blessures des feuilles contusées, recouvertes d'une compresse imbidée d'une forte décoction de la même plante. Descourtilz, M.E., Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829). Paris: Tome troisième, 1827, p.243

¹¹² Idem.

agradavelmente acidificado com o suco da lima. Aumentando a dose das folhas, obtém-se um xarope purgativo, cujos efeitos são muito suaves.”¹¹³

Em 1841, o botânico Édouard Spach, do Museu Nacional de História Natural, em Paris, estabeleceu o gênero *Ayapana*, isto é, retirou do gênero “Eupatorium” e inseriu a ayapana em uma unidade de taxonomia com o intuito de agrupar um conjunto de espécies, resultando na *Ayapana officinalis* Spach, retirando os nomes de Vahl e Ventenat¹¹⁴. O destaque taxonômico dado à planta por Spach justificava-se pelos problemas do gênero *Eupatorium*, mas também era o corolário do processo de globalização da aiapana e dos conhecimentos associados a ela.¹¹⁵

Sessenta anos depois do evento descrito por Ferreira, a aiapana deixou de ser um recurso medicinal utilizado apenas pelos povos indígenas, para ser incorporada nos compêndios sobre a flora planetária e sobre matéria médica, tal como apontam a receita supracitada e a imagem abaixo (imagem 10), onde se faz presente na farmacopeia indiana. Em meados do século XIX, já figurava nas principais farmacopeias impressas na França e no Brasil, como as de Nicolas Jean-Baptiste Gaston Guibourt, Henrique Velloso de Oliveira e Nicolau Joaquim Moreira¹¹⁶.

¹¹³ Original: Cette boisson, légèrement aromatique, est fort agréable, surtout lorsqu'on la sucre et qu'on l'acidulé agréablement avec le suc du limon. On obtient, en augmentant la dose des feuilles, un sirop purgatif dont les effets sont très doux. Idem.

¹¹⁴ Édouard Spach, *Histoire Naturelle des Végétaux. Phanérogames*. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, Tomo 10, 290-1, 1841. Disponível em: www.biodiversitylibrary.org/item/100968#page/298/mode/1up. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

¹¹⁵ Em 1970 Robert Merrill King e Harold Ernest Robinson, em uma nova revisão, estabilizaram o nome científico da aiapana como *Ayapana triplinervis* (Vahl) R.M. King & H. Rob., ou seja, reconheceram a prioridade de Vahl, mas a mantiveram no gênero criado por Spach. Ver BAKER, John Gilbert, “Compositae. II. Eupatoreaceae,” in *Flora Brasiliensis*, eds. Carl Friedrich Philipp von Martius and August Wilhelm Eichler, v. 6, part 2. München: Frid. Fleischer, column 306-7, 1876; KING, Robert Merrill; ROBINSON, Harold Ernest. “Studies in the Eupatorieae (Compositae). XXX. The Genus *Ayapana*,” *Phytologia* 20, no. 3, 210-212, 1970. Atualmente, apesar de ser considerado um sinônimo de *Ayapana triplinervis* (Vahl) R.M.King & H.Rob. a nomenclatura *Ayapana officinalis* Spach é ilegítima de acordo com o Código Internacional de Nomenclatura botânica. Ver: <https://www.compositae.org/>. Acesso em 13 de novembro de 2021.

¹¹⁶ GUIBOURT, Nicolas Jean-Baptiste Gaston. *Histoire Naturelle des Drogues Simples*, Tome Troisième, Paris: J.-B. Baillière, p.59-60, 1850. OLIVEIRA, Henrique Velloso de. *Systema de Materia Medica Vegetal* (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1854; MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Diccionario de Plantas Medicinaes Brasileiras*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1862.

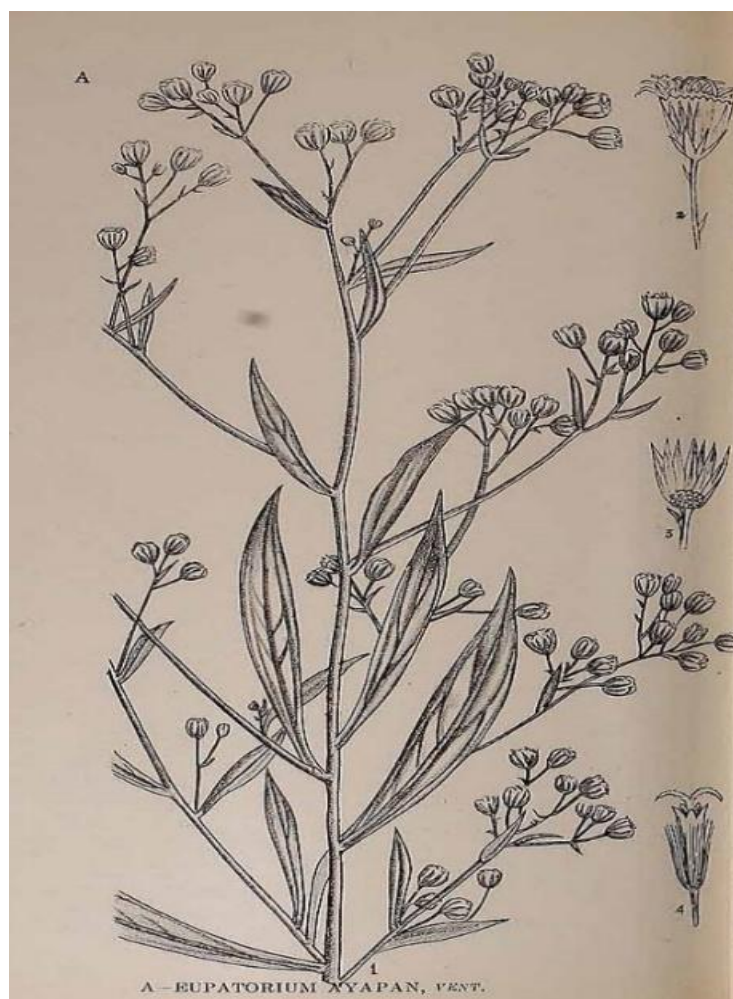


Imagem 8 - Kirtikar, K.R., Basu, B.D., *Indian medicinal plants, Plates (1918), vol.3, t.518, 1918.*

Para concluir parte da história da circulação global da aiapana, erva indígena da Amazônia portuguesa, devemos retornar agora ao habitat natural dela, o Vale Amazônico, onde foi utilizada como remédio no combate à cólera (vale notar que as primeiras notícias da aiapana ocorreram em meio a epidemias ocorridas na capitania)¹¹⁷.

Em meados do século XIX, quem noticia as virtudes da planta é o *Jornal Treze de Maio*. Em 14 de julho de 1855, em um sábado, o jornal publica uma correspondência escrita de Melgaço por Raimundo Francisco de Freitas para o Dr. Francisco da Silva Castro, de onde agradecia o receituário que fez para combater as moléstias que acometiam

¹¹⁷ MARTINS, Roberta Sauaia. Op.cit., 2017.

a população, somente em três dias atacou setenta e duas pessoas, tendo falecido apenas uma delas devido o tratamento¹¹⁸.

Dr. Castro foi um médico formado em Coimbra, e fez seu doutorado na Bélgica. Atuou nas epidemias de febre amarela e da “cólera *morbis*” na metade do século XIX, tendo até recebido condecorações e títulos científicos do governo imperial. A carta é seguida da receita: “indicação para o preparo e uso da – Japana – nos casos das afecções epidêmicas do cólera, que sofremos”¹¹⁹. Recomenda-se socar, espremer e coar a erva, tomando o suco resultado disso:

...uma parte para combinar com outra igual d’álcool, ou aguardente da mais forte que se possa obter. Desta combinação resultará vir à superfície uma decomposição das partes inúteis da – Japana – que, quanto mais forte for o espírito, e bem vascolejado para sua neutralização, se tornarão resumidas. Finalmente, obteremos depois de algum repouso, e indispensável filtração uma tintura sob a cor do vinho branco claro, da qual se deveria fazer uso tomando-se uma parte para quatro d’água comum, como dose suficiente para um enfermo beber logo a primeira aplicação. Esta dose promoverá precisamente copioso suor, que será tanto útil quanto for aproveitado. Deve sobrevir ao doente tal ou qual sonolência, e prostração ou languidez, mas de pronto de pronto se restabelecerá delas por serem efeitos do álcool. Depois deste restabelecimento será conveniente, e preciso dar-se-lhe segunda dose pela metade da primeira; por forma que as doses subsequentes sejam por metade dos antecedentes; por exemplo: toma-se a 1ª dose, uma onça de tintura em quatro de água, por 2ª, meia onça de tintura em quantidade de água igual sempre a da primeira dose, assim por diante. A primeira dose poderá não ser abraçada pelo estomago, e que logo seja lançada, mas de pronto se deverá aplicar outra igual: também as evacuações, ou diarreias poderão conservar-se, ou aparecer as primeiras doses, mas os efeitos e continuação do medicamento tudo sustera e desvanecerá. Será prudente o uso ordinário deste medicamento durante a convalescência, e para isso bastará uma oitava de tintura em uma garrafa d’água, senão obstante o doente acusar muita sede dar-se-lhe-á todas as vezes que pedir água uma chávena de chá feito com as folhas da mesma — japana – esta chá pode ser mesmo frio (...) Acresce saber-se que por muitos pontos e lugares da Província, como em Óbidos, Vigia, tem a – Japana – tomada em cozimento simples, sido aproveitável nas afecções atuais, salvando assim muitas vítimas do terrível mal.¹²⁰

Quase um século depois de ela ter saído do interior do sertão, junto com a índia e o cabo de canoa, ter circulada em Lisboa, Alemanha, Paris e outras regiões, do interior da

¹¹⁸ Jornal *Treze de Maio*, n. 514, 14 de julho de 1855. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/treze-maio/700002>, acesso em 10 de agosto de 2020.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Id. De acordo com Jane Beltrão, é provável que a receita tenha sido bastante utilizada na província do Pará, devido a abundância do vegetal e o êxito razoável “levando em conta que a ingestão frequente de chá, com certeza, hidratava o desidratado colérico, recuperando-o do flagelo”. BELTRÃO, Jane. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. VI, setembro, p. 833-866, 2000.

capitania do Pará (Curuçá, Vigia, Óbidos, Melgaço) o médico Francisco da Silva Castro afirma que se usa a aiapana “contra veneno, de sudorífico e com a propriedade de adelgaçar o sangue se torna muito útil nas mordeduras dos reptéis...”¹²¹, as mesmas características que foram descritas pela índia, por Alexandre Rodrigues Ferreira, e por diversos jornais científicos mundo afora nos finais do século XVIII e início do XIX.

Em todos eles, a história inicial da aiapana é omitida conforme vai alcançando instâncias de legitimação. Isso começa logo no relato de Ferreira, mesmo apontando a participação de sujeitos locais na história da planta, o destaque vai para a participação de Matias José Ribeiro, já que a erva também era chamada de “erva do ouvidor”. Quando chega em Lisboa, a correspondência entre Vandelli e D. Rodrigo já trata da descoberta feita pelo naturalista, aqui já não se fala mais da índia e assim por diante. O conhecimento indígena foi apropriado, misturado a novas camadas de informação e legitimado nos circuitos científicos europeus.

Além de ter se tornado item da medicina popular no Brasil, de ter sido relatada em jornais locais e europeus que mostravam suas virtudes, o *Eupatorium ayapana* Vent., *Eupatorium triplinerve* (Vahl.), *Ayapana officinalis* Spach, *Ayapana triplinervis* (Vahl) R.M.King & H.Rob ou a erva de cobra, Ayapana, aiapana, japana branca, japana roxa, atualmente continua sendo estudada. Os benefícios relatados, no século XVIII, têm sido confirmados e outros analisados, além de servir na indústria da perfumaria e cosméticos¹²².

Em razão de suas funções e propriedades medicinais, o caso da aiapana é um dos exemplos que apontam a circulação de conhecimento e dos próprios gêneros amazônicos/nativos no final do século XVIII e início do século XIX. A erva nos permitiu mostrar como se deu o processo de difusão do conhecimento por meio de uma rede local de circulação de saberes – e a participação de indígenas na construção do conhecimento – que foi cada vez mais se tornando global através de publicações em revistas científicas europeias.

¹²¹ Jornal *Treze de Maio*, n. 514, 14 de julho de 1855. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/treze-maio/700002>, acesso em 10 de agosto de 2020.

¹²² CORRÊA, M.P. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. 1984; LANS, C. Comparison of plants used for skin and stomach problems in Trinidad and Tobago with Asian ethnomedicine. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 3, n. 3, 2007; NERY, M.I.S.*; POTIGUARA, R.C.V.; KIKUCHI, T.Y.S.; GARCIA, T.B.; LINS, A.L.F.A. Morfoanatomia do eixo vegetativo aéreo de *Ayapana triplinervis* (Vahl) R.M. King & H. Rob. (Asteraceae) *Rev. Bras. Pl. Med.*, Campinas, v.16, n.1, p.62-70, 2014.

4.5 - Os “invisíveis” da ciência – povos indígenas, circulação e globalização da erva aiapana

O processo no qual as plantas medicinais indígenas foram apropriadas pelos colonizadores foi relativamente comum¹²³, todavia, poder analisar com riqueza de detalhes esse processo é fortuito e emblemático, pois a forma como o conhecimento indígena sobre a aiapana foi apropriado é bem documentada e a narrativa do naturalista Alexandre R. Ferreira sobre essa apropriação pôde ser desconstruída.

Como foi feito neste capítulo, acompanhamos parte do trânsito da aiapana nas mãos do cabo de canoa, do ouvidor, do médico e do naturalista, depois inserida em trânsito internacionais em um percurso que se operou a apropriação e a tradução de conhecimentos locais e globais, mas, não foi possível, por exemplo, identificar a etnia da mulher que forneceu a planta¹²⁴.

Christopher Parsons, em sua tese de doutorado intitulada “Plants and Peoples: French and Indigenous Botanical Knowledges in Colonial North America, 1600-1760” analisa muito bem esse processo de apropriação e posterior elisão do saber local. O autor afirma que a experiência do contato com povos indígenas permitiu a diversos sujeitos coloniais aprender sobre a fauna, a flora e todo um universo nativo e utilizar desse conhecimento. Mesmo que esse contato tenha sido marcado por uma invisibilidade das trocas, isto é, a participação dos sujeitos nativos é geralmente omitida, Parsons aponta que a ciência colonial não prescindiu dos conhecimentos dos índios, sendo fundamental na produção do conhecimento acerca da flora americana.

C. Parsons aduz que o encontro entre franceses e os povos indígenas da América do norte colonial acabou por moldar as concepções francesas sobre o uso da flora norte-americana. Por toda aquela área, missionários, viajantes, naturalistas e outros, aprenderam sobre novas plantas, animais e sobre àquele território por meio de guias,

¹²³ PARSONS, Christopher. *Plants and Peoples: French and Indigenous Botanical Knowledges in Colonial North America, 1600-1760*. 353f. PhD diss., University of Toronto, 2011; COOPER, Alix. *Inventing the Indigenous: Local Knowledge and Natural History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. WALKER, Timothy D. Global cross-cultural dissemination of indigenous medical practices through the Portuguese colonial system: evidence from sixteenth to eighteenth-century ethnobotanical manuscripts. In: WENDT, H. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016.

¹²⁴ Muitos pesquisadores, de diversas áreas, chamam atenção para esse fenômeno. PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992; BRAVO, Michael T. Bravo. “Ethnological encounters,” in: JARDINE, N; SECORD, J; SPARY, J. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 338-56, 1996.

anfitriões, indígenas. Esse aprendizado, marcado pela circulação do conhecimento, foi sutil, e ao mesmo tempo – destaca o autor – mascarado por práticas consideradas científicas que limitavam o papel dos povos indígenas e colonos na produção do conhecimento científico¹²⁵.

Processos semelhantes ocorreram por toda a América colonial, e o caso da aiapana é um dos exemplos do que é possível encontrar, nas fontes dos séculos XVIII e XIX, sobre o envolvimento dos indígenas no inventário do mundo natural amazônico. Por mais que os saberes nativos sejam omitidos, conforme o conhecimento sobre a erva vai alcançando instâncias de legitimação, ainda é possível incluir os povos indígenas e seus saberes na história do conhecimento científico ocidental ao considerarmos a ideia de circulação do conhecimento como trânsito dinâmico, que caminha entre agentes diversos e vai se reconfigurando nos laboratórios ao ar livre.

Neste capítulo, predominou a análise sobre os conhecimentos indígenas sendo integrados ao que se considerava, na época, um conhecimento científico, que ao ser posto em trânsito pela anônima índia – por meio da entrega da planta para o cabo de canoa Álvaro de Sanches Brito, seguido dos seus segredos ou suas poderosas virtudes – tomou rumos globais, sendo cada vez mais “testado”, ou como disse o próprio Alexandre Rodrigues, sendo objeto de “experiências” conforme os recursos dos locais onde a aiapana chegava.

Considero que a abordagem realizada aqui – a análise desse trânsito, ou melhor, essa apropriação, foi comum – entretanto, pelos detalhes apresentados, e por termos conseguido acompanhar a erva em diversas instâncias, isso enriquece o argumento da tese, pois mostra como os conhecimentos dos povos indígenas estiveram envolvidos nessa empreitada de mapear e explorar o mundo natural.

Outras fontes também podem auxiliar a pensar esse processo, como é o caso, visto no capítulo primeiro da tese, de uma carta do governador Francisco de Souza Coutinho, onde ele atribuiu aos índios Karajá a descoberta de uma árvore na qual a casca, madeira e folhas, preparadas de diversas formas ajudou pessoas acometidas de hidropisia (doença que ocorre acúmulo de líquidos pelo corpo)¹²⁶. Em outra fonte, os Munduruku, no ano de 1804, cientes do interesse que os portugueses tinham pelos recursos naturais da região,

¹²⁵ PARSONS, Christopher. *Plants and Peoples: French and Indigenous Botanical Knowledges in Colonial North America, 1600-1760*. PhD diss., University of Toronto, 2011, p. 320.

¹²⁶ Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Pará, 19 abril 1799, Correspondência dos Governadores do Grão-Pará com a Corte, Códice 99, vol. 20, fls. 147-148.

teriam apresentado o novo governador, Marcos de Noronha Brito, com uma planta da árvore “Ararani”, cuja folha convertida em cinza serve de medicamento contra a hidropisia¹²⁷.

Portanto, é necessário repensarmos o lugar dos povos indígenas na história do conhecimento científico, ou ainda, reinterpretar a forma como tem sido analisada a produção do conhecimento e incluir outros atores “invisíveis” ou anônimos¹²⁸. É preciso investigações buscando fontes inéditas ou já conhecidas, e analisá-las – a partir de novas epistemologias, estratégias que possam lidar com fontes com vieses etnocêntricos, além de uma abordagem entre contextos locais e sistemas de trocas que estavam em movimento a fim de buscar práticas que demonstrem o protagonismo desses povos em codificar, disseminar e adaptar conhecimentos em diferentes contextos¹²⁹.

¹²⁷ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Belém: Typographia de Santos & menor, 1839, p.42.

¹²⁸ DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, n. 78, p. 157-178, 2021.

¹²⁹ SAFIER, N. Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science, *Isis*, 101, n. 1, 2010, p.133-145; SANJAD, N; PATACA E.; SANTOS, R. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of Amazonian indigenous peoples in the construction of 18th and 19th Century botany. *HoST - Journal of History of Science and Technology*. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pérolas para formar um colar

Embora meu trabalho trate do século XVIII, com um certo avanço no século XIX, os processos aludidos ao longo da tese, em certa medida, também são contemporâneos. Por exemplo, desde 2009, cientistas da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em colaboração com a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, têm desenvolvido estudos acerca da utilização de determinadas plantas no tratamento de mordeduras de cobras e, recentemente, em 2020, um dos resultados apresentados foi a conclusão de que algumas são um excelente antioxidante e antimicrobiano, entre elas o cipó-de-tracuá (*Philodendron megalophyllum*), um espécie comumente utilizado pela população de Santarém, a Oeste do Estado do Pará, para neutralizar o veneno de serpentes¹³⁰.

A pesquisa afirma que “Extratos de plantas medicinais são bastante utilizados em acidentes ofídicos (...) Do conhecimento tradicional surgiram evidências científicas sobre as propriedades antiofídicas destes extratos”¹³¹. Conforme o trabalho, são várias as espécies de plantas que têm sido estudadas para “validar o conhecimento tradicional”¹³², e há muitos compostos presentes nessas plantas que tem o potencial de anular tais venenos.

Outros estudos realizados em distintas instituições brasileiras têm procurado demonstrar a eficácia do uso de plantas medicinais contra a picada de serpentes ou ainda para outros tipos de enfermidades¹³³. Tássia Costa aponta que essas “tradições

¹³⁰ DANTAS, Renata. Pesquisa da UFOPA indica eficácia de plantas da Amazônia para tratar picadas de serpentes venenosas. 2020. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/pesquisa-da-ufopa-indica-eficacia-de-plantas-da-amazonia-para-tratar-picadas-de-serpentes-venenosas/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021. Ver também: COSTA, Noranathan G da. (et.al.). Evaluation of the anti-snakebite, antimicrobial and antioxidant potential of *Philodendron megalophyllum* Schott (Araceae), traditionally used in accidents caused by snakes in the western region of Pará, Brazil. *Toxicon*, volume 184, september, p. 99-118, 2020.

¹³¹ MOURA, Valéria de. *Avaliação do potencial antiofídico do extrato aquoso de Bellucia dichotonoa Cong. (MELASTOMATACEAE) elaborado de acordo com o uso tradicional*. 108f. Tese (Doutorado em Biotecnologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia. 2016, p. 30

¹³² Idem

¹³³ RIZZINI, C.T.; MORS, W.B.; PEREIRA, N.A. Plantas Brasileiras ditas como antiofídicas. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v.69, n. 1, p.82-86, 1988; SIMÕES, C.M.O. (Org). *Farmacognosia: da planta ao medicamento*. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS e UFSC, 2000; MOURA, Valéria Mourão de; MOURÃO, Rosa H. Veras. Aspectos do ofidismo no Brasil e plantas medicinais utilizadas como complemento à soroterapia. *Scientia Amazonia*, v.1, n.3, 17-26, 2012; ROCHA, Rebeca; MARISCO, Gabriele. Estudos etnobotânicos em comunidades indígenas no Brasil. *Revista Fitos*. Rio de Janeiro, vol. 10(2), 95-102, abr./jun., 2016; FRANCISCO, Antonio Helder Manuel. *Perspectiva bioética do tratamento*

medicinais” têm despertado o interesse de pesquisadores na busca e identificação dessa flora, pois apresentam uma enorme fonte de compostos naturais e várias atividades farmacológicas, “mais de 700 plantas têm sido descritas em todo o mundo como sendo utilizadas pela medicina popular para os acidentes com serpentes, principalmente pela população rural e indígena”¹³⁴.

A chamada medicina “popular” e/ou “tradicional”, conforme Costa, tornou-se objeto de pesquisa de inúmeros cientistas que após investigarem minuciosamente tais plantas (e isso envolve a fitoquímica, farmacologia, química medicinal etc.), legitimam um conhecimento/saber já aplicado e, por vezes, após todo esse processo, é transformado em drogas ou “modelo para drogas de interesse médico-científico”¹³⁵.

Essa questão também envolve a apropriação desses saberes por parte de empresas comerciais e o não reconhecimento dos direitos intelectuais dos povos indígenas. Vejamos, por exemplo, o caso dos Guarani, localizados nas fronteiras entre Brasil e Paraguai, que estão disputa com multinacionais de alimentos devido uma planta, originalmente situada em seus territórios, e que há séculos utilizavam, chamada “*Ka'a He'e*” (erva doce), conhecida nacionalmente como estévia (*Stevia rebaudiana*)¹³⁶.

Os líderes das comunidades Pa'i Tavyterã e Kaiowa, junto com organizações não governamentais, desde 2015, vêm lutando para que os indígenas sejam recompensados devidamente pelo descobrimento das funções de adoçante da estévia¹³⁷. Um processo que tem sido marcado por constantes idas e voltas.

Alguns instrumentos legislativos, tratados e convenções internacionais, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB, garantem aos povos indígenas a participação nos benefícios da exploração industrial de determinados recursos genéticos,

das mordeduras de serpentes peçonhentas. 106f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Bioética. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

¹³⁴ COSTA, Tássia Rafaella. *Avaliação de atividade antiofídica do extrato do vegetal de Anacardium humile: Isolamento e caracterização fitoquímica do ácido gálico com potencial antimiotóxico*. 81f. Dissertação de Mestrado. USP: Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, 2010.

¹³⁵ Idem, p. 6. Por outro lado, não é sempre que o “saber científico” legitima outros saberes. Caroline Cremonez estudou propriedades da graviola e o extrato das folhas desse fruto, usado para tratar o envenenamento causado pela cobra Surucucu (*Lachesis muta rhombeata*). Conforme Cremonez, esses tratamentos “não alteram de forma relevante o quadro clínico do envenenamento... o tratamento com suco parece agravar a hipotensão causada pelo envenenamento e provar um aumento significativo das transaminases hepáticas”. CREMONEZ, Caroline Marroni. *Estudo da ação antiofídica do extrato das folhas e do suco de graviola (Annona muricataL) no envenenamento por Lachesis muta rhombeata*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Farmaceuticas de Ribeirão Preto – USP, 2010, p. 24.

¹³⁶ BBC. Como um adoçante virou centro de uma batalha entre indígenas e multinacionais. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38407924>; Acesso em: 21 de janeiro de 2021. Agradeço ao professor Márcio Couto Henrique por ter indicado a leitura desse caso.

¹³⁷ Idem.

ainda mais àqueles situados em seus territórios. O protocolo de Nagoya, por exemplo, em seu artigo quinto afirma:

os beneficios que se deriven de la utilización de recursos genéticos, así como las aplicaciones y comercialización subsiguientes, se compartirán de manera justa y equitativa (...) Cada Parte adoptará medidas legislativas, administrativas o de política, según proceda, para asegurar que los beneficios que se deriven de la utilización de conocimientos tradicionales asociados a recursos genéticos se compartan de manera justa y equitativa con las comunidades indígenas y locales poseedoras de dichos conocimientos¹³⁸.

Uma crítica pertinente que tem sido feita acerca dessas questões é realizada por Ailton Krenak. Escritor, ativista do movimento socioambiental de defesa dos povos indígenas contemporâneos, Krenak pontua que esses tratados têm gerado mais burocracia do que resultados e que seria importante a criação de um “inventário de recursos genéticos associados a conhecimentos tradicionais” na tentativa de garantir aos povos indígenas esses direitos¹³⁹.

Nesse momento, destaco outra questão importante: esses estudos têm em comum o ponto inicial de sua elaboração, são realizados a partir de observações, indicações, apontamentos a partir do conhecimento local, ou ainda, de saberes e práticas já legitimados entre determinados povos, sejam indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc. No geral, esses estudos se originam a partir de uma prática já estabelecida por determinada população, que, depois de observada, é estudada e validada (ou não) dentro dos pressupostos do “conhecimento científico” em laboratórios e instituições científicas.

Outro ponto em comum desses trabalhos é, ao que parece, uma hierarquização de saberes, onde o saber científico ocupa o lugar principal e ainda tem o poder de “validar” os conhecimentos dos povos indígenas. Conforme Manuela Carneiro da Cunha:

Geralmente argumentam que os conhecimentos tradicionais em nada contribuem para o “progresso da ciência” porque a atividade que eles apontam, os seus usos tradicionais, não coincide necessariamente com a atividade que a ciência descobre (...) Portanto, dizem esses farmacólogos refratários aos

¹³⁸ CDB. CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Nagoya Protocol on access to genetic resources and the fair and equitable sharing of benefits arising from their utilization to the Convention on Biological Diversity. Montreal: 292 Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2011. Disponível em: <https://www.cbd.int/abs/doc/protocol/nagoya-protocol-es.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2021.

¹³⁹ MINUANO, Carlos. Patentes e Tradição: com a corrida pelas patentes psicodélicas, povos indígenas lutam para proteger saberes tradicionais. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/povos-indigenas-lutam-para-protoger-patentes-tradicionais/#page10>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

conhecimentos tradicionais, mesmo que os conhecimentos tradicionais tenham mostrado a existência de princípios ativos, eles raramente são úteis para os mesmos fins para que foram tradicionalmente usados. A atividade tradicional não é a que acaba sendo a “verdadeira” ou a mais importante¹⁴⁰.

Cunha aponta vários exemplos mostrando que essa visão não é legítima, como o uso que fazem os índios amazônicos do Peru de um cicatrizante chamado de sangue de drago (*Croton lechleri*), o qual contém em seus princípios ativos “um alcalóide, taspina, precisamente com esse efeito”¹⁴¹ ou ainda das plantas medicinais que “tem efeito no combate ao rotavírus que causam diarreia...”¹⁴². Embora esse reconhecimento ainda seja exceção, há um recente posicionamento por parte de alguns desses pesquisadores de perceber que além da importância desses conhecimentos nativos, eles têm o potencial de influenciar e inovar os próprios paradigmas de uso de medicamentos, inclusive com a consideração de que não se trata “de simples validação de resultados tradicionais pela ciência contemporânea, mas do reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência”¹⁴³.

Cada vez mais pesquisadores têm reconhecido que os conhecimentos dos povos indígenas, embora distinto do conhecimento “científico”, parte dos mesmos pressupostos para sua construção, ele exige “pesquisa, experimentação e observação, envolve raciocínio, especulação intuição. Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informações”¹⁴⁴.

Essa premissa é importante porque a história indígena já tem demonstrado que, mesmo em um ambiente hostil, de contínua expropriação e escravização, os povos indígenas foram capazes de reinventar suas práticas, adaptando-se, transformando-se e dando novos significados às ações da sociedade colonial ao longo dos séculos. Aliar isso à História Social das Ciências é um caminho profícuo para mostrar que os povos indígenas foram agentes importantes na produção e circulação do conhecimento, reformulando seus papéis na história das Ciências, esse é um dos objetivos desse trabalho.

¹⁴⁰ CARNEIRO, Manuela C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p.76-84, set.nov. 2007, p. 80.

¹⁴¹ Idem

¹⁴² Idem

¹⁴³ Id., p. 81.

¹⁴⁴ CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs.). *Enciclopédia da Floresta: o alto jurua: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 14. Ver também: PANTOJA, Mariana C. “Conhecimentos tradicionais”: uma discussão conceitual. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazonia Sul-Occidental. VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”, n.1, 2016, Acre. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: Acesso em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/simposiufac/article/view/794>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.

A historiografia tem destacado muito bem o papel desempenhado por naturalistas, viajantes, militares, agentes administrativos, entre outros sujeitos envolvidos na exploração do mundo natural no século XVIII. É farta a bibliografia que destaca o papel desempenhado, por exemplo, por Alexandre Rodrigues Ferreira na Viagem Filosófica nas capitânicas do Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso e Cuiabá, ou ainda, das viagens empreendidas pelo frei José Mariano da Conceição Veloso na Expedição Botânica pela capitania do Rio de Janeiro¹⁴⁵. Entretanto, quando se trata do papel, ou melhor, dos papéis exercidos pelos povos indígenas a produção é exígua.

Contudo, como foi apontado, a tese considera os povos indígenas participantes ativos na circulação do conhecimento no período colonial. Afirmando, ao longo dos capítulos, que esses sujeitos foram uma das principais peças de uma engrenagem que envolvia a circulação de saberes e produção de conhecimentos. Além de informantes, coletores, mestres, transportadores, contrabandistas, fizeram parte de complexas redes que envolviam a circulação, usos e apropriação de distintos conhecimentos que se tornaram parte da formação da ciência moderna em construção no século XVIII.

“Pérolas para formar um colar”, título dessa parte final da tese, vem de uma frase que escutei na qualificação, dita pela professora Patrícia Melo (que parafraseou o historiador português Antonio Sérgio), sobre o material que, naquele momento, eu tinha apresentado. Tratava-se de um material que possuía um bom potencial a ser trabalhado – as pérolas – mas que eu ainda não tinha mostrado como transformar aquilo em uma unidade, em um conjunto, em uma tese – o colar.

Para montar o meu colar, procurei guiar o leitor primeiro pela inflexão que a própria História das Ciências sofreu ao redimensionar o conceito de “ciência” e mostrando como os estudos de História indígena, ao destacar o protagonismo indígena em distintos tempos e espaços, também pode incluir esses sujeitos na história do

¹⁴⁵ LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências e Saúde. Manguinhos*, I (2): 7-19, nov./feb., 1995; LEITE, Miriam L. Moreira. Viajantes naturalistas – caracterização. In: LEITE, M. L. M. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 8, supl., p. 823-838, 2001; PATACA, Ermelinda M; LUNA, Fernando José. Frei Veloso e o Arco do Cego. KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. Vol. 11, pp. 109-129, 2004; KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 109-129, 2004; RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008; COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento na viagem filosófica às capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

conhecimento científico. Sendo a ciência colonial construída em terra firme, ao “ar livre”, procurei afirmar, ao longo dos capítulos da tese, e, a partir de distintos casos, como ela contou com fontes e práticas locais. Ao se ampliar a concepção de ciência, e, de como ela é produzida, passou-se a incluir também os povos indígenas, e, a considerá-los como importantes componentes de redes locais e globais que colocaram em circulação saberes, técnicas e materiais que deram forma à história do conhecimento científico.

Estabelecido esse passo, analisei que sendo a mão de obra indígena a principal força de trabalho na Amazônia colonial, principalmente na prospecção das drogas do sertão, os conhecimentos destes povos foram imprescindíveis para a administração colonial portuguesa, já que precisaram contar com saberes especializados para encontrar, obter, transportar, cultivar e uma série de outras tarefas que os povos indígenas eram responsáveis, aplicando saberes e técnicas específicas para a exploração do mundo natural. Sendo que isso foi claramente percebido e posto nos manuais científicos da segunda metade do século XVIII, como foi visto no segundo capítulo.

Nessa perspectiva, foi possível também inserirmos os povos indígenas na formação de instituições científicas, como o Jardim Botânico de São José. Por ter tido transplantadas, em seu terreno, especiarias bastante cobiçadas pelos portugueses, o horto botânico do Pará foi alçado à condição de jardim modelo na América portuguesa, onde os demais jardins de outras capitanias deveriam seguir seu exemplo. Essa obtenção ocorreu devido a um grupo de indígenas, Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza, terem realizado o transporte e transplante dessas especiarias, por meio de uma missão secreta, que era invadir Caiena e voltar ao território português. Foram, como tem chamado a historiografia da História das Ciências, autênticos *go-betweens*, transitando em espaços fronteiriços, aplicando saberes e técnicas, transportando produtos e traduzindo conhecimentos.

No último capítulo, um tipo de história bastante conhecida: a apropriação dos saberes dos povos nativos pelos europeus. Entretanto, o que difere, de fato, o caso que analisamos, foi a possibilidade de acompanharmos em detalhes o trânsito que a erva, chamada aiapana, trilhou do interior dos sertões amazônicos, sendo apresentada por uma anônima indígena, até se tornar parte da farmacopeia europeia. Por meio do conceito de circulação, foi possível observarmos como os saberes indígenas foram tomando parte de um conhecimento global, a partir também dos sujeitos que foram envolvidos em sua história, desde os testes na capitania do Grão-Pará, feitos por agentes administrativos coloniais, até a publicação em revistas no ultramar.

Por último, considero que os capítulos da tese, analisados em seu conjunto, demonstram a agência dos povos indígenas amazônicos na construção e circulação do conhecimento. Participaram de distintas etapas da formação da ciência moderna, e, portanto, a construção desse colar – a tese – analisa os papéis que exerceram, e, mais uma vez, foram protagonistas históricos.

ARQUIVOS E FONTES

ARQUIVO NACIONAL

Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Vila Bela, 20 de julho de 1799, códice 99, volume 20, fls.349-353.

CATÁLOGO de gêneros do Brazil, e mais colônias portuguesas que ainda não estão no ordinário comércio, s.d. [entre 1798-1805?]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Secretaria do Estado do Ministério do Reino, caixa 731, pct. 02.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de outubro de 1792, códice 99, volume 13, p.230.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de fevereiro de 1793, códice 99, volume 14, p.283.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de junho de 1797, códice 99, volume 17, p.208-209.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 14 de fevereiro de 1793, códice 99, volume 14, p.283.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Pará, 08 de abril de 1797, códice 99, volume 17, fls.176-181

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 24 de junho de 1797, códice 99, volume 17, p. 157.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 09 de abril de 1797. Códice 99, volume 17, p. 154.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos, Pará, 9 de dezembro de 1797. Códice 99, volume 18, p. 391-391v.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 5 junho de 1797. Códice 99, volume 17, p. 233-233v.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799, códice 99, volume 20, p. 243.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 27 de fevereiro de 1798, códice 99, volume 19, p. 79.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Pará, 31 de agosto de 1799, códice 99, volume 20, 235-241

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 19 de abril de 1799, códice 99, volume 20, p. 147-148.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 02 de março de 1798, códice 99, volume 19, pp.93-94.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de julho de 1790, códice 99, volume 11, p.105-106.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Pará, 07 de novembro de 1799, códice 99, volume 20, p.256.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Pará, 29 de dezembro de 1799, códice 99, volume 20, p.482.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Pará, 11 de julho de 1800, códice 99, volume 21, p. 254.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 9 de abril de 1797, códice 99, volume 17, p. 154-154v.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 9 de abril de 1797, códice 99, volume 17. p.232-232v.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 2 de fevereiro de 1799, códice 99, volume 20, p. 29-34.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 20 de abril de 1799, códice 99, volume 20, p. 159.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte, cartas e anexos, Pará, 27 de fevereiro de 1798. códice 99, volume 19.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 26 de dezembro de 1799, códice 99, volume 20, p. 448.

João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência do Pará com a Corte. Vila Bela, 02 de maio de 1791, volume 13, p.148.

João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Vila Bela. Vila Bela, 26 de agosto de 1792, códice 99, volume 14, p. 282.

José Nápoles Telo de Meneses. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 23 de abril de 1781, códice 99, volume 3, p.39

José Rodrigues Bolonha. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 24 de outubro de 1798, códice 99, volume 19, p. 254.

Manuel da Gama Lobo D'Almada. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Fortaleza de São José de Macapá, 16 de fevereiro de 1784, códice 99, vol. 14, p. 28.

MAPA de todas as plantas assim de árvores de especiarias e outras que se trouxeram de Caiena. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 27 de fevereiro de 1798, códice 99, volume 19, p. 100.

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 15 de março de 1786, códice 99, volume 07, p.20

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 12 de abril de 1789, códice 99, volume 10, p.84v.

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência original dos governadores do Pará com a corte, cartas e anexos. Pará, 02 maio de 1785, códice 99, volume 6, p. 109.

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 6 de maio de 1788, códice 99, volume 09, p.55-57.

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 12 de julho de 1786, códice 99, volume 07, p. 145.

Martinho de Souza e Albuquerque. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 16 de junho de 1787, códice 99, volume 08, página 82.

REGIMENTO que serve de lei, que devem observar os comissários delegados do Físico mor do Reino no Estado do Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Códice 314. Ministério do Império, Lisboa, 1744

RELAÇÃO dos índios que foram à fatura do cravo. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Correspondência dos Governadores do Pará com a Corte. Pará, 26 de setembro de 1780. Códice 99, volume 5, p.110.

Rodrigo de Souza Coutinho. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Vice-Reinado. Capitania do Pará, Minas Gerais e Colônia do Sacramento. Palácio de Queluz, Lisboa, 31 de julho de 1799, Caixa 747, pacote 1.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Alexandre Rodrigues Ferreira [Ofício para secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. João Rodrigues de Melo e Sá, em 06 de agosto de 1802] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 122, documento 9414.

Alexandre Rodrigues Ferreira, [Representação para o governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o secretário de estado da marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro em 20 de abril de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 95, documento 7559.

Alexandre Rodrigues Ferreira. [Ofício para o oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, João Filipe da Fonseca, em 14 de novembro de 1799] – Projeto Resgate, AHU, Pará (Avulsos), caixa 116, documento 8948.

Bento Vieira Gomes, [Requerimento para a rainha D. Maria I em 15 de outubro de 1777] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6469.

D. Marcos de Noronha e Brito [Ofício para o secretário de estado da marinha e ultramar, Visconde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Melo, em 01 de novembro de 1804] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 131, documento 10043.

DECRETO da rainha D. Maria I [nomeando o bacharel Matias José Ribeiro, em 03 de novembro de 1780] – Projeto Resgate. AHU, Lisboa, caixa 86, documento 7066.

DECRETO do rei D. José I [provendo os bacharéis Francisco José Antonio Damásio e Matias José Ribeiro, em 19 de setembro de 1772] – Projeto Resgate. AHU, Lisboa, caixa 66, documento 5883.

Fernando da Costa Ataíde Teive [Ofício para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 02 de abril de 1764] Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 55, documento 5062.

Francisco Antonio Batista de Castro. [Ofício para os oficiais do Senado da Câmara da cidade de Belém do Pará, em 19 de novembro de 1780] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 87, documento 7077.

Francisco de Souza Coutinho [Ofício para d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20 de abril de 1798] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), Caixa 112, documento 8712.

Francisco de Souza Coutinho [Ofício para o secretário da marinha e ultramar, Martinho de melo e castro, em 05 de fevereiro de 1795]. Projeto Resgate, Pará, AHU, caixa 105, documento 8285.

Francisco Pedro de Mendonça Gorjão [Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, para o rei D. João V, em 26 de abril de 1749] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 31, documento 2910.

João Amaral Coutinho [Requerimento para a Rainha D. Maria I, em 28 de abril de 1792] – Projeto Resgate – AHU, Pará (avulsos), documento 102, caixa 8053.

João de Amorim Pereira [Ofício para o D. Tomás Xavier de Lima Vasconcelos Brito Nogueira Teles da Silva, em 31/12/1777] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6508.

João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 10 de fevereiro de 1778] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 79, documento 6527.

João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 21 de maio de 1773] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 70, documento 6010.

João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 24 de julho de 1773] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 71, documento 6031.

João Pereira Caldas [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 30 de dezembro de 1777] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 78, documento 6505.

João Pereira Caldas [Ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 05/04/1784] – Projeto Resgate, AHU, Rio Negro, caixa 07, documento 314.

José Nápoles Telo de Meneses [Ofício para Martinho de Melo e Castro, em 20 de setembro de 1782] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 89, documento 7244.

José Nápoles Telo de Meneses. [Cara para a rainha D. Maria I, em 30 de abril de 1785] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 94, documento 7502.

Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU. AHU_CU_ Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588.

Luís Pereira da Cunha [Ofício para Júlio Matiazzi em 04 de novembro de 1786] – Projeto Resgate. AHU, Pará(avulsos), caixa 96, documento 7599.

Luís Pereira da Cunha [Ofício para Júlio Matiazzi em 20 de janeiro de 1787] – Projeto Resgate. AHU, Pará(avulsos), caixa 96, documento 7620.

Manuel Bernardo de Melo e Castro, [Ofício para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 03 de outubro de 1761] – Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 50, documento 4607.

Martinho de Melo e Castro [Ofício para D. Francisco de Sousa Coutinho, em 11 de dezembro de 1792] – Projeto Resgate, AHU, Lisboa, caixa 102, documento 8106.

Martinho de Melo e Castro [Ofício para o governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, Martinho de Sousa e Albuquerque]. Projeto Resgate. AHU, Pará (avulsos), caixa 90, documento 7320.

Matias José Ribeiro [Carta do juiz da alfândega da capitania do Pará para o Rei D. José I, em 10 de janeiro de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 69, documento 5459.

Matias José Ribeiro [Carta do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará para o rei D. José I, em 04 de agosto de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 71, documento 6038.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega da capitania do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 7 de abril de 1777] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 76, documento 6396.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 10 de julho de 1774] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 73, documento 6154.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 18 de janeiro de 1775] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 73, documento 6185.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz da Alfândega do Pará para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 17 de abril de 1775] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 74, documento 6214.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega da comarca do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 22 de maio de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 70, documento 6017.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 14 de março de 1774]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 72, documento 6128.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 10 de abril de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 70, documento 5999.

Matias José Ribeiro [Ofício do Juiz de Fora e da Alfândega do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, em 15 de novembro de 1773]. Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 71, documento 6075.

Matias José Ribeiro [Ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, em 21/11/1783] – Projeto Resgate, AHU, Pará (avulsos), caixa 90, documento 7366.

Matias José Ribeiro [Requerimento do Juiz de Fora da cidade de Belém do Pará para a rainha D. Maria I, em 11 de fevereiro de 1778] – Projeto Resgate. AHU, Pará, caixa 79, documento 6528.

Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, códice 588, AHU. AHU_CU_ p. 87. Livro de registro de ordens régias, instruções, provisões e avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799].

RELAÇÃO das plantas, que se devem remeter vivas da capitania do Pará, para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em caixões cheios da mesma terra nativa, donde se tirarem e havendo no mar o cuidado de as abrigar do frio, no tempo de inverno e de as regar no tempo do verão. Livro de Registro de ordens régias, instruções, provisões e

avisos para o Pará e Rio Negro, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, [1790-1799]. AHU, CU. Ordens e avisos para o Pará e Rio Negro, Códice 588, p.103-106.

Valentim Mendes [Requerimento para D. João, em 16 de outubro de 1801]. Projeto Resgate, Pará, AHU, caixa 120, documento 9246.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Alexandre Rodrigues Ferreira. [Agradecimento público a Martinho de Sousa e Albuquerque, governador e capitão general da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, em 19 de setembro de 1784]. Pará ACP, DL 195,07.01, 624. Cópia: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Projeto Reencontro, microfilme 120.

Alexandre Rodrigues Ferreira. [Ofício para o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 22 de novembro de 1799] – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Conde de Linhares, maço 28, documento 65.

Bento Vieira Gomes [Requerimento solicitando a mercê de qualquer hábito das ordens militares, em 30 de junho de 1797] – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, mç. 685, proc. 4.

João Manuel Rodrigues [Carta para Joao Teixeira de Barros]. Pará, 23 de novembro de 1779. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Adília Mendes, maço 06, nº35.

Matias José Ribeiro [Ofício para o governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque, em 25 de novembro de 1784] – Arquivo Nacional Torre do Tombo, microfilme 120.

Matias José Ribeiro. Receita de uma tisana. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Papéis do Brasil, Avulsos, Dimensão e suporte: 1 doc. (1 f.), maço 3, documento 4, sem data.

Pharmacopea Lusitana Reformada, método prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química [...] por D. Caetano de Santo Antônio, cônego regular de Santo Agostinho, Bboticário do real mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa. 2ª edição. Arquivo Nacional Torre do Tombo - Manuscritos da livraria, n. 313.

Remédios que vão na botica do sr dr. Ouvidor geral. Arquivo Nacional Torre do Tombo - Papéis do Brasil, Maço 3, Doc.3

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Andres Pereira. Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto. Ano de 1616. Narrativa da fundação do Pará por Francisco Caldeira Castello Branco. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Tomo I. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902, Doc. 1, p. 7.

José Nápoles Telo de Menezes, Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 252.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará, Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 18.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará, Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 204.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 257.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 241.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 283.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 356, documento 288.

José Nápoles Telo de Menezes. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 254.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 676.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 703.

Francisco de Souza Coutinho. Arquivo Público do Estado do Pará. Correspondência de diversos com o Governo, códice 702.

RELAÇÃO das plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico, 12 de setembro de 1795. Pará, Arquivo Público do Estado do Pará, APEP, códice 471, documento 22.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Alexandre Rodrigues Ferreira, “Estado presente na agricultura do Pará; representado a sua Ex^a. o senhor Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general do Estado. Pará, 15 de março de 1784. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Códice 21, 1, 16.

Bento Vieira Gomes [Requerimento do físico-mor e bacharel do Estado do Pará para a Rainha D. Maria I, em 02 de maio de 1798]. Biblioteca Nacional do Brasil, mf. 123.

Domingos Vandelli. Carta a Rodrigo de Souza Coutinho informando não ter recebido a remessa do naturalista João da Silva Feijó para o Real Museu, em 20 de dezembro de 1801. Biblioteca digital luso-brasileira-Brasileira. 1801.

Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso sobre se poderem transplantar todas as plantas, que [há] na Ásia, na nossa América, e conveniência que disso podem resultar ao Reino. s.d. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Documento 10, 1, 29.

João Daniel. Tesouro Descoberto do Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, T I, 1976.

João Vasco Manuel de Braun. Carta topografica: da principal entrada do Rio Amazônas, pello cannal chamado do norte, com os rios e terras que lhe são confrontantes pertencem a Praça de Macapá. 1790. 90,5 x 38,5cm em f. 51 x 92,5.

Jornal *Treze de Maio*, n. 514, 14 de julho de 1855.

José Correa Rangel. Mappa botanico para uzo do Ilmo. e Exmo. Sr. Luís de Vasconcellos e Souza, s.l., s.d.. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

José Joaquim Freire. [Eupatorium Ayapana, Vent.]. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col; imagem 31,5 x 18,0cm em f.34,5 x 23,5cm.

José Simões de Carvalho; Pedro Alexandrino Pinto de Sousa; Luiz Pedro Lecor. Mapa que contém a entrada para o Rio Amazonas, com a posição da Costa Boreal da Ilha Grande de Joanes lavada pelas águas da foz Austral do dito rio, à costa de Macapá a foz do rio Araguari até o R. Calçuêni compreendendo o mesmo R. Calçuêni, Maiacaré e Carapapori até suas cabeceiras, com a continuação dos Lagos, que desde Amapá, e Maicaré [sic] e Carapapori continuação interiormente até sahir no R. Araguari segundo os exames que fiz no anno de 1798. 1869. 40,5cm x 58cm em f. 48 x 64,5 cm

MEMÓRIA sobre a plantação e fabrico do urucu. O Patriota. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813, I, 1, 39-43.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no Ano de 1774 e 1775. Lisboa: Tipografia da Academia, 1825.

José Monteiro de Noronha. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província. Pará: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862.

Rafael Bluteau. Vocabulario Portuguez e latino. Vol. 7. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor da sua magestade. 8 v., 2 suplementos, v. 7: [2 p. sem numeração], 824 p. 1720.

BIODIVERSITY HERITAGE LIBRARY

Augustin Pyramus de Candolle, Théorie élémentaire de la botanique; ou, Exposition des principes de la classification naturelle et de l'art de décrire et d'étudier les végétaux. Paris: Déterville, p.276, 1813.

Carl Linné. Species Plantarum, exhibentes plantas rite cognitatas, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas. *Verbesina*, 1753.

Carta de Siber para C. Honffmansegg, Pará, 12 de junho de 1804. Natural History. *Philosophical magazine*, ser. 1, vol. XXI-XXII, p.91-93, 1805.

Du Petit-Thouars, L.M.A. *Eupatorium Aya-pana*. Mélanges de Botanique [Genera Nova Madagascariensis, Esquisse de la flore de l'Isle de Tristan d'Acugna].1811.

Édouard Spach, *Histoire Naturelle des Végétaux. Phanérogames*. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, Tomo 10, 290-1, 1841.

Jean François de La Pérouse. de. *Voyages Autour du Monde*. Tomo II. Paris: De L'Imprimerie de la République, ano V, 1797.

Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars, "Aya-pana," in *Dictionnaire des Sciences Naturelles*, ed. Frédéric Cuvier, v. 3, Supplement, 359-62, Strasbourg: F. G. Levrault Éditeur, 1816.

Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars, *Histoire de vegetaux recueillis dans les iles australes d'Afrique*, Première partie, Paris: Tourneisen Fils, 1806.

Louis-Marie Aubert du Petit-Thouars. *Mélanges de Botanique* [Genera Nova Madagascariensis, Esquisse de la flore de l'Isle de Tristan d'Acugna], 1811.

Martin Vahl. *Symbolae botanicae, sive plantarum, tam earum, quas in itinere, imprimis orientali...* Hauniae (Kopenhagen): Excudebant Nicolaus Möller et Fillius, parte 3, 1790.

Michel Étienne Descourtilz. Flore [pittoresque et] médicale des Antilles (1821-1829). Paris: Tome troisième, 1827.

Natural History. *Philosophical magazine*, ser. 1, vol. XXI-XXII, p.91-93, 1805.

Observations respecting the Aya-pana. Read in the class of the Physical Sciences of the French National Institute on the 14h of Fructidor, Year 10. *The philosophical magazine*, ser.1 v.13-14 1802.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE – BNF

Bory de St. Vicent. Voyage dans les quatre principales îles des mers d'Afrique (1801-1802). Tomo II, ano X. Imprimeur-Libraire, n.20, 1804.

Étienne-Pierre Vetenat. Jardin de la Malmaison. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803.

La Décade Philosophique, Littéraire et Politique. An XI de la République Française, 1^o Trimestre, La Décade Philosophique, Littéraire et Politique. Tome 35, 1^{er} trimestre de l'An XI de la République Française. Paris: Bureau de la Décade Philophique, 1802.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA

Domingos Vandelli. Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Lisboa, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, série Vermelha, ms 405, 1779.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Alexandre Rodrigues Ferreira. Memória sobre as Cuias que fazem as Índias de Monte Alegre e de Santarém, para ser apensa às mostras que remeti no caixão nº 1 da primeira remessa. In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias - Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Memória sobre o gentio mura. In: Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias - Antropologia. Conselho Federal de Cultura, 1974.

António de Moraes Silva. Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Vol.2, p.380, 1789.

BREVES INSTRUÇÕES aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um museu nacional. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Régia Officina Tipográfica, 1781.

Domingos Vandelli. Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a Respeito da Agricultura, e Principalmente da Cultivação das Charnecas. In: Diccionário dos termos techinos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligência dos mesmos. Biblioteca Nacional de Portugal: Real Officina da Universidade, 1788.

José Mariano da Conceição Veloso. Quinografia portuguesa ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil. Biblioteca Nacional de Portugal Lisboa: Na officina de João Procopio Correa da Silva, 1799.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

André Fernandes de Sousa. Notícias geográficas da Capitania do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1848, 10, p.466-467.

João de São Joseph Queiroz. Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763. Escripta pelo bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 9, p.43-107, 179-227, 328-375, 476-527, 1869.

MAPA de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800. IHGB. Lata 285, pasta 4.

MAPA de todas as plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800. IHGB. Lata 285, pasta 4.

Ricardo Franco de Almeida Serra. Mato Grosso. Navegação do rio Tapajós para o Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 9, 1869, pp.3-4.

FONTES IMPRESSAS

Alexandre Rodrigues Ferreira. A Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias (zoologia e botânica). v.1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Diário da Viagem ao Rio Negro. Manaus: EDUA, 2007.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Documentos Coligidos e Prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, Ministério do Ultramar, 1953.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, Amazonas, Negro e da Madeira. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. 1783-1792. Memórias. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, pp.67-204, 1972.

Alexandre Rodrigues Ferreira. Viagem filosófica ao Rio Negro. MPEG/CNPq/Fundação Roberto Marinho, 1983.

Antônio Baena. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Antonio Giuseppe Landi. O códice: descrição de varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Parà [ca. 1772]. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CAVALCANTE, Paulo. B.; HIGUCHI, Horácio. *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

Baltasar da Silva Lisboa. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil. Lisboa, Oficina de Antonio Gomes, 1786.

Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Vandelli. 8 de Junho de 1803. Livro De Registro dos Decretos, Portarias, Avisos, e outras Régias Determinações, que baixam ao Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu, e Casa do Risco (1791-1810), Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, nº 55. *Apud* BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII: museu, viagem e história natural - expedições científicas ao Brasil e a África*. Lisboa: Novas edições acadêmicas, 2019.

DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. - Lisboa: na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758. - 41 p.; 2º (29 cm)

Domingos Vandelli. Memoria sobre algumas Produções Naturaes das Conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão. Lisboa, Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, tomo I, 1789. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

João Daniel. *Tesouro Descoberto no máximo Amazonas*. V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

João Daniel. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2v, 2004.

João de Loureiro. Da Transplantação das árvores mais úteis de países remotos. In: Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo I, 1789. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

João Filipe Bettendorf. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. 1ªed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

Ordenações Filipinas – Livro I, Título 59. Dos ouvidores, que por El- Rei são postos em alguns lugares. ALMEIDA, Cândido Mendes(org). *Código Philipino ou ordenações e leis do reino de Portugal*. 14ªed. Typographia do Instituto Philomathico, Rio de Janeiro, 1870.

SITES

WELLCOME COLLECTION

John Fleming. Catalogue of Indian Medicinal Plants and Drugs. Calcutta: Hindustani Press, 1810. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/p7acts63>. Acesso em 13 de novembro de 2020.

PLANTILLUSTRATIONS

DIE AYA-PANA. *Allgemeines deutsches Garten-Magazin [Gartenmagazin]*. (1804-1811) Allg. Teutsch. Gart.-Mag. vol. 3, t.5, f.1, 1806. Disponível em: http://plantillustrations.org/illustration.php?id_illustration=242129&mobile=0. Acesso em: 02 de junho de 2020.

ARCHIVE.ORG

Polyanthea medicinal – Noticias Galenicas, e Chymicas, Repartidas em três tratados, dedicadas ao excellentissimo senhor, D. Miguel Angelo. Lisboa: Oficina de Antônio Pedroso Galram, 1704. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_rvKdIXSTdN8C/page/n3/mode/2up, Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. *A arte de viajar: erudição e ciência na literatura de viagens sobre Portugal da segunda metade do século XVIII e início do XIX*. 261f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa Oswaldo Cruz, 2017.

ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. *O peregrino instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do Iluminismo*. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ABREU, Adélio F. Iluminismo e cristianismo em Portugal. Uma abordagem histórica. *Humanística e Teologia*, n. 33:2, p.31-61, 2012.

AIROZA, Luís Otávio Viana. A aclimação da mangueira na Amazônia luso-brasileira durante o século XVIII. IN: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz (Orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial - Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa*. Belém: Editora Açai, vol.8, 2014.

ALDEN, Dauril Alden. "The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History," *The Journal of Economic History*, vol, 25, n. 1, p. 35-60, 1965.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1º volume. Coleção documentos de bolso, n.4, Manaus: Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia. Fundação Ford. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América Portuguesa, 1750-1808*. 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. Vidas e saberes em trânsito: os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva e a Viagem Filosófica na Amazônia colonial portuguesa (1783-1798). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 15, n. 1, p. 16-31, 2022.

ALMEIDA, Gabriela Berthou. *Rios de Conhecimento: os povos da conquista e expedições científicas na Amazônia e na África oriental portuguesa (1780-1798)*. 278f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol.37, n.75, pp. 17-38, 2017.

ALONSO J. DESMARCHELIER, C. *Plantas Medicinales Autóctnas de La Argentina*. Buenos Aires: Editorial LOLA, 2005.

ALPHONSE, Marondon C. *Contribution to the study of Eupatorium ayapana Ventenat of Reunion Island*. (french). 118f. These (Docteur en Pharmacie). UFR Des Sciences Phamaceutiques et Biologiques. Faculté de Pharmacie de Montpellier, 2011.

AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco em 1615-1616*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2014.

ANGLERIA, Pedro M. *Décadas del Nuevo Mundo*. Editorial Bajel: Buenos Aires, 1944.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai(Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, p.180-227, 2013.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *SAECULUM—Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 281-289, 2021.

AZEVEDO, F. (org.). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1994.

AZEVEDO, F. *Cultura Brasileira: introdução Ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

BAKER, John Gilbert, “Compositae. II. Eupatoreaceae,” in *Flora Brasiliensis*, eds. Carl Friedrich Philipp von Martius and August Wilhelm Eichler, v. 6, part 2. München: Frid. Fleischer, column 306-7, 1876.

BANIWA, Gersem. Direitos humanos e direitos Indígenas na Perspectiva da Lei n. 11.645/2008. In: *EDUCAÇÃO EM REDE: culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, v.7, 2019.

BANIWA, Gersem. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BASALA, George. The Spread of Western Science. *Science*, vol. 156, 611-622, 1967.

BASTOS, Carlos Augusto. *No Limiar dos impérios: A fronteira entre a capitania do Rio negro e a província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: Hucitec, 2017.

BBC. Como um adoçante virou centro de uma batalha entre indígenas e multinacionais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38407924>; Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

BECK, Lothar A. (ed.), *Zoological Collections of Germany: The Animal Kingdom in its Amazing Plenty at Museums and Universities*. Cham, Switzerland: Springer, 2018.

BEER, Gillian. Travelling the other way. In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E.C. (Eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BELTRÃO, Jane. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. VI, setembro, p. 833-866, 2000.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BIXA ORELLANA L. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/floradobrasil/FB5745>, acesso em 10 de janeiro de 2022.

BRAGA, Isabel Drumond. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Tempo* [online], v. 22, n. 41, 2016.

- BRAVO, Michael T. Ethnological encounters. In: Jardine, N.; Secord, J. A.; Spary, E.C. (Eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 338-356, 1996.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII: museu, viagem e história natural -expedições científicas ao Brasil e a África*. Lisboa: Novas edições acadêmicas, 2019.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CABALZAR, Aloisio (Et.al). *Manual de Etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas*. São Paulo: Instituto Socioambiental. São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 2017.
- CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 61 – 75, abril, 2005.
- CALLMANDER, Martin (Et.al.), Etienne-Pierre Ventenat (1757-1808) and the Gardens of Cels and Empress Joséphine. *Candollea*, 72, no. 1, p. 87-132, 2017.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Problemas de história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro (org.). *Ciência em perspectiva: estudos, ensaios e debates*. Rio de Janeiro: MAST, SBHC, 2003.
- CANCELA, Francisco. *Os índios e a Colonização na Antiga Capitania de Porto Seguro: Políticas Indigenistas e Políticas indígenas no Tempo do Diretório Pombalino*. Jundiá: Paco editora, 2018
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Bartolomé Inga's mining technologies: Indians, science, cyphered secrecy, and modernity in the new world. *History and Technology*, v. 34, n. 1, p. 61-70, 2018.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World*. California: Stanford University Press, 2006.
- CARDOSO, Alanna S. *Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na capitania do Pará*. 415f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Revista Tempo*, vol.21, n.37, jan-jun, 2015.

CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p.13-22, jan./jun. 2011.

CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloísa M; CAROLINO, Luís M; MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX*. 1ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana*, Ministerio de Educación: Quito, 1942.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Do índio imaginado ao índio inexistente: a construção da imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Dissertação (mestrado em História). 247f. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2000.

CASTRO, C. B. de (et.al). *A cultura do urucum*. Embrapa Amazônia Oriental. 2. ed. rev. ampl. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

CAVALCANTE, Paulo B. *Frutas comestíveis da Amazônia*. MCT/CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

CDB. CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Nagoya Protocol on access to genetic resources and the fair and equitable sharing of benefits arising from their utilization to the Convention on Biological Diversity. Montreal: 292 Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2011

CHAMBOULEYRON, Rafael. O sertão dos Taconhapé. Cravo, índios e guerras no Xingu seiscentista. In: CARDOSO, Alírio; SOUZA, César Martins de. (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVII-XXI)*. Belém: EDUFPA, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, v. 53, n. 2, p. 221-244, 2021.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl; MELO, Vanice. Ruralidades indígenas na Amazônia Colonial. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 15, n. 1, p.1-22, 2020.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl-Heinz (Orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial - Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa*. Belém: Editora Açáí, vol.8, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. As cores da conquista: produtos tintórios e anil no Maranhão e Grão-Pará (século XVII). *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1, 2014.

COELHO, Mauro C. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: O caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento na viagem filosófica às capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010

COELHO, Mauro. O Diretório dos Índios e as Chefias indígenas: uma inflexão. *Revista Campos*, n.7(1), pp. 117-134, 2006.

COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes, espiões ibéricos nas fronteiras da América, século XVIII e XIX. *Almanack*, Guarulhos, n.27, 2021.

CONCEIÇÃO, Gisele. “Um manual que todos possam usar”: O conhecimento indígena sobre plantas medicinais do Brasil setecentista e as observações filosófico-naturais de Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *História*, São Paulo, v. 40, 1-28, 2021.

CONCEIÇÃO, Gisele. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019.

COOPER, Alix. *Inventing the Indigenous: Local Knowledge and Natural History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CORRÊA, M.P. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e exóticas cultivadas*. Colaboração de Leonan de A. Penna. Rio de Janeiro: IBDF, 1984.

CORREA, Pio M; AZEVEDO, Leonam. *Dicionário das plantas uteis do Brasil e das plantas exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1984.

COSTA, Noranathan G da. (et.al.). Evaluation of the anti-snakebite, antimicrobial and antioxidant potential of *Philodendron megalophyllum* Schott (Araceae), traditionally used in accidents caused by snakes in the western region of Pará, Brazil. *Toxicon*, volume 184, september, p. 99-118, 2020.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Em verdes labirintos: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803)*. 272f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

COSTA, Tássia Rafaella. *Avaliação de atividade anti-ofídica do extrato do vegetal de Anacardium humile: Isolamento e caracterização fitoquímica do ácido gálico com potencial antimiotóxico*. 81f. Dissertação de Mestrado. USP: Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, 2010.

CREMONEZ, Caroline Marroni. *Estudo da ação anti-ofídica do extrato das folhas e do suco de graviola (Annona muricataL) no envenenamento por Lachesis muta rhombeata*. Dissertação de mestrado. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Farmaceuticas de Ribeirão Preto – USP, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios dos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Estudos avançados*, v.4, dez., p. 91-110, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, São Paulo, n.75, p.76-84, set./nov., 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de(Orgs.). *Enciclopédia da Floresta: o alto juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

D' AMBRÓSIO, Ubiratan. Tendências historiográficas na história da ciência. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: Educ/FAPESP/Ed. Livraria da Física, 2004.

DANTAS, Renata. Pesquisa da UFOPA indica eficácia de plantas da Amazônia para tratar picadas de serpentes venenosas. 2020. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/pesquisa-da-ufopa-indica-eficacia-de-plantas-da-amazonia-para-tratar-picadas-de-serpentes-venenosas/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

DANTES, Maria Amélia M. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, M. A. M., ed. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

DAS MERCÊS JUNIOR, João Carlos Martins; MUNIZ, Érico Silva; DA SILVA PONTE, Vanderlúcia. Ameríndios e europeus no novo mundo: a dualidade natureza-cultura no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 13, n. 1, p. 75-91, 2020.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. Trad. Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEAN, W. *Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DIAS, Camila Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 235-252, 2019.

DIAS, Joel Santos. “*Confuso e intrincado labirinto*”. *Fronteira, território e poder na Ilha Grande de Joanes (séculos XVII e XVIII)*. 622f. Tese (Doutorado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2016.

DIAS, Thiago; MORAES, Cristina. Dos aldeamentos ao horto botânico: a apropriação de plantas de uso indígena na capitania de Guayases, 1772-1806. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.28, n.1, jan.-mar. 2021.

DOMINGUES, Ângela. *Monarcas, ministros e cientistas: Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: Centro de História Além-Mar. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade dos Açores, 2012.

DOMINGUES, Ângela. No trilho da ‘viagem filosófica’ de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, n.3, 2021.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 823-38, 2001.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História* [online], n. 78, p.157-178, 2021.

DOMINGUES, William César Lopes. *Cachaça, Concreto e Sangue! Saúde, Alcoolismo e Violência*. Povos Indígenas no Contexto da Hidrelétrica de Belo Monte. 107f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2015.

DONINI, Cinthia V.Z.S., FIORI, Marlon M., SANTOS, Christian F. M. Flores e cascas: exploração de cravo, *Dicypellium caryophyllaceum* e *Syzygium aromaticum*, no século XVIII. *Paper presented at the VIII Congresso Internacional de História*, Maringá, Paraná, 09 a 11 de outubro de 2017.

DOYLE, Arthur Conan. *Sherlock Holmes: obra completa*. Volume 1. Rio de Janeiro: HapperCollins Brasil, 2016.

DUCHET, Michele. *Antropologia e Historia en el siglo de las luces*. México: Siglo XXI Editores, 1988.

EDLER, Flávio Coelho. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias. Séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai(Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, p.94-137, 2013.

EDLER, Flávio. A História das Ciências e seus públicos. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.13, dezembro, 2015.

EHRET, Georg. *Methodus Plantarum Sexualis in sistemate naturae descripta*. Leiden, 1736.

ESTEVAM, Diego. A quina (*Cinchona*) e o Império Português: explorações, transferências e aclimações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. *Cantareira*, 35ª ed. jul./dez, 2021.

EVA, Margarita; GARCIA, Rodrigues. Lejos del gabinete: viajes científicas à América portuguesa e espanhola (1777-1792) e representação da natureza. *Memorias: Revista digital de História y Arqueologia desde el Caribe colombiano*. Año 11, n.25. Barranquilla, enero – abril, 2015.

FALCON, Francisco J. C. *Iluminismo*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 2004.

FALCON, Francisco. J.C. Antigos e novos estudos sobre a “Época pombalina”. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FAN, Fa-ti. The global turn in the history of science. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, n. 6, p. 249-258, 2012.

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FERREIRA, Breno F. L. A compreensão dos povos indígenas da América portuguesa por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a Viagem Filosófica (1783-1792): A apropriação de uma tradução francesa de *The History of America* (1777), de William Robertson. *Revista De Indias*, vol.80, n. 280, 719–750, 2020.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

FERREIRA, Elias. Abner Coelho; VIANA, Wania Alexandrino. Canoas de guerra, canoas do sertão: protagonismo indígena na Amazônia colonial portuguesa. *Acervo*, v. 34, n. 2, p. 1-23, 12 ago. 2021.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. Mundialização das ciências e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII a transição no século XX). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, v. L, fasc.2, p.107-123, 1998.

FRANCISCO, Antonio Helder Manuel. *Perspectiva bioética do tratamento das mordeduras de serpentes peçonhentas*. 106f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Bioética. Universidade de Brasília, 2017.

FURTADO, Júnia F. Dom João V e a década de 1720: novas perspectivas na ordenação do espaço mundial e as novas práticas letradas. In: FRAGOSO, João L. R; GOUVEA, Maria de F. (orgs.). *O Brasil colonial*, volume 3 (ca. 1720 – ca. 1821), 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Arquivo Nacional, Casa Civil, Presidência da República, 2009.

GARCIA, Elisa Fruhauf. Quando os índios escolhem seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). *Varia História*. Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul./dez. 2008.

GARCIA, Tânia Maria; SCHMIDT, Maria; VALLS, Rafael (orgs.). *História e manuais escolares: contextos-ibero americanos*. Ijuí: Unijuí: 2013.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIRAUD, Charles. *Tratado de Utrecht*. Plon Hermanos Editores, 1847.

GOMES, Flávio; QUEIROZ, Jonas (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira, séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Rafael Augusto; DE MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. Auguste de Saint Hilaire e a civilização indígena: conquista ou filantropia? *Mosaico*, v. 7, n. 10, p. 121-136, 2016.

- GONDIM, Juliana Monteiro. *Seguindo trilhas encantadas: humanos, encantados e as formas de habitar a Almofala dos Tremembé*. 213f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.
- GRUZINSKI, Serge et al. La "segunda aculturación": El estado ilustrado y la religiosidad indígena en Nueva España (1775-1800). *Estudios de historia novohispana*, v. 8, n. 008, 1985.
- GUIBOURT, Nicolas Jean-Baptiste Gaston. *Histoire Naturelle des Drogues Simples*, Tome Troisième, Paris: J.-B. Baillière, p.59-60, 1850.
- GUILLÉN, J.L. *Plantas y medicamentos em las culturas precolombinas del Peru*. In: Simposio Internazionale Sulla Medicina Indigena e popolare dell' America Latina.. Roma: Instituto Ítalo Latino Americano, p.93-113, 1977.
- GURGEL, C. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GUZMAN, Décio. La primeira urbanización de los "abunás". Mamelucos, indios y jesuítas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. *Boletín Americanista*, año LXVII, 2, n.75, Barcelona, 2017.
- HADDAD, Juliano G. (et al). Ayapana triplinervis essential oil and its main component thymohydroquinone dimethyl ether inhibit Zika virus at doses devoid of toxicity in zebrafish. *Molecules*, v. 24, n. 19, p. 3447, 2019.
- HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Trad. Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 4ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- JESUS, Nauk Maria de. O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII. *História Revista*, Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70-86, set./dez. 2017.
- JOBIM, L. C. Os jardins botânicos no Brasil colonial. *Biblioteca do Arquivo do Museu de Lisboa*, v. 2, n. 1, p. 53-120, jan./jun. 1986.

- KING, Robert Merrill; ROBINSON, Harold Ernest. "Studies in the Eupatorieae (Compositae). XXX. The Genus *Ayapana*," *Phytologia* 20, no. 3, 210-212, 1970.
- KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.17. n.2. p. 91-.109 jul-dez., 2009.
- KOPENAWA, David; BRUCE, Albert. *A queda do céu*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. Novaes, Adauto (org.), *A Outra Margem do Ocidente*. Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.
- KUMAR, Prakash. "Planters and Naturalists: Transnational Knowledge on Colonial Indigo Plantations in South Asia," *Modern Asian Studies*, vol, 48, p. 720-53, 2014.
- KURY, L. Descrever a pátria, difundir o saber. In: KURY, L. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- KURY, Lorelai (Org). *Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.
- KURY, Lorelai (org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes Livraria, 2008.
- KURY, Lorelai. A filosofia das viagens: Vandelli e a História natural. In: KURY, Lorelai(org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2008.
- KURY, Lorelai. As mil vozes da natureza. In: KURY, Lorelai (org.). *Representações da fauna no Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: A. Jakobsson, 2014.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 109-129, 2004;
- KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. *Revista de História*, n. 172, pp. 243-277, jan./jun., 2015.

- KURY, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens, séculos XVIII-XIX In: Lorelai Kury (ed.) *Usos e circulação das plantas no Brasil*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)*. Belém: Editora Açaí, Centro de Memória da Amazônia, 2010.
- LACK, H. Walter. *Un Jardin d'Eden. Chefs-d'œuvre de l'illustration botanique*. 1ª Ed., Editora Taschen, Cologne, 2008.
- LANS, C. Comparison of plants used for skin and stomach problems in Trinidad and Tobago with Asian ethnomedicine. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 3, n. 3, 2007.
- LATOUR, Bruno. Cognição e visualização: Pensando com os olhos e mãos. Trad. David Palácios. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 4, 2015.
- LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá et al. Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 62, 2021.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. *História, Ciências e Saúde. Manguinhos*, I (2): 7-19, nov./feb., 1995;
- LEITE, Miriam L. Moreira. Viajantes naturalistas – caracterização. In: LEITE, M. L. M. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997;
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: São Paulo, 2012.
- LIMA, Ana Paula dos Santos. “Vacilante, incerto e louco”: o homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa. *Especiaria*, Caderno de Ciências Humanas. vol.18, n.33, jul./dez. 2018.
- LINNAEI, Caroli. *Species plantarum: exhibentes plantas rite cognitatas, ad genera relatas, cum differentiis specificis, nominibus trivialibus, synonymis selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas*. Tomus I. :Impensis Laurentii Salvii. 1753.
- LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 2ª Ed. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1998.

MACHADO, Almiros Martins. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y*: de sonhos ao Oguatá Guassú em busca da (s) terra (s) isenta (a) de mal. 209f. Tese (Doutorado em Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

MACHADO, André Roberto de A. O trabalho compulsório indígena no Grão-Pará: abrangência, conflitos e resistências entre o fim do Antigo Regime português e o início do Estado Nacional brasileiro (1821-31). *História*, São Paulo, v. 40, p.1-30, 2021.

MAGDA, Ricci. Diário de um colono português no Grão-Pará: a trajetória do porta-bandeira Francisco José Rodrigues Barata (1799-1824). In: ARRUDA, José Jobson (et.al). *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

MARIN, Rosa E. A; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráficos de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, 149, n.2, 69-107, 2003.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil Setecentista*. São Paulo: Unicamp, 1999.

MARTINS, Roberta Sauer. “Do sarampo as periniciosíssimas bexigas”: epidemias no Grão Pará setecentista. 256f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

MATOS, Frederik. *O comércio das “drogas do sertão” sob o monopólio da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 402f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2019.

MAXWELL, K. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MEIRA, Márcio Augusto F. de. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. 322f. Tese (Doutorado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória social – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MELLO, Marcia Eliane A. S; BARROSO, Daniel. Não somente indígenas como também africanos: uma introdução à demografia do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1778-1823). *Revista Maracanan*, n. 15, p. 141-160, 2016.

MELO, Ademar Soares. *Avaliação neurocomportamental, antinociceptiva e antioxidante do extrato hidroalcoólico de Eupatorium ayapana Vent (Asteraceae)*. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Belém, 2012.

MELO, Vinícius Zúniga. *Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)*. 199 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 2º tomo. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 49, 2005.

MENDOZA, Manuel H. *Vocabulário Medico-Quirurgico, ó Dicionário de Medicina y Cirurgia que comprende la etimologia y definicion de todos los términos usados en estas dos Ciencias por los autores antiguos y modernos*. Madrid: Boix, Editor. Impresor y Librero, calle de Carretas, número 8, 1840, p. 42.

MERCÊS JÚNIOR, João Carlos M. das; MUNIZ, Érico S; PONTE, Vanderlúcia da S. Ameríndios e europeus no novo mundo: a dualidade natureza-cultura no Brasil colonial. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.75-91, jan./jun., 2020.

MINUANO, Carlos. Patentes e Tradição: com a corrida pelas patentes psicodélicas, povos indígenas lutam para proteger saberes tradicionais. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/povos-indigenas-lutam-para-proteger-patentes-tradicionais/#page10>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

MIOTTO, S. T; IGANCI, J. R. V. “*Indigofera*,”. *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2015.

MIRANDA, Luiz Francisco A. de. Os selvagens americanos e a filosofia das Luzes. *Tempos Gerais – Revista de Ciências Sociais e História*, n.5, 2014.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. De índio a escravo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 30/31/32, p. 151-174, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz Donizete; SILVA, Aracy Lopes da(orgs.). *A temática indígena na escola: novos*

subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4ªEd. São Paulo: Global; MEC: Mari: UNESCO, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Diccionario de Plantas Medicinaes Brasileiras*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1862.

MOREIRA, Vania Maria L; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva; OLIVEIRA, Tatiana (orgs.). *Povos Indígenas, Independência e muitas outras histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022.

MOURA, Valéria de. *Avaliação do potencial antiotóxico do extrato aquoso de Bellucia dichotoma Cong. (MELASTOMATACEAE) elaborado de acordo com o uso tradicional*. 108f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Programa Multi-institucional de Pos-Graduação em Biotecnologia, Manaus, 2016

MOURA, Valéria Mourão de, MOURÃO, Rosa H. Veras. Aspectos do ofidismo no Brasil e plantas medicinais utilizadas como complemento à soroterapia. *Scientia Amazonia*, v.1, n.3, 17-26, 2012

MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. *As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. *História de Índios*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indigenista brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

MURPHY, Kathleen S. Translation the vernacular: Indigenous and African knowledge in the eighteenth-century British Atlantic. *Atlantic Studies*, v.8, n.1, p.29-48, 2011.

NERY, M.I.S.*; POTIGUARA, R.C.V.; KIKUCHI, T.Y.S.; GARCIA, T.B.; LINS, A.L.F.A. Morfoanatomia do eixo vegetativo aéreo de Ayapana triplinervis (Vahl) R.M. King & H. Rob. (Asteraceae) *Rev. Bras. Pl. Med.*, Campinas, v.16, n.1, p.62-70, 2014.

NERY, Maria Isabel de Sena. *Caracterização morfológica do eixo vegetativo aéreo de Ayapana triplinervis (Valh). R.M.KING & ROB. (ASTERACEAE): Planta medicinal da Amazônia, Pará, Brasil.* 81f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará: Belém, 2011.

NEWMAN, David. *Boundary Geopolitics: Towards a Theory of Territorial Lines?* In: HOUTUM, H. Van; BERG, Eiki. (eds.). *Routing Borders Between Territories, Discourses and Practices.* 1st Edition. London: Routledge, 2003

NOGUEIRA, Shirley M . S. *Razões para desertar: a institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII.* 341f. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - NAEA- UFPA, Belém, 2000.

OLIVEIRA, Antonio J. A. de. *Sobre fósseis, diversidade humana e transplantação de espécies: João de Loureiro e cultura científica portuguesa setecentista.* In: Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, 15., 2016, Florianópolis. *Anais.* Florianópolis: UFSC, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Velloso de. *Systema de Materia Medica Vegetal* (Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1854.

OLIVEIRA, Nuno Gomes. *A Flore Portugaise e as Viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801).* Lisboa: Chiado Editora, 2015.

ORLATE, Mauricio Nieto. *Remedios para el imperio: Historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo.* Bogotá: Universidad de Los Andes, 2006.

OUTRAM, Dourinda. *The Enlightenment.* Fourth Edition. Cambridge University Press, 2019.

PACHECO, Agenor Sarraf. *En el corazón de la Amazonia: Identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras.* 353f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009.

PAES, Lucilene da Silva. *Aspectos estruturais de Costus spicatus (Jacq.)Sw.(pobrevelho), Stachytarpheta cayennensis (Rich)Vahl(gervão), Ayapana triplinervis (M.Vahl)R.M King &H.Rob.(japana) numa perspectiva micológica e fitoquímica.* 122 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

PANTOJA, Mariana C. “Conhecimentos tradicionais”: uma discussão conceitual. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazonia Sul-Occidental. VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”, n.1, 2016 Acre. *Anais Eletrônicos*. Disponível em: Acesso em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/simposiufac/article/view/794>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.

PAPAVERO, Nelson (et.al). *Landi: Fauna e Flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

PAPAVERO, Nelson. *Essays on the History of Neotropical Dipterology*. Vol. 1, São Paulo, USP: Museu de Zoologia, 1971.

PARSONS, Christopher. “Plants and Peoples: French and Indigenous Botanical Knowledges in Colonial North America, 1600-1760”. 353f. PhD diss., University of Toronto, 2011.

PATACA, Ermelinda M. Observações e experiências de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a agricultura no Pará (1784). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 81, p. 42-62, abr. 2022.

PATACA, Ermelinda M; LUNA, Fernando José. Frei Veloso e o Arco do Cego. KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. Vol. 11, pp. 109-129, 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português. Entre práticas e representações científicas e artísticas*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2015.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 698f. Tese (doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, Campinas, 2006.

PATACA, Ermelinda. *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 e outubro de 1784*. 253 f. Dissertação (Mestrado em Geociências). São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PATACA, Ermelinda. Coleta, transporte e aclimação de plantas no Império Luso-Brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol.5, n.9, 88–108, 2017.

PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Plantas novas que os doutos não conhecem”: a exploração científica da natureza no Oriente português, 1768-1808. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], v. 24, n. 3, 2017.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

PINTO, Renan F. A viagem das idéias. *Estudos Avançados*. Dossiê Amazônia Brasileira I. 19(53), p.97-114, abril, 2005.

PIRES, Rogério Brittes W. *Duas rotas para as Guianas: Fronteiras e populações nas descrições do Norte amazônico por Francisco José Rodrigues Barata e José Lopes dos Santos Valadim (1791-1799)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013.

PISO, Guilherme. História natural da Índia Ocidental. Tradução de Mário Lôbo Leal de *De India Utriusque re naturali et medica*. Escorço biobibliográfico de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957 [1658]. p. 8. *Apud* CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.13, n.23, p.13-32, jan./jun. 2011.

POMBO, Nívia. Um turista na corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 213-225, jan./jun. 2009.

POMBO, Nívia. Unidade política e territorial nos projetos de d. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MOTTA, M; SERRÃO, J.; MACHADO, M. (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império português*. Editora Horizonte, 2013.

POMPEU, André J. S. *Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)*. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

POMPEU, André José S. As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão amazônico (1683-1706). *Em favor de igualdade racial*, v.4, n.3, p.22-35, 2021.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski; OLIVEIRA, Patrícia; JENSEN, Gerda Maísa. As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. *Filosofia e história da Biologia*, v. 4, n. 1, p. 101-137, 2009.

RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism. Circulation and the Global History of Science. *Isis*, 104:337–347, 2013.

RAJ, Kapil. Circulation and the emergence of modern mapping: Great Britain and early colonial India, 1764–1820. In: *Relocating Modern Science*. Palgrave Macmillan, London, p. 60-94, 2007.

RAJ, Kapil. Conexões, Cruzamentos, Circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Trad. Catarina M. Santos. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 24, p. 155-179, 2007

RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon et al; *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, MA: Science History Publications, 2009.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Tempo*, 3(6)? 157-182, 1998.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Fapesp/Jorge Zahar, 1996.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A ocupação portuguesa do vale amazônico. Tomo I, v.1. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 21ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

- REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos – índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. 380f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- RESTALL, Mathwell, *Sete Mitos da Conquista Espanhola*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- RIBEIRO, Márcia M. Ciência e Império: O intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- RIOS, Mary Naves da S.; PASTORE JR, Floriano (orgs). *Plantas da Amazônia: 450 espécies de uso geral*. Brasília: Universidade de Brasília, Biblioteca central, 2011.
- RIZZINI, C.T.; MORS, W.B.; PEREIRA, N.A. Plantas Brasileiras ditas como antiofídicas. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v.69, n. 1, p.82-86, 1988
- ROBERTS, Lissa. Situating Science in Global History: Local Exchanges and Networks of Circulation. *Itinerario*, Vol.33, Issue 01, pp 9-30, mar., 2009.
- ROCHA, Rafael A. Os oficiais índios e a mão de obra indígena livre no Pará colonial (1750-1798). *Revista Mundos do Trabalho*, v.9, n.17, jan./jul., p.13-28, 2017
- ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVIII)*. 330f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- ROCHA, Rebeca; MARISCO, Gabriele. Estudos etnobotânicos em comunidades indígenas no Brasil. *Revista Fitos*. Rio de Janeiro, vol. 10(2), 95-102, abr./jun., 2016
- RODRIGUES, José Damião. Conflitos imperiais, geopolítica e fronteiras: um projeto português para as Guianas no período das revoluções. *Revista de História Moderna*. Anales de la Universidad de Alicante, n.º 36, 2018.
- ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. *Revista de História*, São Paulo, p. 201-243, 2013.

ROLLER, Heather Flynn. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil*. California: Stanford University Press, 2014.

ROMERO SÁ, Magali. *James William Helenus Trail: A British in Nineteenth-Century Amazonia*. 243f. Thesis (Doctorate of Philosophy) . United Kingdom: Durham theses, Durham University, 1996.

RUSSEL-WOOD, A.J. A dinâmica da presença brasileira no índico e no Oriente. Séculos XVI-XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2001.

SAFIER, Neil. Global knowledge on the move: itineraries, Amerindian narratives and deep histories of science. *Isis*, v.101, n.1, pp. 133-145, 2010.

SAFIER, Neil. *Measuring the New World: enlightenment science and South America*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. "Vossa Excelência mandará o que for servido...": políticas indígenas e indigenistas na Amazônia portuguesa do final do século XVIII." *Tempo*, n.12, 39-55, 2007.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. MANAUS: EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora AÇAÍ/CNPq, 2011.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravidão e Liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. *Anais do 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, maio de 2007.

SÁNCHEZ, Antonio. The 'empirical turn' in the historiography of the Iberian and Atlantic science in the early modern world: from cosmography and navigation to ethnography, natural history, and medicine. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, vol. 2, n.1, pp. 317-334, 2019.

SANJAD, N. Os jardins botânicos luso-brasileiros. *Revista da Sociedade brasileira para o progresso da ciência*. Ano 62, número 01, jan./mar., 2010.

SANJAD, Nelson. Ciência e poder imperial no Grão-Pará: da expansão à desconstrução (1750-1840). In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

SANJAD, Nelson. Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos (1790-1820). *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 7, p. 251-278, 2006.

SANJAD, Nelson. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Para, 1796-1873*. 2001. 216 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, São Paulo: Campinas, 2001.

SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério N. dos. "Knowledge and Circulation of Plants: Unveiling the Participation of Amazonian Indigenous Peoples in the Construction of Eighteenth and Nineteenth Century Botany" *HoST - Journal of History of Science and Technology*, vol.15, no.1, p. 11-38, 2021.

SANTOS, Diogo de Godoy. *Os índios em Raízes do Brasil (1936-1948), de Sérgio Buarque de Holanda: entre o 'moderno' e o 'nacional'*. 142f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Geraldo Mendes (Org.). *Domesticação da floresta & subdesenvolvimento da Amazônia, ética & ciência: papel do cientista*. GEEA: Grupo de Estudos Estratégicas Amazônicas. Cadernos de debates, v.14. Manaus: Editora INPA, 2019.

SANTOS, Rafael R. N. dos. "*Diz o índio*": Outra dimensão da lei – Políticas indígenas no âmbito do Diretório dos Índios (177-1798). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará: Belém, 2014.

SANTOS, Rafael Rogério N. dos. "*Diz o índio*": Políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798). Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos; MATOS, Frederik; SANJAD, Nelson. Itinerários indígenas na implantação do Horto Botânico do Grão Pará (1760-1810). *Acervo*, v.34, n.2, p.1-22, 2021.

SARRAF-PACHECO, Agenor. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em cidades e florestas marajoaras. *Projeto História* (on line), v. 58, p.9-44, 2017.

SARRAF-PACHECO, Agenor; BALIEIRO, Maria Nely Pereira; CORRADI, Analaura. Cidade-Floresta na arte da memória marajoara: visualidade e oralidade em Maria Nely Balieiro. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu (orgs). *Pesquisa narrativa: interfaces entre histórias de vida, arte e educação*, Santa Maria: UFSM, 2017.

SAUER, Carl O. As plantas cultivadas na América do Sul tropical. *Suma etnológica brasileira: etnobiologia*, v. 3, 1987.

SCHAAN, Denise P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan./abr., 2007.

SCHAAN, Denise P.; MARTINS, Cristiane P. Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: Gknoronha, 2010.

SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lisa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James (eds). *The brokered world. Gobetweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009.

SCHIEBINGER, Londa. *Secret Cures of Slaves: People, Plants, and Medicine in the Eighteenth-Century Atlantic World*. California: Stanford University Press, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro, FINEP, 1979.

SENA, Lácio Rocha de. *País selvagem: os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX*. 340f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2021.

SERRÃO, José Vicente. *Domingos Vandelli, Aritmética Política, Economia e Finanças (1770-1804)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1994.

SHAPIN, Steven. *La revolución científica: una interpretación alternativa*. Barcelona: Paidós, 2000.

SHAPIN, Steven. *Nunca pura*: Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situadas no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump*: Hobbes, Boyle, and the experimental life. Princeton University Press, 2011

SILVA GAUDÊNCIO, Jéssica; RODRIGUES, Sérgio Paulo Jorge; MARTINS, Décio Ruivo. Indígenas brasileiros e o uso das plantas. *Khronos*, n. 9, p.163-182, 2020.

SILVA, Ana Rosa Clozet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SILVA, Marcel Rolim da. *A colonização do Morubixaba*: a construção do Principalato Indígena na Amazônia Colonial (séculos XVII e XVIII). 234f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2019.

SIMÕES, C.M.O. (Org). *Farmacognosia: da planta ao medicamento*. 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS e UFSC, 2000.

SOARES, Luiz Carlos. *A Filosofia Natural e Experimental na Inglaterra do Século XVIII*: Um Diálogo com a Historiografia acerca da Ideia de "Ciência" na "Era das Luzes". Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2020.

SOENTGEN, Jens; HILBERT, Klaus. A química dos povos indígenas da América do Sul. *Química Nova*, vol. 39, n.9, 1141-1150, 2016.

SOMMER, Barbara A. *Negotiated Settlements*: native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798. 353f. Tese (Doutorado em História) – University of New México, Albuquerque, 2000.

SOUZA JUNIOR, José Alves. Índios:" mãos e pés dos senhores" da Amazônia colonial. *Fronteras de la Historia*, v. 16, n. 2, p. 365-391, 2011.

SOUZA JUNIOR, José Alves. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SOUZA, Manuella Araújo de. *Adição do grude da gurijuba nas argamassas de cal: investigação histórica e científica*. 126f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, Rio Grande do Sul: 2012.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Between a rock and a hard place: some afterthoughts. In: SCHAFFER et. al. *The brokered word: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Science History Publications, 2009.

TAYLOR, Leslie. Technical Data Report for Ayapana (*Ayapana triplinervis*). 2006. Disponível em: <https://www.rain-tree.com/reports/ayapana-tech-report.pdf>, acesso em 15 de maio de 2021.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. Tradução Mônica C. Corrêa. São Paulo: Barcarolla, 2008.

URUCUM. Disponível em: www.site.mast.br/multimidias/botanica. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

VALE, Sthepanie L. do. *Adequar e não inovar: Implementação da justiça na Capitania de São José do Rio Negro*. 205f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: A constituição de duas vertentes historiográficas da Ciência no século XX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31, jan./ jun. 2004.

VERRAN, Rossana S. *Inventário Científico do Brasil no século XVIII: A contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos Índios*. 258f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013.

VILLALTA, Luís C; MORAIS, Christianni C. de; MARTINS, João P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. (orgs.) *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

WALKER, Timothy D. Global cross-cultural dissemination of indigenous medical practices through the Portuguese colonial system: evidence from sixteenth to eighteenth-century ethno-botanical manuscripts. In: WENDT, H. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016.

WARREN, Dean. A Botânica e a Política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil Colonial e Imperial. *Estudos Históricos*, vol. 4, n.8, 1991.

WENDT, Helge. *The globalization of knowledge in the Iberian colonial world*. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science, Edition Open Access, Proceedings 10, 2016.

WHITE, Richard. Creative Misunderstandings and New Understandings. *The William and Mary Quarterly* Williamsburg: The College of Will and Mary, 3d series, vol. LXIII, n. 1. January, 2006.

WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge Studies in North American Indian History. New York: Cambridge University Press. 1991.